

Revista (Con)Textos Linguísticos

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística
da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Vitória - ES

Volume 17

| Número 37

| Ano 2023

Revista (Con)Textos Linguísticos

Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Línguas e Letras
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, 514
Goiabeiras – Vitória - ES
CEP: 29075-910
Telefax: (27) 4009-2524
linguistica.ufes.br
periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Revista (Con)Textos Linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 17, n. 37 (2023)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: PPGEL-UFES, 2007-
Quadrimestral.

ISSN 2317-3475

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:
Saulo de Jesus Peres
CRB6 – Reg. 676/ES

Universidade Federal do Espírito Santo

Reitor: Paulo Sérgio de Paula Vargas

Vice-Reitor: Roney Pignaton da Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Valdemar Lacerda Júnior

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretora: Edinete Maria Rosa

Vice-Diretora: Grace Alves da Paixão

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Mário Cláudio Simões

Subchefe: Igor Castilho Porsette

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos

Coordenadora: Flávia Medeiros Álvaro Machado

Coordenador-Adjunto: Fábio Maline

Conselho Editorial

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES), Ana Cláudia Peters Salgado (UFJF), Ana Cristina Carmelino (UNIFESP), Ana Lúcia Tinoco Cabral (Universidade Cruzeiro do Sul), Ana Zandwais (UFRGS), Antônio Simões (Kansas University, EUA), Antônio Suarez Abreu (UNESP), Carla Viana Coscarelli (UFMG), Donesca Cristina Puntel Xhafaj (UFSC), Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP), Erasmo D'Almeida Magalhães (USP), Eric Guy Claude Laporte (Université Paris-Est Marne-la-Vallée, França), Fernanda Mussalim (UFU), Gregory Riordan Guy (New York University), Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Alfenas), Hylea de Camargo Vale (IBC), Isabel Roboredo Seara (Universidade Aberta de Lisboa, Portugal), Ivo Costa Rosário (UFF), Janaína Soares Alves (UNB), Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG), José Magalhães (UFU), Júlio Araújo (UFC), Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN), Jussara Abraçado (UFF), Leonor Werneck dos Santos (UFRJ), Lilian Coutinho Yacovenco (UFES), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Luciana Lucente (UFAL), Luciane Corrêa Ferreira (UFMG), Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP), Luiz Francisco Dias (UFMG), Lurdes de Castro Moutinho (Universidade de Aveiro, Portugal), Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva (UFRJ), Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Silvia Cintra Martins (UFSCAR), Marina Célia Mendonça (UNESP), Marina Terkourafi (University of Illinois at Urbana-Champaign, EUA), Micheline Mattedi Tomazi (UFES), Miguel Oliveira Jr. (UFAL), Pablo Arantes (UFSCar), Rebeqa Campos-Astorkiza (Ohio State University, EUA), Renata Archanjo (UFRN), Ronice Müller de Quadros (UFSC), Sônia Benites (UEM), Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG).

Comissão Editorial

Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora-gerente), Flávia Medeiros Álvaro Machado (Editora de Seção), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção), Mayara de Oliveira Nogueira (Editora de Texto).

Sumário

Apresentação: Dos discursos espectrais às práticas discursivas de resistência <i>Júlia Almeida, Micheline Mattedi Tomazi e Roberto Leiser Baronas</i>	6
Uma apropriação de cenografia: o uso da cenografia jornalística para difusão de desinformação contra pessoas trans <i>Fellipe de Souza Gualberto Leite, Érika de Moraes</i>	10
Perspectivas dos estudos críticos do discurso para análise de comentários antidemocráticos no Instagram do Tribunal Superior Eleitoral <i>Pedro Gustavo Rieger, Luana Garbin</i>	30
Plano de texto, construção de sentidos e violência verbal em uma crônica anunciada: Brasília, 8 de janeiro de 2023 <i>Sueli Cristina Marquesi, Ananias Agostinho da Silva</i>	54
Fato ou fake: análise de estratégias de checagem de fatos do portal G1 à luz da teoria de Charaudeau <i>Paola Biavatti, Estela Mettler Piva, Ernani Cesar de Freitas</i>	74
“Made in China”: disinformation and Sinophobia on Facebook during the Covid-19 pandemic in Brazil <i>Elisa Marchioro Stumpf, Taiane de Oliveira Volcan, Felipe Bonow Soares</i>	94
O discurso de apologia à ditadura militar nas mídias digitais: entre o silenciamento e a equivocidade de sentidos <i>Rosiene Aguiar-Santos, Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes</i>	115
Violência linguístico-discursiva no Twitter: a emergência de metapragmáticas anticientíficas no contexto de covid-19 <i>Rodrigo Albuquerque, Rejane Junqueira</i>	135
Ethos, cenografia e dimensão moral dos enunciados: análise de uma live <i>Edvania Gomes da Silva, Talita Souza Figueredo</i>	155
Prática discursiva de desinformação: análise da produção de postagens anticientíficas sobre a eficácia das vacinas na pandemia de covid-19 em 2021-2022 <i>Antônio Heleno Ribeiro Santiago, Júlio Araújo</i>	176

O racismo no Brasil: uma análise do discurso acerca da propagação e reforços de um sistema em jornais digitais

Gabriella Leite de Barros, Luana de Souza Alves Pereira, Deyvisson Pereira da Costa 190

Manifestações em Brasília no período pós-eleitoral: uma análise textual-discursiva da violência verbal na construção do *ethos* em discurso nativo digital do *Twitter*

Bharbara Bonelle de Sousa, Mayra Duarte Figueira, Rivaldo Capistrano de Souza Júnior..... 209

Teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus: uma abordagem discursiva

Aline Gaspar Pereira, Marília Lima Pimentel Cotinguiba 229

Interatividade e parâmetros tecnodiscursivos em práticas textuais impolidas no contexto do futebol feminino

Isabel Muniz Lima, Jessica Oliveira Fernandes 249

O discurso antigênero e a fórmula “ideologia de gênero”

Hélvio Pires Tolentino, Júlia Maria Costa de Almeida 268

Apresentação: Dos discursos espectrais às práticas discursivas de resistência

Julia Almeida (Ufes)
Roberto Leiser Baronas (UFSCar)
Micheline Mattedi Tomazi (Ufes)

Na última década, a sociedade global tem sentido o impacto da disseminação nas redes sociais de discursos mentirosos, difamatórios, intolerantes e negacionistas que têm afetado o mundo em áreas sensíveis como a saúde e a política, com intervenções cada vez mais diretas nas democracias. Governos têm buscado responder a essa crise da comunicação propondo leis de regulamentação de plataformas e aplicativos sociais e investindo na educação para as mídias.

As Humanidades também reagem a essa escalada de discursos extremistas, produzindo pesquisas e teorizações importantes para seu entendimento e combate, em geral conhecimentos distribuídos entre áreas como a comunicação, a linguística, a análise do discurso, a sociologia, a filosofia, a educação etc. Alguns resultados dessas pesquisas têm sido compartilhados com áreas vizinhas, como os de pesquisadores da comunicação e jornalistas (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) que tendem a ressaltar a complexidade do fenômeno utilizando-se do termo “desordem da informação”, para dar conta dos distintos conteúdos envolvidos, como a deliberada criação e partilha de falsas informações, o inadvertido compartilhamento de informações incorretas e a publicização e a alteração de informações privadas em vazamentos e discursos de ódio.

A filosofia e a epistemologia têm enfatizado o papel da cognição na adesão ou não dos intérpretes, investigando se há crença na verdade desses conteúdos ou ignorância e vícios intelectuais, mas há na filosofia política quem (ROUSSIN, 2023) desloque o foco da crença errônea na veracidade do conteúdo para a expressão política, a violência das emoções e dos posicionamentos, permanecendo os intérpretes impermeáveis à checagem de fontes e dados.

A linguística tem dado sua contribuição em alguns textos fundamentais como *The language of Fake News*, de J. Grieve e H. Woodfield (2023) que busca descrever linguisticamente notícias verdadeiras e notícias enganosas, através de algumas variantes sociológicas (número de substantivos, tamanho de vocábulos, nominalizações etc.) que aparecem mais ou menos em *corpora* de textos controlados. Na análise do discurso brasileira, a coletânea *Discurso e (Pós)Verdade* (CURCINO, SARGENTINI, PIOVEZANI, 2021) permite levantar a questão dos enunciados mentirosos como funcionamentos discursivos, sempre conformados aos regimes de verdade que as épocas estabelecem, e particularmente a

nossa, em que cresce a suspeição e o ceticismo sobre discursos consolidados nas ciências e suas instituições.

Também na análise do discurso, Diana Luz Pessoa de Barros, em “Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino-aprendizagem na escola” (2019), faz um levantamento de seus trabalhos sobre discursos intolerantes de diversos tipos (racista, sexista, purista, fascista, separatista), em gêneros diversos, levantando procedimentos e estratégias desses enunciados. Lança bases para o entendimento dos discursos mentirosos a partir dos contratos de veridicção da semiótica discursiva de Greimas, lembrando que muitas vezes esses discursos servem para a desqualificação de sujeitos. Para Barros, a escola é fundamental na formação de alunos que sejam bons leitores, promovendo interpretações que reforcem a via racional e apontando as estratégias emocionais e sensoriais acentuadas nos textos mentirosos e intolerantes.

Nossa coletânea *Fake News: abordagens discursivas* (ALMEIDA; BARONAS; 2023) também oferece uma modesta contribuição ao tema, a começar pela tradução do texto fundamental de Juliette Roussin, “Fake news: um problema de crença”, e pelos experimentos que fizemos em torno de sua hipótese de base: a expressão política é a grande motivação para a adesão e o compartilhamento de textos mentirosos (e intolerantes), resultando na ineficácia da checagem em muitos casos. Nossos textos procuram lançar bases para o entendimento do fenômeno a partir de conceitos de Marie-Anne Paveau (2013; 2015), como pré-discursos e virtude discursiva, que permitem aprofundar a hipótese de Roussin sobre o papel das crenças e valores dos agentes na interpretação das *fake news*.

A maioria dos trabalhos em linguística e mais particularmente dos estudos do discurso está dispersa em revistas acadêmicas e outras publicações, tornando difícil o acesso ao conjunto das contribuições da área ao tema. É nesse sentido que propomos o presente dossiê, que examine aspectos linguísticos, textuais, discursivos, enunciativos e técnicos da produção e circulação de discursos de ódio, de desinformação e *fake news*, de discursos negacionistas, de discursos antigêneros, racistas, aporofóbicos etc., assim como as emergentes e necessárias formas de contradiscurso e suas práticas discursivas de ressignificação, revascularização e resistência a essas retóricas extremistas e antidemocráticas.

Nos parece que este é o grande diferencial teórico-metodológico deste dossiê, se comparado a outros já existentes, é não apenas descrever o funcionamento discursivo desses discursos, que por falta de uma melhor designação poderíamos chamar de espectrais, tarefa deveras pertinente e relevante socialmente, mas de engendrar práticas discursivas de

resistência¹ a esses discursos. Sinopticamente e, correndo todos os riscos que tal sumarização implica, designamos os discursos de ódio, de desinformação e *fake news*, os discursos negacionistas, antigêneros, racistas, aporofóbicos, etc. como espectrais, pois são discursos cuja presença na nossa sociedade é (in)corpórea; fantasmagórica e, conseqüentemente, perigosa e ameaçadora. Na mesma direção, Hélio Oliveira (2021a; 2021b) tem pesquisado discursos de ódio e negacionistas como atópicos, isto é, sem um lugar autorizado socialmente, parasitários de outros gêneros, ocultados (muitas vezes pelo anonimato).

Procuramos, com esta proposta, evocar diversas subáreas da linguística, que podem assim oferecer suas contribuições a essa demanda premente das sociedades democráticas. Incluímos os aspectos técnicos na chamada para sinalizar e fomentar trabalhos que investiguem aquilo que sabemos por experiências próprias: os algoritmos não são neutros (são aporofóbicos, gordofóbicos, politicamente posicionados etc.). Inserimos também os contradiscursos no intuito de repertoriar as estratégias de resistência que têm sido propostas, como campanhas massivas de desmentido contra enunciados difamatórios que disputam a hegemonia e estabilização de narrativas.

A primeira satisfação que tivemos ao lidar com os textos submetidos à nossa chamada foi ver um número significativo de pesquisas sobre discursos mentirosos e intolerantes, resultando na aprovação de 14 textos que aqui estão reunidos². Esta amostra nos parece bastante representativa do que tem sido produzido no Brasil sobre esses discursos, já que pesquisadoras (em maioria) e pesquisadores de todas as regiões do país estão aí contemplados. Também há uma grande diversidade de gêneros do discurso e plataformas pesquisadas (notícia digital, comentário e postagens no Instagram, no Facebook e no Twitter, live no Youtube etc.) e diversos enfoques evocados para constituir modos de análise: da Linguística Textual à Pragmática, passando pela Análise de redes, com maior peso em abordagens discursivas (M. Pêcheux, D. Maingueneau, N. Fairclough etc.). As temáticas também não são restritas: da desinformação à

¹ Entendemos a noção-conceito de resistência com base em Pêcheux (1990, p. 16) para quem as resistências são: “não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira, que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras da sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido. E através dessas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um *acontecimento histórico*, rompendo o círculo da repetição”.

² Optamos por não apresentar cada um dos textos aqui publicados, pois, por um lado, cada artigo traz na sua organização um resumo que o circunscreve e, por outro, essa apresentação poderia influenciar a maneira como os/as nossos/as leitores/as poderiam adentrar no dossiê.

impolidez, do discurso militarista às postagens anticientíficas, do racismo em notícias digitais à progressão temática em discursos de Jair Bolsonaro, tudo nos leva a crer na qualidade do material e no sucesso do dossiê que ora segue para o público. Esperamos que essa variedade de enfoques e temas possa dialogar na busca por mudanças discursivas neste momento político e possa também fomentar cursos, novas pesquisas, dissertações e teses, artigos de divulgação científica, material didático e estratégias pedagógicas. Será cumprido, assim, seu potencial de resistência e de marcha da diversidade em um mundo que parece retroceder. Por último, registramos um agradecimento especial a todos/as os/as pareceristas pelo apoio imprescindível na avaliação dos textos aqui publicados.

Referências

ALMEIDA J.; BARONAS, R. L. (Org.) **Fake news: abordagens discursivas**. Araraquara, SP: Letraria, 2023.

BARROS, D. L. P. Algumas reflexões sobre o papel dos estudos linguísticos e discursivos no ensino-aprendizagem na escola. **Estudos Semióticos**, v. 15, n. 2, São Paulo, p. 1-14, dez. 2019.

CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. (Org.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021.

GRIEVE, J; WOODFIELD, H. **The language of fake news**. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

OLIVEIRA, Hélio. O discurso de ódio: polarização e limitação do outro. In: VILELA-ARDEGHI, Ana Carolina; SALGADO, Luciana Salazar (Org.). **Língua, linguagem, interfaces**. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2021a. p. 27-53.

OLIVEIRA, Hélio. O “Gabinete das Sombras” e o discurso negacionista no Brasil: **Cadernos de Linguística**, v.2, n. 4, p. 1-21, 2021b.

PAVEAU, M-A. **Linguagem e moral**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2015.

PAVEAU, M-A. **Os pré-discursos: sentido, memória e cognição**. Tradução de Greciely Costa e Debora Massmann. Campinas: Pontes Editores, 2013.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. de José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 19, Campinas, jul./dez. 1990.

WARDLE C.; DERAKHSHAN D. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

Entre Vitória, ES, e São Carlos, SP, primavera de 2023.

Uma apropriação de cenografia: o uso da cenografia jornalística para difusão de desinformação contra pessoas trans

An appropriation of scenography: the use of journalistic scenography to spread disinformation against trans people

Fellipe de Souza Gualberto Leite¹
Érika de Moraes²

Resumo: A desinformação encontra um terreno fértil na web para sua disseminação. Dentre outros motivos, uma das causas desse fenômeno pode ser a fragilização das cenas englobante e genérica (Maingueneau, 2010), realidade detectada por Maingueneau já antes da popularização da web, mas que se potencializa nos enunciados produzidos nesse médium, permitindo que discursos de um gênero se passem como integrantes de outro. Tendo isso em vista, este artigo objetiva entender algumas estratégias enunciativas e técnicas presentes em enunciados de desinformação contra a comunidade transexual, publicados no perfil do Twitter da Revista Oeste. Nesse processo, lançamos mão do conceito de cenografia (Maingueneau, 2010, 2017) e do tecnodiscurso (Paveau, 2021), para, a partir do prisma da Análise do Discurso de linha francesa, investigar características da cenografia iconotextual e arquitetural no perfil da Revista Oeste que criam uma cenografia típica do discurso jornalístico. Concluímos que, por mais que os enunciados desse perfil façam emergir pré-construídos (Pechêux, 1975) transfóbicos, a criação de uma cenografia jornalística cria a impressão de que estes sejam enunciados jornalísticos.

Palavras-chave: Análise do Discurso francesa; comunicação digital; cenografia; jornalismo; desinformação.

Abstract: Disinformation finds fertile ground on the web for its dissemination. Among other reasons, one of the causes of this phenomenon may be the weakening of encompassing and generic scenes (Maingueneau, 2010), a reality detected by Maingueneau since before the popularization of the web, but which is enhanced in the statements produced in this medium, allowing speeches from a gender pass as members of another. With this in mind, this article aims to understand some enunciative strategies and techniques present in disinformation statements against the transsexual community published on Revista Oeste's Twitter profile. In this process, we make use of the concept of scenography (Maingueneau, 2010, 2017) and technodiscourse (Paveau, 2021), to, from the prism of French Discourse Analysis, investigate characteristics of iconotextual and architectural scenography in the profile of the Revista Oeste that create a typical scenography of journalistic discourse. We conclude that, even though the

¹ Universidade Estadual Paulista - UNESP, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - Câmpus de São José do Rio Preto, SP, Brasil. Endereço eletrônico: fellipe.g.leite@unesp.br.

² Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), Câmpus de Bauru; credenciada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do IBILCE-UNESP, Campus de São José do Rio Preto, SP, Brasil. Endereço eletrônico: erika.moraes@unesp.br.

statements of this profile make transphobic pre-constructed (Pechêux, 1975) emerge, the creation of a journalistic scenography creates the impression that these are journalistic statements.

Keywords: french Discourse Analysis; digital communication; scenography; journalism; disinformation.

Introdução

A Análise do Discurso de vertente francesa (AD) é uma área da Linguística que permite a pesquisa, a análise, o estudo e a compreensão de regularidades e do funcionamento de unidades linguísticas em conjunto, ou seja, no nível do discurso e em sua relação com o interdiscurso. Pêcheux, um dos responsáveis pela fundação dessa disciplina, estabeleceu que, para se compreender os discursos, é preciso “acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico” (2014, p. 78). Ou seja, é necessário levar em conta outros fatores durante a análise para extrair o sentido de um enunciado, por exemplo, as condições de produção, que, para essa área do conhecimento, são determinadas por meio das “relações interindividuais que se manifestam no âmbito de um grupo” (Courtine, 2009, p. 51) e pelas conexões entre os planos históricos, psicossociológicos e linguísticos nos quais um discurso foi produzido.

Mais recentemente, Maingueneau foi um dos responsáveis por expandir os limites dessa disciplina e apontar novos elementos que também impactam no sentido de um enunciado. Para isso, o autor propôs o conceito de campo discursivo, que seria um espaço no qual “formações discursivas³ que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (Maingueneau, 2008, p. 34). Desse modo, além de ser definido pelas suas condições de produção, um enunciado também teria seu sentido determinado pelas relações que estabelece com o *Outro*, ou seja, outros discursos que estão em seu campo discursivo. Para essa relação de criação mútua de sentido entre enunciados de diferentes formações discursivas, Maingueneau deu o nome de Interdiscurso.

O discurso jornalístico, por exemplo, seria integrante de diversos campos discursivos, (como o da comunicação, o da política etc.) e pode ser incluído nesses diferentes espaços conforme os objetivos de uma pesquisa e o recorte construído pelo analista do discurso. Para

³ Posteriormente, em um prefácio escrito para essa obra, Maingueneau defendeu: “alguns pontos me parecem hoje discutíveis: por exemplo, a utilização frouxa da noção de ‘formação discursiva’ (hoje se falaria preferencialmente de ‘posicionamento’)” (2008, p. 12). Com esse comentário, o autor se afasta da concepção de Formação Discursiva e propõe o uso do conceito de posicionamento para tratar de discursos em concorrência em um determinado campo discursivo delimitado pelo analista.

os propósitos deste artigo, iremos analisar o discurso jornalístico em sua participação no campo discursivo da Comunicação (mais precisamente no meio digital), ou seja, competindo com outros discursos que também integram esse campo, como o Publicitário, o do Entretenimento e enunciados que tentam se passar por jornalísticos, mas se caracterizam como desinformação.

A desinformação seria uma construção enunciativa que envolve a informação apresentada de forma “descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. A desinformação não é necessariamente falsa; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade” (Bezerra; Brisola, 2018, p. 3319).

Na perspectiva da Análise do Discurso, se torna problemático discorrer sobre a *verdade*, tendo em vista que, por mais que um acontecimento se dê como concreto no mundo real, todas as notícias sobre esse serão construções discursivas transpassadas pela ideologia compartilhada pelo sujeito e por sua subjetividade e não, de fato, *verdadeiras*. Em trabalhos anteriores, analistas do discurso já discutiram a forma como “as notícias apuradas também não constituem acesso à verdade em si, mas comportam efeitos de sentido sobre acontecimentos que também são discursivamente construídos” (Moares, 2019, p. 138). Nilson Lage, pesquisador da área do Jornalismo, também reconhece que o discurso jornalístico não consegue, realmente, ter acesso à *verdade* ao declarar que “um jornalismo que fosse a um só tempo objetivo, imparcial e verdadeiro excluiria toda outra forma de conhecimento, criando o objeto mitológico da sabedoria absoluta” (1981, p.19). Em outras palavras, a ideia de que os discursos jornalísticos compartilham uma *verdade absoluta* não é aceita nem pela Análise do Discurso, nem pelo Jornalismo.

No entanto, se faz necessário ressaltar que o Jornalismo se constitui como uma prática profissional que, pelo menos deveria, de acordo com o que preveem os códigos de deontologia da profissão, retratar um acontecimento com “uma definição ampla e profunda da informação” (Bertrand, 1999, p. 86), além de ter a obrigação de apresentar em seus enunciados (na medida do possível), “um relatório exato, completo e compreensível da realidade” (ibidem, p. 86) e de se comprometer com “a condição de não deformar a informação” (ibidem, p. 105). Segundo o manual de redação de um dos maiores veículos jornalísticos do Brasil, “entende-se por jornalismo profissional aquele que segue regras técnicas e padrões de condutas que garantem relatos fidedignos de fatos relevantes” (FOLHA DE S. PAULO, 2021, p. 16).

Sendo assim, caracterizamos como *discurso jornalístico* os enunciados que se propõem a integrar esse discurso e, ao mesmo tempo, se preocupam em seguir as delimitações éticas dos

códigos deontológicos dessa prática, se comprometendo em criar uma representação fiel da realidade e abandonar, na medida do possível⁴, a subjetividade, compartilhando informações que sejam verdadeiras, ou pelo menos, verificáveis, já que “do ponto de vista técnico, a notícia não é avaliada por seu conteúdo moral, ético ou político; o que importa é se de fato aconteceu aquilo ou, no caso de uma entrevista, se o entrevistado disse realmente aquilo” (Lage, 2011, p. 22).

Por sua vez, segundo a base teórica recrutada para este artigo, os enunciados caracterizados como desinformação não teriam a preocupação ou o compromisso de representar a realidade de forma fidedigna (como o jornalismo tem, pelo menos em teoria), mas compartilhariam informações manipuladas, descontextualizadas e tendenciosas. Serrano debate sobre o tema em seu livro *Desinformação: como os meios de comunicação ocultam o mundo* (2008) ao afirmar que:

Ao distorcer a verdade em vez de a violar, usando ênfase e outros embelezamentos auxiliares, os comunicadores podem criar uma impressão desejada sem recorrer a declarações explícitas e sem se afastarem demasiado da aparência de objetividade. O enquadramento é conseguido pela forma como a notícia é acondicionada, pela extensão da exposição, pela localização (primeira página ou enterrada, matéria principal ou última), pelo tom da apresentação (atitude aberta e/ou depreciativa), pelas manchetes e fotografias e, no caso de meios audiovisuais, efeitos de imagem e som. (Serrano, 2008, p. 37)

Em resumo, reconhecemos que a *verdade*, dentro da Análise do Discurso, só é válida de acordo com sistema de restrições de uma formação discursiva e com o modo como um sujeito enxerga o enunciado de seu Outro. Maingueneau aborda o tema ao evocar o conceito de polêmica e interincompreensão:

A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são ‘compreendidos’ no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas comente com o simulacro que dele constrói (2008, p. 99-100)

⁴ Pêcheux propõe o conceito de Esquecimento nº2 para tratar o modo como, ao enunciar, um sujeito pode conscientemente modificar o seu discurso de acordo com sua vontade. Segundo o autor: “constata-se, com efeito, que o sujeito pode *penetrar conscientemente* na zona do nº 2 e que ele o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro” (Pêcheux, 2014, p. 176). No entanto, também existiria o Esquecimento nº 1, “cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por essa razão, aparece como constitutivo da subjetividade da língua” (Pêcheux, 2014, p. 177). Podemos defender que um jornalismo que esteja de acordo com as regras deontológicas previstas para essa prática profissional exigiria que o profissional da área lançasse mão do Esquecimento nº 2 e, com o grau de consciência possível, editasse seu texto para tentar (mesmo que seja impossível) compartilhar informações que representem a realidade de forma objetiva. No entanto, o jornalista não tem acesso à zona do Esquecimento nº 1, fato que faz com que seus textos estejam sempre marcados pelo interdiscurso.

Deste modo, seria possível afirmar que a desinformação seria, de fato, desinformação, apenas do ponto de vista de alguns sujeitos, de modo que os enunciados incompletos, descontextualizados, fragmentados e retirados de sua historicidade poderiam representar a *verdade* para sujeitos em certas posições ideológicas e a *mentira*, ou uma *meia verdade* para sujeitos em outras posições ideológicas. No entanto, o fato de uma pessoa considerar uma informação verdadeira não exclui o fato desta, empiricamente, estar distorcida, manipulada ou ser tratada de maneira tendenciosa para atacar uma minoria, o que ocorre no material recrutado para o *corpus* deste artigo. Em outras palavras, um enunciado pode sim ser visto como verdadeiro aos olhos de sujeitos inseridos em determinadas posições ideológicas, porém, esse não deixaria de caracterizar desinformação, de tentar se passar como integrante de um jornalismo *tradicional* para compartilhar informações incompletas, descontextualizadas, tendenciosas e, desse modo, usar a cenografia jornalística para atacar grupos minoritários.

Neste artigo em específico, temos como objetivo apontar os aspectos discursivos e técnicos que podem favorecer o entendimento de enunciados caracterizados como desinformação como discursos jornalísticos. Para isso, lançaremos mão do conceito de cenografia, que diz respeito à forma como um enunciado “ao se desenvolver, esforça-se para construir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (Maingueneau, 2004, p. 87). A cenografia nos ajuda a entender como, através da enunciação, um enunciador busca tornar o seu enunciado integrante de um discurso ou gênero discursivo.

Como *corpus*, delimitamos enunciados do perfil no Twitter da *Revista Oeste*, uma página alinhada ao discurso da extrema direita que se afirma como “jornalismo de excelência com clareza e respeitando o seu tempo”. Na prática, ao invés de respeitar a deontologia jornalística, as produções dessa revista apresentam ataques a grupos como a comunidade negra, feminina e LGBT. Concentramos nossa análise em produções que tratam sobre a população transexual, que foram publicadas entre os dias 1 e 5 de maio de 2023 e são representativas sobre os modos como esse veículo difunde desinformação. Ainda com o aparato da Análise do Discurso, também demonstramos como a construção cenográfica e os elementos tecnodiscursivos (Paveau, 2021) desse perfil se esforçam para construir a imagem de discursos jornalísticos. Por fim, o artigo busca fazer uma contextualização teórica a respeito dos conceitos de gêneros discursivos na web (Maingueneau, 2015 e 2017), tecnogêneros (Paveau, 2021), cenografia (Maingueneau, 2004), além de uma explanação sobre o Twitter.

Os gêneros discursivos e o gênero jornalístico

Segundo Maingueneau, um gênero discursivo é uma categoria “fundada sobre critérios de ordem situacional, uma vez que se trata de dispositivos de comunicação sócio-históricos definidos. Um gênero de discurso prescreve papéis para os participantes, uma finalidade, um médium, uma organização textual etc.” (2017, p. 137). No entanto, nas palavras do autor, os gêneros seriam “os átomos da atividade discursiva. Mas eles só adquirem sentido quando integrados a unidades de classe superior, os tipos de discurso” (Maingueneau, 2015, p. 66).

Por sua vez, o conceito de tipo de discurso foi criado para “designar práticas discursivas ligadas a um mesmo setor de atividade, agrupamentos de gêneros estabilizados por uma mesma finalidade social” (Maingueneau, 2015, p. 66). Neste artigo, interessa-nos o tipo de discurso jornalístico, esta seria a categoria responsável por unir e conferir uma mesma finalidade social e condição histórica aos gêneros ligados à atividade jornalística, por exemplo, a notícia, a nota, a reportagem e a crônica.

A rigor, todos os gêneros discursivos agrupados no tipo de discurso jornalístico, além de serem enunciados produzidos por profissionais dentro do exercício dessa profissão, ainda devem se ater ao código de normas e à deontologia do jornalismo para serem considerados integrantes desse gênero. Dentre as regras para se produzir um discurso jornalístico, Bertrand, um estudioso do tema, cita, por exemplo, ter a preocupação de “ser primeiramente um serviço público, e não uma máquina de dinheiro” (Bertrand, 1999. p. 11), “ter uma definição ampla e profunda da informação” (ibidem, p. 86), “ser independente, frente às forças econômicas e políticas” (ibidem, p. 85) e “fornecer um relatório exato, completo e compreensível da realidade” (ibidem, p. 86). Se as produções do gênero jornalístico realmente conseguem cumprir esses requisitos é uma outra questão, o importante é que há um esforço dos produtores para que seus enunciados sejam adequados a essas regras. Essa dinâmica pode ser resumida na afirmação de que “a imprensa tradicional evoca a deontologia para produzir o efeito da credibilidade na tentativa de resguardar seu papel contemporâneo, o que nos leva a considerar a deontologia como elemento constitutivo das condições de produção do discurso jornalístico” (Moraes, 2019, p. 25).

Reiterando o que foi defendido na introdução, ressaltamos que, no campo discursivo da Comunicação, existem vários tipos de discurso em embate, como o Jornalístico, o Publicitário e até mesmo discursos de desinformação. Sendo assim, por mais que os enunciados jornalísticos afirmem seu território por meio de produções que buscam se encaixar em sua deontologia, a

divisão entre este e outros tipos discursivos pode não ser clara e, em alguns casos, existe até mesmo um esforço de alguns tipos discursivos para se passarem por enunciados jornalísticos.

A tentativa de discursos do campo da Comunicação de imitar o discurso jornalístico ocorre com o objetivo de se respaldar na credibilidade atribuída a esse tipo discursivo, conforme discorre Bertrand:

A excepcionalidade de que goza o jornalismo, dentre as instituições democráticas, consiste em que seu poder não repousa num contrato social, numa delegação do povo por eleição ou nomeação com diploma ou por voto de uma lei impondo normas. Para manter seu prestígio e sua independência, a mídia precisa compenetrar-se de sua responsabilidade primordial: servir a população (1999, p. 22-23).

Um exemplo comum desse fenômeno são enunciados do tipo publicitário que circulam pela internet e imitam, por meio de sua diagramação ou linguagem, a aparência de um enunciado do tipo jornalístico. Ao confundir o leitor e fazê-lo pensar que uma propaganda constitua um enunciado jornalístico, são criados efeitos que fazem alguém acreditar que um enunciado não seja uma publicidade (na qual se pretende vender algo), mas sim uma notícia, na qual o item ou informação em questão são apresentados como *verdadeiros* e com eficácia comprovada.

Além do tipo publicitário, a desinformação também tenta recorrentemente fazer seus enunciados serem compreendidos como jornalísticos. Esse fenômeno se torna mais complexo na internet, uma vez que, enquanto em um jornal impresso existem certas seguranças, como a sinalização de conteúdo publicitário, em redes sociais figuram lado a lado, e sem indicação, enunciados jornalísticos e desinformação.

Sobre a questão dos gêneros discursivos no ambiente digital, é importante relembrar como os gêneros são, antes de mais nada, dispositivos de comunicação definidos social e historicamente. Sendo assim, esses possuem a sua forma, sentido e funcionamento modificados de acordo com o contexto e o médium a que se vinculam. Maingueneau já havia reconhecido o impacto dos suportes nos enunciados ao afirmar que:

É necessário reservar um lugar importante ao modo de manifestação material dos discursos, ao seu suporte, bem como ao seu modo de difusão: enunciados orais, no papel, radiofônicos, na tela do computador etc. Essa dimensão da comunicação verbal foi durante muito tempo relegada ao segundo plano. Estávamos habituados, especialmente nos estudos literários, a considerar o texto como sequência de frases dotadas de sentido, indiferentes a seu médium. Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o médium não é um simples ‘meio’ de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer (2004, p. 71).

Sobre a produção discursiva no médium digital, por exemplo, em redes sociais ou sites na web, Paveau afirma que os gêneros seriam dotados de “uma dimensão compósita, derivada de uma coconstituição do linguageiro e do tecnológico” (2021, p. 328). A autora demonstra como os enunciados produzidos em ambiente digital possuem, além de sua parte textual, uma dimensão tecnodiscursiva rica em informação e que altera o significado de enunciados nativos digitais.

Por exemplo, o tuíte é um gênero nativo da plataforma Twitter que apresenta elementos tecnodiscursivos próprios que acompanham todos os enunciados feitos na plataforma, como o horário de publicação, a foto de perfil do usuário, usuário acompanhado do símbolo @, nome do enunciador e diversos outros dados que são responsáveis por proporcionar ou modificar o entendimento do leitor.

A cenografia

Maingueneau, em suas pesquisas, defende que sites na web uniformizam enunciados feitos a partir de suas plataformas. Um tuíte, por exemplo, seja este feito pelo perfil oficial de um jornal de grande circulação, ou por uma conta comum, contará com características semelhantes, como usuário acompanhado de @, limite máximo de caracteres e foto de perfil, além de possuir basicamente o mesmo design. Nesse caso, como então um enunciador poderia, por meio de sua enunciação, demonstrar a sua identidade e afirmar o seu enunciado como participante, por exemplo, do gênero jornalístico?

Para esse autor, os gêneros nativos da web seriam mais bem definidos como hipergêneros:

Não se pode negar, entretanto, que existem gêneros na web, categorias tais quais sites de negócios, blogs, sites de informação, sites sociais etc. De fato, não estamos em uma lógica de gênero de discurso: temos em questão aqui uma categorização que ressalta o que chamamos de *hipergênero*. Esses gêneros de sites são, em realidade, formatações pouco coercivas que rendem possíveis cenografias muito variadas (Maingueneau, 2017, p.148).

O pesquisador ainda completa o raciocínio ao afirmar que o conceito de hipergênero permite usar “coações muito pobres, uma simples formatação; para caracterizar um texto como diálogo, por exemplo, basta pôr em cena ao menos dois locutores” (Maingueneau, 2017, p. 139-140). O tuíte pode ser visto, então, como um exemplo de hipergênero, uma vez que, para caracterizar um enunciado nessa categoria, bastaria que esse fosse criado na plataforma Twitter. No entanto, o tuíte, assim como o diálogo, pode tratar dos mais diferentes temas e assuntos,

além de estar presente em diversos cenários, como o jornalístico, o publicitário, ou da desinformação.

Em redes sociais, como o Twitter, os enunciados dos mais diversos gêneros circulam de forma padronizada (com o mesmo design e elementos tecnodiscursivos semelhantes), o que gera um prejuízo em relação à compreensão sobre a qual gênero o discurso pertenceria. Afinal, enquanto no papel o jornal se apresenta de um jeito e o panfleto publicitário de uma forma diferente, no Twitter, por sua vez, todos os gêneros circulam da mesma forma. Sendo assim, para se diferenciar de outros enunciados, os enunciados nativos digitais criaram uma nova estratégia: modificar a forma como se apresentam e se constroem a partir da própria enunciação. Nas palavras de Maingueneau: “é doravante a cenografia que interpreta um papel chave: a principal fonte é a encenação da comunicação, que mobiliza massivamente as fontes propriamente verbais, multimodais (imagem fixa, em movimento, som) e as operações hipertextuais” (2017, p. 143).

A cenografia é um dos três elementos que compõem uma cena da enunciação, o primeiro destes é “a cena englobante, que corresponde, grosso modo, ao que chamamos de tipo de discurso (político, jornalístico, literário...), uma esfera de atividade social” (Maingueneau, 2017, p. 141); o segundo é a “cena genérica que determina uma finalidade à atividade de fala, papéis a seus autores, prescreve circunstâncias (lugar, momento...) legítimas, sua extensão, seu médium etc.” (Maingueneau, 2017, p. 141). Por fim, o último desses elementos é a cenografia, que diz respeito à:

Forma pela qual o enunciador instala através de sua enunciação mesma a situação a partir da qual ele pretende enunciar. A cenografia não é, portanto, um quadro, um cenário, como se o discurso sobrevivesse do interior de um espaço já construído e independente desse discurso: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se por colocar progressivamente em lugar seu próprio dispositivo. É, portanto, um processo recíproco: de sua emergência, a palavra supõe certa cenografia, a qual deve se validar através da enunciação mesma. A cenografia é, ao mesmo tempo, de onde vem o discurso e o que engendra o discurso; ela legitima um enunciador que, em retorno, deve legitimá-la, deve estabelecer que esta cenografia da qual vem a palavra é precisamente a cenografia requisitada para enunciar como se convém nessas circunstâncias (2017, p. 141).

Sendo assim, devido ao fato de as plataformas digitais, como blogs e o Twitter, possuírem formatos pré-programados nos quais todos os enunciados são produzidos, as cenas genérica e englobante – responsáveis por transmitir para o leitor o gênero e tipo de um texto respectivamente, e assim ajudar em sua compreensão – acabam se deteriorando. Para compensar essa perda de informação, um enunciado digital infla a cenografia, ou seja, a forma

como se constrói e se apresenta ao público. Nas palavras de Maingueneau (2010, p. 133) sobre enunciados nativos digitais: “em detrimento da cena genérica e da cena englobante, a cenografia tem papel central: o problema principal é encenar a comunicação de acordo com a estratégia de seus produtores”.

Porém, neste caso, um novo problema surge: não apenas enunciados jornalísticos podem trabalhar a construção de sua cenografia para transmitirem a impressão de pertencerem a esse gênero, mas também enunciados publicitários e de desinformação podem imitar uma cenografia jornalística para, falsamente, tentarem parecer membros de um gênero discursivo que na verdade não é o seu, assim furtando a credibilidade do jornalismo para transmitirem informações falsas, desinformação, propagar ódio contra minorias ou tentar vender produtos.

O Twitter

Como já estabelecido anteriormente, os enunciados feitos no Twitter pertencem ao hipergênero tuíte, uma coerção fraca para tratar todos os discursos que podem ser produzidos por meio dessa rede social e são homogeneizados pela forma que a plataforma os impõe. De acordo com Paveau (2021, p. 119), também é importante ressaltar que os tuítes “não são mais matérias puramente linguísticas, mas matérias compósitas mestiçadas com o não-linguageiro de natureza técnica”. Sendo assim, um tuíte não é composto apenas pela parte textual do enunciado, mas também por todos os elementos técnicos que o acompanham.

Especificando com detalhes as características das produções no Twitter, Paveau (2021, p. 369) diz que: “um tuíte é um enunciado plurissemiótico complexo, limitado a 140 caracteres com espaço, fortemente contextualizado e não modificável, produzido nativamente on-line na plataforma de microblogagem Twitter”. Desde o momento em que a autora escreve até a atualidade, houve algumas mudanças nessa rede social, como o aumento do limite de caracteres para 280 para todos os usuários; além disso, a compra do Twitter pelo empresário Elon Musk gerou uma série de modificações.

Antes da troca de gestão na empresa, um tuíte contava, além do texto verbal, com elementos tecnodiscursivos como foto de perfil em formato redondo, nome ou pseudônimo do enunciatador, usuário (acompanhado do @), data e horário do tuíte, lista de operações possíveis (responder, retuitar, curtir) com dados numéricos que expressam a quantidade de vezes que estas operações foram realizadas, botão com seta para mais opções (copiar link, bloquear) e, em alguns casos, a localização do enunciatador.

Em certas contas, um tuíte era acompanhado de um selo azul localizado ao lado do nome de usuário. O ícone azul era chamado de *selo de verificado*. Esse elemento tecnodiscursivo era distribuído pela equipe do Twitter e, segundo a Central de Ajuda oficial da plataforma, era destinado apenas para contas Autênticas (que comprovam a identidade do seu dono por meio de documentos, website ou e-mail oficial), Notáveis (que representam um indivíduo ou marca reconhecida alvo notícias, com uma página na Wikipédia ou com alto número de pesquisas no Google) e Ativas (que possuem imagem de perfil, nome, não foram bloqueadas, e outros requisitos).

Sendo assim, o selo de verificado era usado pelo Twitter para confirmar a identidade de uma figura pública ou empresa e criar efeitos de sentido como os de credibilidade e notoriedade para todos os enunciados feitos a partir de uma conta que o possuía. Dessa forma, mesmo não fazendo uso de nenhuma palavra ou forma linguageira, esse elemento tecnodiscursivo transmitia informação, ou seja, a presença do ícone ao lado do nome de um usuário afirmava que *esta conta não se trata de um fake e é de interesse público*, ainda não excluindo a possibilidade de um com essa ferramenta compartilhar informações falsas ou omissas.

No caso de jornais e veículos de imprensa, o selo de verificação era responsável por demonstrar que o Twitter havia atestado que aquela conta era oficial, não se tratando de um *fake* tentando se passar pelo perfil oficial do jornal. Desse modo, um enunciado jornalístico no Twitter teria a sua cenografia construída não apenas pela enunciação, que segue as normas da deontologia desse discurso, mas também por meio do ícone verificado que apontava o perfil como confiável.

Após a venda do Twitter para o empresário Elon Musk, essa plataforma passou a funcionar de modo distinto. Atualmente os membros dessa rede social podem usá-la de dois diferentes modos. O primeiro destes é gratuito e conta com as funções descritas por Paveau (2021) no começo deste capítulo; o segundo modo é liberado por meio de uma assinatura do plano chamado Twitter Blue, que permite tuítes de até 10 mil caracteres e modificações no texto depois de publicado.

Todos os usuários que fazem a assinatura do Twitter Blue recebem um selo azul de verificado e, desde o dia 20 de abril de 2023, a assinatura e o pagamento desse plano se tornaram a única forma de ter acesso aos selos. Sendo assim, tanto entidades jornalísticas, quanto usuários comuns podem ter seus perfis verificados ao pagarem um plano do Twitter Blue. Por fim, o sistema de assinaturas do Twitter também conta com uma opção para empresas chamada Twitter Blue for Business, neste caso é necessário pagar US \$1000,00 por mês para ter acesso

a algumas ferramentas exclusivas, como uma foto de perfil em forma quadrada e o selo de verificado dourado.

A mudança no sistema de selos e verificação causou confusão. Existem jornais de relevância nacional, como o Estadão, que optaram por assinar a versão mais barata do Twitter Blue e, por isso, contam apenas com o selo azul, ao mesmo tempo, jornais de igual impacto, como a Folha de S. Paulo, optaram pelo plano mais caro e exibem o selo dourado e, por fim, existem também perfis que não são propriamente jornalísticos, como é o caso da Revista Oeste, que apresentam o selo dourado e, com essa ferramenta e também outras, cria uma cenografia que permite transmitir a ideia de seus enunciados serem membros do gênero jornalístico, mesmo que estes não se preocupem em seguir as regras deontológicas, não sejam criados por profissionais da área e não tenham preocupações éticas.

O ponto que queremos demonstrar é que, com a mudança de gestão no Twitter, elementos tecnodiscursivos que impactavam na compreensão do usuário de um texto e ajudavam na construção cenográfica de um discurso, fazendo com que este seja compreendido como integrante de um determinado gênero discursivo, passaram a ser comercializados, ou seja, agora um usuário comum pode pagar por elementos que ajudam a construir uma cenografia que transmite a ideia de credibilidade, enquanto antes esta era disponível apenas para perfis testados e verificados por administradores da plataforma.

A simulação do gênero jornalístico por meio da cenografia

Partindo do ponto de que os tuítes possuem as suas cenas englobante e genérica fracas devido à padronização imposta pela rede, é preciso que esses enunciados se dediquem a inflar a sua cenografia para serem compreendidos como integrantes de um gênero. A Revista Oeste, por mais que não produza enunciados adequados às restrições deontológicas do jornalístico, ainda consegue estabelecer uma cenografia que faz com que as suas produções sejam confundidas como integrantes desse tipo discursivo.

Maingueneau (2017, p. 144) afirma que na web a cenografia pode se dar em três diferentes dimensões, primeiramente esta ocorre de forma iconotextual, ou seja, baseando-se na forma como “o site mostra as imagens e constitui ele mesmo um conjunto de imagens em uma tela” (2017, p. 144). No caso do perfil Revista Oeste no Twitter, dentre os elementos tecnodiscursivos que contribuem para a criação de uma cenografia iconotextual jornalística, podemos citar, em primeiro lugar, o nome do perfil e o usuário que são, respectivamente,

Revista Oeste e *@revistaoste*. O fato de esse usuário se definir como uma *revista* colabora para que seja visto como um produtor de discursos jornalísticos.

Nota-se, então, que, no que tange à cenografia iconotextual, elementos que podem ser comprados na atual gestão do Twitter também são responsáveis por criar efeito de credibilidade e a impressão de um discurso jornalístico, como o fato de o perfil possuir um selo dourado de verificação. Além disso, a capa disponível no perfil da *Revista Oeste* também contribui para a construção de uma cenografia iconotextual jornalística, uma vez que nessa imagem o perfil se apresenta como “jornalismo de excelência com clareza e respeitando o seu tempo”.

Vale ressaltar que a cenografia iconotextual também se manifesta no enunciado textual e na forma como esse busca se construir e afirmar o seu local dentro de um determinado gênero. A *Revista Oeste* produz seus tuítes como se criasse títulos jornalísticos, que nesse gênero discursivo seriam constituídos por “uma frase que contém as notações essenciais do lide, generalizando as denominações e frequentemente anulando a perfectividade própria do texto noticioso” (Lage, 2011, p. 50), ou então, como se elaborasse manchetes, que se caracterizam como um conteúdo destacado que pode ser definido como o “título principal de um jornal ou de uma página” (Lage, 2011, p. 49). Esse fenômeno será exemplificado nas análises de tuítes, na próxima seção.

A segunda dimensão da cenografia digital descrita por Maingueneau é a arquitetural, referente ao modo como um site é “uma rede de páginas dispostas de certa maneira” (2017, p. 144), ou seja, está ligada ao fato de que qualquer discurso na internet estabelece “relação com outros tecnodiscursos em decorrência da estrutura hipertextual da web” (Paveau, 2021, p. 311). No caso do perfil da *Revista Oeste*, os tuítes possuem hiperlinks que transportam o leitor para os enunciados completos no seu site. O fato de perfis de jornais *tradicionais*, como a *Folha de S. Paulo*, usarem o mesmo método para compartilhar suas notícias contribui para que a cenografia arquitetural da *Revista Oeste* seja igual à de veículos jornalísticos reconhecidos: com um pequeno enunciado descrevendo a matéria presente no site e um link que direciona o leitor para o texto.

A cenografia digital ainda contaria com uma dimensão procedimental, relacionada ao fato de que “cada site é uma rede de instruções” (Maingueneau, 2017, p. 144), ou seja, se organiza e funciona de uma forma única, por exemplo, contando com várias páginas, ou com uma rolagem única, possuindo diversos botões e menus, ou uma estética minimalista.

A cenografia procedimental nesse caso não é definida pela *Revista Oeste*, uma vez que essa usa o Twitter e deve seguir as regras que foram impostas pela plataforma. Sendo assim, é

possível afirmar que todos os tuítes analisados neste artigo contam com a cenografia procedimental estabelecida pelo Twitter, em outras palavras, seguem as regras ditadas pelo site e fazem uso dos artifícios disponíveis, como o compartilhamento de links, a permissão de comentários e outros.

No caso de jornalismo no Twitter, ou de enunciados que tentam emular a cenografia jornalística no Twitter, não acreditamos que a dimensão procedimental possa trazer ganhos. Na verdade, como já defendido anteriormente, a homogeneização de enunciados que tratam sobre os mais diversos temas, seguindo a mesma estrutura da plataforma, acaba por acentuar a deterioração da cena genérica e é responsável por um prejuízo comunicacional compensado pelo destaque das outras duas dimensões cenográficas descritas anteriormente.

Revista Oeste: gênero jornalístico ou não? Uma análise de enunciados sobre a população trans

Na seção anterior, demonstramos como os textos no Twitter da Revista Oeste se preocupam em emular a cenografia típica de uma enunciação jornalística e, desse modo, em uma primeira vista, podem transmitir a ideia de serem pertencentes a esse gênero. Já neste item iremos demonstrar que os enunciados feitos por esse perfil no Twitter não seguem as restrições deontológicas que deveriam, ao menos na teoria, estar presentes em todos os enunciados do discurso jornalístico – como promover um serviço público, fornecer um relatório plural da realidade e outros requisitos defendidos por Bertrand (1999) e citados na introdução – e, ao invés disso, focam em realizar ataques a minorias, como a população trans.

Entre os dias 1 e 5 de maio, foram feitos oito tuítes que abordavam temas sobre a comunidade transexual no perfil da Revista Oeste. Dividimos esses em quatro categorias, cada uma destas apresentando um diferente pré-construído sobre a comunidade transexual, ou seja, os tuítes da Revista Oeste remetem “a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (Pêcheux, 1995, p. 99). O conceito de pré-construído nos mostra como em um enunciado podem irromper ideias, construções, estereótipos e enunciações anteriores, que estão fixadas na memória discursiva⁵ de um grupo. No caso da Revista Oeste, todos os pré-construídos retornam a ideias e

⁵ Por *memória discursiva* não tratamos da memória individual, de lembranças ou da memória psicológica e cognitiva, mas usamos a concepção de Courtine que “diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (2009, p. 105-106) e remete ao fato de que “toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta — faz circular — formulações anteriores” (Courtine, 2009, p. 104). Em outras palavras, memória discursiva remete ao fato de que cada enunciado, de acordo com a sua ideologia e com o posicionamento no qual foi formulado, se filia (ou nega) um enunciado anterior para ter sentido e retorna, cita, esquece ou apaga certos enunciados posteriores.

construções transfóbicas, o que está diretamente ligado ao modo como a extrema direita enxerga essa população. A categorização apresentada a seguir é parte da análise que permite apreender, representativamente, o tipo de apropriação que é feito pelo veículo. Ao partir de pré-construídos que serão aqui explicitados, os títulos de cada categoria apontam aspectos significativos da cenografia que podem se somar a outros, em oportunidades futuras de pesquisa.

Primeira categoria

A primeira categoria é composta por enunciados que recorrem ao pré-construído transfóbico de que *Transexuais são perigosos para crianças e apoiam a sexualização infantil*. Nessa podem ser incluídos três tuítes nos quais a comunidade trans é retratada como um risco e é criada uma espécie de pânico moral, uma vez que os enunciados fazem os leitores acreditarem que o grupo sexualiza crianças.

O primeiro tuíte possui o enunciado “Drag queen de 13 anos viraliza com vídeo patrocinado por app de namoro gay” e apresenta, além do link para o site, a imagem de uma criança dançando em meio a diversos adultos. Nesse grupo também incluímos o post “‘Crianças trans’ estariam sendo tratadas desde os 2 anos nos EUA” que conta com uma foto de uma criança segurando a bandeira LGBT, mais uma vez caracterizando a cenografia da sexualização da infância. A Revista Oeste deixa de informar em seu tuíte que o processo de transição sexual para crianças é apenas social, ou seja, inclui adequação de pronomes e fornecimento de roupas do gênero com que a criança se identifica, enquanto tratamentos com bloqueadores de hormônios e a cirurgia de adequação sexual ocorrem apenas no período de adolescência ou fase adulta.

Por sua vez, o último integrante do grupo tem o enunciado “Trans agride meninas e mostra genitália em vestiário feminino de escola da Califórnia” e apresenta uma fotografia de uma menina próxima de outra pessoa de maior estatura e linguagem corporal hostil e ameaçadora, criando uma imagem de pessoas transexuais como perigosas, pervertidas ou, até mesmo, de predadores sexuais.

Os três casos apresentados pela Revista Oeste ocorreram nos EUA. A escolha desse perfil no Twitter de buscar notícias no exterior pode ter acontecido por um motivo: o Brasil se caracteriza como o país que mais mata pessoas transexuais há 14 anos consecutivos⁶, a repressão à comunidade trans no Brasil gera um cenário em que notícias como as descritas

⁶ Dados disponíveis no Dossiê: ASSASSINATOS e violências contra pessoas Trans em 2022, criado pela Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2023.

acima (tratamento desde os dois anos de idade e apresentação de menores em shows) é impensável. No entanto, a Revista Oeste fez um esforço para encontrar no exterior exemplos de acontecimentos que retratam a população transexual de forma negativa e que causariam pânico em indivíduos que compartilham as convicções ideológicas da extrema-direita. Ao apresentar essas informações para os brasileiros, a Revista Oeste omite, descontextualiza e não revela (com o cuidado que o jornalismo *tradicional* deveria ter) a realidade sobre os acontecimentos, compartilhando, desse modo, desinformação e contribuindo para a fixação de pessoas trans como perigosas e assediadoras de crianças na memória discursiva de sujeitos que têm o posicionamento ideológico alinhado com a extrema-direita.

Segunda categoria

O último enunciado descrito na categoria anterior também pode se encaixar na atual: *Mulheres trans não seriam verdadeiramente mulheres e representariam um risco para mulheres cis*. Nesse grupo também incluímos o tuíte “Trans vence competição de ciclismo feminino de elite nos EUA”.

Esses dois enunciados incitam ódio contra pessoas transexuais ao apresentar mulheres trans como “homens disfarçados de mulheres” que estariam roubando espaço de mulheres cis, competindo em um nível desigual, agredindo mulheres de forma covarde e até mesmo se disfarçando de mulheres para assediar garotas. Cria-se assim uma imagem de pessoas transexuais como figuras necessariamente perigosas que devem ser evitadas, ao reforçar cenografias que caracterizam pessoas *masculinizadas*.

A escolha de palavras em “Trans vence competição de ciclismo feminino” também é reveladora. O enunciador responsável pelo perfil da Revista Oeste faz questão de acentuar que a competição de ciclismo é *feminina* e, ao mesmo tempo, não usa o termo *mulher trans*, mas apenas “trans”, como se estivesse recorrendo ao pré-construído da extrema-direita de que mulheres trans não são realmente mulheres.

Terceira categoria

A terceira categoria proposta agrupa tuítes que transmitem a impressão de que *Qualquer pessoa pode ser transexual*. Um dos enunciados englobados nesse grupo é o tuíte “Vereador branco se declara mulher trans, lésbica e indígena nos EUA”. A imagem de um homem branco cis acompanhando a manchete transmite a ideia de que o conceito de transexualidade é banalizado, que qualquer pessoa poderia reivindicar esse título para si e, em alguns casos, até

mesmo para obter benefícios pessoais, como na competição de esportes descrita no grupo anterior.

O outro enunciado desse grupo é “‘Deficiente trans’: homem escolhe ser cadeirante e mulher decide ficar cega”. O tuíte, além de manifestar a impressão de que se identificar como transexual deve ser visto como um transtorno ou doença, também é responsável por disseminar a ideia de que qualquer pessoa pode reivindicar o aspecto trans e que todos os que aí se incluem possuem algum transtorno psicológico.

A Revista Oeste faz um enunciado que pode ser considerado como desinformativo nesse caso, uma vez que omite uma parcela do acontecimento e não informa que o vereador é um representante da extrema-direita nos EUA. O enunciado na íntegra disponível no site revela que o político queria “apontar as contradições da ‘ideologia de gênero’ da esquerda”, no entanto, os usuários que têm contato apenas com o tuíte são levados a interpretações erradas.

Desse modo, podemos afirmar que o enunciado é construído, conscientemente, de forma a banalizar a transexualidade, promovendo a fixação desse grupo como ilegítimo na memória discursiva dos sujeitos que seguem essa conta no Twitter, geralmente pessoas alinhadas com a extrema-direita.

Quarta categoria

Já a última categoria proposta inclui enunciados caracterizados como *Transexuais são recusados por grande parte da população*, e são relacionados ao caso da influenciadora Dylan Mulvaney, mulher trans que fez propaganda para uma marca de cerveja e que, após a divulgação do anúncio, sofreu boicote de grupos transfóbicos.

Foram publicados dois tuítes sobre o assunto: “Cerveja que fracassou em campanha com trans pode perder liderança de venda nos EUA” e “Fracasso de campanha com trans: CEO de cerveja agora nega a parceria”, ambos com a mesma foto da influenciadora com expressão de constrangimento, em uma captura que foi feita durante o vídeo da propaganda.

A presença do termo “fracasso” nas duas manchetes e a associação dessas a uma mulher transexual constrói o tom cenográfico, de forma a fazer o leitor pensar que as pessoas trans são responsáveis pela queda de vendas da cerveja e são repudiadas por uma grande parcela da sociedade.

Considerações finais, uma apropriação de generacidade

A Revista Oeste, ao criar uma cenografia jornalística, por meio de elementos iconotextuais e de sua cenografia arquitetural, faz uma espécie de *apropriação de generacidade*, apresentando-se como pertencente a um gênero que de fato não é o seu. Ao lançar mão de uma cenografia jornalística, a Revista Oeste busca trazer para si o prestígio e a confiança atrelada a esse gênero, sem seguir as suas restrições deontológicas e, na realidade, compartilhando enunciados selecionados a partir de sua própria visão de mundo e alinhamento ideológico, incitando o ódio contra grupos minoritários e fazendo com que os leitores acreditem que esses são uma representação da realidade ou a *verdade*, efeitos de sentido que tradicionalmente são associados ao jornalismo.

O fato de todos os enunciados que tratam sobre pessoas transexuais feitos pela Revista Oeste no período analisado apresentarem conotações negativas sobre este grupo – insinuando características como perversão sexual, um risco para mulheres e crianças, associação ao fracasso – demonstra que essa não se preocupa em fornecer um retrato plural da realidade, o que incluiria noticiar tanto fatos positivos quanto negativos sobre um tema, conforme premissa de produções do jornalismo, ainda que esse também apresente suas limitações. Ao contrário, existe na Revista Oeste uma espécie de curadoria na qual todos os conteúdos compartilhados focam em atacar e causar a fixação de memória negativa sobre essa comunidade. Trata-se de uma atuação particular da “sintaxe do destacamento” (Moraes, 2020) em prol da produção de efeitos de sentidos de interesse do enunciador.

Desse modo, demonstrou-se que os gêneros nativos digitais, ao terem suas formas homogeneizadas pelas plataformas que os sustentam e impõem um esfarelamento da cena genérica e englobante, abrem espaço para um novo tipo de confusão de interpretações. A grande importância da cenografia no ambiente digital intensifica o fenômeno de apropriação de generacidade, no qual um discurso pode fingir ser pertencente a outro gênero, causando efeitos como a divulgação de desinformação, a confusão de anúncios publicitários com matérias jornalísticas e o entendimento de enunciados na forma de desinformação como enunciados jornalísticos.

Em nossa compreensão, a mudança no funcionamento do Twitter, com a possibilidade de venda de selos de verificação, é um dos fatores que gera esse cenário no qual gêneros discursivos se confundem, mas não o único responsável. O próprio ambiente digital, por sua estruturação, favorece a mistura de gêneros e permite que a desinformação se espalhe de forma rápida ao se passar por jornalismo, usando disfarces cada vez mais convincentes.

Referências

- BERTRAND, C-B. **A deontologia das mídias**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BEZERRA, A; BRISOLA, A. Desinformação e circulação de “fake news”: Distinção, diagnóstico e reação. *In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 19, 2018, Londrina. (Comunicação Oral) [...] Londrina: 2018. p. 3316-3330.
- COURTINE, J-J. **Análise do Discurso Político**: O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EduFSCar, 2009.
- FOLHA DE S. PAULO. **Manual da Redação**: As Normas de Escrita e Conduta do Principal Jornal do País. São Paulo: PubliFolha, 2021.
- LAGE, N. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2011.
- LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.
- MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, D. Gêneros do discurso e web: existem os gêneros web? **Revista da ABRALIN**, v. 15, n. 3. p. 135-160, 2017.
- MORAES, E. **Aplicativos de notícias, destacamento e efeitos de sentidos**: representações internacionais sobre o Brasil (em UOL e Le Monde). São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019.
- MORAES, E. A sintaxe do destacamento como elemento discursivo da contemporaneidade. **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 49, n. 3, p.1551-1568, 2020.
- PAVEAU, M-A. **Análise do Discurso Digital**: Dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes Editores, 2021.
- PÊCHEUX, M. Determinação, formação do nome e encaixe, *In: ORLANDI, E. [et al.]. (Org) Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p. 95-103.
- PÊCHEUX, M. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.
- SERRANO, P. **Desinformação**: como os meios de comunicação ocultam o mundo. Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010.

Sobre os autores

Fellipe de Souza Gualberto Leite (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5068-3298>)

Graduado em Jornalismo na Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), Câmpus de Bauru; Mestrando em Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - Câmpus de São José do Rio Preto, SP, Brasil. Endereço eletrônico: fellipe.g.leite@unesp.br

Érika de Moraes (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-6571-3971>)

Doutora e Mestre em Linguística pela UNICAMP, com pós-doutoramento pela Université Paris-Sorbonne. Graduada em Jornalismo (Unesp) e Letras (Universidade do Sagrado Coração). Docente na Universidade Estadual Paulista - UNESP, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), Câmpus de Bauru; credenciada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do IBILCE-UNESP, Campus de São José do Rio Preto. Doutora em Linguística pela UNICAMP, com pós-doutoramento pela Université Paris-Sorbonne. Endereço eletrônico: erika.moraes@unesp.br

Recebido em junho de 2023.

Aprovado em novembro de 2023.

Perspectivas dos estudos críticos do discurso para análise de comentários antidemocráticos no Instagram do Tribunal Superior Eleitoral

Perspectives from critical discourse studies for anti-democratic comments on the Superior Electoral Court's Instagram webpage

Pedro Gustavo Rieger¹
Luana Garbin²

Resumo: Este trabalho combina princípios dos Estudos Críticos do Discurso (Fairclough, 2018; 2001; 1989; Richardson, 2018) e da Linguística Sistêmico-Funcional (Bloor; Bloor, 2018; Halliday; Matthiessen, 2014) para análise de comentários públicos feitos no Instagram do Tribunal Superior Eleitoral no Brasil. Foram analisados 68 comentários feitos em 7 postagens produzidas pelo Tribunal após o anúncio do resultado das eleições presidenciais no ano de 2022. A descrição linguística dos dados revela que os autores dos comentários predominantemente (des)qualificam o Tribunal Superior Eleitoral como uma instituição sem credibilidade, as urnas eletrônicas como instrumentos inseguros, e o resultado eleitoral como uma fraude. Por sua vez, a análise discursiva busca contextualizar esses comentários em relação à conjuntura política brasileira sob a racionalidade governamental fascista do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Por fim, foram feitas 11 recomendações que buscam contribuir para um direcionamento da ação política com o objetivo de superar os problemas associados à produção, circulação e consumo de discursos antidemocráticos.

Palavras-chave: Estudos Críticos do Discurso; discursos antidemocráticos; Linguística Sistêmico-Funcional; Tribunal Superior Eleitoral; Instagram.

Abstract: This study combines theoretical and methodological principles belonging to Critical Discourse Studies (Fairclough, 2018; 2001; 1989; Richardson, 2018) and Systemic Functional Linguistics (Bloor; Bloor, 2018; Halliday; Matthiessen, 2014) to the analysis of public comments made on the Brazilian Superior Electoral Court's Instagram webpage. A total of 68 comments in posts produced after the publication of the result of the Brazilian presidential election in 2022 were analyzed. Linguistic description reveals that the authors of these comments predominantly (de)qualify the Superior Electoral Court as an institution lacking credibility, electronic voting devices as unsafe, and the electoral result as a fraud. Moreover, the discursive analysis presented aimed to contextualize such comments in relation to the Brazilian political circumstances under the fascist governmental rationality of the former president Jair Messias Bolsonaro. In that sense, it aimed to discuss which elements of the social order influence the production of anti-democratic discourses, as well as their social impacts. Finally, 11 recommendations to tackle anti-democratic discourses were provided with the aim of supporting political action.

Keywords: Critical Discourse Studies; anti-democratic discourses; Systemic Functional Linguistics; Superior Electoral Court; Instagram.

¹ Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras, Maceió, AL, Brasil. Endereço eletrônico: pedro.rieger@fale.ufal.br.

² Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários, Florianópolis, SC, Brasil. Endereço eletrônico: lu.garbin.lg@gmail.com.

Palavras iniciais e contexto de investigação

Primeiramente, esta é uma pesquisa situada no campo dos Estudos Críticos do Discurso (Fairclough, 2018; 2001; 1989; Richardson, 2018), em que buscamos investigar comentários feitos na página do Tribunal Superior Eleitoral na rede social Instagram após o anúncio do resultado das eleições presidenciais no Brasil em outubro de 2022. Mais especificamente, focamos nos comentários feitos em postagens produzidas pelo Tribunal em relação ao processo eleitoral, à credibilidade das urnas eletrônicas e de atores sociais participantes.

Nossa motivação para a condução desta pesquisa parte de um compromisso com a agenda dos Estudos Críticos do Discurso que, em seu status contemporâneo, não somente reconhece o papel da explicação e explanação dos problemas sociais, como também preconiza e prioriza que as análises discursivas devem apresentar linhas de ação política que nos permitam superar os problemas que analisamos (Fairclough, 2018; 2001). Nesse sentido, ao observarmos os recorrentes ataques à democracia brasileira, ao processo eleitoral e às instituições democráticas, compreendemos ser necessário, a partir de uma análise mais minuciosa do aspecto semiótico desses ataques e de sua conjuntura, apresentar possíveis ações que tenham potencial para alterar esta atual ordem discursiva - estendendo seus efeitos, desse modo, à própria ordem social.

Considerando o que foi exposto acima, o problema norteador desta pesquisa consiste na seguinte pergunta: como os interlocutores reagem textualmente às postagens feitas pelo Tribunal Superior Eleitoral no Instagram relacionadas ao processo eleitoral, aos seus resultados e aos participantes?

É possível considerar ao menos três dimensões que sustentam a relevância de investigar o problema de pesquisa apresentado, sendo estas as dimensões social, pedagógica e científica. No que diz respeito à sua relevância social, esperamos que este estudo possa contribuir para um entendimento mais aguçado acerca dos aspectos semióticos assumidos por movimentos antidemocráticos. Além disso, esperamos que possa contribuir com a formulação de linhas de ação, por parte das instituições democráticas, com foco no combate das práticas e dos atores sociais que protagonizam esses movimentos. Quanto à sua relevância pedagógica, esperamos que este estudo possa ser utilizado como referência em cursos voltados aos Estudos do Discurso, na medida em que conduzimos uma análise que combina princípios teóricos desse campo e de outras disciplinas, como é o caso da Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday; Matthiessen, 2014; Bloor; Bloor, 2018; Fairclough, 1989). Não obstante, esperamos que o estudo possa aprofundar os diálogos transdisciplinares constituídos entre o campo dos Estudos Críticos do Discurso e disciplinas, por exemplo, do campo das Ciências Políticas. Por fim,

quanto à sua relevância científica, esperamos contribuir para a construção de um estado da arte consolidado na comunidade científica quanto às formas de produção e circulação de discursos antidemocráticos - o que, a nosso ver, deve ser investigado e documentado de diferentes perspectivas epistemológicas e em diferentes e sucessivos momentos e eventos históricos - para uma compreensão mais abrangente do problema e que possa, inclusive, orientar análises e decisões judiciais quanto aos usos que atores sociais responsáveis pela construção de agendas antidemocráticas fazem de recursos semióticos diversos.

Tendo em mente a justificativa apresentada, bem como o problema de pesquisa formulado, delineamos as seguintes ações de pesquisa, que por sua vez consistem nos objetivos específicos deste estudo: a) investigar, nos comentários selecionados, como os interlocutores se referem à instituição Tribunal Superior Eleitoral; b) investigar, nos comentários selecionados, como os interlocutores se referem ao resultado do processo eleitoral; e c) investigar, nos comentários selecionados, como os interlocutores se referem às urnas eletrônicas.

Feitas essas considerações, passamos agora à apresentação de estudos relacionados aos movimentos e discursos antidemocráticos, como forma de descrever uma parte do atual estado da arte acerca dessa questão.

Estado da arte

Ao analisarmos o conjunto de produções científicas que versam sobre os temas *discursos antidemocráticos, eleições/Brasil* e *discursos antidemocráticos/redes sociais*, observamos que a produção, circulação e o consumo de tais discursos não constituem um fenômeno novo no campo das disputas políticas no Brasil. Pelo contrário, trata-se de um fenômeno recorrente que tem ganhado novos contornos a partir de seu impulsionamento e massivização por membros da sociedade civil, plataformas digitais, e até mesmo figuras de autoridade política. Tais contornos incluem ataques diretos às instituições democráticas, ao sistema eleitoral brasileiro, à mídia e a atores sociais específicos de campos progressistas. Abaixo, apresentamos três destes estudos, que exemplificam modos e veículos de ações discursivas antidemocráticas.

A título de exemplo, podemos observar como eram operacionalizados discursos que circulavam na rede social Twitter no período da eleição presidencial brasileira, em 2018, tomando por base os resultados encontrados por Recuero (2020) ao investigar *tweets* e *retweets* contendo desinformações quanto às urnas eletrônicas na rede social. A partir de um conjunto de dados contendo 84.577 *tweets* e 276.875 *retweets* em postagens de cunho político, a autora

analisou as 50 ocorrências com maior número de compartilhamentos. Nesse cenário, constatou que os textos que legitimam suas informações com base em figuras de autoridade pessoal e/ou meios de legitimação moral tiveram maior engajamento. Além disso, ao observarmos os dados analisados em seu estudo, nos deparamos com ataques às urnas eletrônicas que questionam sua segurança e credibilidade - ataques estes perpetrados e baseados em falsas informações de que as urnas poderiam escolher os candidatos após a inserção de um único dígito; de que as urnas estariam anulando votos do candidato Jair Messias Bolsonaro; de que as urnas finalizariam os votos antes da escolha do candidato; de que urnas não apresentariam a opção para votar em presidente; de que as urnas estariam votando sozinhas; de que mesário(s) estariam confirmando a fraude nas urnas; de que urnas estariam direcionando votos ao Partido dos Trabalhadores; de que as urnas não apresentavam fotos do candidato Jair Messias Bolsonaro; de que países desenvolvidos não aceitam urnas eletrônicas; e de que as urnas eletrônicas teriam sido adulteradas, entre outras.

Esses discursos tiveram continuidade após o segundo turno das eleições presidenciais em 2018. Nesse sentido, podemos observar como Bernardi e Moraes (2021) descrevem o cenário posterior ao segundo turno das eleições no Brasil, marcado pela produção, circulação e pelo consumo de notícias falsas e pela atuação de robôs nas mídias sociais. Conforme apontam as autoras, parte dessas notícias falsas era impulsionada pelo então candidato eleito à presidência, Jair Messias Bolsonaro, e tinha como objetivo atacar instituições democráticas e setores da mídia que o direcionassem críticas - dando início, assim, e quando já eleito presidente da república, a um fenômeno de descredibilização das instituições, da imprensa, das mídias e de qualquer processo de comunicação que fugisse de seu controle pessoal.

Esse recorrente investimento na descredibilização das instituições pelo candidato eleito ao mais alto cargo do poder Executivo no Brasil provocou um fenômeno que se reflete em números: as autoras apontam, com base em uma pesquisa do IBOPE realizada no ano de 2018, que

[...] quase 40% das pessoas afirmaram ter quase nenhuma confiança nos meios de comunicação [...] [e] confiam mais nas informações recebidas por seus círculos próximos, familiares e amigos (apenas 8% e 21,4% afirmaram ter nenhuma/quase nenhuma confiança, respectivamente), muitas vezes recebendo fake news em grupos fechados do WhatsApp, que não são rastreáveis (Bernardi; Moraes, 2021, p. 313).

Podemos observar, portanto, uma mudança nos graus de autoridade atribuídos aos diferentes veículos de circulação de informações: se por um lado a mídia tradicional perdia força e credibilidade diante dos ataques endossados pelo candidato eleito à presidência da

república, por outro, grupos privados criados em aplicativos de comunicação instantânea passaram a ser uma das principais fontes de informação do eleitorado - o que potencializou, exponencialmente, a circulação de conteúdos sem qualquer controle acerca de sua veracidade, bem como produziu o que se convém chamar de um monopólio discursivo da informação. Isto é, as pessoas passaram a buscar informações de fontes únicas às quais atribuem autoridade, sem questioná-las ou confirmá-las.

Por fim, convém destacar a atuação de páginas hospedadas nas redes sociais, igualmente responsáveis pela produção, circulação e conseqüentemente pelo consumo e reprodução de notícias falsas e antidemocráticas. Nesse sentido, a título de exemplo, destacamos como esse modo de atuação de páginas nas redes sociais é demonstrado em um estudo conduzido por Massuchin, Orso e Saleh (2021), que, ao analisarem 2.872 postagens feitas pelas páginas *Direita Brasil* e *Verde e Amarela* na rede social Twitter entre janeiro de 2020 e junho de 2021, constataram que 17% desse número total de postagens contêm ataques às instituições democráticas e seus representantes. Nesse cenário, tais ataques foram endereçados prioritariamente ao Supremo Tribunal Federal (instituição), ao Legislativo (Senado e Câmara), a deputados, a senadores e a ministros do Supremo Tribunal Federal. Além disso, ao observarem os tipos de ataques, constataram que em sua maioria (81,3%) tratava-se de ataques diretos a princípios da democracia, representados por essas instituições e seus atores sociais.

Diante dessa conjuntura, observamos que as redes sociais, e em especial o Twitter nos estudos comentados, possuem um papel de imensa relevância no que concerne à hospedagem, à produção, ao consumo e à reprodução de informações falsas que causam prejuízos à democracia. Portanto, podemos inferir que as redes sociais constituem importantes mecanismos para a promoção da visibilidade de informações, sejam elas verdadeiras ou não. Além disso, se por um lado o Twitter organiza sua plataforma em *trending topics*, o que viabiliza a visualização de assuntos impulsionados por atores sociais humanos e *bots*, por outro, a rede social Instagram viabiliza que os atores sociais reajam e se posicionem em relação aos diversos tipos de informação com que têm contato, sistematizando assim um nicho semiótico representativo das próprias construções discursivas produzidas e reproduzidas com fins antidemocráticos - e que, a exemplo da rede social Instagram, se materializam, entre outros modos, na forma de comentários públicos. A fim de analisarmos esses comentários e refletirmos sobre sua constituição semiótica e discursiva, apresentamos, na próxima seção, o marco teórico norteador de nossas interpretações.

Estudos Críticos do Discurso

Os Estudos Críticos do Discurso constituem uma abordagem interdisciplinar que, de modo geral, busca contribuir para o entendimento das relações dialéticas entre as práticas discursivas e a (re)construção da ordem social (Flowerdew; Richardson, 2018). Compreendemos que a ordem social é formada por um conjunto de práticas sociais que, por sua vez, na medida em que possuem um aspecto semiótico, produzem ordens discursivas (Fairclough, 2001). Essas ordens discursivas, no entanto, como a própria ordem social, não são estáticas ou imutáveis. Pelo contrário, é premissa dos estudos críticos discursivos que as análises semiótico-discursivas possam contribuir para mudanças na ordem social - mudanças estas que podem começar por mudanças na própria ordem discursiva. No entanto, como aponta Fairclough (2018; 2001), o papel da semiose em uma ordem social não pode ser tomado por certo - isto é, analisado superficialmente. Ao contrário disso, ele deve ser analisado sistematicamente e em profundidade para que ações efetivas possam ser traçadas.

No contexto deste estudo, portanto, adotamos a abordagem dialético-relacional de Fairclough (2018; 2001) para conduzirmos nossa discussão acerca dos discursos antidemocráticos dirigidos ao Tribunal Superior Eleitoral. Em resumo, essa abordagem busca traçar as relações existentes entre a crítica, a explanação e a ação. Procuramos focar esta discussão em 4 etapas preconizadas pelo autor no decorrer de seus trabalhos: Primeiramente, recorreremos à crítica normativa, através da identificação do problema social que contenha um aspecto semiótico a ser investigado. No contexto deste estudo, fazemos referência aos comentários antidemocráticos como um dos elementos semióticos de um problema social mais abrangente: os ataques sistemáticos às democracias e, neste caso específico, à democracia brasileira. Em um segundo momento, nos concentramos na crítica explanatória, que consiste em apontar que aspectos da realidade social existente produzem o discurso criticado normativamente e, por sua vez, constituem obstáculos para que o problema seja superado - neste caso, aspectos da ordem social que resultem em discursos antidemocráticos. Posteriormente, conduzimos uma crítica explicativa que busca apontar quais as consequências dos discursos normativamente criticados para a realidade social - isto é, que efeitos esses discursos têm ou podem ter sobre a ordem social, bem como se, de algum modo, ela requer a existência do problema. Por fim, apresentamos proposições que possam mudar a ordem social através de mudanças nas práticas discursivas e na própria organização das práticas sociais.

Linguística Sistêmico-Funcional

No campo dos Estudos Críticos do Discurso, a linguagem é compreendida como parte integrante das práticas sociais. Desse modo, para compreendermos como tais práticas se organizam, não é possível desvincular o estudo dos aspectos micro-textuais (a descrição linguística) dos aspectos macro-discursivos (análise discursiva). Por esse motivo, recorreremos à Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) para descrição linguística dos dados. A LSF pode ser compreendida como uma teoria sociossemiótica que compreende a linguagem como funcional, semântica, contextual e semiótica (Halliday; Matthiessen, 2014). Nesse sentido, usamos a linguagem com o propósito de nos comunicarmos, e ao usá-la, produzimos sentidos que estão diretamente implicados nos seus contextos de uso. Além disso, os modos de uso da linguagem não são meramente aleatórios. Pelo contrário, ao nos comunicarmos, fazemos escolhas semióticas específicas que dialogam com os contextos em que tais escolhas são feitas e produzem padrões de experiência quanto às formas de percebermos e representarmos a vida social semioticamente.

Partindo-se dessa premissa, é preciso compreender como a LSF teoriza a noção de contexto. De modo geral, a LSF considera três elementos essenciais para a construção da dimensão contextual situacional de produção de um texto (Bloor; Bloor, 2018): o campo (*field*), que diz respeito ao assunto tratado - isto é, o que está sendo textualmente representado e/ou recontextualizado; as relações (*tenor*), que tratam dos graus de relação e hierarquia entre os participantes de um determinado evento discursivo; e o modo (*mode*), que trata das formas de registro do evento discursivo³. Essas dimensões serão retomadas na seção analítica a fim de delimitar o contexto situacional das práticas discursivas antidemocráticas analisadas neste estudo.

Considerando que as práticas discursivas ocorrem em contextos situacionais específicos, ao olharmos para as textualizações produzidas pelos autores dos comentários devemos ainda levar em conta que a linguagem comporta simultaneamente nessas práticas pelo menos três dimensões de significados, entendidas no campo da LSF como metafunções: ideacional, relacional e textual (Halliday; Matthiessen, 2014; Bloor; Bloor, 2018). A metafunção ideacional está relacionada aos modos como a linguagem é utilizada para representar e/ou recontextualizar práticas sociais e aspectos da realidade (como quando, por exemplo, o resultado das eleições é referido como um *erro*). Por sua vez, a metafunção

³ As traduções utilizadas para os termos *field*, *tenor* e *mode* estão contidas em Cabral *et al.* (2021): LISTA DE TERMOS DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: LÉXICO-GRAMÁTICA.

relacional diz respeito aos modos como a linguagem é utilizada para estabelecer diferentes graus de relacionamento entre os participantes (como é o caso do uso de eufemismo e ironia para conotar o desvio de votos em “*Só não sei pra onde foi o meu voto 😅*” e “*Dois órgão super confiáveis OAB e TSE 🤔*”). Por fim, a metafunção textual está relacionada ao modo de organização do texto, principalmente no que diz respeito às informações incluídas (considerando-se o que se espera de cada gênero textual em termos da sua formalidade) e o grau de supressão ou evidência dado às diferentes informações que, respectivamente, poderiam estar ou se encontram no texto. A título de exemplo, nos dados analisados, os registros são predominantemente informais, como se observa em “*Me poupe né, desde quando relatório da OAB é confiável.... Parem de nos tirar de trouxas, cansamos, chega*”.

Desse modo, para a análise semiótica dos comentários, optamos por recorrer às 10 perguntas relacionadas a vocabulário, à gramática e organização textual apresentadas por Fairclough (1989, p. 109-139) e orientadas pela perspectiva de descrição linguística da LSF. Tendo isso em mente, a seguir apresentamos a metodologia deste estudo, com a descrição de nossas escolhas analíticas.

Metodologia

Esta é uma pesquisa qualitativa que tem como objeto de estudo comentários publicados em postagens feitas na página do Tribunal Superior Eleitoral na rede social Instagram. Os comentários selecionados obedecem aos seguintes procedimentos e critérios de inclusão: Primeiramente, foram selecionadas postagens publicadas na página do TSE entre os dias 30 de outubro e 16 de novembro de 2022, imediatamente após o anúncio do resultado de segundo turno das eleições presidenciais no Brasil - compreendendo, assim, um período de pouco mais de duas semanas. Além disso, as postagens selecionadas necessariamente abordam o resultado do processo eleitoral e/ou o sistema de votação brasileiro - que envolve o uso de urnas eletrônicas -, bem como participantes e/ou instituições envolvidas neste processo. A partir desses critérios iniciais, foram selecionadas sete postagens, realizadas nas seguintes datas, com seus respectivos temas e número de comentários:

Tabela 1 – Postagens, temas e comentários

Data do post	Descrição do post	Número de comentários	Link de acesso
30 de outubro de 2022	Resultado das eleições	2.708	https://www.instagram.com/p/CkWx3yFprJV/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D

07 de novembro de 2022	Destques das eleições	639	https://www.instagram.com/p/CkrdezHPHyp/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D
08 de novembro de 2022	Processo eleitoral brasileiro ganha aprovação de instituições internacionais	2.106	https://www.instagram.com/p/Ckt7aXZtuLG/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D
09 de novembro de 2022	Relatório da OAB sobre as eleições de 2022	1.424	https://www.instagram.com/p/CkwXgb1Ar5r/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D
09 de novembro de 2022	Relatório do Ministério da Defesa sobre as eleições de 2022	9.610	https://www.instagram.com/p/CkweZdfONym/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D
09 de novembro de 2022	Missões nacionais atestam a credibilidade do sistema eletrônico de votação	1.154	https://www.instagram.com/p/CkwnDRopV7j/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D
16 de novembro de 2022	Pesquisadores de Universidades brasileiras rebatem informações falsas sobre urnas eletrônicas	2.263	https://www.instagram.com/p/CICkelpVNe/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerando o elevado número de comentários contidos nas postagens, estabelecemos critérios específicos para sua seleção. Primeiramente, sistematizamos os comentários por ordem de apresentação quando as postagens eram acessadas a partir de nossos perfis na rede social no dia 08 de março de 2023. Em um segundo momento, para cada postagem, priorizamos os comentários que tivessem atingido um número superior a 100 curtidas, limitando-nos à inclusão de 10 comentários por postagem. Nos casos em que houvesse menos de 10 comentários por postagem obedecendo a este critério, incluímos os mais curtidos sequencialmente, ainda que tivessem menos de 100 curtidas, resultando em um total de 68 comentários. Na sequência, conduzimos uma análise preliminar e mantivemos apenas os comentários que, de algum modo, buscam questionar e/ou deslegitimar o resultado das eleições. Os comentários foram, então, organizados em uma tabela, por ordem de engajamento (do maior número de curtidas ao menor), a fim de serem analisados. Por fim, tendo conduzido a análise e identificado os principais padrões linguísticos, selecionamos alguns exemplos a fim de apresentá-los de forma ilustrativa no decorrer de nossa discussão.

Análise e discussão

Em atenção às etapas preconizadas por Fairclough (2018; 2001) e apresentadas anteriormente, damos início à análise com a identificação do problema social e sua respectiva contextualização. Consideramos que os discursos antidemocráticos constituem o problema social investigado - neste caso, um problema representado semioticamente pelos comentários

coletados na página do Tribunal Superior Eleitoral no Instagram.

Esse problema caracteriza um contexto específico. Quanto a seu campo, os comentários tratam da legitimidade do processo eleitoral brasileiro, uma vez que produzidos em contestação aos resultados das eleições imediatamente após seu segundo turno, ocorrido em 30 de outubro de 2022. Mais especificamente, tais comentários tratam da credibilidade das instituições democráticas e seus representantes, bem como de instrumentos democráticos, como é o caso da urna eletrônica e do resultado das eleições. Quanto às relações, observamos que os comentários são públicos, feitos em uma página oficial do Tribunal Superior Eleitoral, supostamente por atores sociais humanos⁴ membros da sociedade civil. Além disso, são direcionados ao Tribunal Superior Eleitoral e seus representantes, figuras institucionais e de autoridade, em uma rede com mecanismos de controle da informação. Embora a administração da página tenha o poder de filtrar, manter ou excluir tais comentários, aqueles que constituem nosso *corpus* analítico foram, evidentemente, mantidos na página do Tribunal. Por fim, no que diz respeito aos modos de organização textual, os comentários são produzidos de forma paratática⁵ - isto é, não apresentam uma estrutura textual interna necessariamente coesa, coerente ou complexa, embora dialoguem uns com os outros em termos de suas categorias temáticas, que se repetem.

No que concerne à identificação de obstáculos para a solução do problema através da análise de práticas a que ele se relaciona, da relação entre semiose e outros elementos desta rede de práticas, bem como do discurso, destacamos, em um primeiro momento, duas práticas sociais proeminentemente imbricadas a esse problema: governança e eleições. Como aponta Fairclough (2001), a governança consiste em uma prática social que, em si, impõe obstáculos substancialmente difíceis de serem solucionados ao abordarmos os problemas que a circundam.

O autor argumenta que

[...] governos nacionais estão substancialmente incorporados a redes mais amplas de práticas que incluem não apenas outros governos, como também agências intergovernamentais e/ou financiadas por eles (como é o caso da União Européia, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional) e outras redes de negócios. Os governos, como aponta Castells (1998) estão cada vez mais inclinados a representarem pontos de articulação dentro de uma rede transnacional baseada em uma complexa relação entre mercado e governança, servindo de modo central à criação das condições (financeiras, fiscais, legais, de capital humano) para uma competição de sucesso na 'nova economia global' dada como natural. Uma vez que a prática [da governança] se encontra entranhada a esta poderosa rede, há um obstáculo substancial em

⁴ Usamos a modalização *supostamente* por considerarmos a possibilidade de haver (ou não) *bots* responsáveis pelos comentários.

⁵ A parataxe ocorre quando duas ou mais frases se encontram conectadas sem conjunções ou elementos que expressem, de modo claro, coeso e coerente, a relação entre elas.

resolver o problema (Fairclough, 2001, p. 129-130, *tradução dos autores*).

Levando isso em consideração, faz-se necessário caracterizar a racionalidade governamental de Jair Messias Bolsonaro para uma melhor compreensão da relação entre sua prática governista e a prática das eleições, bem como dos obstáculos que se colocam à frente de possíveis soluções para o problema apresentado. Podemos compreender tal racionalidade governamental como “expressão do autoritarismo no Brasil do Presente, constituído a partir da convergência do reacionarismo político-cultural, militarismo e ultraliberalismo” (Araújo; Carvalho, 2021, p. 146), o que produz um cenário que nos coloca diante da ascensão de agendas ultraconservadoras assimiladas por discursos que são amplamente consumidos pela população através da rápida propagação de conteúdos falsos viabilizada pelas redes sociais.

Nesse cenário, constatamos que Jair Messias Bolsonaro também reuniu em seu governo a maior participação de militares já registrada na história do Brasil - o que resultou em uma tutela da República por parte de instituições e atores sociais militares, provocando assim rupturas na democracia (Vasconcelos Filho, 2021) e similitudes com o período militar brasileiro (Risso; Carvalho, 2022). Não obstante, observamos uma racionalidade ultraneoliberal na gestão de Jair Messias Bolsonaro, fortemente amparado por interesses de grandes corporações vinculadas aos setores da agroindústria, da mineração, bem como a religiosos. Como apontam Araújo e Carvalho (2021, p. 152):

Este governo, forjado a partir do Golpe 2016, instaura, assim, um projeto autoritário, conservador, alicerçado pelo desmonte dos direitos sociais, pela desestruturação do Sistema de Seguridade Social no País, pela redefinição do orçamento público, com a implementação da Emenda Constitucional nº 95, que instituiu, de forma abrupta e arbitrária, o Novo Regime Fiscal (NRF) para a União, pelos próximos vinte anos. Em um contexto de aprofundamento da pobreza e das desigualdades sociais no Brasil, a referida Emenda – originalmente, PEC 241/2016, denominada PEC da Morte – estabelece um teto de gastos para com as despesas primárias, destinadas a cada um dos poderes, limitando o crescimento anual dos gastos públicos à taxa de inflação de 2016 (BRASIL, 2016), colocando em questão a sustentação das políticas sociais, num processo de inflexão do financiamento público.

No entanto, para além de caracterizar o governo de Jair Messias Bolsonaro como ultraliberal, conservador e militarizado, como ilustram os exemplos acima, é preciso descrever seu perfil fascista a fim de que possamos compreender de forma macropolítica sua atuação na

prática social das eleições brasileiras. Nesse sentido, Richardson (2018) aponta que governos fascistas podem ser identificados a partir de cinco qualidades fundamentais, a saber: a) nacionalismo exacerbado; b) anti-marxismo e oposição à classe trabalhadora; c) defesa de uma política econômica capitalista; d) presença de ameaças à democracia a partir da interlocução entre esses elementos ideológicos; e) autoidentificação como um movimento político. Além disso, para o autor, o que define e caracteriza um movimento político como fascista, além de sua base popular massiva, é seu desprezo pela democracia:

Os três primeiros componentes ideológicos (nacionalismo, capitalismo, anti-Marxismo) são características comuns a muitas ideologias de direita, desde a direita tradicional até suas variações radicais e populistas; é seu *weltanschauung* antidemocrático e seus métodos violentos que separam o fascismo dos segmentos políticos de direita (Richardson, 2018, p. 449-450, *tradução dos autores*).

Jair Messias Bolsonaro pode, portanto, ser compreendido como um (ex)governante fascista, na medida em que seus discursos, inclusive aqueles que o elegeram como presidente do Brasil em 2018, possuem tanto teor antidemocrático como incitam a violência, com forte apoio das massas⁶. A exemplo disso, pode-se citar a ocasião em que, como candidato, falou em 'fuzilar a petralhada e enviá-los à Venezuela'⁷, em discurso de campanha promovido em 2018, antes de sua eleição como presidente do Brasil - em uma evidente incitação de ódio e desprezo à vida de seus opositores políticos. Pode-se citar, também, a ocasião em que negou a existência de racismo no Brasil⁸, bem como a ocasião em que defendeu que mulheres deveriam ganhar salários menores porque engravidam⁹.

Tais elementos, entre tantos outros, se alinham ao entendimento de que “o fascismo se baseia ‘em um elitismo radical que consiste na noção de que certos seres humanos sejam intrinsecamente, geneticamente melhores que outros, e que conseqüentemente poderiam ser tratados como se não tivessem o direito de existir’ (Renton 2000b: 77)”;

de que “o fascismo é 'inescapavelmente desigualitário' - na medida em que procura negar, e em exercício, reverter as pequenas vitórias progressistas que ajudam a amenizar a violência estrutural do capitalismo sobre as classes trabalhadoras”; e de que o fascismo deliberadamente "apoia políticas

⁶ Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, Jair Messias Bolsonaro obteve 58.206.354 votos no segundo turno das eleições presidenciais.

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ>. Acesso em: 21 jun. 2023.

⁸ Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/06/29/aqui-no-brasil-nao-existe-isso-de-racismo-diz-bolsonaro-em-fortaleza.htm>. Acesso em: 21 jun. 2023.

⁹ Disponível em:

<https://sul21.com.br/ultimas-noticiaspolitica/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravidar/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

desigualitárias, na medida em que seus movimentos usam deliberadamente de ideologias para distorcer as frustrações e ansiedades da massa [...] com ênfase em conceitos essencialmente irracionais como autoridade, obediência, honra, propriedade ou raça, e em inimigos escondidos que teriam planos sinistros de sociedade e que ameaçam um almejado senso de comunidade" (Richardson, 2018, p. 449-451). Neste último caso, tais inimigos seriam, entre outros, as próprias instituições democráticas.

Portanto, ao falarmos de governança no período em que Jair Messias Bolsonaro exerceu o cargo de presidente do Brasil, é essencial compreendermos que, nas eleições de 2022, lidamos com a tentativa de reeleição de um governo/governante fascista. Desse modo, como dito anteriormente, parte de sua agenda envolve práticas antidemocráticas - e, dentre estas, o próprio ataque ao sistema eleitoral brasileiro, às urnas eletrônicas, a agentes e representantes estatais do sistema judiciário, legislativo e executivo, entre outros atores sociais. Esses ataques, por sua vez, buscavam desacreditar o sistema eleitoral e seus atores sociais participantes, em uma tentativa de frustrar qualquer resultado democrático que fosse contrário à sua reeleição.

Para uma compreensão mais aprofundada dessa conjuntura, a seguir explicamos brevemente como se organiza o sistema eleitoral brasileiro e, a partir disso, como se desenhou o contexto das eleições presidenciais no Brasil em 2018. Como nos aponta o Tribunal Superior Eleitoral (2009), a prática de eleições no Brasil decorre de séculos, mas podemos observar uma linha evolutiva que tem início na independência do Brasil, momento em que o país passa a buscar pelo aperfeiçoamento de sua legislação eleitoral. Pouco mais de um século depois, em 1932, a Justiça Eleitoral foi criada, passando a ser responsável "por todos os trabalhos eleitorais – alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos. Além disso, regulou em todo o país as eleições federais, estaduais e municipais" (TSE, 2009, p. 29). O Código Eleitoral de 1932 foi também responsável pela instituição do voto secreto, da participação de mulheres nas eleições, bem como do sistema de representação proporcional. Já em 1937, apenas cinco anos depois, a Justiça Eleitoral foi extinta pelo então presidente Getúlio Vargas, quando da instituição do Estado Novo, sendo recuperada no ano de 1945.

Nessa linha cronológica, posteriormente, a lei nº 2250 de 1955 alterou o Código Eleitoral, criando a cédula única de votação, prevendo resguardar a liberdade e o sigilo do voto e facilitar sua contagem nos pleitos eleitorais. Menos de uma década depois, teve início no Brasil o regime militar, marcado por

[...] uma sucessão de atos institucionais e emendas constitucionais, leis e decretos-leis com os quais o Regime Militar conduziu o processo eleitoral de

maneira a adequá-lo aos seus interesses, visando ao estabelecimento da ordem preconizada pelo movimento de 64 e à obtenção de uma maioria favorável ao governo. Com esse objetivo, o regime alterou a duração de mandatos, cassou direitos políticos, decretou eleições indiretas para presidente da República, governadores dos estados e dos territórios e para prefeitos dos municípios considerados de interesse da segurança nacional e das estâncias hidrominerais, instituiu as candidaturas natas, o voto vinculado, as sublegendas e alterou o cálculo para o número de deputados na Câmara, com base ora na população, ora no eleitorado, privilegiando estados politicamente incipientes, em detrimento daqueles tradicionalmente mais expressivos, reforçando assim o poder discricionário do governo (TSE, 2009, p. 31).

Passadas duas décadas, somente em maio de 1985, com a Emenda Constitucional nº 25, as eleições diretas para presidência e vice-presidência da República foram restauradas, bem como as eleições para deputados, senadores, prefeitos e vice-prefeitos de capitais e cidades relevantes à segurança nacional. Já a informatização das eleições teve início em 1996, ocasião em que mais de 30 milhões de eleitores fizeram uso de máquinas nas eleições municipais. Em 1998, nas eleições gerais, esse quantitativo ultrapassou as 70 milhões de pessoas; e a partir de 2000, todos os eleitores puderam fazer uso das urnas eletrônicas para votar. Como aponta o TSE (2009), o processo eleitoral se tornou mais seguro com a utilização da urna eletrônica, instrumento com diversas camadas de segurança (criptografia, cartões de memória, boletins de urnas, auditoria, entre outras) que visam garantir a lisura do processo eleitoral e impedir fraudes que atentem contra a democracia. Diante desse cenário, podemos perceber que o estabelecimento de um regime republicano democrático no Brasil, para além de recente, passou por diversas tentativas de seu enfraquecimento no decorrer da história. Cronologicamente, Jair Messias Bolsonaro surge em 2018 e posteriormente em 2022 como o candidato à presidência que representa a mais intensa nova onda de ataques ao sistema informatizado e seguro utilizado nas eleições brasileiras.

Em consonância com as reflexões anteriores, passamos à descrição da relação entre a semiose dos comentários e outros elementos desta rede de práticas - governança e eleições -, dando destaque, de forma exemplificativa, aos modos como Jair Messias Bolsonaro proferiu ataques ao sistema eleitoral brasileiro em um de seus discursos proferidos no dia 7 de setembro de 2021. Embora haja uma série de outras constatações de discursos antidemocráticos por parte do ex-presidente, inclusive na mesma data do ano posterior, decidimos focar nessa ocasião tanto em decorrência do espaço, como porque estava em exercício de seu mandato e teve seu alcance ampliado em razão do evento em celebração à independência do Brasil.

Em discurso proferido em São Paulo por ocasião do desfile em comemoração ao aniversário da independência do Brasil, Jair Messias Bolsonaro teceu ataques a governadores,

a ministros do Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral e ao sistema eleitoral brasileiro:

pior que o vírus foram as ações de alguns governadores e alguns prefeitos que simplesmente ignoraram a nossa Constituição, em especial o inciso do artigo 5º da mesma, onde tolheram a liberdade de expressão, tolheram o direito de ir e vir. Proibiram vocês de trabalhar e frequentar templos e igrejas para sua oração.

Quando um deputado ou senador começa a fazer algo que incomoda a todos nós, que está fora das 4 linhas, geralmente ele é submetido ao Conselho de Ética e pode perder o seu mandato. Já no nosso Supremo Tribunal Federal infelizmente isso não acontece. Temos um ministro do Supremo que ousa continuar fazendo aquilo que nós não admitimos. Logo um ministro que deveria zelar pela nossa liberdade, pela democracia, pela Constituição faz exatamente o contrário. Ou esse ministro se enquadra ou ele pede para sair. (...) Tem tempo ainda para arquivar seus inquéritos. Ou melhor, acabou o tempo dele. Sai, Alexandre de Moraes. Deixa de ser canalha. Deixe de oprimir o povo brasileiro.

Não podemos admitir um sistema eleitoral que não oferece qualquer segurança por ocasião das eleições. Dizer também que não é uma pessoa do Tribunal Superior Eleitoral que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável porque não é. Não podemos admitir um ministro do Tribunal Superior Eleitoral também usando a sua caneta para desmonetizar páginas que criticam esse sistema de votação. Nós queremos eleições limpas, democráticas com voto auditável e contagem pública dos votos. Não podemos ter eleições que parem dúvidas sobre os eleitores. Nós queremos eleições limpas, auditáveis e com contagem pública dos mesmos. Não posso participar de uma farsa como essa patrocinada ainda pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Tais ataques diretos, inclusive nomeando um ator social específico e ministro do Supremo Tribunal Federal, são legitimados por Jair Messias Bolsonaro por uma suposta preocupação com a integridade e defesa da democracia:

Não podemos admitir que uma pessoa, um homem apenas turve a nossa democracia e ameace a nossa liberdade.

Como sempre... Dizer mais a vocês, nós acreditamos e queremos a democracia, a alma da democracia é o voto.

E não vamos mais admitir que pessoas como Alexandre de Moraes continuem a açoiar a nossa democracia e desrespeitar a nossa Constituição.

Entendemos, portanto, que seu discurso no dia 7 de setembro de 2021, em síntese repetido também em 7 de setembro de 2022, foi consumido, reproduzido e recontextualizado em diversos gêneros - entre os quais jornalísticos e midiáticos. Vemos, a exemplo disso, o aspecto semiótico dos comentários produzidos por atores sociais no Instagram após o anúncio do resultado das eleições presidenciais no Brasil.

Ao descrevermos tais comentários em seus aspectos experienciais, em nível de

vocabulário, observamos o uso de palavras que buscam demarcar o território ideológico do processo eleitoral: “crime”, “erro”, “roubalheira”, [falta de] “transparência”, “incongruências”, “falácias”, “injusto”, “obscuro”, [ausência de] “credibilidade”, “fake news”, “frágil”, “inconsistências”, “fraude”, [não] “confiável”. Destas, a que mais se repete é “credibilidade” (13x), usada de modo a caracterizar o processo eleitoral no Brasil como carente de credibilidade. Em segundo lugar, aparecem as palavras “crime” (6x) - utilizada por interlocutores que buscam associar a compensação do crime no Brasil à eleição, em uma suposta referência ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva - e [não] “confiável” (6x) - utilizada para caracterizar o processo eleitoral, seus instrumentos e atores sociais fiscalizadores como carentes de confiabilidade. Na sequência, observamos a palavra “fraude” (3x) e “sem transparência” (2x), conotando que o processo eleitoral tenha ocorrido sem transparência e tenha sido fraudado. Nesse cenário semiótico, as instituições democráticas são representadas como sem credibilidade, não confiáveis, responsáveis por fraudes eleitorais, sem transparência, o que como resultado leva à produção do discurso de que *o crime compensa* no Brasil - diante de uma suposta ineficiência ou complacência dessas instituições. Além disso, quando observamos os modos como as identidades sociais são construídas, temos os seguintes registros: *Lula* - “criminoso”, “ex-presidiário”; *TSE, OAB e Professores* - “sem credibilidade”; *Eleição* - “tendenciosa”, “fraudada”, “injusta”, “obscura”; *Justiça brasileira* - “não existe”; *o povo* - “enganado”, “feitos de palhaço”, “revoltado”.

Por sua vez, ao descrevermos os valores experienciais contidos nos aspectos gramaticais dos comentários, observamos a predominância de processos ligados ao Tribunal Superior Eleitoral, às urnas eletrônicas e às eleições. Nesse sentido, o TSE é predominantemente associado a processos relacionais que buscam qualificá-lo como sem credibilidade (i.e. “*TSE sem credibilidade*”, “*o TSE já perdeu a pouca credibilidade que ela ainda tinha*”, “*Vocês estão sem credibilidade!*”, “*PTSE credibilidade Zero*”), a processos comportamentais que buscam afirmar que a instituição trata a população como ingênua, com escárnio, sem seriedade (i.e. “*TSE continua fazendo piada e achando que o brasileiro é palhaço*”), a processos verbais que buscam afirmar que o TSE mente e propaga fake news (i.e. “*Estou lendo uma fake news. Do próprio TSE*”), a processos materiais que responsabilizam o TSE por esconder informações, restringir acesso a dados e criar obstáculos para a transparência (i.e. “*Liberem toda a informação e acessos pra auditoria sem esconder e restringir o que bem lhes entende*”, “*TSE não liberou acesso a tudo por que será em porque não liberou acesso total*”), e a processos mentais que o responsabilizam por manipular, enganar e escolher esconder informações da população, bem como por deliberadamente ser permissivo com a corrupção (i.e. “*querem fazer*

o povo de palhaço”, “TSE quer que nós Patriotas acreditem só no que eles falam sem nenhuma prova ou documentos”, “Sim estamos cientes da dimensão da roubalheiras que o TSE não quer enxergar!”).

Já as urnas eletrônicas são predominantemente qualificadas como inseguras através do uso de processos relacionais (i.e. *“Elegantemente eles [as forças armadas] disseram que as urnas eletrônicas não são 100% seguras”*), com a função de desviar votos, assim atribuída por processos materiais (i.e. *“Ninguém acredita mais nessas urnas eletrônicas que dão voto pro ex...”*), e associada a processos mentais em que aparece como beneficiária (no sentido gramatical), ao ser descredibilizada pela população (i.e. idem exemplo anterior). Por fim, as eleições são caracterizadas por processos relacionais como antidemocráticas (i.e. *“Eleição totalmente antidemocrática, sem transparência e com fraudes”*) e por processos materiais como ainda inacabadas (i.e. *“Pra mim a eleição ainda não acabou, e a injustiça não ficará encoberta”*).

Por sua vez, ao descrevermos os comentários em seus aspectos relacionais e textuais, observamos o uso predominante de um registro informal atravessado pelo uso de metáforas (i.e. *“TSE deve tá achando que a gente tbm acredita em papai noel rsrs”, “😂 resolveram fazer stand up agora?”*), por afirmações de modo declarativo para atribuir qualificações às instituições democráticas e, especialmente, ao TSE, e por afirmações de modo imperativo para demandar que o TSE seja transparente. É possível observar, também, uma polarização provocada pela semiose dos comentários, que por sua vez se traduz na demarcação de dois grupos de atores sociais: ‘nós’, conotando o povo, supostamente enganado por ‘vocês’, as instituições democráticas e, especialmente, o TSE (i.e. *“Vocês estão sem credibilidade!”*, *“Esse povo representante do TSE quer que nós Patriotas acreditem só no que eles falam”*). Por fim, é possível observar que conectores lógicos são raramente utilizados, e as frases são predominantemente paratáticas, podendo suas orações ser trocadas de lugar sem qualquer prejuízo a seus efeitos semânticos - revelando que não possuem entre elas relações explícitas de causa e efeito e que são omissas em linhas argumentativas que sustentem as acusações nelas contidas.

Diante desse cenário semiótico, sequencialmente faz-se necessário refletirmos acerca dos modos como a ordem social pode se beneficiar de tais discursos, bem como quais seus efeitos à sociedade. No primeiro caso, Jair Messias Bolsonaro, à ocasião presidente do Brasil e candidato à reeleição, constitui o primeiro ator social beneficiado por suposições de que o TSE tem o poder de manipular o resultado eleitoral. Nesse sentido, a descredibilização do Tribunal e do processo eleitoral serviam como base discursiva para o questionamento de qualquer

resultado eleitoral que viesse a posicioná-lo como perdedor nas eleições - o que foi antecipado por pesquisas registradas na Justiça Eleitoral e divulgadas pela mídia corporativa previamente ao primeiro¹⁰ e ao segundo¹¹ turno das eleições. Além disso, conforme matéria veiculada pelo jornal *O Globo*¹², em 4 de maio de 2023, o ex-presidente respondia, até a data, a 24 inqueritos envolvendo, por exemplo, fraudes em seu cartão de vacinação, peculato e responsabilização pelos ataques ocorridos em 8 de janeiro - de modo que a eleição, para o ex-presidente, o concederia a prerrogativa legal de contar com foro privilegiado, impedindo que fosse julgado pela justiça comum. Contudo, considerando sua expressiva campanha, tal benefício não pode ser compreendido de forma individualizada - pelo contrário, é preciso observar que outros atores sociais e instituições estão envolvidos nesse processo.

A exemplo desse contexto, com relação aos atores sociais, Reenlsober (2020) e posteriormente Reenlsober e Karhawi (2022) apontaram, respectivamente, 11 grupos de seguidores do ex-presidente na rede social Twitter, entre os quais estão anti-esquerdistas, conservadores, patriotas, cristãos, militares, candidatos políticos, bots e personalidades que vivem no exterior - e que se resumem, portanto, a dois grandes grupos: apoiadores e imprecisos. Já no que diz respeito às instituições, faz-se necessário compreender as (i) políticas ideológicas, (ii) econômicas, e (iii) de segurança e defesa do governo Bolsonaro. Como apontam Hirst e Maciel (2022, n. p.), essas políticas representaram, respectivamente, (i) “insumo narrativo do projeto de poder nacional e aprofundamento dos vínculos de atores internos com governos e organizações identificados com o ideário da extrema direita internacional”, (ii) o “aprofundamento da agenda de reformas econômicas de cunho liberal, fortalecimento do agronegócio e defesa do capital financeiro”, bem como (iii) o “controle militar de cargos ministeriais de primeiro escalão, ampla presença corporativa na administração pública federal, redefinição de parâmetros da Política Nacional de Defesa, acesso a fatias orçamentárias para o sistema de privilégios e fortalecimento de programas estratégicos”.

Esse cenário nos evidencia que, por um lado, os discursos antidemocráticos contestando a derrota do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, por ele endossados, reproduzidos e recontextualizados, beneficiam agendas liberais-conservadoras e anti-progressistas. Tais

¹⁰ Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-datafolha-para-presidente-lula-tem-47-e-bolsonaro-33/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

¹¹ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

¹² Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/fraude-em-vacinacao-joias-sauditas-8-de-janeiro-inqueritos-e-acoas-contra-bolsonaro-chegam-a-24-entenda.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2023.

discursos beneficiam, portanto, grupos transnacionais de governos de direita, militares, líderes religiosos, bancos privados, investidores, grandes empresários, latifundiários e garimpeiros com interesses no cerceamento de direitos trabalhistas, à demarcação de terras dos povos originários, bem como no cerceamento da fiscalização ambiental.

Tais atores sociais e instituições, ao se beneficiarem de discursos antidemocráticos, produzem implicações ideológicas e efeitos materiais. Isto é, ao olharmos para quem essa ordem discursiva beneficia, vemos também como esses grupos e setores atuam diretamente ao moldar as políticas e práticas sociais de acordo com seus interesses privados, resultando assim, na propagação de desinformação como senso comum, bem como em atos antidemocráticos. Para esses grupos, a falta de regulamentações mais rígidas representa uma oportunidade de obter ganhos financeiros sem restrições. No entanto, seu apoio à governança de Jair Messias Bolsonaro tanto produz quanto resulta em ataques materiais às instituições democráticas, como é o caso dos comentários observados na página do Tribunal Superior Eleitoral. Além disso, esses ataques ganharam proporções ainda maiores no dia 8 de janeiro de 2023, quando centenas de pessoas invadiram e depredaram os prédios da Câmara Federal, do Senado e do Supremo Tribunal Federal, ameaçaram atores sociais e instituições democráticas, e pediram por uma intervenção militar na tentativa de causar uma ruptura na ordem social. Ainda nesse contexto, tais ataques foram organizados, estimulados e financiados pelos grupos citados acima, entre os quais empresários do agronegócio, latifundiários e políticos de direita no Brasil.

Essas ações violentas contra a eleição democrática do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela tomada de poder por militares em defesa de Jair Messias Bolsonaro, e de ataques diretos, simbólicos e materiais às instituições democráticas, consolidam a caracterização fascista de seu modo de governar. Nesse sentido, como nos aponta Richardson (2018, p. 451),

a política contemporânea apresenta duas estratégias discursivas recorrentes para partidos fascistas: sua dissociação do fascismo ou sua redesignação. Partidos que optam pela segunda opção necessariamente se posicionam fora do espectro democrático, levando o partido a um caminho pseudo-revolucionário, buscando assegurar sua permanência no poder através do uso de violência e ‘política de rua’ (Richardson 2011, 2013; Rudling 2013).

Diante desse cenário, apresentamos algumas alternativas que buscam contribuir para a solução do problema discutido até aqui, entre elas: (i) a efetiva responsabilização civil e criminal de atores sociais e autoridades responsáveis pela disseminação de discursos contra a democracia e suas instituições; (ii) a regulamentação das redes sociais, através da imediata aprovação do Projeto de Lei 2630/2020, que trata da Lei Brasileira de Liberdade,

Responsabilidade e Transparência Digital na Internet¹³; (iii) a declaração de inelegibilidade do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro por crimes contra a democracia, uma vez que protagoniza ataques antidemocráticos testemunhados desde seu mandato até os dias atuais; (iv) a suspensão das redes sociais do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, bem como de políticos e membros da sociedade civil que as instrumentalizam para a incitação de práticas antidemocráticas e discursos de ódio; (v) a produção e circulação de conteúdos midiáticos acessíveis, inclusive em TV aberta, em larga escala e em horários diversos, voltados ao letramento político e aos princípios das democracias; (vi) um amplo movimento extensionista das universidades públicas brasileiras voltado à educação política para a democracia, com foco às demandas sociais emergentes no Brasil e à formação universitária; (vii) a incorporação obrigatória nos currículos educacionais de práticas de letramento digital e político com foco ao desenvolvimento de habilidades de identificação de notícias falsas no cenário político; (viii) a implementação de habilidades específicas na Base Comum Curricular voltadas à história e organização do sistema eleitoral no Brasil; (ix) a criação de um programa descentralizado de metas municipais e estaduais buscando atingir os objetivos da Secretaria Nacional de Políticas Digitais associados ao combate à desinformação, instituindo-se contrapartidas do governo federal a estados e municípios; (x) a ampliação do número de funcionários de plataformas digitais e redes sociais, bem como sua capacitação, responsáveis pela análise de denúncias envolvendo informações falsas e discursos de ódio; (xi) a priorização de recursos humanos em substituição às ferramentas de detecção de palavras em textos produzidos nas redes sociais, uma vez que tais ferramentas falham na identificação de discursos e priorizam a identificação de itens lexicais descontextualizados.

Considerações finais

Feitas essas considerações, apresentamos uma breve meta-análise de nossa discussão. Para isso, retomamos nossos objetivos, que consistiram em investigar como os comentários analisados se referem aos atores sociais TSE, resultado das eleições e urnas eletrônicas. Em nossa análise, observamos que o TCE é predominantemente qualificado como sem credibilidade, as urnas eletrônicas como não confiáveis e as eleições como fraudadas - sendo estes os tipos específicos de discursos antidemocráticos identificados no decorrer da análise.

Além disso, observamos que os atores sociais se identificam como patriotas e são opositores do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A partir dessas constatações, discutimos a produção deste problema - isto é, o que faz com que tais discursos

¹³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2256735>. Acesso em: 19 dez. 2023.

antidemocráticos sejam produzidos e reproduzidos de forma massiva -, suas implicações para a ordem social e possíveis soluções para superá-lo. Nesse sentido, observamos que as redes sociais têm sido referenciadas na literatura como um meio emergente de produção e circulação de discursos antidemocráticos, com uma capacidade de replicação e alcance nunca antes vistas na história da justiça eleitoral brasileira, o que foi corroborado por este estudo. Não obstante, discutimos os modos como a atuação direta do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, no exercício da presidência, resultaram e provocaram o aumento de ataques às instituições.

Esperamos, com isso, e com as ações apresentadas para o enfrentamento de discursos antidemocráticos, que este artigo possa contribuir com perspectivas linguísticas e discursivas para o combate ao fenômeno crescente dos ataques às instituições democráticas, corroborando com a responsabilização efetiva de atores sociais responsáveis pela produção e reprodução de tais ataques - a exemplo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, neste texto classificado como fascista e como seu principal incitador - de modo que sejam impedidos de concorrer a eleições futuras. Além disso, recomendamos pesquisas futuras que procurem explorar outros aspectos relacionados à semiose de comentários semelhantes - a exemplo dos modos de legitimação dos discursos antidemocráticos. Como leitores, identificamos um modo de legitimação por autoridade, em referência às forças armadas como opositoras das instituições democráticas, o que, a nosso ver, merece uma análise mais aprofundada neste e em outros gêneros e práticas sociais.

Por fim, encorajamos leitores, professores e pesquisadores a produzirem conteúdos acessíveis, voltados ao letramento político em suas esferas de convivência pessoal e atuação profissional, de modo a se alinharem às recomendações apresentadas acima. Em especial, recomendamos enfaticamente que docentes do magistério superior e/ou básico, técnico e tecnológico coordenem projetos de extensão voltados ao letramento político da sociedade e capazes de habilitar a sociedade civil a identificar e combater ataques às democracias.

Referências

- ARAÚJO, M. DO S. S.; CARVALHO, A. M. P. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. **Revista Katálysis**, v. 24, n. 1, p. 146–156, jan. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75280>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- BERNARDI, A. J. B.; MORAIS, J. A. Fascismo à brasileira? Análise de conteúdo dos discursos de Bolsonaro após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. **Política & Sociedade**, v. 20, n. 48, p. 300–327, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/72401>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BLOOR; M.; BLOOR, T. Systemic Functional Linguistics. *In*: FLOWERDEW, J.; RICHARDSON, J. E. (ed.). **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**. Abingdon: Routledge, 2018. Cap. 10. p. 151-164.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Lei nº 2.250, de 25 de julho de 1955**. Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2550-25-julho-1955-361095-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2630/2020**. Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2256735>. Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985**. Altera dispositivos da Constituição Federal e estabelece outras normas constitucionais de caráter transitório. Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc25-85.htm. Acesso em: 11 jun. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **O sistema eleitoral brasileiro: síntese e história**. Brasília: TSE, 2009. 48 p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5505>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Painéis de resultados**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/pain%C3%A9is-de-resultados?session=278587101539>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CABLE NEWS NETWORK. **Pesquisa Datafolha para presidente: Lula tem 47%; e Bolsonaro, 33%**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pesquisa-datafolha-para-presidente-lula-tem-47-e-bolsonaro-33/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CABRAL, S. R. S. *et al.* LISTA DE TERMOS DA LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: LÉXICO-GRAMÁTICA. **Organon**, v. 36, n. 71, p. 483–495, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/230765>. Acesso em: 29 jun. 2023.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. New York: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. CDA as a method for social scientific research. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2001. Cap. 6. p. 121-138.

FAIRCLOUGH, N. CDA as dialectical reasoning. *In*: FLOWERDEW, J.; RICHARDSON, J. E. (ed.). **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**. Abingdon: Routledge, 2018. Cap. 1. p. 13-25.

FLOWERDEW, J.; RICHARDSON, J. E. (ed.). **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**. Abingdon: Routledge, 2018.

GULLINO, D.; COPLE, J. **Fraude em vacinação, joias sauditas, 8 de janeiro: inqueritos e ações contra Bolsonaro chegam a 24; entenda os casos**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/05/fraude-em-vacinacao-joias-sauditas-8-de-janeiro-inqueritos-e-acoes-contra-bolsonaro-chegam-a-24-entenda.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2023.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. 4. ed., Milton Park, Abingdon, Oxon: Routledge, 2014.

HIRST, M.; MACIEL, T. A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL NOS TEMPOS DO GOVERNO BOLSONARO. **SciELO Preprints**, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771>. Acesso em: 18 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA (IBOPE). **Confiança nas Instituições Brasileiras (ICS)** – junho de 2018. Brasil. CESOP, 2018. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4476. Acesso em: 29 jun. 2023.

LIMA, V. **Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravida**. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticiaspolitica/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

MASSUCHIN, M. G.; ORSO, M.; SALEH, D. M. Valores antidemocráticos e ataque às instituições: comportamentos da direita on-line a partir da análise das contas “Direita Brasil” e “Verde e Amarela” no Twitter. **Política & Sociedade**, v. 20, n. 49, p. 39–72, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/84722>. Acesso em: 29 jun. 2023.

PESQUISA ELEITORAL: **Datafolha, pesquisa para presidente**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/>. Acesso em: 19 dez. 2023.

PODER 360. **No Acre, Bolsonaro fala em “fuzilar a petralhada” e enviá-los à Venezuela - 1o.set.2018**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p0eMLhCcbyQ>. Acesso em: 21 jun. 2023.

PODER 360. **Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro no ato de 7 de setembro em São Paulo**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-no-ato-de-7-de-setembro-em-sao-paulo/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

RAMOS, G. **“Aqui no Brasil não existe isso de racismo”, diz Bolsonaro em Fortaleza**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/06/29/aqui-no-brasil-nao-existe-isso-de-racismo-diz-bolsonaro-em-fortaleza.htm>. Acesso em: 21 jun. 2023.

RECUERO, R. #FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 20, n. 3, p. 383–406, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6398202014635>. Acesso em: 29 jun. 2023.

REENLSOBER, D. **ETHOS NAS REDES: QUEM SÃO OS SEGUIDORES DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mídia, Informação e Cultura) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 36. 2020. Disponível em: http://celacc.eca.usp.br/pt-br/tcc_celacc/ethos-nas-redes-sao-seguidores-jair-bolsonaro-twitter. Acesso em: 29 jun. 2023.

REENLSOBER, D.; KARHAWI, I. ETHOS NAS REDES: OS SEGUIDORES DE JAIR BOLSONARO NO TWITTER. **Revista GEMInIS**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 167–187, 2022.

DOI: 10.53450/2179-1465.RG.2022v13i1p166-187. Disponível em:

<https://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/636>. Acesso em: 19 jun. 2023.

RICHARDSON, J. E. Fascist Discourse. *In*: FLOWERDEW, J.; RICHARDSON, J. E. (ed.). **The Routledge Handbook of Critical Discourse Studies**. Abingdon: Routledge, 2018. Cap. 30. p. 447-462.

RISSO, L. C.; CARVALHO, C. R. O governo Bolsonaro e similitudes com o período da ditadura militar no Brasil nas questões indígenas e ambientais. **Revista Formação** (Online), v. 54, n. 29, p. 331-356, 2022. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/8726>. Acesso em: 29 jun. 2023.

VASCONCELOS FILHO, A. A. DE. MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO: tutela à democracia brasileira? **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 1, n. 26, p. 291–309, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/caos/article/view/57873>. Acesso em: 29 jun. 2023.

Sobre os autores

Pedro Gustavo Rieger (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3673-5565>)

Doutorado e Mestrado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (PPGI/UFSC). Professor adjunto da Universidade Federal de Alagoas.

Luana Garbin (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1435-9965>)

Mestrado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (PPGI/UFSC). Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários da Universidade Federal de Santa Catarina.

Recebido em junho de 2023.

Aprovado em novembro de 2023.

Plano de texto, construção de sentidos e violência verbal em uma crônica anunciada: Brasília, 8 de janeiro de 2023

Text plan, construction of senses and verbal violence in an announced chronicle: Brasília, January 8, 2023

Sueli Cristina Marquesi¹
Ananias Agostinho da Silva²

Resumo: Inscrito na área de Linguística Textual, com interface em estudos sobre a violência verbal, o trabalho aqui apresentado tem o objetivo de analisar o plano de texto de um discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro em nível macro, meso e microtextual, com a intenção de discutir a progressão temática do discurso ameaçador e de observar como marcas linguístico-textuais-discursivas revelam a construção de um discurso de ódio que gestou e insuflou a violência física e antidemocrática de 8 de janeiro de 2023. Ao final, defendemos que, como em uma crônica anunciada, o estado de convulsão anunciado textualmente no discurso analisado, por meio de atos ilocucionários ameaçadores inscritos nas escolhas referenciais operadas por Bolsonaro, teve implicações nos ataques terroristas ocorridos em Brasília.

Palavras-chave: plano de texto; violência verbal; construção de sentidos; Bolsonaro.

Abstract: Incribed in the area of Textual Linguistics, with an interface in studies on verbal violence, the work presented here aims to analyze the text plan of a speech by former president Jair Bolsonaro at a macro, meso and microtextual level, with the intention of to discuss the thematic progression of threatening speech and to observe how linguistic-textual-discursive marks reveal the construction of a hate speech that managed and instilled the physical and anti-democratic violence of January 8, 2023. In the end, we argue that, as in a chronicle announced, the state of convulsion textually announced in the analyzed discourse, through threatening illocutionary acts inscribed in the referential choices operated by Bolsonaro, had implications for the terrorist attacks that occurred in Brasília.

Keywords: text plan; verbal violence; construction of senses; Bolsonaro.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia, São Paulo, SP, Brasil. Endereço eletrônico: suelimarquesi.sm@gmail.com.

² Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Centro Multidisciplinar de Caraúbas, Departamento de Linguagens e Ciências Humanas, Caraúbas, RN, Brasil. Endereço eletrônico: ananias.silva@ufersa.edu.br.

Introdução

A produção de discursos marcados pela violência verbal tem sido pulverizada nos mais diversos setores das sociedades democráticas contemporâneas. Encobertos na polêmica sobre o princípio fundamental da liberdade de expressão, muitos sentem-se como que autorizados a proferir discursos violentos para agredir o outro e alcançar certos propósitos comunicativos. Interações assim não se limitam às relações interpessoais, mas acontecem também em contextos de comunicação institucional e midiática (Seara, 2020). Quando envolvem personalidades públicas, cuja posição social exerce influência em relação às demais pessoas de uma sociedade, como um chefe político, o apelo a uma linguagem violenta pode conduzir os cidadãos de seu país a enfrentamentos hostis que enfraquecem a democracia. Nesse caso, ao invés de conclamar para o consenso e visar ao bem da sociedade, o discurso político, caracterizado pela violência verbal, faz incitação ao dissenso e a diversos tipos de violência.

Na verdade, assumimos aqui que o emprego de discursos violentos está na gênese de toda forma de violência, como se fosse um estágio embrionário de seu desenvolvimento. Esse pressuposto foi observado por Auger e Moïse (2004) ao estudarem a violência verbal numa perspectiva de contínuo, cuja origem se encontra nos implícitos do discurso e desemboca na violência física. Com efeito, é possível dizer que os crimes de ódio e de violência parecem ser sempre precedidos de um discurso que incita à disseminação do ódio e de atitudes violentas. E quando é proferido por um locutor que detém um *ethos* de autoridade, sua potência é ainda mais latente – sobretudo pela força retórica que apresenta, decorrente do prestígio social de que goza.

A história ocidental foi palco de inúmeros episódios nos quais líderes engajam seus seguidores através de um discurso que apela para a violência verbal. Neste trabalho, tratamos em particular do ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro. O governo de Bolsonaro foi marcado por inúmeras polêmicas e acontecimentos difíceis, como a pandemia de *Covid-19*. Os posicionamentos que assumiu foram sempre motivos de controvérsias, porque tendiam para o extremismo radical (de direita) que cindia a população e colocava à deriva os grupos mais marginalizados. Os discursos do ex-presidente eram enérgicos e repletos de marcas de violência verbal e de incitação à violência, especialmente contra os partidos políticos de esquerda, a imprensa, percebida como antagonista ao seu governo, e as minorias em geral.

Esta reflexão nos levou à hipótese de que os crimes de ódio e de violência praticados durante os ataques terroristas ocorridos na capital do Brasil, no dia 08 de janeiro de 2023, contra as casas dos três poderes da República brasileira foram precedidos de um discurso que incitava o ódio e atitudes violentas, na própria voz de Bolsonaro. Antes das eleições de 2022, Bolsonaro assumiu uma postura que insinuava não aceitar o resultado das eleições, caso perdesse para seu

principal opositor à época, o ex-presidente Lula. Em várias ocasiões, questionou a legitimidade do sistema eleitoral brasileiro, que adota urnas eletrônicas, e sugeriu que não reconheceria a legalidade do pleito de 2022 se não fosse o vencedor. Esse posicionamento incitou milhares de brasileiros a duvidarem da validade do sistema eleitoral do país e a não reconhecerem a possível vitória de Lula, a ponto de orquestrarem um golpe de estado, caso isso ocorresse.

Frente a esse contexto, a pergunta central que nos colocamos foi: como Bolsonaro deu argumentos para esta construção de sentidos feita por tantos brasileiros? Na tentativa de respondê-la, voltamos nosso olhar para o conjunto de discursos proferidos pelo ex-presidente antes das eleições de 2022. Ao levantarmos várias manifestações em redes sociais, encontramos aquela que nos permitiu a análise de um plano de texto marcado pelo discurso da ameaça constituinte de uma violência verbal em relação à democracia do Brasil. Trata-se do discurso proferido pelo então presidente no dia 01 de julho de 2021, sobre a polêmica do voto auditável, selecionado aqui para análise. Para tanto, consideramos que a análise textual desse discurso, a partir de uma metodologia descendente que leva em conta os vários níveis de organização do texto, poderá despontar reflexões à questão central colocada e permitirá depreender o modo como o fenômeno sociodiscursivo da violência verbal se inscreve na textualidade para cumprir funções argumentativas. Vislumbrando esse alcance, propomos alguns objetivos:

- a) analisar o plano de texto do referido discurso de Bolsonaro em seus níveis macro, meso e microtextual (Adam, 2022);
- b) discutir, com base nos níveis macro e mesotextuais, como se dá a progressão temática do discurso ameaçador de Bolsonaro, nas partes que o compõem, assim como o imbricamento de sequências textuais responsáveis pela dimensão argumentativa do texto;
- c) observar, com base no nível microtextual, como as marcas linguístico-textuais-discursivas são axiologicamente reveladoras do discurso de ódio que gestou e insuflou a violência física e antidemocrática de 8 de janeiro de 2023.

Para cumprir com esses objetivos, mobilizamos dois quadros teóricos em interface: os estudos do texto e os estudos sobre violência verbal. Relativo aos estudos do texto, situamo-nos no âmbito da Linguística Textual para tratar de noções como plano de texto e sequências textuais, a partir dos trabalhos de Adam (2011, 2019, 2021, 2022). Sobre violência verbal, recuperamos a abordagem contextual praticada por autores como Auger e Moïse (2004), Moïse (2012) e Fracchiolla *et al.* (2013). Nossa reflexão começa com a retomada de algumas noções teóricas basilares para o estabelecimento do plano de texto do pronunciamento de Bolsonaro, objeto deste estudo, para, em seguida, encaminharmos o protocolo de análise sugerido pelos objetivos específicos adotados e, ao final, trazermos as discussões dos dados.

O plano de texto e os níveis de análise

A noção de plano de texto é colocada por Jean-Michel Adam no quadro da Linguística Textual. O linguista desenvolveu uma vasta produção a respeito dessa noção (Adam, 2011, 2021, 2022), que, ao lado de fecundos desenvolvimentos realizados por autores brasileiros (Marquesi, 2017, 2018, 2022; Marquesi; Elias; Cabral, 2017; Marquesi; Cabral; Rodrigues, 2022; Rodrigues; Marquesi, 2021; Rodrigues, 2022), tem alçado o plano de texto a lugar de destaque nas pesquisas contemporâneas em Linguística Textual. Para Marquesi (2022), esse papel central que o plano de texto ocupa hoje nos estudos do texto se justifica em razão dos critérios teórico-analíticos a ele relacionados, que permitem tanto a definição de categorias de análise quanto a proposição de estratégias delas advindas para atuação de interlocutores nos mais variados espaços de interação.

Primeiramente, Adam (2011) definiu o plano de texto como o principal fator unificador da estrutura composicional de um texto, sendo basilar à construção macrotextual dos sentidos. É o plano de texto que estabelece a organização global do texto prescrita por um gênero, porque reflete a forma como as informações são dispostas nesse texto, considerando as intenções de quem escreve. Aqui, a noção de plano de texto se aproxima da de estrutura composicional do gênero, porque se refere à disposição das informações que constituem o texto na textura. O próprio Adam (2011, p. 258) explica que “os planos de textos estão, juntamente com os gêneros, disponíveis no sistema de conhecimentos dos grupos sociais e permitem construir e reconstruir a organização global de um texto, prescrita por um gênero”. Assim, tanto o plano de texto como o gênero fazem parte dos conhecimentos prévios do produtor e do leitor e são por eles acionados quando da produção e da leitura de um texto.

Todavia, não se trata de confundir plano de texto com gênero do discurso, nem com sua superestrutura textual. A esse respeito, Coutinho (2003) observa que: enquanto a superestrutura do gênero se refere a um construto cultural, reconhecível pelos usuários da língua, precisamente porque é recorrente, o plano de texto se refere a um produto resultante de uma construção pontual, nunca repetível, porque trata sempre de um novo texto. Marquesi *et al.* (2019) explicam que a composição do gênero é a estrutura aprendida, pela qual se mantém a convencionalidade histórico-cultural; o plano é estrutura criada, que não dispensa a convencionalidade aprendida, mas se constitui como variante a ela. É, pois, o caráter pontual do plano de texto, decorrente da singularidade do próprio texto enquanto evento único e irrepetível, que imprime essa diferença, de maneira que textos de um mesmo gênero podem apresentar variabilidade de planos de texto.

É nessa direção que, para Adam (2011, p. 378), mesmo constrangido pelo gênero, “o plano de texto é inventado e descoberto durante o evento” de produção e de recepção do texto.

Por isso, se revela como sendo uma composição singular, criativa, porque deriva das intenções do produtor do texto, do seu propósito comunicativo, e propicia, ao mesmo tempo, diferentes possibilidades de construções de sentido por parte dos leitores ou ouvintes (Marquesi; Cabral; Rodrigues, 2022). Nesse sentido, o plano de texto também é responsável pela orientação argumentativa do texto (Cabral, 2013), visto que reflete os objetivos que o produtor deseja alcançar com a sua produção. O modo como administra a composição das informações no texto e todo o conjunto de escolhas linguísticas e semióticas que o produtor arranja, além de sinalizarem para o modo de organização do texto, determinam, em alguma medida, a orientação argumentativa do texto. Assumir essa posição, para Marquesi, Elias e Cabral (2017), significa considerar que a argumentatividade não se inscreve apenas no uso da língua, mas também no modo como esse uso se configura em práticas textuais e comunicativas.

Sendo atinente à estrutura de organização do texto, o conceito de plano de texto se relaciona com o de sequência textual, também desenvolvido por Adam (2011). Conforme Marquesi, Elias e Cabral (2017), para o linguista, a sequência é uma unidade textual complexa, composta de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados, designadas como macroproposições – uma espécie de período cuja propriedade principal é ser uma unidade ligada a outras macroproposições e que exerce funções precisas dentro do todo ordenado da sequência que constitui – que podem ser de cinco tipos: descritivas, narrativas, explicativas, argumentativas e dialogais. O plano de texto resulta do entrelaçamento desses diferentes tipos de sequências textuais na tessitura textual. Nesse sentido, “desvelar o plano de texto é mapear as sequências textuais que o estruturam, é detectar o(s) valor(es) semântico(s) que delas decorre(m), é interpretar a função, por exemplo, de uma sequência narrativa em determinada cena enunciativa, que poderá funcionar como argumento” (Rodrigues, 2022, p. 127).

Em estudos recentes, Adam (2021; 2022) tem buscado ampliar o escopo da noção de plano de texto. Para Rodrigues e Marquesi (2021), essa abordagem mais ampliada permite compreender o plano de texto como categoria de análise relacionada à composição macrotextual do sentido que possibilita a apreensão detalhada da estrutura organizacional do texto. Supõe uma relação imprescindível entre a superfície linguística do texto, sua forma nas possibilidades de organização que o produtor arranhou conforme o propósito comunicativo e a disposição dos sistemas de língua e gênero, e a dimensão semântica. A propósito, Adam (2021, p. 232) assevera que todo texto é resultante de “uma combinação da linearidade e por dois modos não lineares de construção de sentido: a percepção de um todo de sentido que faz a unidade texto (estruturação configuracional) e a percepção de redes de vocábulos recorrentes e concorrentes

(estruturação reticular)”. Em outras palavras, o reconhecimento de um plano de texto e de todo o conjunto de elementos linguístico-textuais responsáveis pela dimensão semântica do texto.

Numa hierarquia da estruturação macrotextual dos sentidos do texto, o plano de texto é a mais alta categoria a que o produtor e o interlocutor podem recorrer na produção e interpretação de um texto. Adam (2021, 2022) propõe a análise do plano de texto em três níveis:

- a) O macrotextual, “constituído por fronteiras peritextuais e subdivisões do texto em parágrafos, capítulos, seções ou partes, que conferem o sentimento de uma unidade textual constituída de subunidades significantes, de extensão e natureza semiológica variáveis” (Adam, 2021, p. 04).
- b) O mesotextual, [que] “compreende, com efeito, duas unidades cuja combinação é muito flexível: os segmentos no plano do corte gráfico e no plano semântico, os agrupamentos de sequências de proposições em macroproposições” (Adam, 2019, p. 94).
- c) O microtextual, [que se] refere às articulações das cláusulas constitutivas dos períodos do texto, que podem ser de ordem lexical, morfológica, sintática, semântica ou de pontuação, assim como às relações de conexão e de coesão intertransfrásticas (Adam, 2022).

Como se percebe, o plano de texto é uma categoria de análise textual que possibilita o entendimento minudenciado do todo particular de organização do texto a partir da exploração de diferentes níveis de análise. Esses três níveis citados são intercambiáveis, numa espécie de relação de interdependência. Rodrigues (2022) observou que o mesonível se encontra inserido no macronível e o micronível, ao organizar as relações de conexão da textualidade, está, por sua vez, inserido no mesonível. De fato, como o macronível se refere às subdivisões de um texto, ele depende e se constitui também do mesonível, do modo como as sequências do texto estão organizadas e se imbricam. E o mesonível depende do micronível, já que as relações de conectividade de que trata têm implicações diretas na maneira como as sequências se imbricam. Essa articulação decorre da unidade do próprio texto enquanto acontecimento enunciativo não reiterável e do caráter particular que apresenta cada plano de texto arranjado por seu locutor.

Apesar de configurados em uma estrutura do tipo hierárquica, metodologicamente, a relação entre esses níveis não segue uma ordem ascendente, porque, em uma análise textual, não se avança somente do micronível ao mesonível para, em seguida, alcançar o macronível. De igual modo, não supõe somente o emprego de uma metodologia descendente de análise textual. Na prática, esses três níveis de estruturação dos enunciados constituem uma textura complexa (Adam, 2022) daquilo que Beaugrande (1984) nomeou de sistema-texto: os seus subníveis exercem funções específicas, porém estão em constante integração, seguindo como que dois movimentos complementares de relações do tipo *top-down* e *bottom-up* (Adam, 2022), a partir de operações de descontinuidade e de continuidade (Adam, 2011). Assim, convém

esclarecer que o exame do plano de texto por um analista não se encontra necessariamente condicionado a esse modelo de organização hierárquica, ou seja, é possível sim focalizar apenas um ou outro, ou até dois desses níveis de análise, o que dependerá dos objetivos atinentes a cada investigação e do recorte metodológico estabelecido pelo próprio analista.

No estudo em tela, como mencionado na seção de introdução, analisamos o plano de texto do discurso do ex-presidente Bolsonaro em seus níveis macro, meso e microtextual a fim de observar como algumas estratégias linguístico-textuais permitem colocar em texto a violência verbal. Nossa análise considera os constrangimentos de aspectos contextuais variados (situação imediata de produção, gênero, locutor, interlocutor, lugar de circulação) e, sobretudo, leva em conta que todas as escolhas linguísticas e textuais perpetradas pelo locutor para conferir ao seu texto determinada configuração são como que condicionadas por seu propósito persuasivo, isto é, por sua intenção de alcançar e de impactar de alguma maneira o interlocutor. Antes, entretanto, na seção seguinte, tratamos de compreender o fenômeno da violência verbal.

A violência verbal

A violência verbal integra a agenda de pesquisa de várias áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Antropologia, o Direito e diversas disciplinas das Ciências da Linguagem. O crescente número de estudos relacionados ao tema se encontra diretamente relacionado ao expressivo aumento da produção de discursos violentos em interações públicas em contextos de comunicação interpessoal, institucional e midiática (Seara, 2020). Por se tratar de um tipo específico de violência, resulta de contingências sócio-históricas (Chauí, 2018), porque toda violência sempre é historicamente contextualizada. Para a filósofa, a violência deve ser vista como o “conjunto de práticas simbólicas e políticas de tomada do outro como não dotado de direitos e deveres” (p. 36). Ela ocorre quando certas práticas transgridem, sem autorização ou legitimidade, limites individuais da pessoa, do grupo social ou sistema cultural (Moïse, 2012).

Nesse ponto, realçamos o caráter contextualmente situado da violência e as implicações nos comportamentos humanos, sobretudo na linguagem, já que, em toda forma de violência, há sempre um vínculo direto com a linguagem, seja como instrumento do ato violento (violência psicológica) ou simultaneamente à agressão física. Com efeito, pensamos a violência verbal como um substrato pujante que está na gênese de outras formas de violência, como um estágio embrionário de seu desenvolvimento, mas, por outro lado, constituindo ela própria uma forma de violência à dignidade de outrem. É assim que Auger e Moïse (2004) procuram descrever a estrutura organizacional da violência verbal, na perspectiva de um contínuo, cuja origem se encontra nos implícitos do discurso e desemboca na violência física.

Moïse (2012) considera a emergência da violência verbal como sendo indissociável dos elementos contextuais, que são *condutores da violência verbal*. Para a autora, a violência verbal é inerente ao conflito e emerge do aumento da tensão entre dois pontos de vista conflitantes numa estrutura interacional. Porém, os gatilhos que ativam a violência verbal decorrem dos contextos onde ocorrem as interações. Assim, é o contexto macrosocial que pode levar a uma forte tensão e engatilhar a linguagem violenta. São os constrangimentos de cada quadro interacional que determinam aquilo que pode gerar um aumento de tensão – se se trata de um ato ameaçador de fala, uma provocação, uma ameaça, um insulto etc. Cada sujeito da interação poderá reagir de modo diferente a uma palavra dita e que sentiu como violenta, a um gesto, um efeito prosódico que entendeu como abusivo, o que pode gerar uma tensão ainda mais violenta.

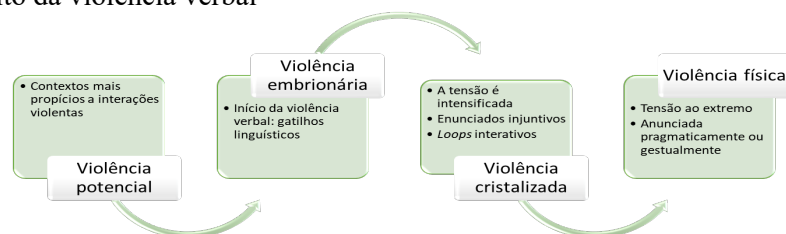
A primeira etapa de violência verbal, no modelo de Auger e Moïse (2004), é fortemente relacionada ao contexto: *violência potencial*. Segundo as autoras, há contextos mais propícios a interações mais violentas e há contextos pouco propícios ao emprego de uma linguagem violenta. Imaginamos que as interações ocorridas numa prisão tendem a ser mais violentas do que aquelas que ocorrem em uma casa religiosa – ainda que não se trate de uma regra. De igual modo, há pessoas de quem se espera um comportamento mais agressivo, em função do caráter de sua própria personalidade ou de estereótipos associados à sua profissão, condição social etc. Essas imagens relativas ao contexto e às pessoas são construídas através de representações sociais oriundas da *doxa*, dos valores sociais e individuais, e a todo tempo reforçadas pela mídia. É nesse sentido de previsibilidade das estruturas sociais que se fala de uma violência potencial.

A segunda etapa, a *violência embrionária*, se refere ao início da violência verbal. As autoras explicam que certos dados semióticos podem ser identificadores do início da violência verbal: aspectos prosódicos, repetição da mesma sequência numa conversação, mudanças de registros linguísticos, expressões faciais, postura do corpo, emoções dos interlocutores, certas facetas do contrato comunicativo, dos papéis sociais ocupados por eles e até da hierarquia de suas posições. Acrescentamos a esses dados o uso explícito de palavras violentas ou insultantes, empregadas com a finalidade de estigmatizar uma pessoa. E mais: como lembra Charaudeau (2019), o insulto verbal não é feito somente com palavras grosseiras, mas também palavras aparentemente neutras do ponto de vista de sua valência podem ser empregadas em contextos insultuosos ou humilhantes. Até mesmo a ruptura com um ritual de conversa interpessoal (negar uma saudação) ou com regimes de civilidade (usar o celular durante conversa) pode ser gatilho para acionar uma interação marcada pela violência verbal.

Então, tendo início a violência verbal por um locutor, seu interlocutor poderá reagir de diferentes jeitos, resolvendo o conflito ou sobrepondo a tensão entre ambos. No primeiro caso,

o conflito pode ser solucionado a partir de uma negociação formal estabelecida entre os interlocutores ou pela fuga do embate, ou seja, pela mudança de tópico discursivo ou retirada física de um deles. A tensão pode ser intensificada caso o interlocutor responda ao insulto sob a forma de outro insulto ou de ameaça a partir de enunciados injuntivos. Aqui, a violência verbal torna-se *crystalizada*, porque começam a se alternar as agressões entre os interlocutores em *loops* interativos dificilmente finalizados de forma pacífica. A partir disso, os interlocutores podem apelar a um último recurso, a *violência física*, quase sempre anunciada pragmaticamente ou pelo menos gestualmente, levando a tensão ao maior de seus extremos. O circuito dessa dinâmica interativa da violência verbal pode ser visualizado pela figura 01:

Figura 01- Circuito da violência verbal



Fonte: Elaboração dos autores.

Moïse (2012) e Fracchiolla *et al.* (2013) reivindicam que a violência verbal pode ser intencional, quando o interactante, deliberadamente, procura insultar, intimidar, humilhar, difamar, ameaçar, desonrar, agredir ou coagir outrem, ou não intencional, quando não há pretensão, pela enunciação, de atingir o interlocutor, mas este, mesmo assim, se sente afetado – como acontece nos casos de mal-entendidos. A violência verbal intencional pode ser de três tipos distintos (Moïse, 2012; Fracchiolla *et al.*, 2013):

- a) fulgurante, caracterizada pelo aumento da tensão contextualizada e assinalada através de gatilhos de conflitos, marcadores discursivos de ruptura (termos endurecedores, palavras grosseiras, efeitos sintáticos e prosódicos) e atos depreciativos diretos de linguagem (como assédio, desprezo, provocação, negação, humilhação, insulto etc.) voltados para a dominação;
- b) polêmica, baseada em atos de linguagem indiretos e implícitos, mas argumentativamente sustentados por figuras retóricas, visadas polêmicas e com forte teor persuasivo (ironia, refutação, argumentos *ad hominem* etc.);
- c) indireta, constatada em interações colaborativas consensuais, mas fingidas ou ambíguas (elogio, bajulação, hiperpolidez), cujo valor ilocucionário pretende o assédio e a manipulação.

A distinção entre os tipos de violência verbal apresentados não é hermética, já que eles podem se alimentar mutuamente via usos pragmáticos (in)diretos de atos ameaçadores e/ou violentos (Moïse, 2012). Nesses casos, o locutor tem a intenção deliberada de produzir um ato

de linguagem violento dirigido a outrem, ainda que não tenha necessariamente controle sobre seu grau de afetamento, já que a reação do interlocutor não é sempre previsível, porque a relação entre a produção e a recepção do discurso não é simétrica. Quando a violência verbal acontece através de atos indiretos, como a ironia, mesmo travestida, ainda assim é intencional, quer dizer, empregando estratégias retórico-estilísticas, o locutor busca agredir seu interlocutor de maneira dissimulada, provocando nele maior ou menor grau de impacto psicossocial.

Além dos tipos de violência intencional mencionados, Moïse (2012) e Fracchiolla *et al.* (2013) dizem que a violência verbal pode ser não intencional, quando não é pretendida como violenta pelo interactante, mas é assim interpretada pelo interlocutor. Esse tipo de violência se realiza de duas formas: mal-entendidos não marcados linguisticamente por palavras violentas, mas assim identificados na situação de interação pelo interlocutor – diferentemente da violência desviada, aqui não há intenção do interactante em atingir o interlocutor; e reações patogênicas autodesencadeadas que constituem a violência verbal extrema. Portanto, assim se caracteriza a dinâmica interativa da violência verbal, sobretudo, em situações comunicativas face a face.

Corpus de análise: destaques da análise macrotextual – o plano de texto

O *corpus* de análise deste trabalho é constituído de um discurso proferido pelo ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, no dia 01 de julho de 2021, a respeito do voto auditável. Esse discurso foi publicado nas redes sociais oficiais do ex-presidente – *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*, simultaneamente, resultante de uma *live*, interação síncrona. Durante seu governo, Bolsonaro elegeu essas redes para proferir pronunciamentos oficiais em alternativa à imprensa tradicional. Para este trabalho, coletamos a versão publicada no canal do *YouTube* do ex-presidente³. Foi realizada a transcrição para que pudéssemos discutir e analisar o plano de texto do vídeo em seu macronível e proceder às análises do meso e do micronível. Na reprodução seguinte, podemos observar que o texto, quanto a sua macroestrutura, se apresenta organizado em três partes: abertura (1), desenvolvimento (2) e encerramento (3).

(1) [a] “Decisão do Supremo: STF manda investigar organização criminosa de *Fake News*”. **[b]** Foi o ministro Alexandre de Moraes. Ele arquivou o processo que tinha a ver comigo. Obrigado, Alexandre. Te devo muito! Eu não sei como te agradecer, Alexandre de Moraes. Tô comovido aqui! E abriu novos procedimentos contra duas deputadas, né isso? Aline e Paula Delmontes. **[c]** É uma covardia o que estão fazendo, Alexandre de Moraes, é uma covardia. Será que é um troco porque eu falei sobre voto auditável hoje de manhã? **[d]** Não te citei, mas são três ministros do Supremo que não querem votos auditáveis. **[e]** Estão procurando parlamentares e lideranças para que eles determinem, né, orientem os seus liderados a votar contra o voto auditável.

(2) [f] Eu quero deixar uma coisa muito bem clara: eu aprendi desde cedo, todo mundo aqui, a gente ouvia falar que democracia não tem preço. **[g]** Já falei com a economia. Temos dois bilhões, seria isso, acho que um pouco menos, para comprar impressoras para o ano que vem. **[h]** Então, três ministros do supremo, já declarados, não querem o voto impresso. Diz que isso é confiável. E diz que não tenho provas, de fraude.

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBFdmgFByFM>. Acesso em: 3 abr. 2023.

Vocês também não têm provas que não tem fraude. Vocês não têm prova que é confiável. No mínimo empatou. [i] E eu estou querendo transparência, transparência. Nada mais além disso. [j] E eu estou avisando com antecedência, aos senhores três ministros do Supremo Tribunal Federal, tá? Tão trabalhando contra. [k] Vamos supor que eu ganhe a eleição na próxima. [l] Vocês desculpem a maneira de nós fazermos a contagem aberta dos votos e apresentar, na prática, para o povo brasileiro, que não terá fraude. Caso contrário, teremos problema nas eleições do ano que vem. Eu entrego a faixa presidencial para qualquer um que ganhar de mim na urna de forma limpa. Na fraude, não. [m] Então, para o Brasil agora: Tiraram o Lula da cadeia. Os crimes dele são inacreditáveis. Os delatores, foram mais de seis bilhões que devolveram. A delação premiada, então o dinheiro foi roubado. A PETROBRAS, pagamos hoje em dia mais de vinte bilhões por ano de roubos do passado. A Caixa Econômica era uma roubalheira só. Até que 50 milhões está num apartamento isolado lá na Bahia, pelo que tudo indica, veio da Caixa Econômica Federal. Tivemos roubalheira nos Correios. Compraram papeis da Venezuela. Imagine eu ter um fundo de pensão e investir em papeis da Venezuela. Tá na cara que é para roubalheira. [n] Então, tiraram o ladrão da cadeia. Tornaram o ladrão elegível, no meu entender, para ser presidente, sim, mas na fraude. [o] Porque no voto ele não ganha, não ganha de ninguém, [p] então não vou admitir um sistema fraudável de eleições. [q] E eu não quero problemas. E nem dezenas de milhões de brasileiros que vão às urnas ano que vem.

(3) [r] Eu estou apresentando via o congresso Nacional, que é nosso, nosso aliado, uma maneira de não termos como desconfiar do resultado final das eleições. [s] Então, não podemos enfrentar as eleições do ano que vem com essas urnas que estão aí. Que não é aceita em país nenhum do mundo. [t] Dá para entender? O japonês não aceita. O sul-coreano não. [u] Querem impor de goela abaixo para fazer voltar aquela quadrilha toda que nos comandou, teve a frente da presidência até 2016. [v] Isso não é ameaça não, é constatação. [w] Vamos para o voto auditável. Esse voto 'mandrake' aí não vai dar certo. [y] Vamos ter convulsão no Brasil. Nós vamos ter um problema seríssimo no Brasil. [z] Eu estou fazendo de tudo, avisando com antecedência, para evitar isso aí. O povo não vai admitir isso daí.

Na primeira parte, a abertura do vídeo ocorre com a leitura do título de uma notícia de jornal que refere à decisão do Supremo Tribunal Federal de arquivar, a pedido da Procuradoria Geral da República, inquérito que trata sobre atos antidemocráticos ocorridos em 19 de abril de 2020, em Brasília, com a participação do então presidente Jair Bolsonaro. O ministro Alexandre de Moraes decidiu pelo arquivamento do inquérito, mas determinou a investigação de suposta organização criminosa responsável por atacar sistematicamente a democracia e as instituições do legislativo e do judiciário brasileiro. É sobre esse tópico que se desenvolve todo o parágrafo de abertura do texto do vídeo. Após a leitura do título da notícia, Bolsonaro faz insinuações irônicas contra Alexandre de Moraes e recategoriza sua decisão como *covardia e troco*. Assim, introduz o tema tratado, o voto auditável, e sugere o tom agressivo e ameaçador do discurso. Além disso, instaura o ministro como interlocutor imediato, mas de modo desviado, já que o discurso é dirigido especialmente para seus seguidores, que o acompanham nas redes sociais.

A segunda parte do plano de texto do vídeo, o desenvolvimento, caracteriza-se pela apresentação de um conjunto de argumentos favoráveis à tese do voto auditável, sustentada por Bolsonaro, bem como de alegações de possíveis fraudes no sistema de urnas eletrônicas. Nessa direção, ele assegura a disponibilidade de recursos para a compra de impressoras, em caso de aprovação da proposta do voto impresso, como que respondendo antecipadamente a alegações de que isso causaria custos ao país. Aqui, argumenta, pela hierarquia, que a manutenção da democracia no Brasil estaria acima de qualquer valor, ou seja, que todo recurso destinado para

assegurar a eficácia do regime democrático no país seria justificável. Logo após, apela para um argumento por comparação a fim de justificar que não há razões para se dar credibilidade ao voto eletrônico, mesmo quando lhe acusam da ausência de provas disto, uma vez que também não há provas de que as urnas eletrônicas são confiáveis. Frente a isso, defende a transparência no sistema eleitoral do Brasil, crível apenas se os votos fossem auditáveis, numa contagem aberta.

Ao fazer essa incursão, Jair Bolsonaro intensifica o tom ameaçador de seu discurso, a partir do emprego de atos de fala dotados de força ilocucionária que parecem adiantar ao interlocutor o que poderia acontecer no caso de ele perder as eleições de 2022 em votação pelas urnas eletrônicas. Novamente, associa esse sistema à ocorrência de fraude e afirma que, nessas condições, não entregaria a faixa presidencial ao possível adversário vencedor. A partir disso, menciona diretamente o então ex-presidente Lula, seu principal adversário na disputa de 2022, e lista uma série de crimes de corrupção a ele atribuídos. Nesse sentido, passa a recategorizá-lo como *ladrão* e acusa a justiça brasileira de tê-lo inocentado por razões escusas, a fim de que pudesse concorrer às eleições presidenciais, aproveitando-se do sistema fraudulento utilizado no país. Desse modo, ataca o ex-presidente Lula, o sistema eleitoral e a própria justiça brasileira.

O terceiro bloco do plano de texto do vídeo corresponde ao encerramento, quando, na tentativa de dar cabo ao conflito instaurado em relação ao voto auditável, Bolsonaro diz que será apresentada ao Congresso proposta de emenda constitucional para a obrigatoriedade do voto impresso. Para tal, reforça a tese de que as eleições de 2022 devem adotar o voto impresso, sob a alegação de que nações como Japão e Coreia do Sul, desenvolvidas, não aceitam o voto eletrônico em seus sistemas eleitorais, por não ser absolutamente confiável. Por isso, inclusive, recategoriza-o como voto *mandrake*, no sentido de ser fraudulento. Ao final, emprega outra vez um discurso ameaçador para dizer que o Brasil poderá enfrentar sérios problemas de ordem pública, caso mantenha o sistema eletrônico nas eleições presidências de 2022. Além disso, o *estado de convulsão* poderia ser evitado com a adoção do voto impresso, defendido por Bolsonaro. É essa a configuração macroestrutural e semântica do discurso em análise. Importa, agora, considerar como as macroproposições constitutivas desses blocos se organizam na tessitura textual.

Análise do nível mesotextual

Acompanhamos Rodrigues (2022, p. 127) para dizer que “desvelar o plano de texto é mapear as sequências textuais que o estruturam”. Por isso, além de descrever a composição macroestrutural do discurso, buscamos identificar o tipo de sequência textual predominante,

bem como as sequências textuais encaixadas e as funções que exercem na tessitura textual. Importa detectar valores semânticos que delas decorrem para observar como se dá a progressão do discurso ameaçador de Bolsonaro. Diferentes tipos de sequências textuais constituem a textualidade do *corpus*. Apesar disso, distinguimos a sequência argumentativa como sendo dominante no plano de texto, mas que encaixa outras sequências – ou macroproposições constitutivas de outras sequências – ao estruturá-lo. Assim, para nossa reflexão, partimos primeiramente do funcionamento da sequência narrativa que aparece encaixada no início do texto, para, depois, focalizamos outros modelos de pré-formatagem da estrutura global.

Já no bloco de abertura do texto, identificamos a ocorrência da sequência narrativa. Conforme já explicou Adam (2011, 2019), esse tipo de sequência se constitui de uma estrutura hierárquica formada de cinco macroproposições narrativas de base [Pn] referentes a distintos momentos [m] da ação ou do evento narrado: situação inicial (antes do evento), nó (início do evento), re-ação ou avaliação (o curso do evento), desenlace (o fim do evento) e a situação final (depois do evento). O vídeo tem início com a leitura de uma matéria de jornal, que é recuperada como citação e que, em certa medida, motiva o conteúdo semântico do discurso proferido no vídeo. Trata-se de outro texto, formado por outras sequências, das quais uma macroproposição é como que encaixada no início do texto em análise. Essa macroproposição [a] funciona como a situação inicial da sequência narrativa que estrutura a zona textual de abertura do texto. O conflito é instaurado na proposição seguinte [b], quando Bolsonaro assevera que o ministro arquivou o processo jurídico que tratava sobre sua participação nos atos antidemocráticos de 19 de abril de 2020 e abriu dois outros procedimentos contra deputadas de direita. Uma relação temporal e causal é estabelecida aqui: porque arquivou o processo que envolvia Bolsonaro, Alexandre de Moraes abriu outros processos contra deputadas da base do ex-presidente. Nesse ponto, o locutor encaixa uma proposição da sequência descritiva, para recategorizar a ação do ministro: “é uma covardia o que estão fazendo [...], é uma covardia. [...] é um troco porque falei sobre voto auditável [...]”. A proposição, além de operar uma recategorização – via tematização e retematização – funciona também, na sequência narrativa, como uma avaliação do evento narrado [c]. A última macroproposição do bloco de abertura [e] funciona como o desenlace, quando diz que alguns líderes políticos estão sendo orientados a influenciarem parlamentares de seus partidos a votarem contra o voto auditável. Uma síntese dessas macroproposições do primeiro bloco do texto constitutivas da sequência narrativa é apresentada no quadro 01:

Quadro 01 - Macroproposições da sequência narrativa

Macroproposições da Seq. Nar.	Ocorrências no texto
Pn1: Situação inicial	[a]

Pn2: Nó	[b]
Pn3: Reação	[c]
Pn4: Desenlace	[e]
Pn5: Situação final	-

Fonte: Elaboração dos autores

A respeito da sequência narrativa, é importante pontuar que ela pode exercer uma dupla função. A dupla funcionalidade da sequência narrativa foi examinada por Rodrigues (2022) em texto de decisão jurídica monocrática. Também nós reconhecemos aqui que se, por um lado, a sequência narrativa apresenta o evento narrado, conforme depreendemos do emprego de verbos no pretérito perfeito, notadamente na macroproposição [b], que aponta para o aspecto perfectivo da ação e potencializa o grau de narrativização da sequência, por outro lado, também apresenta uma dimensão argumentativa, no sentido de que instaura a orientação argumentativa do texto pretendida pelo locutor. Nesse bloco de abertura, ao construir a narrativa, Bolsonaro evidencia seu ponto de vista favorável ao voto auditável, o direcionamento argumentativo que é dado ao texto nas zonas textuais seguintes. Essa tese sugerida na primeira parte do plano de texto vai sendo evidenciada nos demais blocos, como podemos observar no desenvolvimento do texto.

Os textos de visada argumentativa são caracterizados por apresentar uma estratégia programada de persuasão, isto é, organizam-se em torno de um modo de argumentar que tem o objetivo de levar o interlocutor a aderir a uma tese (Cavalcante *et al.*, 2019). No nível da organização pragmática da textualidade, esses textos se organizam em torno da sequência argumentativa (Adam, 2011, 2019). No texto, a tese anterior é inferida do bloco de abertura: os processos contra as deputadas Paula Belmonte e Aline Sleuties representam uma retaliação porque Bolsonaro defendeu o voto auditável. Ao partir dessa tese, o locutor evidencia sua posição favorável ao voto auditável e sedimenta a base para a construção de sua argumentação. Uma lista de fatos associados a essa defesa são apresentados: a democracia não tem preço [f], há recursos disponíveis [g], ausência de provas de que o voto eletrônico é confiável [h], os crimes de corrupção cometidos no Brasil [m], a liberdade de Lula para tentar a reeleição [m]. Todos esses fatos sustentam a tese defendida e levam à conclusão de que o Brasil precisa adotar o sistema de voto impresso em suas eleições. A proposição [h] é uma restrição à conclusão e se estrutura sob o formato da sequência narrativa: três ministros do STF são contrários ao voto impresso e dizem que as urnas eletrônicas são confiáveis. Entretanto, o locutor tenta superar a restrição com um argumento de comparação (outro dado): se não há provas de fraude, também não há provas de que não há fraude, ou seja, de que as urnas eletrônicas são confiáveis. Assim, alcança a conclusão de que o sistema de urnas eletrônicas é fraudável, sendo necessário adotar o voto impresso [p]. O quadro 02 representa a ocorrência dessas macroproposições no texto.

Quadro 02 - Macroproposições da sequência argumentativa

Macroproposições da Seq. Arg.	Ocorrências no texto
P.arg.0: Tese anterior	[c]
P.arg.1: Dados	[f] [g] [h] [m]
P.arg.2: Sustentação	[f] [g] [h] [m]
P.arg.4: Restrição	[h]
P.arg.3: Conclusão	[p]

Fonte: Elaboração dos autores

Essa mesma conclusão é retomada e reafirmada no terceiro bloco do plano de texto [s]. O encaminhamento disto é feito pelo locutor, ao dizer que irá apresentar ao Congresso Nacional uma alternativa confiável às eleições de 2022, o que inferimos como sendo a PEC do voto auditável. Na estrutura global do texto, essa proposição [r] parece funcionar como a situação final da sequência narrativa construída no primeiro bloco do plano de texto – ver quadro 01. Logo, vemos que as macroproposições de uma sequência podem estar dispersas nos diferentes blocos constitutivos do plano de um texto. Igualmente, o locutor acresce mais dois argumentos que dão sustentação à tese, [t] e [u]. Em [t], encontramos uma macroproposição da sequência dialogal, constituída por uma sequência fática sob a forma de pergunta retórica direcionada aos espectadores do vídeo. Encaixada na sequência argumentativa, a macroproposição reforça a tese defendida pelo locutor e convoca os interlocutores a concordarem com ela. Em [v], aparece outra vez uma proposição da sequência descritiva, que recategoriza a tese e corrobora a orientação argumentativa pretendida para o texto (Marquesi, 2017), sinalizada em [s] e demarcada em [w], [y] e [z], sequências formatadas a partir de macroproposições explicativas.

Se, de um lado, o imbricamento dessas sequências textuais confere uma unidade ao texto e determina sua orientação argumentativa, de outro, permite a progressão temática do discurso ameaçador proferido por Bolsonaro, que materializa um caso de violência social e política. Ao longo do texto, observamos a tentativa de transgressão de normas sociais e leis referentes a um sistema que permite o exercício pleno da cidadania [c], [h], [l], [p], [r], [s], [w], mundialmente reconhecido como seguro. Isso é feito em função do uso do poder investido pela posição social ocupada (presidente da República) para proferir ameaças ao sistema [f], [j], [l], [p], [q], [s], [w], [y], [z]. Esses atos de fala ameaçadores inscritos nas macroproposições das diversas sequências que compõem o texto caracterizam a violência verbal, que é favorecida pelo contexto político polarizado vivido no Brasil e pelo próprio quadro interacional do gênero, live em rede social pessoal, cujo grau de monitoramento em relação a aspectos de polidez é relativamente baixo.

Nos três blocos do plano de texto, há marcas da violência verbal. Na seção de abertura, o uso de figuras retóricas como a ironia, ao longo da sequência narrativa encaixada, sobretudo em [b] e [c], caracteriza a violência verbal polêmica (Fracchiolla *et al.*, 2013). Através de atos

performativos de agradecimento indireto dirigidos ao ministro Alexandre de Moraes, Bolsonaro busca assentá-lo numa situação vexatória, ao desqualificar a decisão de arquivar o processo que mencionava sua participação em atos antidemocráticos. Esse tom irônico no início do texto contribui para o aumento da tensão que se vê em seu decorrer, assinalado, inclusive, pela seleção lexical que marca atos de discurso ameaçadores, segundo vemos na seção seguinte.

Análise do nível microtextual

O micronível de análise dos textos é dividido por Adam (2022) em dois subníveis de estruturação: o nível intrafrástico de articulação morfossintática e de segmentação de frases gráficas e o nível interfrástico de articulação entre enunciados. O segundo tipo de articulação ocorre a partir de um conjunto de operações relacionadas à conectividade e coesão semânticas (anáforas e progressão referencial), à conectividade por marcas de conexão (organizadores e conectores), às ligações operadas pela materialidade significativa (gráfica, fônica, paralelismos), às ligações fundamentadas nos implícitos (não ditos), entre outras. Em particular, focalizamos aqui a operação responsável pela conectividade e coesão semânticas do texto analisado, ou seja, interessa-nos atentar às anáforas e redes referenciais de objetos de discurso que o texto propõe, a fim de observar como algumas marcas linguístico-textuais-discursivas são axiologicamente reveladoras da violência verbal que gestou e insuflou a violência física e antidemocrática de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. Para tanto, avaliamos o processo de referenciação como construção de objetos de discurso a partir da categorização e recategorização ao longo do texto em um constante processo de negociação entre os interlocutores (Cavalcante *et al.*, 2019).

Para Antunes (2012, p. 178), “o léxico tem uma função significativa na estruturação do texto e na construção dos seus sentidos”. No texto aqui em análise, as escolhas lexicais são axiológicas, porque refletem os valores e a dimensão subjetiva do locutor, e dão ao texto o direcionamento argumentativo que não apenas marca enfaticamente o seu ponto de vista a respeito do voto auditável (*limpo, confiável, transparente*) em detrimento do voto eletrônico (*mandrake, fraudulento*), como também confere o tom ameaçador do discurso ([f], [j], [l], [p], [q], [y], [z]) e a sensação de hostilidade (*convulsão, problemas, problema seríssimo*) frente ao contexto político de polarização no Brasil. Nesse último caso, a seleção das palavras constrói uma gradação que se inicia com o emprego mais pretensamente neutralizado de *problema* e vai intensificando a gravidade do embaraço prenunciado com o uso do superlativo e com a substituição por *convulsão*. Essa escala reforça o argumento de que a manutenção do sistema eletrônico poderá comprometer a democracia do país em função dos agravos que pode gerar.

Observamos, também, que a construção referencial dos objetos de discurso aponta para algumas marcas da violência verbal. No bloco de abertura do plano de texto, em [b], o objeto de discurso *o ministro Alexandre de Moraes* é introduzido, a partir da ancoragem em [a], pela ocorrência dos referentes *supremo* e *STF*. Esse objeto é retomado por anáfora direta em [b] (*Ele, Alexandre, Alexandre de Moraes*) e em [c] (*Alexandre de Moraes*), por elipse em [b] e por anáfora indireta em [c] e [d] (*três ministros do Supremo*). Então, a rede referencial seguinte é construída: *supremo - STF - o ministro Alexandre de Moraes - Ele - Alexandre - Alexandre de Moraes*. O recurso da repetição enfática do nome próprio numa mesma macroproposição e em proposições imediatamente próximas dentro da sequência cumpre aqui uma função prosódica importante que assinala a matiz grosseira e irônica do discurso, marcas da violência verbal.

Ainda nesse mesmo bloco de abertura, um outro objeto de discurso chama a atenção: *abriu procedimentos contra duas deputadas*, introduzido em [b] por uma expressão predicativa. A propósito, Cavalcante (2011, p. 122) lembra que “o objeto de discurso nem sempre se explicita por uma expressão referencial”. Apesar disso, ele é imediatamente retomado na mesma macroproposição [b] por uma anáfora encapsuladora (*isso*) e em [c] por três anáforas nominais diretas (*covardia, covardia, troco*), na sequência descritiva encaixada. A construção referencial desse objeto parece acionar no texto elementos que indiciam a violência, como o insulto, ao recategorizar a ação como *covardia*, a pergunta retórica que a recategoriza como um *troco*, querendo sugerir interesses escusos na prática jurídica de Alexandre de Moraes.

No bloco de encerramento, o objeto de discurso *essas urnas que estão aí*, retomado em [s], estabelece relação anafórica indireta com o referente *um sistema fraudável de eleições*, introduzido primeiramente em [p]. Na rede referencial, esse referente e toda a proposição em que ele se encontra são recuperados por encapsulamento em [v] (*isso*) e por duas expressões nominais (*ameaça, constatação*) também em [v]. Também nesse ponto, cabe mencionar a introdução referencial do par *voto auditável-voto mandrake*, que ocorre em [w] e tem âncora em [s]. A rede referencial constrói aqui uma oposição entre o sistema de urnas eletrônicas e o voto eletrônico, de um lado, e, de outro, as eleições com urnas impressas e o voto auditável. Essa antítese também se revela na dicotomia construída entre *ameaça* e *constatação*, cujo objetivo é reforçar o argumento do texto e tentar neutralizar o grau de violência que pode supor. Esse jogo contribui para a continuidade referencial e revela as escolhas do locutor para efetivar o seu projeto de dizer. Há uma tentativa de neutralizar o ato elocutivo e o efeito de sentido de ameaça pela negação e pela oposição à expressão nominal *constatação* em operações descritivas de tematização e retematização que, de modo dinâmico, recategorizam o objeto de

discurso. Ainda assim, a impressão de ameaça à democracia do país não é anulada. O próprio percurso isotópico em que se organizam as redes referenciais do texto denunciam isto.

Há, no texto, um discurso de ameaça que é textualmente construído e anunciado. Com efeito, supomos que o estado de convulsão anunciado textualmente nesse discurso de Bolsonaro por meio de atos ilocucionários ameaçadores inscritos nas escolhas referenciais por ele operadas teve implicações nos ataques terroristas ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023, em Brasília. As manifestações antidemocráticas empreendidas após o resultado das eleições de 2022 fundaram-se exatamente no argumento de que as eleições haviam sido fraudadas graças às fragilidades do sistema de urnas eletrônicas. A crônica anunciada do estado de convulsão no Brasil tornou-se real quando inúmeros manifestantes invadiram as casas dos três poderes e cometeram atos terroristas contra o Estado e a democracia. Portanto, o discurso marcado linguisticamente pela violência verbal, que contestava a legitimidade do voto eletrônico, em confluência com outros discursos agressivos, parece ter gestado os ataques de 08 de janeiro de 2023.

Considerações finais

Neste artigo, partimos da hipótese de que os atos antidemocráticos praticados contra as sedes dos três poderes brasileiros, em Brasília, no dia 08 de janeiro de 2023, foram precedidos de um discurso ameaçador e que incitava a disseminação de atitudes violentas produzido pela extrema-direita. A fim de examinar esta hipótese em dados empíricos, selecionamos para análise um discurso proferido pelo ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e buscamos analisá-lo do ponto de vista da sua organização textual para perceber como o fenômeno da violência verbal se inscreve na textualidade. Nossa decisão metodológica priorizou uma análise do tipo descendente, mas que levou em conta o contexto mais amplo de produção e a situação imediata de enunciação, já que procedemos a uma análise co(n)textual dos sentidos do texto.

Em um nível macrotextual, reafirmamos a necessidade de considerar cada plano de texto como empreendimento textual singular, que revela as intenções argumentativas de seu produtor, percebidas, inclusive, na configuração estrutural do texto. No texto em análise, verificamos que sua organização em três partes favorece a construção de um todo unificado, que permite ao interlocutor perceber o discurso como texto e compreendê-lo. Ainda que essas partes não se encontrem demarcadas pelo locutor por semioses gráficas, já que se trata de um texto oral, o analista, ou o interlocutor, consegue delimitá-las em função de sua competência textual e de marcas textuais (processos referenciais, organizadores e conectivos textuais, escolhas lexicais etc.) e prosódicas. É nesse ponto que, tal como Matilde e Jorge (2019), reforçamos o plano de texto como ferramenta que pode ser colocada a serviço da compreensão dos textos.

Relativo ao nível mesotextual, distinguimos a presença da sequência argumentativa como predominante na estruturação do plano de texto do discurso de Bolsonaro, ainda que outros tipos de sequências, ao serem encaixadas, cumpram importantes funções no projeto persuasivo do texto, sobretudo quando permitem sinalizar o matiz ameaçador do discurso, como ocorre nas sequências descritiva e narrativa. Por sua vez, no micronível, ainda que tenhamos nos dedicado às operações de continuidade e coesão semânticas, a partir do exame do funcionamento dos processos referenciais do texto, pudemos observar que a violência verbal, sendo um fenômeno sociodiscursivo, é textualmente construída, principalmente a partir do léxico empregado e dos arranjos de conectividade e coesão semânticas empreendidos no texto. Nesse ponto, os resultados confirmam a nossa hipótese de que a violência verbal é constitutiva de discursos de ódio ou de ameaça, que incitam violência, prenunciam-na e a tornam real.

Referências

ADAM, J-M. **A noção de texto**. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues; João Gomes da Silva Neto; Luís Passeggi. Natal: EDUFERN, 2022.

ADAM, J-M. Micronível, mesonível e macronível da estrutura textual. **Letra Magna**, São Paulo, n. 27, p. 1-38, 2021.

ADAM, J-M. **Textos**: tipos e protótipos. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.

ADAM, J-M. **A Linguística Textual**: Introdução à Análise Textual dos Discursos. Tradução Maria das Graças Soares Rodrigues *et al.* São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, I. **O território das palavras**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

AUGER, N.; MOÏSE, C. Violence verbale, malentendu ou mésentente. *In*: Colloque du Département de Français. **Actes [...]**. Sousse: Université de Sousse, 2004. p. 293-302.

CABRAL, A. L. T. O conceito de plano de texto: contribuições para o processo de planejamento da produção escrita. **Linha d'Água**, v. 26, n. 2, p. 241, 2013.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M.; *et al.* O texto e suas propriedades: definindo perspectivas para análise. **(Con)textos Linguísticos**. v. 13, n. 25, p. 25-29, 2019.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COUTINHO, M. A. **Texto(s) e competência textual**. Coimbra: Calouste Gulbenkian, 2003.

CHARAUDEAU, P. Reflexões para análise da violência verbal. **Desenredo**, v. 15, n. 3, p. 443-476, 2019.

FRACCHIOLLA, B. *et al.* **Violences verbales**. Rennes: Presses Universita de Rennes, 2013.

MARQUESI, S. C. Planos de texto, interação e sequências textuais dialogais: interfaces no ensino remoto. **Revista Letras**, Fortaleza, v. 1, n. 41, jul. 2022.

MARQUESI, S. C.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. G. S. Organização textual, enunciação e argumentação voltadas para o estudante usuário da web. **Investigações**. v. 35, n. especial, p. 1-35, 2022.

MARQUESI, S. C. Procedimentos analíticos da ATD e produção escrita. *In*: GOMES, A. T. *et al.* (org.). **Análise Textual dos Discursos**. Coimbra: Grácio Editor, 2018.

MARQUESI, S. C. Linguística Textual e Análise Textual dos Discursos: sequências descritivas e progressão textual em foco. *In*: CAPISTRANO JÚNIOR, R.; ELIAS, V. M.; LINS, M. (org.). **Linguística Textual: diálogos interdisciplinares**. São Paulo: Labrador. 2017.

MARQUESI, S. C.; ELIAS, V. M. S.; CABRAL, A. L. T. Planos de texto, sequências textuais e orientação argumentativa. *In*: MARQUESI, S. C; PAULIUKONIS, A. L; ELIAS, V. M. (org.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.

MOÏSE, C. **Violence verbale, fulgurances au quotidien**. Montpellier: CRDP de l' Académie de Montpellier, 2012.

RODRIGUES, M. G. S. Decisão monocrática do STF - combate ao desmatamento da floresta amazônica - dispositivos textuais, enunciativos e discursivos. **Revista Latino-americana de Estudos do Discurso**, v. 22, n. 01, p. 182-201, 2022.

RODRIGUES, M. G. S.; MARQUESI, S. C. Chegou-se a uma posição de certeza de que não há perigo ambiental? **Revista FIDES**, v. 12, n. 1, p. 19-40, set. 2021.

SEARA, I. R. Violência verbal nos discursos político e mediático contemporâneos: da dicotomização ao insulto. **Revista de Estudos Linguísticos**, v. 28, n. 4, 2020, p. 1507-1518.

Sobre os autores

Sueli Cristina Marquesi (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8792-0699>)

Professora Titular do Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia da PUC-SP. Doutora em Linguística Aplicada, com pós-doutorados em Linguística nas Universidade do Porto (Portugal) e de Lausanne (Suíça). Atua no Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa e no curso de Letras, do qual é coordenadora. É líder do Grupo de Pesquisa Texto, Escrita e Leitura (CNPq-PUC-SP).

Ananias Agostinho da Silva (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5442-5133>)

Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Doutor em Estudos da Linguagem. Atua no Programa de Pós-Graduação em Ensino e no curso de Letras. É líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos do Texto (GPELT).

Recebido em junho de 2023.

Aprovado em setembro de 2023.

Fato ou fake: análise de estratégias de checagem de fatos do portal G1 à luz da teoria de Charaudeau

Fact or fake: an analysis of G1's fact-checking strategies in light of Charaudeau's theory

Paola Biavatti¹
Estela Mettler Piva²
Ernani Cesar de Freitas³

Resumo: Este trabalho tem por objetivo compreender quais estratégias discursivas são utilizadas pelo serviço de checagem Fato ou Fake, do portal G1, para esclarecer as informações falsas veiculadas, principalmente, no meio *online*. Trataremos, especificamente, da notícia intitulada “É #FAKE que estudos mostram que cúrcuma combate a Covid-19”. Para isso, utilizaremos como base os estudos de Charaudeau (2013), com sua obra *O Discurso das Mídias*, na qual o autor mobiliza conceitos relacionados à organização e à constituição das mídias e do discurso por elas veiculados. A metodologia utilizada é básica, descritiva, bibliográfica e documental com abordagem qualitativa. Podemos compreender que os efeitos de verdade utilizados na notícia foram relacionados aos informadores e que as provas utilizadas para verificação e retificação dos fatos são da ordem da autenticidade, o que garante credibilidade ao serviço de checagem Fato ou Fake e ao trabalho dos jornalistas do portal G1.

Palavras-chave: discurso midiático; fake news; checagem.

Abstract: This paper aims to understand which discursive strategies are used by the Fato ou Fake checking service, from the G1 portal, to clarify the false information disseminated mainly *online*. We will specifically deal with the news called "It is #FAKE that studies show that turmeric fights Covid-19". For this, we will use as a basis the studies of Charaudeau (2013), with his work *O Discurso das Mídias*, in which the author mobilizes concepts related to the organization and constitution of the media and the discourse conveyed by them. The methodology used is basic, descriptive, bibliographic, and documental, with a qualitative approach. We can understand that the effects of truth used in the news were related to the informants and that the evidence used to verify and rectify the facts are of the order of authenticity, which guarantees credibility to the Fato ou Fake checking service and to the work of the G1 portal journalists.

Keywords: media discourse; fake news; check.

¹ Universidade de Passo Fundo, Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, Programa de Pós-Graduação em Letras, Passo Fundo, RS, Brasil. Endereço eletrônico: paola.biavatti@gmail.com.

² Universidade de Passo Fundo, Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, Programa de Pós-Graduação em Letras, Passo Fundo, RS, Brasil. Endereço eletrônico: pivaestela@gmail.com.

³ Universidade de Passo Fundo, Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, Programa de Pós-Graduação em Letras, Passo Fundo, RS, Brasil. Endereço eletrônico: ecesar@upf.br.

Introdução

O compartilhamento de fake news cresceu muito nos últimos anos. Informações descontextualizadas ou mesmo falsas foram disseminadas nas mais diversas esferas, especialmente, durante a pandemia de COVID-19. Desde notícias sobre métodos alternativos, não comprovados cientificamente, para a prevenção da doença, até possíveis efeitos colaterais esdrúxulos das vacinas, esse período foi marcado por muita desinformação. Para esclarecer o que era veiculado, diversas mídias jornalísticas buscaram analisar a veracidade dos fatos e desmentir informações para a população.

Assim, este trabalho tem como tema a análise de estratégias de checagem de fatos compartilhados, principalmente, em redes sociais, durante o período pandêmico, mais especificamente, no serviço de checagem Fato ou Fake, do portal de notícias da Globo, G1. Esse tema justifica-se pela sua relevância social, ao compartilhar estratégias que podem ajudar a população a ser mais crítica na interpretação das notícias compartilhadas diariamente nos meios de comunicação.

Nesse sentido, o problema de pesquisa se constitui como: Quais são as estratégias discursivas utilizadas pelo serviço de checagem Fato ou Fake, do portal G1, para esclarecer as fake news? Nosso objetivo, neste estudo, é compreender quais estratégias discursivas são utilizadas pelo serviço de checagem Fato ou Fake, do portal G1, para esclarecer as informações falsas veiculadas, principalmente, no meio *online*.

Para isso, utilizaremos como base teórica os estudos de Charaudeau (2013) e Cerigato e Casarin (2017), no que tange à organização e constituição das mídias e do discurso por elas veiculados. Apoiamo-nos também em Piva e Toldo (2021) para a caracterização do gênero textual notícia, e em Menezes (2018) para caracterizar a constituição das fake news. Assim, a pesquisa utilizada é de natureza aplicada, pois visa gerar novos conhecimentos que possibilitam solucionar problemas específicos (Prodanov; Freitas, 2013). Também se caracteriza como descritiva, bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa. O corpus de análise diz respeito à notícia “É #FAKE que estudos mostrem que cúrcuma combate a Covid-19⁴”, veiculada no portal de notícias G1.

Este artigo se organiza da seguinte forma: abordaremos dois capítulos do livro *Discurso das Mídias*, intitulados *O contrato de informação midiático* e *Informação como discurso*; em seguida, realizaremos a análise mobilizando os conceitos teóricos abordados e, por fim, apresentaremos as considerações finais.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/07/12/e-fake-que-estudos-mostrem-que-curcuma-combate-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: out. 2022.

O contrato de informação midiático: um breve panorama

A comunicação, em sua maioria, se dá por meio das mídias. De acordo com Cerigatto e Casarin (2017, p. 157), “mídia pode se referir tanto a um suporte físico, como um CD, mas também pode se referir a meios de comunicação, como TV, rádio, internet, jornal e outdoor”. Especificamente com o advento da internet, as informações puderam ser veiculadas e acessadas de forma mais rápida, fazendo com que esse meio de comunicação se constituísse, atualmente, como uma das principais mídias. Todavia, independente da mídia pela qual uma informação ou um discurso é veiculado, há a existência de um contrato de comunicação.

A comunicação, para que aconteça de forma efetiva, deve seguir algumas exigências. Primeiramente, o discurso a ser comunicado deve levar em consideração determinada situação de comunicação, que se constitui como “[...] o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação” (Charaudeau, 2013, p. 67). Ainda segundo Charaudeau (2013, p. 67), “A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico”.

Por isso, os sujeitos comunicantes (locutor e interlocutor) devem conhecer e seguir as restrições impostas no e pelo ato de comunicação. Esse conhecimento mútuo foi denominado pelos filósofos da linguagem de *cointencionalidade* (Charaudeau, 2013), isto é, uma intenção compartilhada de conhecer e seguir as restrições da situação de comunicação, pois

[...] os parceiros da troca linguageira [...] estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. Eles se encontram na situação de dever subscrever, antes de qualquer intenção e estratégia particular, a um contrato de reconhecimento das condições de realização da troca linguageira em que estão envolvidos: um *contrato de comunicação*. Este resulta das características próprias à situação de troca, os *dados externos*, e das características discursivas decorrentes, os *dados internos* (Charaudeau, 2013, p. 68, grifo do autor).

Desse modo, os parceiros da troca linguageira (ato de comunicação) devem ter conhecimento recíproco das restrições que emolduram a situação de comunicação em que estão envolvidos, sendo necessário que reconheçam as condições/circunstâncias do discurso propostas, para conseguir se comunicar efetivamente, conhecendo quais são os dados externos e internos que caracterizam essa situação de troca.

Consoante a Charaudeau (2013, p. 68), os dados externos “não são essencialmente linguageiros (o que os opõem aos dados internos), mas são semiotizados, pois correspondem a

índices que [...] apresentam uma convergência, configurando-se em constantes”. Ou seja, os dados externos dizem respeito aos comportamentos dos indivíduos participantes de trocas comunicativas. Esses dados são organizados em quatro categorias correspondentes às condições de enunciação da produção linguageira (Charaudeau, 2013). A primeira condição é a da identidade, que leva em consideração características identitárias dos indivíduos participantes da troca comunicativa. A segunda condição é a da finalidade, ou seja, qual é o objetivo de determinado ato de linguagem. Essa finalidade pode estar ligada à quatro visadas: *fazer fazer*, *fazer saber*, *fazer crer* e *fazer sentir*. A terceira condição é a do propósito, que diz respeito ao tema ao redor do qual o ato de comunicação se constrói relacionado a um domínio de saber. Por fim, a quarta condição é a de dispositivo (o quadro topológico da troca), que aponta para a particularidade da construção do ato de comunicação, o qual leva em consideração fatores como o ambiente em que se inscreve, os lugares físicos ocupados pelos parceiros, o canal de transmissão utilizado (Charaudeau, 2013).

Os dados internos, por sua vez, são os relacionados diretamente com o discurso. Segundo Charaudeau (2013, p. 70), eles “são o conjunto dos comportamentos linguageiros esperados quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos, depreendidos, reconhecidos”. Eles se dividem em três espaços que descrevem os comportamentos linguageiros. O primeiro é o de locução, em que o sujeito deve fazer valer seu direito de tomada da palavra, bem como depreender quem é seu interlocutor. O segundo é o de relação, que diz respeito ao tipo de relação, ou relações, estabelecida(s) entre o locutor e o interlocutor. Já o terceiro espaço é o de tematização, que trata do tema abordado pelos participantes da troca. (Charaudeau, 2013).

Conhecer os dados externos e internos que constituem uma situação comunicativa e que regem o contrato de comunicação é imprescindível para que um indivíduo desempenhe com êxito seu papel de sujeito comunicante. Isso não se aplica somente a pessoas, mas também a instituições, nesse caso, as midiáticas. Além desses conhecimentos mencionados anteriormente, há ainda outros dois fatores que precisam ser levados em consideração pelos sujeitos comunicantes: a identidade das instâncias de informação e a finalidade do contrato de comunicação.

Qualquer ato de comunicação prevê a existência de duas entidades: uma responsável pela produção daquilo que será comunicado e outra que tem a incumbência de receber a informação e dar continuidade à troca comunicativa. Elas designam-se, respectivamente, de instância de produção e instância de recepção.

De maneira geral, a instância de produção tem o papel de “[...] fornecedor de informação [...] e de propulsor do desejo de consumir as informações” (Charaudeau, 2013, p. 72). Já a instância de recepção se caracteriza por “[...] manifestar seu interesse e/ou seu prazer em consumir tais informações” (Charaudeau, 2013, p. 72). Charaudeau, em seu texto, explica o motivo pelo qual utiliza a expressão ‘instância’. Segundo o estudioso (2013, p. 73), esse uso se dá pois “o que preside a produção da comunicação midiática é uma entidade compósita que compreende vários tipos de atores”. Isso significa que muitas são as pessoas envolvidas no ambiente midiático e que colaboram no processo de produção da comunicação.

Desse modo, apesar de o jornalista se constituir como a figura central, ele não é o único ator responsável pela informação veiculada. O jornalista, segundo Charaudeau (2013), exerce dois papéis fundamentais: de pesquisador-fornecedor e de descritor-comentador. Ambos apresentam algumas provações. Neste trabalho, interessa-nos observar sua ação enquanto pesquisador-fornecedor das informações.

Por conta da gama de acontecimentos que podem se tornar informação, a instância midiática necessita encontrar formas e critérios para escolher quais eventos serão levados à instância de recepção. Para resolver essa questão das fontes, recorre-se a uma solução “em função de uma dupla necessidade que está inscrita no contrato de comunicação midiático [...]: é preciso ser o primeiro a veicular a informação [...], mas não se deve difundir uma informação sem tê-la verificado” (Charaudeau, 2013, p. 75). Por isso, a instância de produção precisa estar atenta à forma como irá resolver esse problema, haja vista que é responsabilidade dela “prevenir-se contra as tentativas de manipulação, procurando sempre as provas da veracidade da informação, uma vez que o compromisso com a verdade é a base da credibilidade” (Charaudeau, 2013, p. 75). Outro problema relacionado às fontes é o da descontextualização. Isso acontece quando a informação é retirada de seu contexto original e colocada em outro contexto que nada tem a ver com o primeiro (Charaudeau, 2013). Essa é uma das características do que hoje chamamos de fake news, interesse deste trabalho.

A instância de recepção, por sua vez, é constituída pelo público. Esse, a depender do suporte de transmissão pelo qual recebe a informação, se diferencia. Isso faz com que a forma como a instância de recepção reage, intelectual e afetivamente, às notícias também seja variada. Charaudeau (2013, p. 79) argumenta que “a identidade social da instância de recepção é uma incógnita para a instância de produção”, visto que muitas são as pessoas que a compõem, cada uma com sua individualidade e forma de interpretar e reagir à informação compartilhada. Apesar disso,

a instância midiática não deixa de fazer previsões a respeito dos movimentos de avaliação do público quando este recebe uma informação. Ela é levado a fazê-lo segundo dois pontos de vista: considerando esse público um alvo ideal ou estudando suas reações (Charaudeau, 2013, p. 79).

O primeiro ponto de vista, relacionado ao alvo ideal, faz com que o público seja visto como um *destinatário-alvo*. Assim, ele pode ser abordado de duas formas, de acordo com Charaudeau (2013, p. 80), como alvo intelectual ou alvo afetivo. O alvo intelectual é aquele “ao qual se atribui a capacidade de pensar”. Isto é, a instância de recepção fica interessada quando a informação que lhe é proposta tem a capacidade de ser útil para sua vida. Em contrapartida, o alvo afetivo, como o nome induz, é “aquele que se acredita não avaliar nada de maneira racional, mas sim de modo inconsciente através de reações de ordem emocional” (Charaudeau, 2013, p. 80). Ou seja, a instância de recepção tem suas emoções tocadas, mobilizadas por meio de estratégias construídas pela instância de produção. Cabe frisar que os dois alvos, intelectual e afetivo, se complementam.

Por sua vez, o segundo ponto de vista está relacionado ao chamado *receptor-público*. Nesse caso, a instância de recepção é vista como consumidora de mídia, e o trabalho da instância de produção é captar cada vez mais consumidores. Assim, recorre-se a duas técnicas: uma que permite quantificar o êxito de uma programação por meio eletrônico e outra que permite examinar efeitos produzidos pela forma como determinado programa é tratado (Charaudeau, 2013).

Além de conhecer os elementos mencionados, é necessário que a instância de produção tenha em mente por que ou para que realiza a comunicação de informações. Nesse sentido, Charaudeau (2013, p. 86) enfatiza que “a finalidade do contrato de comunicação midiática se acha numa tensão entre duas visadas, que correspondem, cada um a delas, a uma lógica particular”. A primeira delas é a visada da informação que tem como objetivo *fazer saber*, ou seja, informar os acontecimentos do mundo. Isso pode se realizar por meio de duas atividades linguageiras: “a *descrição-narração*, para reportar os fatos do mundo; e a *explicação*, para esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as consequências do surgimento desses fatos” (Charaudeau, 2013, p. 87, grifo do autor).

A segunda visada que constitui a finalidade do contrato de comunicação midiática é a de captação, que tem como objetivo *fazer sentir*. Sua orientação está voltada para o parceiro da troca, visto que seu foco está na obtenção de mais consumidores de informação. Contudo, como atesta Charaudeau (2013, p. 91-92),

quanto maior for o número a atingir [...] menos os meios para atingi-los dependem de uma atitude racionalizante. A instância midiática acha-se, então, ‘condenada’ a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida.

Desse modo, pode-se dizer que o contrato de comunicação midiática é marcado por uma espécie de contradição, pois de um lado há a finalidade de informar e essa informação deve ser a mais crível possível, enquanto de outro há a finalidade de emocionar para captar consumidores de informação. Cabe às mídias conciliarem essas duas finalidades para obter resultados satisfatórios com sua instância de recepção, seu público.

Essas informações são imprescindíveis para, posteriormente, analisarmos o corpus escolhido para esse trabalho, que advém do campo jornalístico-midiático do meio *online*. Antes disso, porém, faz-se necessário observar como a informação, objeto de trabalho do campo mencionado, é compreendida, significada e validada tanto pela mídia quanto pelo seu público.

Informação como discurso

Charaudeau começa seu estudo fazendo uma diferença entre dois termos que, muitas vezes, são confundidos e usados como sinônimos: língua e discurso. No que tange à língua, ressalta-se que essa “é voltada pra sua própria organização, em diversos sistemas que registram os tipos de relação que se instauram entre as formas, suas combinações e o sentido” (Charaudeau, 2013, p. 40). Tem-se, então, que a língua é um sistema morfológico, sintático e semântico, e que descrevê-la é descrever as regras que a compõem.

Já no que diz respeito ao discurso, salientamos que “está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve com a maneira pela qual se fala” (Charaudeau, 2013, p. 40). Tem-se, então, que o sentido é produzido no discurso através das realizações intradiscursivas juntamente com condições extradiscursivas. É preciso acontecer essa relação entre estes dois polos para que se obtenha um sentido a partir de um discurso.

O sentido é sempre construído nas relações que vivemos cotidianamente, ele se dá através das trocas sociais que os homens passam ao falar e se comunicar, com isso, o sentido não é previsto e dado antecipadamente, visto que “Ele é construído pela ação languageira do homem em situação de troca social. O sentido só é perceptível através de formas. Toda forma remete a sentido, todo sentido remete a forma, numa relação de solidariedade recíproca” (Charaudeau, 2013, p. 41).

Sendo assim, de acordo com Charaudeau (2013, p. 41, grifo do autor), “O sentido é construído ao término de um duplo processo de semiotização: de *transformação* e de *transação*”. Desse modo,

O processo de transformação consiste em transformar o ‘mundo a significar’ em ‘mundo significado’, estruturando-o segundo um certo número de categorias que são, elas próprias, expressas por formas. [...] O ato de informar se inscreve nesse processo porque deve *descrever* (identificar-qualificar fatos), *contar* (reportar acontecimentos), *explicar* (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos). (Charaudeau, 2013, p. 41).

Entendemos o processo de transformação como o ato de transformar um mundo físico, apto a ser semiotizado, a adquirir significado em um mundo que tem significado. Como exemplo, podemos pensar em qualquer acontecimento diferente que presenciemos diariamente e que tem probabilidade de virar notícia: um acidente de carro, um atropelamento, um motorista embriagado que atropela um pedestre etc. Todos esses acontecimentos são, como o nome mesmo nos diz, acontecimentos; a partir do momento que damos sentido a ele e o transformamos em notícia, ele passa a ser um signo, que porta sentidos e significados.

Já o processo de transação, segundo Charaudeau (2013, p. 41, grifo do autor), é definido como:

O processo de transação consiste, para o sujeito que produz um ato de linguagem, em dar uma significação psicossocial a seu ato, isto é, atribuir-lhe um objetivo em função de um certo número de parâmetros: as hipóteses sobre a *identidade* do outro, o destinatário-receptor, quanto a seu saber, sua posição social, seu estado psicológico, suas aptidões, seus interesses etc; o *efeito* que pretende produzir nesse outro; o tipo de relação que pretende instaurar com esse outro tipo de *regulação* que prevê em função dos parâmetros precedentes. O ato de informar participa desse processo de transação, fazendo circular entre os parceiros um objeto de saber que, em princípio, um possui e o outro não, estando um deles encarregado de transmitir e o outro de receber, compreender, interpretar, sofrendo ao mesmo tempo uma modificação com relação a seu estado inicial de conhecimento.

Ou seja, os processos de transformação e de transação ocorrem concomitantemente, de forma solidária, sendo que aquele é regido pelos princípios desse. É um intermédio que é criado a partir do momento que esse mundo semiotizado surge. A notícia, portanto, influencia as instâncias da produção e da recepção do ato de comunicação. Diante disso, Charaudeau (2013, p. 41) assevera: “Precisemos, para não deixar dúvidas, que é o processo de transação que comanda o processo de transação que comanda o processo de transformação e não o inverso”.

A partir disso, devemos deixar claro que para que semiotizemos o mundo, ou seja, tornemos um fato uma notícia, precisamos mobilizar um saber, que é subjetivo de quem vai informar. Vale destacar que não existe texto neutro ou imparcial, a notícia sempre é disseminada a partir das lentes de quem a escreveu, portanto, falaremos agora de quais são essas “lentes”, das quais nos apropriamos para noticiar.

Saberes mobilizados nos indivíduos

O saber não tem uma única natureza, uma vez que é “resultado de uma construção humana através do exercício da linguagem” (Charaudeau, 2013, p. 43). Tendo isso em vista, entende-se a complexidade dessa construção e estruturação, que é orientada de acordo com as vivências e experiências particulares de cada sujeito. Segundo Charaudeau (2013), a natureza do saber é dividida em: saberes de conhecimento, saberes de crenças e representações. O primeiro está ligado à racionalidade; o segundo, à subjetividade; e o terceiro, por sua vez, revela a ótica ideológica.

Os saberes de conhecimento vêm de uma representação racional da tentativa de tornar o mundo a semiotizar um mundo inteligível e semiotizado, passível de ser disseminado a outros. Esses conhecimentos são adquiridos por dois meios: “pela aprendizagem que se desenvolve através das práticas da experiência, [...] e pela aprendizagem dos dados científicos e técnicos que tentam explicar o mundo a partir do que não é visível” (Charaudeau, 2013, p. 44). Segue-se, portanto, que o primeiro está relacionado ao que lemos, vimos, sentimos e ouvimos ao longo da vida, bem como ações assertivas ou errôneas nas percepções de mundo; já o segundo se liga à ideia da cientificidade pura, que chega a um resultado a partir de um instrumento de pesquisa.

Esses conhecimentos, ainda, podem ser caracterizados de acordo com o jeito pelo qual tal acontecimento é descrito. Temos, então, uma subdivisão em três aspectos:

- a) Existencial: indica a existência de um fato ocorrido em um lugar, em algum momento e em um determinado estado. Notícias de acidentes de trânsito são um exemplo desta categoria, visto que dizem o que aconteceu (um acidente), no dia tal do mês tal, na rua de tal nome e trazem a situação do veículo e dos passageiros/vítimas.
- b) Evenemencial: foca no acontecimento da então notícia descrevendo o que ocorreu e quais foram as alterações (se houve). Notícias envolvendo famosos se encaixariam bem nesta categoria, uma vez que, em geral, o mais importante é focar no que aconteceu com o famoso e qual seu estado.

- c) Explicativa: como o próprio nome sugere, esta categoria explica (ou tenta explicar através de hipóteses) o motivo pelo qual determinado acontecimento ocorreu. A notícia, aqui, descreve o porquê de o fato ter acontecido, quais possíveis razões ou intenções fizeram com que acontecesse e quais foram/são os desdobramentos a partir do acontecimento. Notícias de guerra, por exemplo, são um exemplo desta categoria, já que é necessário entender as motivações dos países para tomarem algumas decisões.

No que tange aos saberes de crenças, Charaudeau (2013, p. 45, grifo do autor) diz que

São os saberes que resultam da atividade humana quando esta se aplica a comentar o mundo, isto é, a fazer com que o mundo não mais exista por si mesmo, mas sim através do olhar subjetivo que o sujeito lança sobre ele. Uma tentativa não mais de inteligibilidade do mundo, mas de *avaliação* quanto à sua legitimidade, e de *apreciação* quanto ao seu efeito sobre o homem e suas regras de vida.

Os saberes de crença, então, são baseados em observações dos fatos e acontecimentos pelo sujeito que irá semiotizá-los. Vê-se a influência do ponto de vista aqui, uma vez que essa observação subjetiva pode se dar de vários ângulos diferentes. As crenças individuais se formam a partir do(s) contexto(s) em que cada sujeito está inserido na sociedade, desde a sua criação, passando pela idade adulta e até sua morte: sempre estamos vivendo na coletividade com outros indivíduos pois somos seres sociais.

Essas crenças variam de acordo com sistemas de interpretação: “há sistemas que avaliam o possível e o provável dos comportamentos em dadas situações” (Charaudeau, 2013, p. 46), situações essas que advêm de hipóteses e verificações que, por sua vez, tornam possível as predições; já os outros sistemas “apreciam os comportamentos segundo um julgamento positivo ou negativo, em confronto com normas que foram estabelecidas socialmente” (Charaudeau, 2013, p. 46), esses comportamentos ganham evidências que se comprovam em diferentes pontos de vista. Uma relação de cumplicidade é criada a partir do momento em que se compartilham os conhecimentos e julgamentos de mundo em uma enunciação informativa.

Uma terceira divisão da natureza do saber diz respeito às representações, que carregam, por sua vez, um caráter ideológico. Os dois conhecimentos anteriores tratavam da relação entre a percepção e a construção que o indivíduo mantém com o mundo, o que justifica e explica esta terceira categoria, visto que essa relação é uma questão que diz respeito à forma como este sujeito representa a realidade.

As representações, ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referência. (Charaudeau, 2013, p. 47).

Dessa forma, as representações que fizemos do mundo são uma maneira de categorizarmos socialmente o real, e é através dessa categorização individual que os implícitos (ou até mesmo explícitos) dos nossos discursos revelam nossos posicionamentos. Percebe-se aqui que o limite entre os saberes de conhecimento, de crença e as representações é extremamente tênue e difícil de ser apontado, visto que os saberes se constroem na representação.

As escolhas lexicais do sujeito, que revelam sua subjetividade, são os fatores principais para que percebamos e entendamos as representações. Ora, pensemos em um cenário fictício onde um jornalista entrevista um presidente da república e pede “Presidente, o que você tem a dizer sobre o escândalo no ministério da educação?”, nota-se aqui a escolha lexical da palavra “escândalo”, que desvela um saber de crença, e que poderia ter sido substituída por *o último acontecimento*, *o ocorrido*, *o fato* etc, que revelaria, por sua vez, um saber de conhecimento. São, portanto, essas escolhas, sintagmáticas e paradigmáticas, que relevam as intenções, os implícitos, o pensamento, o posicionamento e as representações dos indivíduos.

Efeitos de verdade

Iniciemos esta seção com outros dois conceitos separados por um limite estreito: verdade e crença. Podemos pensar que um depende de outro, ou que um explica ou justifica o outro, mas fato é que estamos sempre em busca da verdade mobilizando as nossas próprias crenças. No que tange à verdade, ela pode ser ainda dividida em duas categorias: valor de verdade e efeito de verdade.

O valor de verdade “se realiza através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda de uma instrumentação científica que se quer exterior ao homem” (Charaudeau, 2013, p. 49). Ele se baseia na evidência de um fato e é noticiado da maneira mais objetiva possível, trazendo provas concretas que justifiquem tal fato. Utiliza-se de fontes confiáveis, dados, falas de pessoas especialistas na área, entre outros, para dar valor ao ocorrido.

Já o efeito de verdade “surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com

outras pessoas” (Charaudeau, 2013, p. 49). É, então, muito mais subjetivo do que o primeiro, já que objetiva fazer o interlocutor acreditar ser verdadeiro o fato que se conta, mesmo este fato talvez nem sendo verdadeiro, não deixa de ser um discurso de persuasão, visto que se procura convencer o ouvinte a acreditar que o que se diz é verdade. O efeito de verdade se baseia na convicção e mobiliza saberes de crenças e opiniões.

Tendo em vista o valor e o efeito da verdade, nos deteremos agora a três perguntas que estão relacionadas a esta semiotização do mundo real através dos efeitos de verdade: por que informar, quem informa e quais são as provas?

Informamos por dois motivos: primeiro, se a informação foi pedida, há uma intencionalidade na solicitação do indivíduo, que precisa de elementos de informação, sejam eles para esclarecer um fato, tirar dúvidas, completar seu saber, contribuir na formação da opinião pública etc. Instaura-se, neste pedido, uma relação de solicitante e solicitado que possuem um vínculo dependente da troca de informações.

Em contrapartida, quando a informação não foi pedida, o informador pode: a) falar por sua própria iniciativa, se indagando sobre o que está por trás dessa informação não pedida e construir, assim, suas hipóteses. Pensemos na crise que estamos vivendo em nosso país, se um jornal fizer uma matéria com receitas para usar ovo, ou falar da substituição da carne pelo ovo, isso muito provavelmente não foi uma informação pedida pela população, mas o jornal sabe que a carne está custando muito caro e a população está a substituindo pelo ovo, portanto, *ajudou* com esta informação. Porém, o informado pode indagar-se: o jornal está conivente com a crise? Está *do lado* do governo? Ou está incitando uma revolução da população para que reivindiquem o valor da carne? Percebe-se, portanto, o caráter ideológico dessa informação não pedida; b) falar porque foi obrigado ou forçado a dar a informação, então o informado é conduzido a pensar em outras hipóteses para entender o porquê o informador não queria dar a informação. O informador pode não ter concordado em informar por conta de interesses gerais, em nome de uma causa ideológica, para proteger determinadas pessoas, para evitar certas reações, por chantagem de algo ou alguém etc. Uma informação extorquida, vazada, ou não pedida pode carregar um efeito de verdade muito grande.

Passemos à próxima pergunta: Quem informa? Segundo Charaudeau (2013, p. 52):

O crédito que se pode dar a uma informação depende tanto da posição social do informador, do papel que ele desempenha na situação de troca, de sua representatividade para com o grupo de que é porta-voz, quando do grau de engajamento que manifesta com relação à informação transmitida.

Temos, então, várias situações que expliquem quem é esse informador e qual o seu grau de engajamento com a informação (pessoa, ano):

- a) O informador tem notoriedade: trata-se, em geral, de pessoas públicas e especialistas em determinado assunto ou área do conhecimento. Pensemos no Dr. Dráuzio Varella, conhecido e reconhecido nacionalmente, e que possui uma credibilidade com (a maioria) dos informados.
- b) O informador é testemunha: neste caso o informador diz o que viu, ouviu, ou sentiu, e por ter vivenciado determinada situação é procurado pela mídia com o objetivo de dar credibilidade ao fato.
- c) O informador é plural: é o caso de informações que vêm de várias fontes, que podem ser de testemunha ou de opinião e faz com que o informado analise se as informações são convergentes ou divergentes e então crie a sua própria verdade acreditando em quem lhe parece mais verdadeiro.
- d) O informador é um organismo especializado: trata-se de instituições renomadas e encarregadas de recolher e manter informações, sendo pouco suspeitos de que manipulem dados. Ora, quando vimos um dado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, nem nos passa na cabeça duvidar daquilo, pois sabemos da credibilidade e assertividade das informações lá postas.
- e) O informador não explicita seu engajamento: neste caso a informação fica evidente e é incontestável, pois há uma situação de apagamento do sujeito e essa *neutralidade* traz um efeito de objetividade.
- f) O informador explicita seu engajamento sob modo de convicção: o informador afirma a confiança depositada na fonte da notícia, e por isso é convicto de sua verdade.
- g) O informador explicita seu engajamento sob modo da distância: o informador expressa-se de forma reservada, duvidosa, e pode até mesmo levantar suspeitas, já que se mostra distante do acontecido.

Por fim, nos deteremos à pergunta: Quais são as provas? Aqui veremos que essas provas são subjetivas, uma vez que depende de o leitor encontrá-las no texto e, por isso, um leitor pode encontrar uma prova que outro leitor não encontrou com a mesma leitura, por exemplo. “As provas da verdade, ou, melhor dizendo, da veracidade de uma informação são, igualmente, da ordem do imaginário, isto é, baseadas nas representações de um grupo social quanto ao que pode garantir o que é dito” (Charaudeau, 2013, p. 55). Essas provas então devem carregar objetividade, mesmo que suas interpretações sejam subjetivas. Os meios discursivos empregados nas provas demonstram:

- a) a autenticidade, caracterizada pela “possibilidade de atestar a própria existência dos seres no mundo, sem artifício, sem filtro entre o que seria o mundo empírico e a percepção do homem” (Charaudeau, 2013, p. 55). Aqui entram as provas concretas dos documentos e objetos apresentados e imagens, que mostram como aquele mundo é, ou como ele não é.
- b) a verossimilhança, que é caracterizada pela “possibilidade de se reconstituir analogicamente, quando o mundo não está presente e os acontecimentos já ocorreram, a existência possível do que foi ou será” (Charaudeau, 2013, p. 55). Neste caso a verdade faz parte da ordem do possível.
- c) o valor da explicação, que é caracterizado “pela possibilidade de se determinar o porquê dos fatos, o que os motivou, as intenções e a finalidade daqueles que foram os protagonistas” (Charaudeau, 2013, p. 56). Uma boa explicação quase revive os fatos, pois traz informações necessárias para tal, elucidando os acontecimentos.

Vimos, portanto, nesta seção, quais são os dois processos de construção de sentidos no texto: a transformação e a transação. Em seguida, nos debruçamos sobre a natureza do saber, que se divide em saberes de conhecimento, de crença e as representações. Por fim, abordamos os efeitos de verdade trazidos nas informações, que se apresentam quando a informação foi pedida ou não, dependendo de quem informa e de quais são as provas contidas. Passemos agora à explicação da metodologia e à análise.

Fato ou fake: análise de estratégias

A análise procederá através da observação e descrição de alguns excertos da notícia, no que tange aos elementos destacados pelo serviço de checagem como sendo falsos e as estratégias utilizadas para comprovar a fake news e contrapor as informações. Assim, as observações e argumentações estarão dispostas da seguinte forma: a) explicitaremos algumas características do gênero notícia e da constituição das fake news; b) descreveremos a especificidade do contrato de comunicação midiático, atentando para o comportamento da instância de produção, nesse caso, o portal G1, e para sua finalidade na situação de comunicação proposta; c) descreveremos a notícia escolhida, focando nos elementos observados pelo serviço de checagem e nas estratégias utilizadas para verificar e retificar as informações compartilhadas; e d) analisaremos a notícia com base em três perguntas: por que informar, quem informa e quais são as provas, para atestar as estratégias observadas.

Primeiramente, gostaríamos de fazer algumas observações a respeito do texto de gênero notícia.

Gênero textual jornalístico mais conhecido entre a população em geral, a notícia está presente em nosso dia a dia na televisão, no rádio, no jornal impresso, em revistas, nas redes sociais e em sites específicos. Trata-se de um gênero não literário de caráter informativo. Seu principal objetivo, portanto, é informar sobre algum acontecimento ocorrido na vida das pessoas que vivem em sociedade (Piva; Toldo, 2021, p. 193 - 194).

Essas informações podem ter os mais variados tipos de natureza: política, social, econômica, educativa etc. Já que estamos tratando, neste estudo, sobre a verdade, cabe ressaltar que o primeiro ponto crucial de uma notícia é que ela tem de, obrigatoriamente, ser verdadeira, uma vez que esse é seu objetivo: informar a população sobre um fato verdadeiro.

Este gênero textual que conta, explica ou resume fatos, se estrutura da seguinte forma: “título principal; título auxiliar (subtítulo); lide, que é um parágrafo inicial onde as principais perguntas são respondidas (O quê? Como? Quem? Onde? Quando? Por quê?); corpo da notícia [...]; data de publicação e edição” (Piva; Toldo, 2021, p. 194). Além disso, se procura escrever da maneira mais objetiva possível, mesmo sabendo que isso não é possível pois a partir do momento que colocamos a língua em uso, nesse caso, a escrita, estamos revelando a subjetividade do informador.

Apesar de parecer óbvio que uma notícia deve(ria) ser verdadeira, vivemos nos últimos anos um mundo de desinformação, especialmente no Brasil, onde fake news foram espalhadas em uma velocidade inacreditável. Podemos definir fake news como sendo

informações de várias vertentes que são apresentadas como reais, mas são claramente falsas, fabricadas, ou exageradas ao ponto em que não mais correspondem à realidade; além do mais, a informação opera no interesse expresso de enganar ou confundir um alvo ou audiência imaginada (Reilly, 2018 apud Meneses, 2018, p. 49, tradução nossa).

Tendo em vista este cenário, vários meios de comunicação jornalísticos iniciaram um trabalho de desmentir estas notícias falsas e explicar para a população o motivo daquele fato não ser verdade e como se chegou nessa conclusão. Um desses meios é o portal G1 de notícias, que, junto com oito empresas, criou um serviço de checagem de notícias chamado Fato ou Fake. As notícias são enviadas para a produção, que, através de uma equipe de profissionais, verifica se é verdade ou não o que dizem, detalhando as provas. Escolhemos, como já informado, um texto deste serviço para analisarmos como se dá esse trabalho de verificação do que é verdade e mentira em uma notícia e quais são as ferramentas usadas para comprovar uma notícia.

Em relação às especificidades do contrato de comunicação midiático do qual o serviço Fato ou Fake participa como instância de produção nessa situação de comunicação, os dados externos mais pertinentes são a condição de identidade, que trata dos traços identitários de quem comunica/é comunicado e que, por sua vez, “só podem ser levados em conta se estiverem numa relação de pertinência com relação ao ato de linguagem” (Charaudeau 2013, p. 67), e que aponta para o papel do jornalista como locutor fundamental à situação de comunicação, visto que ele, juntamente com as demais pessoas da equipe do serviço de checagem, garante a credibilidade do que está sendo noticiado; e a condição da finalidade, que neste caso, se constitui por meio da visada informativa, ou seja, do *fazer saber*, isto é, fazer com que o interlocutor saiba, conheça uma informação que até então lhe era desconhecida (Charaudeau, 2013). Nesta situação, a informação desconhecida se configura como a veracidade do fato de que a cúrcuma não auxilia no combate à COVID-19.

Na perspectiva das instâncias presentes na situação de comunicação analisada, como já mencionado, o portal G1 e, principalmente, o jornalista responsável pela notícia, Roney Domingos, se colocam como instância de produção. No papel de pesquisador-fornecedor da informação, o jornalista escolhe o critério da credibilidade, haja vista que soluciona o problema das fontes por meio da verificação dos dados de uma notícia que era, supostamente, verdadeira, mas que se mostrou falsa.

A instância de recepção, ou seja, os leitores do serviço de checagem Fato ou Fake e do portal G1 são previstos como destinatários-alvo intelectivos, pois sua motivação reside no fato de estarem informados, o que lhes garante “poder ocupar uma certa posição social, estabelecer relações com o outro, sejam elas de convívio (comentar acontecimentos, a atualidade, com seus colegas ou amigos) ou de poder [...]” (Charaudeau, 2013, p. 80). Além disso, cabe frisar que a seleção dos critérios que marcam a relação da instância de produção com a instância de recepção e a forma que essa é visualizada por aquela, também colocam em jogo a imagem do organismo de informação (Charaudeau, 2013), nesse caso, o portal G1. Isto é, ao mostrarem estar preocupados com as fake news e verificarem informações que circulam por diversos meios sociais, o portal se coloca como um órgão responsável e confiável.

Por fim, no tangente à finalidade do contrato de comunicação estabelecido entre essas duas instâncias, tem-se como previamente comentado, a visada da informação, do *fazer saber*, visto que a informação é explicada, descrita, e provas são apresentadas para a verificação da sua veracidade. Além de que, “no contrato de informação [jornalístico], é a primeira visada que domina, a do fazer saber, que está ligada à verdade, a qual supõe que o mundo tem uma

existência em si e seja reportado com seriedade numa cena de significação credível (Charaudeau, 2013, p. 89).

Passemos, agora, à análise propriamente dita de quais efeitos de verdade foram/são usados para descobrir uma informação falsa ou verdadeira. A notícia que iremos analisar é do serviço Fato ou Fake do portal de notícias G1 e, assim como todas presentes no referido portal, tem todos os elementos que o gênero notícia pede: título, subtítulo (lide), autor, data de publicação e atualização. Além disso, a informação é veiculada em um portal jornalístico amplamente reconhecido, portanto, isso confere o status de veracidade da notícia, que vem de uma fonte confiável.

A informação certamente foi pedida, se não diretamente por alguém, mas indiretamente, visto que “o pedido de informação pode ser pressuposto pela própria organização da vida social, que exige que os contribuintes, os cidadãos, os indivíduos em sua vida particular, sejam informados” (Charaudeau, 2013, p. 50). Portanto, foi necessário informar a população da não veracidade da informação compartilhada, visto que consumir uma quantidade elevada de cúrcuma pode prejudicar a saúde das pessoas e não combater a COVID-19. Ou seja, é *dever* desses serviços jornalísticos informarem corretamente e desmentir este tipo de barbárie, mesmo que a informação não tenha sido pedida diretamente.

Vejamos esses dois trechos:

(1) Além disso, a afirmação de que a cúrcuma ajuda a combater a COVID-19 é refutada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e por especialistas ouvidos pelo G1.

(2) “Não há medicamento ou medicamento fitoterápico registrado na Anvisa para o tratamento de Covid à base de cúrcuma. Da mesma forma, não há pedido de registro de medicamento com esta planta para o tratamento de Covid”, diz a Anvisa.

Percebemos claramente aqui que o informador é um órgão especializado, neste caso, a Anvisa, um efeito de verdade que nos diz quem informa o fato e que apresenta a notícia como digna de fé, “por sua finalidade de instaurar-se como lugar patrimonial, isto é, como lugar-espelho das produções da sociedade para a própria sociedade” (Charaudeau, 2013, p. 53).

Observemos, agora, outros dois excertos:

(3) Doutora em farmacognosia, que é a ciência dos produtos naturais, pela Universidade de Illinois, em Chicago (EUA), a professora e pesquisadora na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP), Camila Manoel Crnkovic afirma que a mensagem é totalmente falsa.

(4) Professora da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Simone Gnoatto também diz que a informação contida na mensagem falsa "não procede". "Não há nenhuma comprovação científica."

Aqui percebemos que o informador tem notoriedade, "e por isso sua posição social exige que o informador nessa condição não esconda informações de utilidade pública - o que lhe confere certa autoridade" (Charaudeau, 2013, p. 52). Além de o serviço de checagem abordar uma especialista, ele traz, inclusive, mais de uma. Isso garante a veracidade do fato, uma vez que se trata de duas professoras atuantes em universidades renomadas, que mobilizam saberes de conhecimento, portanto, com notoriedade e autoridade no assunto.

Quanto às provas, essas tendem a provar a autenticidade, uma vez que, segundo Charaudeau (2013, p. 55, grifo do autor), "os meios discursivos utilizados para entrar nesse imaginário incluem o procedimento de *designação*, que diz 'O que é verdadeiro eu mostro a vocês'". Isso é comprovado, na notícia, por meio do trecho abaixo:

(5) A professora explica que a cúrcuma contém uma diversidade de moléculas, de compostos químicos. Os principais compostos químicos na cúrcuma são conhecidos como curcuminóides e o principal deles é a curcumina.

Assim, diante dessa explicação, os meios discursivos que visam provar a autenticidade da notícia passam por explicações científicas sobre a cúrcuma e seus reais efeitos.

Considerações finais

O estudo aqui proposto teve como temática as fake news compartilhadas durante o período da pandemia de COVID-19 no meio midiático com o objetivo de compreender quais estratégias foram utilizadas pelo serviço de checagem Fato ou Fake, do portal de notícias G1, para esclarecer as informações falsas veiculadas, principalmente, no meio *online*. Para isso, analisamos a notícia "É #FAKE que estudos mostrem que cúrcuma combate a Covid-19", publicada em julho de 2021, com base nos pressupostos teóricos de Charaudeau (2013) relativos ao discurso midiático e aos efeitos de verdade.

Podemos compreender, então, que os efeitos de verdade utilizados na notícia analisada foram relacionados aos informadores, que são: um órgão especializado (Anvisa) e um tem notoriedade (Doutora em farmacognosia pela Universidade de Illinois e professora-pesquisadora na USP, e outra, uma professora da Faculdade de Farmácia da UFRGS). Além disso, as provas utilizadas para verificação e retificação dos fatos são da ordem da autenticidade, o que garante credibilidade ao serviço de checagem Fato ou Fake e ao trabalho do portal G1.

Assim, o presente estudo pôde contribuir para a disseminação de conhecimentos que auxiliam leitores, principalmente os leigos, a saberem identificar se as notícias que leem e compartilham diariamente são, de fato, verdadeiras ou se constituem como fake news.

Referências

- CERIGATTO, M. P.; CASARIN, H. de C. S. As mídias como fonte de informação: aspectos para uma avaliação crítica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 155-176, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/685>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- CHARAUDEAU, P. Informação como discurso. *In*: CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 40-56.
- CHARAUDEAU, P. O contrato de informação midiático. *In*: CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 65-93.
- MENESES, J. P. Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das fake news. **Observatório (OBS*)**, Special Issue, v. 12, n. 4, p. 37-53, 2018.
- PIVA, E. M.; TOLDO, C. Análise Das Marcas De Subjetividade No Texto De Gênero Notícia Sob Um Olhar Enunciativo. **PERcursos Linguísticos**, [S. l.], v. 11, n. 29, p. 189-202, 2021. DOI: 10.47456/pl.v11i29.36357. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/36357>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Sobre os autores

Paola Biavatti (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0001-8553-1107>)

Graduada em Letras Português-Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade de Passo Fundo – UPF/RS (2021). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (PPGL-UPF). Bolsista CAPES.

Estela Mettler Piva (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-5388-9796>)

Graduada em Letras Português-Inglês e Respectivas Literaturas pela Universidade de Passo Fundo – UPF/RS (2021). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (PPGL-UPF). Bolsista CAPES.

Ernani Cesar de Freitas (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8920-9446>)

Pós-doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - PUC-SP/LAEL (2011); Doutor em Letras, área de concentração Linguística Aplicada (PUCRS/2006); Mestre em

Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS/2002). Professor permanente no PPG em Letras da Universidade de Passo Fundo (RS).

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em setembro de 2023.

“Made in China”: disinformation and Sinophobia on Facebook during the Covid-19 pandemic in Brazil

“Made in China”: desinformação e sinofobia no Facebook durante a pandemia de Covid-19 no Brasil

Elisa Marchioro Stumpf¹
Taiane de Oliveira Volcan²
Felipe Bonow Soares³

Abstract: In this study, we analyze Facebook posts to explore the role of disinformation and Sinophobia in the context of the Covid-19 pandemic in Brazil. Although Sinophobic discourse is not new, it has been frequently associated with disinformation about Covid-19 in the country (Recuero; Soares, 2022). After collecting posts related to China from public groups on Facebook, we used Social Network Analysis to explore the networks and further analyze the most posted links. Connected Concept Analysis (CCA – Lindgren, 2016) was employed to examine the Facebook posts containing links that were posted at least 10 times from each cluster (n= 2,302 posts) and a qualitative deep reading was performed in order to make sense of the connections identified in the CCA. We identified three trends in the pro-Bolsonaro cluster: (1) blaming China for the pandemic, (2) reproducing conspiracy theories about China intentionally creating the virus, and (3) reinforcing a political framing of the pandemic (created by Communists). Sinophobic discourse was used to reinforce these claims. In addition to posts with overt Sinophobic discourse, other posts contained covert Sinophobia when blaming China for the pandemic.

Keywords: covid-19; Facebook; sinophobia; disinformation.

Resumo: Neste estudo, analisamos postagens no Facebook para explorar o papel da desinformação e da sinofobia no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. Embora o discurso sinofóbico não seja novo, tem sido frequentemente associado à desinformação sobre a Covid-19 no país (Recuero; Soares, 2022). Depois de coletar postagens relacionadas à China de grupos públicos no Facebook, utilizamos a Análise de Redes Sociais para explorar as redes e analisar melhor os links mais postados. A Análise de Conceitos Conectados (CCA – Lindgren, 2016) foi empregada para examinar as postagens do Facebook contendo os links postados pelo menos 10 vezes em cada cluster (n = 2.302 postagens) e uma leitura qualitativa profunda foi realizada para dar sentido às conexões identificados no CCA. Identificamos três tendências no cluster pró-Bolsonaro: (1) culpar a China pela pandemia, (2) reproduzir teorias da conspiração sobre a China ter criado intencionalmente o vírus; e (3) reforçar um enquadramento político da

¹ Departamento de Línguas Modernas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Endereço eletrônico: elisa.stumpf@ufrgs.br.

² Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil. Endereço eletrônico: taianevolcan@gmail.com.

³ London College of Communication, University of the Arts London, London, UK. Endereço eletrônico: f.soares@lcc.arts.ac.uk.

pandemia (criada pelos comunistas). O discurso sinofóbico foi usado para reforçar essas afirmações. Além de postagens com discurso sinofóbico explícito, outras postagens continham sinofobia implícita ao culpar a China pela pandemia.

Palavras-chave: covid-19; Facebook; sinofobia; desinformação.

Introduction

Among the many issues raised by the initial outbreak of the coronavirus at the beginning of 2020, a salient one was its origins. As the first cases came from Wuhan, a province in central China, and the alarm was sounded by Chinese authorities in December 2019, the coverage of the new virus was from the onset closely connected with the country, despite recommendations issued in February 2020 by the World Health Organization (WHO) discouraging naming the disease or its agent linked to a given location (Who, 2020).

In March 2020, when the virus had already spread to several continents at great speed due to its airborne transmission, the former president of the United States Donald Trump tweeted about the pandemic and referred to it as the *Chinese virus*. Hsuen *et al.* (2021) demonstrated how the debate sparked by this single tweet boosted the hashtag #chinesevirus over #covid19. In addition to that, there was an increase in anti-Asian hashtags, such as #chinaliedpeople, #burnwuhan and #bombchina.

The role of authorities in disseminating (dis)information about the virus has also been attested in the Brazilian context (Amaral *et al.*, 2022). Publications from the support base of President Jair Bolsonaro on social media helped to spread disinformation related to the pandemic and the president's speeches on open television contributed to the increase in the circulation of disinformation in the first months of the pandemic (Soares *et al.*, 2021).

The *Chinese virus* narrative resonated in Brazil, at the time led by the former far-right President Jair Bolsonaro. As of October 2022, Brazil had a death toll of 688,770 people, which made it the second highest-ranking country in covid-related deaths, just after the USA⁴. This calls for studies concerning the many aspects that contributed to the spread of the virus throughout the country and the way it dealt with this unprecedented health crisis. Previous research has pointed out the role played by far-right populist governments and their communication strategies in (mis)managing the pandemic around the world (Calvillo *et al.*, 2020; Casarões; Magalhães, 2021; Stecula; Pickup, 2021). Brazil, under Bolsonaro's rule, was no exception. For example, one lasting effect of disinformation and the political framing of the

⁴ Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>. Acesso em: jun. 2022.

pandemic is the increase in vaccine refusal and hesitancy in a country with a strong vaccination record as Brazil used to be (Sato, 2018). When it comes to Covid-19 immunizers, Brazilian vaccine refusal involves an evidently Sinophobic behavior by the then president Jair Bolsonaro (Gramacho; Turgeon, 2021), who has repeatedly attacked China and disqualified the vaccine produced in the country⁵.

While some studies about the Covid-19 pandemic in Brazil focus on disinformation (Soares *et al.*, 2021) or Sinophobia (Rodrigues de Andrade *et al.*, 2021) separately, the present research conceives them as intertwined phenomena that work conjointly in hate and disinformation campaigns in social media, in accordance with studies conducted in the United States (e.g. Nguyen *et al.*, 2020). To this end, we collected 24,141 posts containing the words China, chinesa or chinês (Chinese in Portuguese) from public groups and pages on Facebook, as this is the most used social media channel in Brazil. In what follows, we present a discussion about Sinophobia, focusing on its occurrence during the Covid-19 pandemic, and describe the procedures for data collection and analysis. We analyse how Sinophobic discourse was used to reinforce political framings and conspiracy theories. Our results show that, in addition to posts with overt Sinophobic discourse, other posts contained covert Sinophobia when blaming China for the pandemic.

Sinophobia and hate speech

Since the beginning of the Covid-19 pandemic, a very specific form of hate speech⁶ has spread around the world and gained political platforms: speech targeting Asian people, especially Chinese (Tahmasbi *et al.*, 2020). Interspersed with sayings demanding *justice* and *accountability of the alleged culprits*, the attacks on China and the Chinese people quickly escalated into a witch hunt, which went on to condemn an entire culture and its eating, hygiene, and social habits. Sinophobic discourse is not a new phenomenon (Armony; Velásquez, 2015). According to Horton (2020), there have been many concerns voiced by the Western world about China, ranging from human rights issues to commercial and technological advances. However, the Covid-19 pandemic has offered a new chance to exacerbate anti-Chinese sentiment, given it was the place where the first cases of the virus were reported. Studies have shown that China's response to the early outbreak has been portrayed by the Western press in a negative light (Chen,

⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/veja-10-vezes-em-que-bolsonaro-criticou-coronavac-24843568/>. Acesso em: jun. 2022.

⁶ We understand here as hate speech the polarizing expression that defames, humiliates or promotes intolerance and violence against groups of people by explicit or indirect reference to their race, nationality or ethnic origin, religion, gender, sexual orientation, age, disability or other shared identity (Reppell; Shein, 2019).

2021), with newspapers stressing a lack of confidence in official numbers due to state censorship, which would be a side effect of an authoritarian government (ZHANG; XU, 2020).

Social media studies have highlighted an increasing negative bias toward China during the pandemic (Vidgen *et al.*, 2020; Li *et al.*, 2020; Tahmasbi *et al.*, 2020). This ranges from criticism displaying a negative judgment about China to conspiracy theories according to which, for example, SARS-CoV-2 is a man-made virus intentionally manufactured in a lab, to hostility, hate speech, and slurs, including new words such as *batsoup* and *kungflu* (Tahmasbi *et al.*, 2020). Many of these discourses can even be characterised as disinformation, as they include completely false or distorted content that aims to deceive individuals and harm the public debate on certain topics (Wardle; Derakhshan, 2017).

Gao (2021) points out that Sinophobia during the coronavirus presents itself as a social phenomenon supported by a triad of conceptions: the health issue of Covid-19, the racial element of the Chinese people, and the Chinese political aspect. Thus, understanding the racial and political aspects of these discourses is essential to fully grasp the phenomenon of Sinophobia during the Covid-19 pandemic.

The Sinophobic discourse during the Covid-19 pandemic was aggravated by the phenomenon of disinformation. In Brazil, the Sinophobic discourse was reinforced with statements based on misinformation and disseminated by public authorities, such as ministers of state and parliamentarians. Santoro (2022) points out that, while there has been some recognition of the extent to which Brazil is dependent on China (for medical supplies, for example), the pandemic also fostered anti-Chinese feelings, which were encouraged by the leaders of the nationalist right and their use of social media.

Political discourse and Sinophobia

Gao (2021) proposes that in order to understand the political dimension of Sinophobia that makes up the popular imagination about the coronavirus, it is essential to observe the political and national identities of the Chinese. Considering the political aspect of Sinophobic discourses is a fundamental condition for understanding the discursive construction of the pandemic and the attacks on China and its people. The first publication by the American president calling coronavirus the *Chinese Virus*⁷ started a wave in the political world that would

⁷ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/trump-gera-mal-estar-ao-usar-termo-virus-chines-para-se-referir-ao-coronavirus/>. Acesso em: jun. 2022.

take advantage of the pandemic to attack the country that stood out as one of the greatest world powers⁸.

In the Brazilian context, discriminatory speech toward China is a relatively new occurrence, as it has been shown to be dependent on the rise of a far-right nationalist discourse strengthened by Bolsonaro's rise to power (Santoro, 2022). This discourse encompasses worries about China's economic dominance, threats to the national security of Brazil, and negative cultural influences, particularly when it comes to Western Christianity and communism. While the first two topics have been present in the debate about China's relationship with Brazil prior to Bolsonaro's government, the latter aspect and its current prominence in popular discourse reflects the government's standing on the issue of China and closely mirrors the American alt-right ideology.

In addition to the directly cited attacks on China, political opponents have also suffered attacks from politicians and supporters of the Bolsonaro government. This was the case of the former president of the Chamber of Deputies, Rodrigo Maia⁹, and the former governor of São Paulo, João Dória¹⁰. Both were touted as allies of the Chinese government and mocked on social media for allegedly bowing to the Communist Party.

The Brazilian case is but one in a series of political attacks that have used the Covid-19 pandemic to attack China and its citizens. These attacks have different foundations, based on prejudice and misinformation, such as insinuations against citizens who would supposedly act as agents of the Chinese government and the disqualification of all Chinese people due to the policies of the communist party. As shown by Recuero *et al.* (2021), the disinformation discourse about Covid-19 had a strong political and xenophobic character. Not only in considerably public spaces, such as the mainstream media (Gao, 2021) and social media platforms, but in more private spaces of communication, such as WhatsApp, it was observed that disinformation, particularly of a political nature, was used to reinforce xenophobic discourses about China (Soares *et al.*, 2021).

⁸ Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/06/china-se-prepara-para-assumir-a-lideranca-mundial/>. Acesso em: jun. 2022.

⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/o-ataque-da-seita-bolsonarista>. Acesso em: jun. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaristas-ameacam-doria-nas-redes-em-faixas-nas-ruas-e-pelo-celular>. Acesso em: jun. 2022.

Materials and methods

Data collection

We used CrowdTangle to collect posts from public groups and pages on Facebook, as this is one of the most used social media channels in Brazil (Newman, 2021)¹¹. Although the tool only provides data from pages, verified profiles, and public groups, data from CrowdTangle is useful to analyze the role of influential pages and groups in public discussions. We filtered our search to collect only posts in Portuguese containing links and the words *China* or *Chinese* (*chinês* and *chinesa* in Portuguese). After cleaning the data, the final dataset comprised 24,141 Facebook posts (18,263 in March and 5,878 in November). In total, these posts generated over 8 million interactions on Facebook (shares, likes, comments, reactions) - 6,8 million in March and 1,4 million in November.

We collected posts from March 17 to 23, 2020, and November 23 to 29, 2020. In March the *Chinese virus* term was reproduced by Brazilian politicians, in particular by the former President Jair Bolsonaro's son and congressman, Eduardo. Supporters and politicians of the base of President Jair Bolsonaro who saw Trump as a model for their behavior followed suit in framing the virus as a Chinese threat, which quickly escalated to a diplomatic crisis. Two days after Trump's tweet, Bolsonaro's son and congressman Eduardo Bolsonaro tweeted that China was to blame for the spread of the virus, as its actions were akin to the Soviet Union's measures following the Chernobyl disaster. According to his worldview, China's fault lies in its being a communist dictatorship, to which the only solution would be freedom. China's ambassador to Brazil, Yang Wanming, quickly repudiated the message and demanded an apology. The embassy also said that these words sounded familiar (since they resembled Trump's words) and accused Eduardo of having contracted a *mental virus* in his recent trip to Miami¹².

In the meantime, many other political figures joined the conversation, showing both support for and disapproval of Eduardo's words. The relationship between the countries was already shaken by the numerous crises caused by the son and supporters of the president and the situation would still get worse.

In November, an intense campaign based on disinformation, conspiracy theories, and xenophobia tried to disqualify the Chinese immunizer Coronavac. On November 23, 2020, Eduardo Bolsonaro published on his Twitter account that the Brazilian government has declared

¹¹ According to "DIGITAL 2022: APRIL GLOBAL STATSHOT REPORT", Facebook is one of the most used social media platforms in Brazil (as of 2022), with almost 50% of visits. Brazil is also the fourth country with the largest Facebook audience in the world. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2022-april-global-statshot>. Acesso em: jun. 2022.

¹² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51963251>. Acesso em: jun. 2022.

support for a "global alliance for a secure 5G, without China spying". The parliamentarian also stated that "This occurs with the repudiation of entities classified as aggressive and enemies of freedom, such as the Communist Party of China"¹³. The next day, he deleted the publication, but the diplomatic crisis was already taking place. In a note, the Chinese embassy in Brazil responded that the parliamentarian's statements were totally unacceptable to China and expressed "strong dissatisfaction and vehement repudiation of this behavior." The Chinese side has already formally managed the Brazilian side through diplomatic channels. After the episode, Chinese authorities in Brazil spoke out and reaffirmed the importance of the strategic partnership between Brazil and China.

Considering the relevance of the position of president of Brazil, occupied by Bolsonaro during the Covid-19 pandemic and specifically during the two selected episodes, and the expressive public debate that such situations implied, especially in the president's support base, we consider that the selection is relevant to the analysis proposed here.

Data analysis

We used a mixed-methods approach to analyze the data. Our data analysis is composed of three steps going from a more quantitative approach to a more qualitative one. For that, we used Social Network Analysis (Wasserman; Faust, 1994), Connected Concept Analysis (Lindgren, 2016), and a qualitative approach inspired in Grounded Theory (Lai; To, 2015).

Step 1 - Social Network Analysis

To make sense of a moderately large dataset of over 20k Facebook posts, we created two bipartite networks, one for each collection (March 2020 - Figure 1 and November 2020 - Figure 2). Bipartite networks are characterized by the presence of two different types of nodes. As our goal with the Social Network Analysis was to identify clusters of Facebook pages/groups that shared similar links, the nodes from our networks represented (1) Facebook groups/pages and (2) links, and ties represented when a post in a group/page contained a particular link. We used Social Network Analysis to explore both networks, focusing on modularity to identify clusters, indegree to identify the most posted links, and outdegree to identify the most active groups/pages.

¹³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/24/embaixada-da-china-repudia-postagem-que-eduardo-bolsonaro-publicou-e-depois-apagou.ghtml>. Acesso em: jun. 2022.

In both networks, we identified two polarized clusters. We qualitatively explored the most shared links in each cluster, as well as the most active pages/groups sharing these links. Based on this analysis, we identified in both networks that one cluster was aligned with Jair Bolsonaro's discourse and the other shared a more general anti-Bolsonaro sentiment, as we will further discuss in the results section.

Step 2 - Connected Concept Analysis

To better understand the discourse produced by each cluster about China and the pandemic, we used Connected Concept Analysis (Lindgren, 2016) to analyze the Facebook posts containing links that were posted at least 10 times from each cluster (n=2302 posts) – excluding posts without text and removing duplicates. Connected Concept Analysis is a useful approach to identifying emerging framing of topics and events based on a large dataset. It uses Social Network Analysis metrics to analyze keywords and their co-occurrence in a given dataset

We created one visualization based on posts from the pro-Bolsonaro cluster (n=1609) and another one based on posts from the anti-Bolsonaro cluster (n=693). We explored the key connections between the concepts of each cluster and qualitatively explored the posts to make sense of them. Based on our analysis, we identified that posts from the pro-Bolsonaro cluster reproduced disinformation about the pandemic and particularly targeted China by reproducing Sinophobic discourse. Therefore, we decided to further analyze the posts from this cluster.

Step 3 - Qualitative deep reading

The final step of our data analysis aimed to better understand how posts framed China in the discussion about the Covid-19 pandemic and reproduced disinformation discourse. We used a qualitative approach for a deep reading of the posts from the pro-Bolsonaro cluster (n=1609). We decided to look at messages from this particular cluster due to their connection to disinformation and Sinophobia. We used an approach inspired in Grounded Theory to qualitatively and inductively annotate and categorize the posts.

In an initial analysis of the posts from the pro-Bolsonaro cluster, we jointly read and created over 20 codes to make sense of the data. This first step of qualitatively annotating the posts aimed to identify general patterns in the data. Then, we reviewed the posts and this first attempt at classification to refine the initial coding. After having discussed these findings in relation to results from other studies and other sources of data available, we ended up with nine final codes. Out of these, five were mutually exclusive categories to describe the topic and frame of the posts, which included (1) conspiracy theories: messages that reproduced narratives

that China intentionally created the virus, for example; (2) politics: posts that focused on Brazilian politicians and their relationship with China, as well as posts about political ideologies (such as Communism); (3) Covid-19: posts that generally mentioned the pandemic, such as the number of deaths in each country; (4) media: posts that focused on the mainstream media and how they reported news about China and the pandemic; (5) religion: posts that included religious messages.

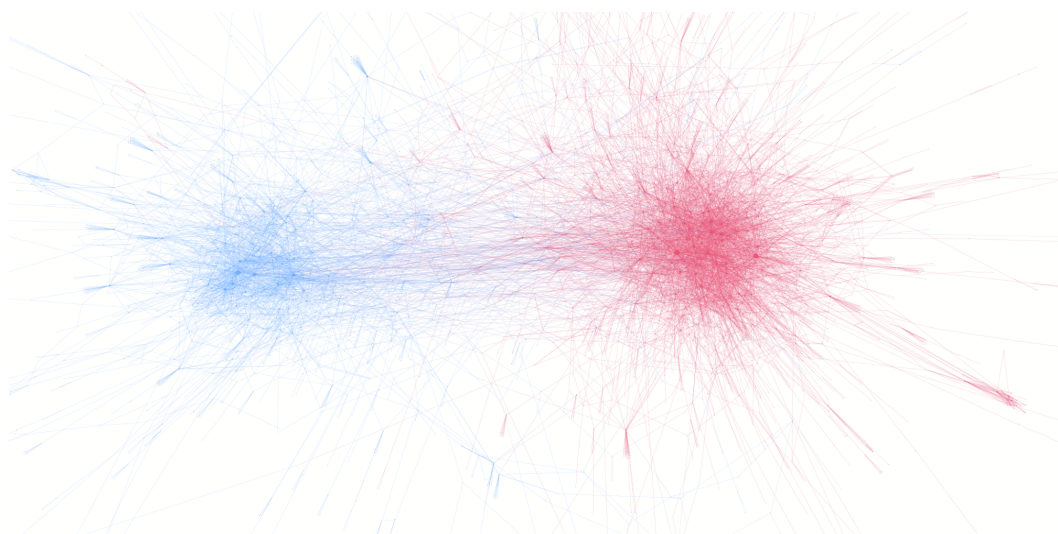
The other four codes were binary codes used to identify if a post: (1) mentioned Communism, (2) blamed China for the pandemic, (3) reproduced some type of Sinophobic discourse, and (4) negatively framed China.

We collectively classified all the posts from the pro-Bolsonaro cluster based on these categories. We removed some posts (n=386 - 24%) from our qualitative analysis because they were either too short or did not provide the context necessary for the coding.

Results

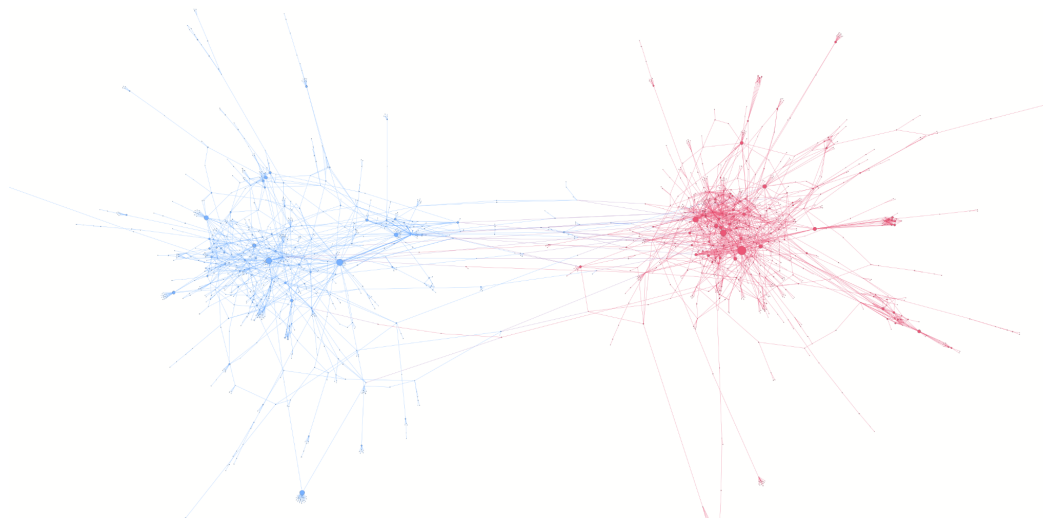
The community detection algorithm used in the Social Network Analysis and the visualization software Gephi (Bastian *et al.*, 2009) helped us identify that both networks (from March 2020 and November 2020) have a polarized structure, with two opposed groups (Figures 1 and 2). This indicates that the pages/groups from each cluster share different URLs - what is shared by pages/groups in one cluster is usually not shared by pages/groups in the other cluster.

Figure 1 - Bipartite network - March 2020



Source: by the authors

Figure 2 - Bipartite Network - November 2020



Source: by the authors

As we further examined the clusters, we identified that the cluster represented in blue in both networks displayed an anti-Bolsonaro sentiment. It included pages from hyperpartisan outlets with a progressive ideology as well as from mainstream media outlets. It also includes groups such as *Anti-Bolsonaro, We are 70 percent* (a reference to the number of Brazilians who did not approve of Bolsonaro's government¹⁴), and groups that support leftist politicians (*Guilherme Boulos*, for example). The most shared URLs in these clusters mainly criticized Bolsonaro and his supporters for the political crisis with China.

The red cluster, on the other hand, showed a pro-Bolsonaro sentiment. Some of the most active pages/groups within the cluster include many groups with the name *Alliance for Brazil* (the name of the party Bolsonaro tried to create) and others such as *Bolsonaro 2022* (referring to the Brazilian presidential election), and pages from far-right hyperpartisan outlets. Some of the most shared links also reinforce Bolsonaro's discourse, such as supporting his son Eduardo's argument with the Chinese ambassador in Brazil and claiming that China is responsible for the pandemic.

To better understand how the pro-Bolsonaro and anti-Bolsonaro clusters framed their discourse about China and the pandemic, we created the networks of the most used concepts in each cluster (Figures 3 and 4). For this analysis, we combined posts from the Anti-Bolsonaro cluster from March and November 2020 (blue cluster in Figures 1 and 2). We also combined posts from the Pro-Bolsonaro cluster from March and November 2020 (red cluster in Figures 1

¹⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/06/02/o-que-e-o-movimento-somos-70-e-outras-iniciativas-contr-o-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: jun. 2022.

and 2). Specifically, we looked at the Facebook posts from the pages/groups. This analysis aimed to identify popular topics and keywords from each cluster in order to identify how they were framing the discussion. Therefore, this step of the analysis relied on a more quantitative approach to understand textual data. We also explored posts containing co-occurrences of central nodes in these networks of concepts to further understand their use. Based on this exploration, we identified that most posts reproduced similar content to the most shared URLs in each cluster.

Figure 3 - Network of concepts - Anti-Bolsonaro.

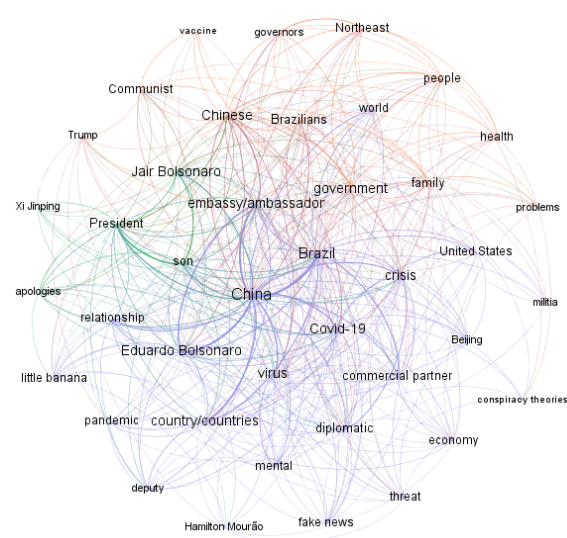
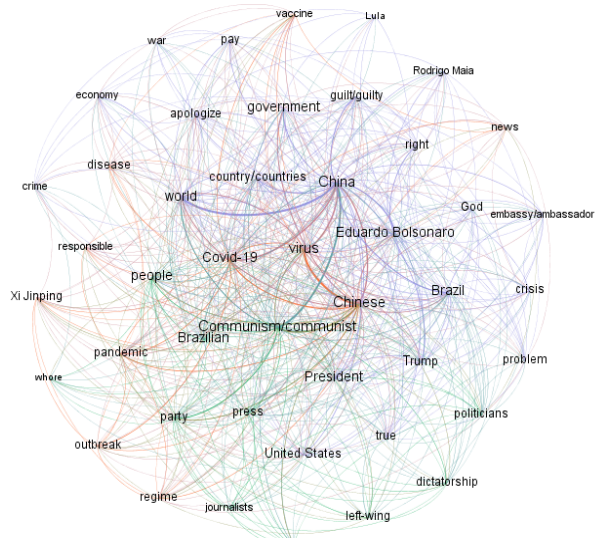


Figure 4 - Network of concepts - Pro-Bolsonaro



Source: by the authors

The posts from the anti-Bolsonaro cluster (n= 693 - Figure 3) highlighted China's long-standing commercial relations with Brazil and clearly referred to the spread of fake news and conspiracy theories coming from the government. Some of the most central concepts include *commercial partner*, *relationship*, and *diplomatic*, indicating that many posts focused on the political crisis started by Bolsonaro and his son Eduardo, while others claimed that the Bolsonaro family should apologize (*apologies*) for their claims about China. Other central concepts include *fake news* and *conspiracy theories*, indicating the framing that Bolsonaro's administration was engaged in spreading disinformation about the pandemic.

In posts from the pro-Bolsonaro cluster (n= 1609), we identified strong connections between *Chinese* and *virus* (used to claim that Coronavirus is a *Chinese virus*) and *China* and *Communism* (political framing). The association between China and the pandemic, particularly within a frame that blames the country for starting it, suggests that the posts from pro-Bolsonaro pages/groups reproduced conspiracy theories about the topic. In the exploration of posts

containing these co-occurrences of concepts, we identified that disinformation about China was reproduced, similarly to what was observed in the most popular URLs shared by these Facebook pages/groups.

To further understand how the pro-Bolsonaro cluster reproduced disinformation and engaged in Sinophobic discourse, we proceeded with a qualitative analysis, as described in the methods section. First, we looked at how pages/groups framed the discussion in their posts (Table 1). For this analysis, we identified five general categories. Some posts (n=386, 24%) were too short or did not provide enough context, so we removed them from the qualitative analysis.

Table 1 - Framing categories (n=1223 posts)

Category	Number of messages (%)
Conspiracy Theories	585 (48%)
Politics	410 (34%)
Covid	139 (11%)
Media	62 (5%)
Religious	27 (2%)

Source: by the authors

As described in table 1, almost half of the posts reproduced conspiracy theories, the most popular being that China intentionally created and spread the virus, either to decimate the global population or to have economic gains by creating a global economic crisis. Example # 1 illustrates a simple claim demanding help while assigning China the blame for the virus and the pandemic:

(1) Help to fight “death made in China”¹⁵

Posts about politics mainly target Brazilian politicians who were part of Bolsonaro’s opposition. Some of these posts claimed that these politicians were associated with Communist China, such as # 2. *Xing-ling* is an adjective often used derogatorily in Brazil to refer to China-manufactured products that imply poor quality. In this case, it was used to describe a representative who, in a submissive position, allies himself/herself with China. Other posts

¹⁵ All messages have been translated by the authors.

focused specifically on China and claimed that the lack of transparency of the Chinese regime caused the Covid-19 outbreak.

(2) *Xing-ling representative bows to the Chinese, but not to his own people*

Chinese politicians and/or government officials were also attacked in texts such as # 3, 4 and 5. In # 3, due to the similarity in their pronunciation, the word *Xi* (as in Xin Jinping) is replaced by *xixi*, a colloquial expression to refer to urine (akin to *wee wee*) that can be understood negatively. Both texts 4 and 5 refer to Yang Wanming and use imperative forms to demand his expulsion from Brazil. In # 4, the association with dirtiness is kept by the assumption that bat-eating habits were responsible for the virus spreading to humans. In # 5, there is also a clear derogatory tone as the *r* letter in the words *frango* and *frito* is replaced by the *l*, in a reference to the perceived mispronunciation of these sounds by Asians.

(3) *Wee Wee ping has screwed the world. He deserves to go to trial for crimes against humanity*¹⁶.

(4) *It's simple ... Oust this Chinese parasite from our country ... Let him go back to eating bats in his land.*

(5) *Kick this motherf****'s ass and sent him back to the flied chicken*¹⁷

Posts about Covid mainly mentioned numbers of deaths and cases around the world and Covid-19 vaccines, sometimes reproducing anti-vax discourse. These messages often reinforce stereotypes and hate speech against Chinese people and their supposed unsanitary habits, as in example # 6. In this example, it is also possible to notice how China is blamed for having intentionally created the virus to benefit from selling the vaccines developed to prevent it, as is the case of Coronavac/Sinovac, the first vaccine to be used in Brazil.

(6) *"I've always been disgusted about the food habits of the Chinese... I'm starting to feel disgusted by these people... they get what they want it creates a disease to sell the vaccine!"*

Posts about media followed a similar pattern to those related to politics, but instead of focusing on politicians, these posts were targeting the Brazilian mainstream media. Finally, there were a few religious posts that reproduced biblical messages and asked for God's help to

¹⁶ "Xixi ping ferrou o mundo!! Merece ser julgado por crime contra a humanidade" (texto original, em que o autor da publicação faz um trocadilho infame com o nome o presidente chinês).

¹⁷ "DA UM PÉ NA B..... DESSE VAGAB... E MANDA DE VOLTA LA PRO FLANGO FLITO" (texto original, em que o autor da publicação ironiza a suposta troca de "r" por "l" na fala do povo chinês).

end the pandemic. The text below (example # 7) is an example that combines both the media and the religious topics:

(7) *Band TV channel has a Chinese show called China world. After killing millions of people, the world shuts up regarding the atheist communist dictatorship. It is something really devilish. May God have mercy on our sinful humankind.*

We also examined how these posts portrayed China negatively, blamed the country for the pandemic, reproduced Sinophobic discourse, and highlighted the Communist regime in the country. Table 2 provides a breakdown of how these (non-mutually exclusive) categories appeared in the qualitative analysis.

Table 2 - Framing China categories (n=1223 posts)

Category	Number of messages (%)
Negatively framed China	712 (58%)
Blamed China for the pandemic	553 (45%)
Reproduced Sinophobic discourse	467 (38%)
Mentioned Communism	226 (18%)

Source: by the authors

More than half of the posts from pages/groups within the pro-Bolsonaro cluster negatively framed the country, many of them blaming it for the pandemic. Among posts with conspiracy theories, 92% negatively framed China, 80% blamed the country for the pandemic, and 66% reproduced some type of hate speech and Sinophobia. To reinforce the negative framing of China in the Brazilian context, conspiracy theories were also the category that mentioned Communism the most (22%), closely followed by posts about politics (19%). This indicates that disinformation about the pandemic, especially in the form of conspiracy theories, and Sinophobic discourse were strongly associated on Facebook posts in Brazil.

Examples 8 to 10 show how the pandemic was linked to the communist regime. While the first (# 8) is a very short text containing only one word, it displays a neologism merging the words *comuna* (short for communist, often derogatory) and *virus*, which sounds like *coronavírus*. The other two texts (# 9 and # 10) make an explicit and causal connection between the virus and communism.

(8) *Commievirus*

(9) *China is a communist government, surely responsible for the chaos that is happening all over the world. They need to be held accountable and pay for what they've done.*

(10) *The Chinese communist party is entirely to blame for this pandemic that has ravaged the world.*

Text # 11 marks a very clear opposition between the communist regime promoted by China and capitalism, whose greater representative would be the United States, which would bring a solution to the problem caused by the former:

(11) *What's up motherfuckers ... And where does the good news come from? Communist China spreads terror. Capitalist US brings the cure.*

Some posts frame China negatively and clearly attribute an intention on China's part in wreaking havoc worldwide, such as examples # 12 and # 13:

(12) *China started and ended World War III without firing a single shot. Biological warfare. This is the name.*

(13) *China wants to take over the world. The dragon showing its claws!*

There are also examples of more abusive language and expressing hatred toward China. They refer to many stereotypes related to China: eating habits, appearance, and political regime.

(14) *Chinese Communist virus indeed!! Race from hell*

(15) *China is that sluttish, dumb, and arrogant woman who made a lot of money prostituting herself to her enemies and became powerful. Now it wants revenge and full dominion over everything. If we allow it, we will be enslaved by the worst people on Earth.*

(16) *China is to blame for the pandemic. Communists and pigs eat everything in front of them and this is due to the hunger the Chinese government makes the people endure*

(17) *"China is not to blame" ... bunch of dog-eating slant-eyed motherfuckers. Damned reds!*

Some of the texts in our dataset also express an outright desire for an attack on China as an act of possible revenge for the creation and spread of the virus. In examples # 18 and 19, users argue that the country deserved an atomic bomb, even citing Hiroshima and Nagasaki - one of the greatest tragedies of humankind, which marked the end of World War II - as an example of what should happen to the country.

(18) *"may God forgive the innocent, but an atomic like Hiroshima in China would be fair."*

(19) *You deserve another Eurochina nagasak*

As for other types of posts, posts about Covid-19 also often negatively framed China (39%) and blamed the country for the pandemic (35%). Posts about politics and media mostly focused on Brazil, so they portrayed China negatively less frequently (18% and 23%, respectively). Religious posts reproduced biblical and other religious messages, so they did not directly focus on China.

Discussion

Santoro (2022) claims that the pandemic ignited the anti-China far-right nationalist discourse in Brazil, amplified by the use of social media by some of the most influential people representing this current. While some of the posts show resentment toward Chinese economic power and how it would benefit from the pandemic, many of them explicitly mention communism as an intensifier of negative feelings toward the country and its people. Most of the posts seem to imply that China is too powerful and must be contained so that it does not exert more influence on countries such as Brazil.

As stated earlier, some studies conducted outside Brazil already pointed out the link between disinformation and Sinophobia, particularly in the form of conspiracy theories. However, research on the social media repercussion of the pandemic in Brazil focused either on the dissemination of disinformation about the disease, its treatments and the vaccines, and the role that public figures played in this or on the sentiments of people posting on Twitter, of which an important part is related to prejudice against China (Rodrigues de Andrade *et al.*, 2021). According to the authors, "the '*Chinese virus*' and/or '*virus from China*' stigma was observed in 54% of the 50 most retweeted tweets" (Rodrigues de Andrade *et al.*, 2021, p. 7). By conducting a careful analysis of the Facebook posts during two moments when the relationship between Brazil and China was strained, we were able to show how Sinophobia was a major intensifier of anti-Asian feelings in the dissemination of disinformation related to the virus.

The study of Vidgen *et al.* (2020) presents an adequate framework for differentiating between social media comments showing criticism or hostility towards East Asian entities. The authors claim that the former is related to "a negative judgment about an East Asian entity,

without crossing the line into abuse”, while the latter displays “intense negativity against an East Asian entity, primarily by derogating or attacking them” (Vidgen *et al.*, 2020, p. 4).

Initially, we agreed with the study’s coding and planned on carrying out a similar classification. However, when examining our data, we faced the following question: is it only criticism when a negative attitude or opinion towards China is being used to reinforce conspiracy theories? Therefore, we decided to consider that even some posts with no explicit abusive language or strong negative feelings associated with China would be classified as Sinophobic since they alluded to common misconceptions related to political and ideological framings and may foster prejudice against the Chinese people as well as spread disinformation. Thus, hate speech, in this case, manifested as Sinophobia, and disinformation fuelled each other in online discussions about the pandemic.

Our results are in accordance with Nguyen *et al.*’s (2020) study, which claims that

Tweets expressing racism and blame towards Asians for the pandemic were commonly interwoven. [...] This locating of blame to the Chinese government or Chinese people was the primary justification for racist rhetoric that included not only prejudicial language, but calls to bomb China or attack Chinese people (Nguyen *et al.*, 2020, p. 8).

Thus, we can see that Sinophobia manifested in three different ways. In the first instance, we had covert examples, in which China was to blame for the pandemic, which was seen as a direct consequence of either the political regime of the country or the bad habits of its people and were, in most cases, related to common topics being addressed in disinformation discourses around the Covid-19 pandemic. In the second instance, we could spot messages displaying abusive language towards the country and its inhabitants. Lastly, some messages went as far as to suggest direct violent action in China as an act of revenge for the spread of the coronavirus.

Final remarks

In the context of the Covid-19 pandemic, the origins of the virus were highly instrumentalized in the public discourse of politicians such as former US President Donald Trump and his Brazilian follower, the then President Jair Bolsonaro. In these discourses, the phrase *Chinese virus* was not construed as stating a fact, but rather attributing blame and demanding accountability from the country where the virus was first discovered. This was an important tool in a context where far-right politicians of some Western countries have manifested Sinophobia for a while. With the affordances of social media platforms, this

message spread as quickly as the virus and fuelled prejudice and hatred toward people of Asian descent both online and offline (Viladrich, 2021).

As other studies have shown (*e.g.* Recuero *et al.*, 2021), the Covid-19 pandemic in Brazil has been an extremely polarized phenomenon since its beginning, with an important role played by politicians and other public figures in spreading disinformation about the virus, the treatments and the vaccine. In the present work, our aim was to investigate how Sinophobia was a major aspect in the discursive unfolding of the pandemic, particularly in connection with conspiracy theories and disinformation. Our 3-step analysis allowed us to understand the dissemination of content in different groups and clusters and enabled a closer look at how China and the pandemic were being framed in two important moments in 2020.

Our results show a resemblance with those of other studies when highlighting the close connection between Sinophobia and the spread of disinformation about the pandemic (Nguyen *et al.*, 2020, Vidgen *et al.*, 2020). Particularly, messages containing conspiracy theories that blamed China within a political frame were important vehicles for conveying more or less explicit Sinophobia. While the number of texts that were analyzed can be relatively low when compared to other studies, it allowed us to hand-code the data with a scheme that emerged from our readings of the texts, rather than trying to fit the posts in an existing framework that might not account for their uniqueness. This can help illuminate other types of data emerging from the pandemic. An interesting follow-up study would be to analyze how China was framed after it was one of the main providers of one of the vaccines used in Brazil from 2021 onward. As Donald Trump lost the presidential election in the US and Bolsonaro's popularity reached new lows in the wake of vaccination efforts, it can be reasonable to expect a decrease in the quantity and virulence of attacks on China.

References

AMARAL, A. D. R. *et al.* Narratives of Anti-Vaccination Movements in the German and Brazilian Twittersphere: A Grounded Theory Approach. **Media and Communication**, v. 10, n. 2, p. 144–156, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17645/mac.v10i2.5037>. Acesso em: jun. 2022.

BASTIAN, M. *et al.* **Gephi**: an open source software for exploring and manipulating networks. *In*: International AAAI Conference on Weblogs and Social Media, 2009.

BRAZIL: **Social media market share 2022**. Statista, 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/290220/market-share-of-the-most-popular-social-media-websites-in-brazil/>. Acesso em: jun. 2022.

CALVILLO, D. P. *et al.* Political Ideology Predicts Perceptions of the Threat of COVID-19 (and Susceptibility to Fake News About It). **Social Psychological and Personality Science**, v. 11, n. 8, p. 1119–1128, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1948550620940539>. Acesso em: jun. 2022.

CASARÕES, G.; MAGALHÃES, D. The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. **Rev. Adm. Pública**, v. 55, n. 1, p. 197-214, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200556>. Acesso em: jun. 2022.

CHEN, E. A **Critical Discourse Analysis of Newspapers' Coverage of the COVID-19 Field Hospitals in Two Cities** [Paper presentation]. In: American Association of Applied Linguistics 2021 Conference. Disponível em: <https://www.xcdsystem.com/aaal/program/64O29Sh/index.cfm?pgid=57&sid=2940>. Acesso em: 20 jun. 2023.

GAO, Z. Sinophobia during the Covid-19 Pandemic: Identity, Belonging, and International Politics. **Integr Psychol Behav Sci**, v. 56, n. 2, p. 472–490, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12124-021-09659-z>. Acesso em: jun. 2022.

GRAMACHO, W. G.; TURGEON, M. When politics collides with public health: COVID-19 vaccine country of origin and vaccination acceptance in Brazil. **Vaccine**. Volume 39, Issue 19, 6 May 2021, Pages 2608-2612. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2021.03.080>. Acesso em: jun. 2022.

HORTON, R. Offline: COVID-19 and the dangers of Sinophobia. **Lancet** (London, England), v. 396, n. 10245, p. 154, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)31600-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)31600-7). Acesso em: jun. 2022.

HSWEN, Y. *et al.* Association of “#COVID19” versus “#chinesevirus” with Anti-Asian sentiments on Twitter: March 9–23, 2020. **American Journal of Public Health**, v. 111, n. 5, p. 956–964, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.2105/ajph.2021.306154>. Acesso em: jun. 2022.

LAI, L. S. L.; TO, W. M. Content analysis of social media: A grounded theory approach. **Journal of Electronic Commerce Research**, v. 16, n. 2, p. 138-152, 2015. Disponível em: http://www.jecr.org/sites/default/files/16_2_p05.pdf.

LI, X. *et al.* Analyzing COVID-19 on Online Social Media: Trends, Sentiments and Emotions (Version 3). arXiv, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.48550/ARXIV.2005.14464>. Acesso em: jun. 2022.

LINDGREN, S. Introducing connected concept analysis: A network approach to big text datasets. **Text & Talk**, v. 36, n. 3, p. 341-362, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/text-2016-0016>. Acesso em: jun. 2022.

NEWMAN, N. **Reuters Institute Digital News Report 2021**. 10. ed. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2021.

NGUYEN, T. T. *et al.* Exploring U.S. shifts in Anti-Asian sentiment with the emergence of covid-19. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 19, p. 7032, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph17197032>. Acesso em: jun. 2022.

REPELL, L; SHEIN, E. **Disinformation Campaigns and Hate Speech: Exploring the Relationship and Programming Intervention**. International Foundation for Electoral Systems, 2019. Disponível em: https://www.ifes.org/sites/default/files/migrate/2019_ifes_disinformation_campaigns_and_hate_speech_briefing_paper.pdf. Acesso em: jun. 2022.

RECUERO, R.; SOARES, F. #VACHINA: How Politicians Help to Spread Disinformation About COVID-19 Vaccines. **Journal of Digital Social Research**, v. 4, n. 1, p. 73-97, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33621/jdsr.v4i1.112>. Acesso em: jun. 2022.

RECUERO, R. *et al.* **Desinformação, Mídia Social e Covid-19 no Brasil: Relatório, resultados e estratégias de combate**. Relatório de pesquisa, 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/midiars/files/2021/05/Desinformac%CC%A7a%CC%83o-covid-midiars-2021-1.pdf>. Acesso em: jun. 2022.

RODRIGUES DE ANDRADE, F. M. *et al.* Twitter in Brazil: Discourses on China in times of coronavirus. **Social Sciences & Humanities Open**, v. 3, n. 1, 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3608566. Acesso em: jun. 2022.

SANTORO, M. **Brazil–China Relations in the 21st Century: The Making of a Strategic Partnership**. Singapura: Palgrave Macmillan, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-981-19-0353-3>. Acesso em: jun. 2022.

SATO, A. P. S. What is the importance of vaccine hesitancy in the drop of vaccination coverage in Brazil? **Revista de Saúde Pública**, 2018, 52. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/S1518-8787.2018052001199>. Acesso em: jun. 2022.

SOARES, F. B. *et al.* Bolsonaro’s firehose: How Covid-19 disinformation on WhatsApp was used to fight a government political crisis in Brazil. **Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.37016/mr-2020-54>. Acesso em: jun. 2022.

STECULA, D. A.; PICKUP, M. How populism and conservative media fuel conspiracy beliefs about COVID-19 and what it means for COVID-19 behaviors. **Research and Politics**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053168021993979>. Acesso em: jun. 2022.

TAHMASBI, F. *et al.* “Go eat a bat, Chang!”: On the Emergence of Sinophobic Behavior on Web Communities in the Face of COVID-19. *In: Proceedings of the Web Conference 2021. WWW’21: The Web Conference 2021*. ACM, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/3442381.3450024>. Acesso em: jun. 2022.

VIDGEN, B. *et al.* Detecting East Asian Prejudice on Social Media. *In: Proceedings of the Fourth Workshop on Online Abuse and Harms*. Association for Computational Linguistics, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1865T73/v1/2020.alw-1.19>. Acesso em: jun. 2022.

VILADRICH, A. Sinophobic stigma going viral: Addressing the social impact of covid-19 in a Globalized World. **American Journal of Public Health**, v. 111, n. 5, p. 876–880, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.2105/ajph.2021.306201>. Acesso em: jun. 2022.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. **Social network analysis: Methods and applications**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Naming the coronavirus disease (COVID-19) and the virus that causes it**. 2020. Disponível em: [https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-\(covid-2019\)-and-the-virus-that-causes-it](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-(covid-2019)-and-the-virus-that-causes-it). Acesso em: jun. 2022.

WARDLE, Claire; DERAKSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Estrasburgo: Council of Europe, 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research/168076277c>. Acesso em: jun. 2022.

ZHANG, Y.; XU, F. Ignorance, misinformation, and discrimination: How economic shocks shape anti-Asian sentiment during the COVID-19 pandemic. **World Development**, v. 138, p. 105254, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105254>. Acesso em: jun. 2022.

Sobre os autores

Elisa Marchioro Stumpf (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-9080-0903>)

Professora adjunta de Língua Inglesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas (Brasil). É doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Taiane de Oliveira Volcan (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-3678-2329>)

Pós-doutoranda no programa de pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas e coordenadora do Laboratório MIDIARS (Laboratório de Pesquisa em Mídia, Discurso e Análise de Redes). Tem doutorado em Letras pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Felipe Bonow Soares (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-4850-9255>)

Senior Lecturer em Comunicação e Mídia no London College of Communication na University of the Arts London e colaborador no Grupo de Pesquisa em Mídia, Discurso e Análise de Redes Sociais - MIDIARS. Tem doutorado em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em outubro de 2023.

O discurso de apologia à ditadura militar nas mídias digitais: entre o silenciamento e a equivocidade de sentidos

The discourse of apology for the military dictatorship in digital media:
between silencing and the equivocality of meanings

Rosiene Aguiar-Santos¹
Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes²

Resumo: Embora, na conjuntura da década de 1990, a democracia no Brasil estivesse se consolidando, o discurso da ditadura militar brasileira ainda continuava circulando e produzindo efeitos de sentido, principalmente, em programas televisivos e em jornais. A fim de compreender esse processo, sob a ótica da Análise de Discurso preconizada por Michel Pêcheux (1969; 1975; 1983), objetivamos analisar a circulação e o funcionamento do discurso militarista-ditatorial, após o fim do regime militar no Brasil (1964-1985). Para a constituição do *corpus*, apresentamos sete sequências discursivas compostas por um recorte de trechos de um vídeo publicado no *YouTube*, em 2016, com uma entrevista do então deputado federal Jair Bolsonaro a um programa de TV exibido em 1999, além de um recorte de comentários de internautas sobre o respectivo vídeo. As análises mostram que a circulação do discurso na *internet* atualiza a memória do discurso militarista-ditatorial e instaura o acontecimento discursivo, sob as condições de produção/circulação do discurso digital, com efeitos parafrásticos e polissêmicos. Observamos o funcionamento de um jogo metafórico em torno da significação de democracia, ditadura e revolução, processo que mobiliza diferentes redes de memórias, instaura o silenciamento e uma disputa de sentidos e de posições-sujeito.

Palavras-chave: discurso da Ditadura Militar; arquivos subterrâneos; silenciamento; equivocidade de sentidos.

Abstract: Although, at the juncture of the 1990s, democracy in Brazil was being consolidated, the discourse of Brazilian military dictatorship continued circulating and producing effects of meaning, in television programs and in newspapers. To understand this process, from the perspective of the Discourse Analysis advocated by Michel Pêcheux (1969; 1975; 1983), we aimed to analyze the circulation and functioning of the militarist-dictatorial discourse after the end of the military regime in Brazil (1964-1985). For the constitution of the corpus, we presented seven discursive sequences composed of a cut of excerpts from a video of YouTube, in 2016, with an interview of the then federal deputy Jair Bolsonaro to a TV show aired in 1999, in addition of internet users' comments on the respective video. The analyses show that the circulation of the discourse on the internet updates the memory of the militarist-dictatorial discourse and instates the discursive event, under the conditions of production/circulation of the digital discourse, with paraphrastic and polysemic effects. We observe the operation of a

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: roseaguiar.contato@outlook.com.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: gcortes@uesb.edu.br.

metaphorical game around the meaning of democracy, dictatorship and revolution, a process that mobilizes different networks of memories, establishes the silencing and a dispute of meanings and subject-positions.

Keywords: discourse of the Military Dictatorship; underground archives; silencing; sense equivocity.

Gestos de início

Na década de 1990, o Brasil transitava entre o fim do Regime Militar (1985) e o retorno da democracia. Embora, o país estivesse retomando o caminho democrático, a memória do militarismo ainda continuava circulando e produzindo efeitos de sentido em um (in)tenso jogo discursivo, principalmente, em alguns espaços da imprensa, formando um conjunto de arquivos, que, com base em Pêcheux (2014), estamos denominando de arquivos subterrâneos da mídia, pois, devido às limitações de circulação da imprensa convencional, como em programas televisivos regionais, esses arquivos circulavam de forma bastante restrita.

Nessa conjuntura, o então deputado federal Jair Bolsonaro concedeu uma entrevista ao programa Câmera Aberta, exibido em 1999, pela TV Bandeirantes do estado do Rio de Janeiro. Nessa entrevista, o deputado defendeu a ditadura e a tortura, considerou o fechamento do Congresso e proferiu ameaças a civis e ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Embora tenha havido, naquele momento, repercussão desfavorável ao deputado pelo teor dessa entrevista, inclusive com a especulação de uma possível cassação do seu mandato³, além de comentários reprovando as declarações dadas pelo parlamentar⁴, semanas depois, Jair Bolsonaro retorna ao mesmo programa para uma nova participação, na qual ele ratifica seus posicionamentos e afirma ter sofrido um *massacre* devido às alegações que fez durante sua primeira ida àquele programa de TV.

Posteriormente, já em nosso tempo, as duas entrevistas são republicadas no *YouTube*⁵ e disponibilizadas para acesso irrestrito, conforme as políticas de privacidade da plataforma de compartilhamento de vídeos e as especificidades da *internet*. Esses vídeos formam, portanto,

³ Disponível em:

<https://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn052550.htm>. Acesso em: out. 2021.

⁴ Comentários de autoridades, como o presidente do Congresso, Antônio Carlos Magalhães (ACM), e o da República, FHC.

⁵ A primeira entrevista é republicada em 2017 no canal João Roberto Laque. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=21IQ84pnuwo&t=869s>. Acesso em: 12 maio 2021, e a segunda em 2016, no canal Bolsonaro Jefferson gobi, que compõe o *corpus* deste artigo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIt0>. Acesso em: ago. 2021.

um arquivo discursivo, conforme Pêcheux (2014), o arquivo é definido como um “[...] campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão [...]” (Pêcheux, 2014, p. 59).

Nesse sentido, sob a ótica da Análise de Discurso Pecheuxtiana, questionamos, neste estudo, que funcionamentos discursivos são instaurados, tendo em vista trechos da segunda entrevista do deputado federal Jair Bolsonaro ao programa Câmara Aberta, em 1999⁶, e na republicação e circulação dessa materialidade na plataforma *YouTube*, em 2016. Quais posições são ocupadas discursivamente e que efeitos se instauram, a partir dos comentários de internautas interpelados ideologicamente como sujeitos desse discurso?

Dessa forma, objetivamos analisar, a partir dessa materialidade, como se deu o funcionamento do discurso de apologia à ditadura militar no período do retorno da democracia ao Brasil, naquele momento do fim da década de 1990, bem como, a atualização desse discurso nas mídias digitais da atualidade, a fim de observar que efeitos de sentido são instaurados, considerando as condições de produção e de circulação do discurso digital, conforme defendido por Dias (2018).

A seguir, apresentaremos o percurso teórico-metodológico traçado para o processo analítico deste estudo.

Percurso teórico-metodológico

A Análise de Discurso (AD) desenvolvida pelo filósofo Michel Pêcheux (1969; 1975; 1983) visa questionar as evidências de sentidos, a partir de uma visão não transparente da língua, considerada a base material da produção do discurso, o objeto próprio da AD, e definido por Pêcheux (1995) como o efeito de sentido entre os interlocutores.

Na perspectiva da Análise de Discurso, os sentidos não são estabelecidos previamente, mas sim são constituídos em um jogo de relações que envolve a língua, a ideologia, a historicidade e o sujeito (Pêcheux, 1997). Nessa trama discursiva, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, que produz o efeito da evidência dos sentidos, determinados por uma dada formação discursiva (FD), e assim, esse indivíduo passa a ocupar uma dada posição-sujeito no discurso. Pêcheux (1995) conceitua a FD como determinante do que pode e deve ser dito, a partir das relações com as formações ideológicas, em uma dada conjuntura sócio-histórica. Para o autor, as formações discursivas representam na linguagem as formações ideológicas que lhe são correspondentes (Pêcheux, 1995).

⁶ Em trabalho publicado anteriormente, foi realizada uma análise discursiva de trechos da primeira entrevista supracitada.

De acordo com Orlandi (2003), o sujeito ocupa um determinado lugar para dizer o que diz. Todavia, o sujeito discursivo é atravessado pelo inconsciente e não se dá conta dessa interpelação, mas sim, acredita ser a fonte do que diz e que controla os sentidos que são materializados na língua. Pêcheux (1995) declara que sujeito e sentidos são constituídos de modo concomitante.

O discurso funciona sob certas condições de produção, as quais, como afirma Orlandi (2003), envolvem tanto as circunstâncias imediatas do momento da enunciação, como também toda a conjuntura histórica e ideológica que determina os discursos, em um sentido amplo. Para a autora “[...] um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros [...]” (Orlandi, 2003, p. 39). Portanto, é preciso atentar-se à historicidade constitutiva dos discursos e estabelecer relações com a atualização dos já ditos, a fim de compreender os efeitos discursivos em movimento.

Conforme Orlandi (2001), o processo discursivo ocorre em três momentos: a constituição, a formulação e a circulação. É, portanto, no interdiscurso que se dá a constituição dos discursos. O interdiscurso compreende o lugar dos já-ditos, daquilo que fala sempre “[...] antes, em outro lugar e independentemente” (Pêcheux, 1995, p. 162), ou seja, os pré-construídos, que, por sua vez, determinam a constituição dos sentidos no discurso. Nas palavras de Pêcheux (1995), o interdiscurso corresponde “[...] ao todo complexo com dominante das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes” (Pêcheux, 1995, p. 147), isso significa que o interdiscurso comporta um conjunto de inúmeras formações discursivas, no entanto, apenas uma será dominante no discurso, e cabe à forma-sujeito regular os sentidos que devem ou não figurar uma FD (Indursky, 2011).

O interdiscurso se apresenta de duas formas, a saber, como pré-construído e como discurso transversal. Esses elementos discursivos são essenciais à constituição dos sentidos, posições-sujeito e efeitos de memória no discurso. O pré-construído é o elemento do interdiscurso que determina o intradiscurso – a formulação do discurso – além de ser também uma condição de produção e de interpretação discursiva. O discurso transversal, de acordo com Pêcheux (1995, p. 154) “[...] atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece [...] a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como sujeito falante”. Já o conceito de intradiscurso, segundo Pêcheux (1995, p. 167), é “[...] um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal ‘do exterior’”. Seria o momento em que ocorre uma

atualização, repetição, de um discurso por meio de sua textualização, isto é, um já-dito é materializado e produz outros efeitos de sentido.

A memória discursiva, para Pêcheux (1999), permite que se restabeleça os implícitos diante da leitura de um acontecimento, tornando possível, portanto, a atualização dos sentidos presentes no interdiscurso, sejam os pré-construídos, discursos transversos, os saberes que já falam antes, em outros lugares e independentemente. No entanto, como postula Indursky (2011) ao distinguir as duas noções, a memória não diz respeito a “[...] todos os sentidos, como é o caso do interdiscurso, mas aos sentidos autorizados pela Forma-Sujeito no âmbito de uma formação discursiva” (Indursky, 2011, p. 87).

Cabe ainda ressaltar que a memória discursiva não é

[...] uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório [mas] necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (Pêcheux, 1999, p. 56).

Portanto, para Pêcheux (1999), a memória é um espaço conflitante, em que ocorre movências e inconstâncias, produzindo distintos funcionamentos nos processos discursivos.

Conforme Courtine (2014), a memória discursiva “[...] diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos [...]” (Courtine, 2014, p. 105-106, destaques do autor). O autor ainda estabelece que a memória discursiva permite vários funcionamentos no interior de uma FD, a exemplo da lembrança, da repetição, da refutação e do esquecimento.

Como vimos com Orlandi (2001), a constituição dos discursos é realizada no interdiscurso, no entanto, a formulação e a circulação são igualmente relevantes nesse processo. Desse modo, neste artigo, as condições de produção da formulação do discurso, e, sobretudo da sua circulação, ocorrem no ciberespaço.

Iremos analisar o funcionamento do discurso de apologia à ditadura militar e sua memória atualizada e reinscrita nos espaços midiáticos da *internet*, tomando como arquivo, a materialidade que inscreve a segunda entrevista de Jair Bolsonaro ao Câmera Aberta republicado no *YouTube*. Assim, a formulação do discurso em pauta, embora tenha se dado primeiramente na mídia televisiva convencional, sob a forma de uma entrevista, sofre efeitos do digital também na formulação, visto que passa a funcionar sob as condições da digitabilidade que atravessam o discurso, considerando a corpografia digital (Dias, 2008), significantes

próprios das tecnologias digitais, a exemplo dos *emojis*, que também interferem na produção dos sentidos.

Sob essas condições, a circulação dos discursos é bem distinta e específica, sem barreiras de tempo e espaço. Assim, o digital não é apenas uma mera forma de tecnologia para o discurso, mas configura e determina como a circulação dos discursos ocorre no âmbito eletrônico (Dias, 2018). As discursividades que circulam nos ambientes digitais tomam amplitude, devido às especificidades da comunicação digital, desse modo, instauram-se novos sentidos e novos posicionamentos, já que o ambiente digital é “[...] um espaço de lutas, de organização de atividades políticas, de constituição e funcionamento de discursos” (Cortes, 2015).

O arquivo que constitui o *corpus* discursivo deste estudo, qual seja, a segunda entrevista do então deputado federal Jair Bolsonaro ao programa Câmara Aberta, passa a circular sob as novas condições de produção e divulgação do espaço digital da *internet*. A partir desse arquivo, efetuamos um recorte para constituir o *corpus* analítico composto por sete sequências discursivas (SDs). Essas SDs se constituem a partir da transcrição de trechos da entrevista, além de um recorte de comentários dos internautas que acessaram a republicação no *YouTube*. Dessa forma, a construção do *corpus* atinge “[...] um conjunto de formulações produzido pelo próprio processo de interpretação do discurso, no confronto com o arquivo (Dias, 2015, p. 972).

Vejamos o funcionamento dessa trama discursiva em nossos gestos de análises.

Movimentos de análises

Para situar nossos gestos de interpretação, antes de apresentar as sequências discursivas deste estudo, é importante explicitar as condições de produção e de circulação sob as quais funciona esse discurso. Para isso, tecemos algumas considerações que dão conta da conjuntura sócio-histórica em que se insere a segunda entrevista do deputado Jair Bolsonaro ao programa Câmara Aberta.

A entrevista ocorreu em 1999 no programa Câmara Aberta, transmitido pela TV Band no Rio de Janeiro⁷. Antes disso, como apresentado na introdução, o deputado Jair Bolsonaro já havia sido entrevistado no mesmo programa e feito declarações antidemocráticas, a exemplo de fechar o Congresso Nacional, e extremistas, como fuzilar o presidente do Brasil e iniciar uma guerra civil: “[...] Bolsonaro declarou que, na época da ditadura, os militares deveriam ter

⁷Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIlt0>. Acesso em: ago. 2021.

fuzilado ‘uns 30 mil corruptos a começar pelo presidente Fernando Henrique Cardoso’” (Lopes; Lana, 1999)⁸.

Conforme já salientado, a repercussão dessa primeira entrevista foi bastante significativa e gerou debates acerca de uma punição ao deputado, como a cassação do seu mandato defendida pelo presidente do Senado, à época o senador Antônio Carlos Magalhães. Além disso, Bolsonaro também recebeu duras críticas do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, pelas declarações feitas:

[...] ‘Afirmções desse tipo mostram que o deputado não se converteu à democracia. O presidente tem certeza e espera que o Congresso tomará as medidas cabíveis’, disse o porta-voz da Presidência, Georges Lamazière. O porta-voz, entretanto, *descartou a possibilidade de o presidente acionar a Justiça contra o deputado* (Lopes; Lana, 1999, destaque nosso)⁹.

Devido a toda reverberação provocada por essa entrevista, o deputado retorna ao programa na tentativa de contornar os transtornos causados na sua primeira participação. Nesse ínterim, tramitava nas instâncias competentes a possibilidade de perder seu mandato parlamentar. Esta segunda entrevista, portanto, constitui a materialidade que compõe as SDs 1 e 2, constituídas de trechos em que o deputado comenta acerca das declarações dadas durante a primeira entrevista.

Vejamos o trecho que constitui nossa primeira sequência discursiva:

SD1

Bolsonaro: [...] eu não tenho que me desculpar por aquilo que eu não pequei. Eu tenho certeza que eu não pequei. Eu não dei uma entrevista pra você [referindo-se ao entrevistador, Jair Marchesini], pensando em afrontar deputado ou senador, ou afrontar o Congresso, eu falei aquilo que o povo queria ouvir e hoje em dia eu sou até muito mais reconhecido nas ruas, quando ando por aí e o pessoal acha que eu estou no caminho certo. Agora eu não vou voltar a pregar isso daí, eu dei o meu recado, vão agora no início de agosto, botar em votação essa resolução da mesa, pedindo aí um afastamento, uma cassação temporária por 30 dias do meu mandato, vou ficar sem salário, tudo bem não tem problema, eu sou acostumado viver com poucos recursos como sempre vivi no Exército [...] (BOLSONARO..., 2016), inserção nossa). [sic]

Na SD1, o deputado Jair Bolsonaro é interpelado pela ideologia ditatorial e se filia à formação discursiva militarista, de forma a assumir uma posição-sujeito antidemocrática nessa

⁸Disponível em: <http://www.senado.leg.br/noticias/OpiniaoPublica/inc/senamidia/historico/1999/5/zn05257.htm>. Acesso em: ago. 2021.

⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidadania#/inc/senamidia/historico/1999/5/zn05257.htm>. Acesso em: ago. 2021.

trama discursiva. Ao proferir que “[...] não pensou em afrontar o Congresso ou os senadores na entrevista anterior[...]” (SD1), Bolsonaro, a partir do lugar de deputado, um lugar social democrático, se posiciona contra a democracia e como defensor da ditadura, em adesão à FD militarista, visto que pediu o fechamento do Congresso, tal como ocorreu pela instituição do AI-5¹⁰ no regime ditatorial.

No entanto, instaura-se nessa configuração discursiva um sentido de denegação, que, segundo Courtine (2014), consiste em negar um elemento do saber próprio da FD que afeta o sujeito do discurso. De acordo com Indursky (1990, p. 120), ao “[...] incidir sobre um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito de um discurso, mas, que mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalcado na FD, manifestando-se em seu discurso, apenas através da modalidade negativa”, dessa forma, ao contradizer que o desejo de fechamento do Congresso não é de fato uma afronta aos legisladores, o deputado ocupa uma posição-sujeito que nega os sentidos do discurso que enunciou, instaurando, então, um efeito de denegação.

Além disso, outros sentidos se instauram no funcionamento do discurso, a exemplo do dito: “[...] eu falei aquilo que o povo queria ouvir e hoje em dia eu sou até muito mais reconhecido nas ruas, quando ando por aí e o pessoal acha que eu estou no caminho certo”. (SD1). Nessa fala, o deputado ocupa uma posição de porta-voz do povo, pois fala em nome do desejo de uma determinada população, afirma que o povo queria que o Congresso fosse fechado e que a democracia fosse substituída por um regime de governo autoritário. A função de porta-voz visa produzir uma voz em consenso (Sargentini, 2006), isto é, o sujeito que assume essa função no discurso impede que o povo tome o lugar de orador (Pêcheux, 1990a) realizando somente ele essa ação, exatamente o que ocorre no funcionamento discursivo da SD1, em que o entrevistado assume uma posição de porta-voz do povo. Entretanto, dá-se um efeito de contradição, já que o deputado é eleito pelo povo para defendê-lo e não para se apropriar da sua vontade e assumir posicionamentos antidemocráticos, como o fechamento do Congresso, o que se configura como uma apropriação indevida dessa posição de porta-voz.

Observamos ainda o não reconhecimento e conseqüente não reparação do erro cometido na entrevista anterior, pois ao se esquivar da responsabilidade de suas palavras e dos sentidos antidemocráticos que elas materializaram, o deputado não se redime, e, por meio da posição-sujeito de porta-voz que assume, passa ao povo a responsabilidade pelos ditos, vejamos: “*Eu não tenho que me desculpar por aquilo que eu não pequei*” (SD1). Aqui a memória da ditadura

¹⁰ O AI-5 é considerado o mais rígido decreto do período ditatorial, sendo a lei que estabeleceu o fechamento do Congresso Nacional, possibilitou a cassação de mandatos e instituiu interventores para estados e municípios, o que deu poderes legislativos exclusivos ao poder executivo durante o regime militar.

militar se inscreve nas falas do deputado com efeitos parafrásticos, pela repetição desses sentidos de fechamento do Congresso, em nome da população, sendo esta favorável ao retorno dos militares ao poder.

Ao dizer: *“Agora eu não vou voltar a pregar isso daí, eu dei o meu recado, vão agora no início de agosto, botar em votação essa resolução da mesa, pedindo aí um afastamento, uma cassação temporária por 30 dias do meu mandato”* (SD1), o parlamentar recua em seu posicionamento, apenas pelo receio de ser afastado e até mesmo perder seu mandato, devido ao processo de cassação que corria no Congresso. Bolsonaro também ocupa uma posição-sujeito de humildade e modéstia, ao dizer que seu afastamento temporário, caso efetivado, retiraria o seu salário como deputado *“[...] vou ficar sem salário, tudo bem não tem problema, eu sou acostumado viver com poucos recursos como sempre vivi no Exército”* (SD1).

Apesar dos posicionamentos de medo e de covardia assumidos pelo deputado, conforme vimos na SD1, nessa segunda entrevista, notamos a ratificação dos sentidos antidemocráticos e o funcionamento da posição-sujeito de apologia e defesa em relação à ditadura militar em todas as declarações dadas na primeira participação do deputado no programa de TV.

A falta de punição ao deputado, à época, pelas declarações que materializavam um discurso antidemocrático¹¹ produziu efeitos de permissividade de que ele continuasse a se posicionar como sujeito desse discurso anticonstitucional. Naquele momento, o deputado foi apenas advertido pelo presidente da Câmara Federal, Michel Temer, após ter apresentado uma carta de retratação pelas afirmações que fez durante o programa, com um pedido de desculpas e, por isso, não houve cassação do seu mandato¹². Em consequência disso, o discurso produzido na segunda entrevista se configurou com efeitos de continuidade, pois o entrevistado reafirma a posição-sujeito favorável ao regime militar, com efeitos de apagamento de ditadura.

Conforme já salientado, o vídeo com a entrevista em pauta circulou, primeiramente, em 1999 em um programa de TV com transmissão apenas para as regiões contempladas pela área de cobertura daquela emissora local, desse modo, o discurso circulava em condições bem restritas, de forma a apagar o efeito de ameaça que essas declarações traziam à democracia brasileira.

¹¹ Conforme os destaques na citação de Lopes e Lana (1999).

¹² De acordo com O Globo, essa equivalia a segunda vez que o deputado era apenas advertido pelo Congresso devido ao teor antidemocrático de seus posicionamentos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/09/09/temer-ja-salvou-bolsonaro-com-uma-carta-em-1999.ghhtml>. Acesso em: out. 2021; e em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019990526>. Acesso em: mar. 2022.

No entanto, postulamos que a atualização desse discurso de apologia à ditadura militar no *YouTube* configura-se como um acontecimento discursivo, já que sua redistribuição sob as condições da *internet* muda o modo de funcionamento desse discurso – antes em circulação restrita ao regional – e que passa a circular em/na rede mundial.

Essa republicação registra mais de 18 mil visualizações, sendo que mais de 680 internautas que assistiram ao vídeo marcaram a opção *Gostei*. Não é mais possível identificar as marcações em *Não gostei*, devido a uma mudança realizada no *YouTube* em novembro de 2022, em que apenas os criadores do conteúdo podem ter acesso a esse dado. Essas são, portanto, ferramentas de interatividade da plataforma digital e, portanto, também constitutivas de sentido e posições-sujeito.

Além disso, também existe a possibilidade de comentar sobre o conteúdo do vídeo e dessa forma, mais de 150 opiniões de usuários estão subscritas acerca da entrevista. Dessas opiniões, selecionamos algumas, considerando a regularização e os deslizamentos de sentido, para constituição das SDs de 3 a 7 do nosso *corpus*¹³.

Para Courtine (2014), a memória produz efeitos diante do cruzamento dos dois eixos discursivos, o vertical situado no interdiscurso e o horizontal, que compreende o intradiscorso, isto é, quando “[...] uma formulação-origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’” (Courtine, 2014, p. 106). As formulações podem retornar produzindo efeitos de memória parafrásticos, quando não há alterações nos sentidos que funcionam, como também podem produzir deslizamentos e equivocidade dos sentidos, pois “[...] os sentidos são rememorados, atualizados, re-significados” (Indursky, 2003, p. 103).

Assim, a memória do discurso militarista-ditatorial é atualizada pela configuração do acontecimento discursivo, com a retomada desse discurso em ambientes virtuais da *internet*, como no canal do *YouTube*. De acordo com Pêcheux (1990b), o acontecimento discursivo se dá no ponto de encontro de uma memória com sua atualidade. O autor argumenta que a memória funciona sob um jogo de forças, que tanto pode produzir a estabilidade dos sentidos, como pode instaurar perturbações aos discursos já ditos; “[...] um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula [...], mas também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’ (Pêcheux, 1999, p. 53).

Dessa maneira, a noção de acontecimento articula-se à movimentação da memória discursiva, põe em jogo os pré-construídos presentes no interdiscurso que se atualizam no

¹³ Dados de junho de 2022, e podem mudar a qualquer momento devido à inconstância da *internet*.

retorno de uma dada formulação-origem, como afirma Courtine (2014). Vejamos a SD2, com mais um trecho da entrevista.

SD2

O que eu quero dizer pra população é que o regime militar não foi isso que pregam por aí, [...] o regime militar foi brando, então peço para os jovens que procurem seus avós, aqueles que tem cabeça branca, cabelos brancos, e converse com eles como foi o regime militar. Hoje em dia a população diz que no regime militar se vivia muito melhor do que hoje, eu não sei se é bom ou não o regime militar, eu não vou entrar no mérito, não quero problema, ‘tá’? Mas o meu pai sempre dizia que no regime militar se tinha autoridade, se respeitava o próximo, se respeitava a família, e por aí afora, [...] porque a democracia demais também atrapalha, no Brasil perdeu-se a noção do que é um regime democrático, parece que na democracia vale tudo, e não é isso que o povo quer, o povo quer principalmente autoridade, e hoje em dia nós não temos (BOLSONARO..., 2016). [*sic*]

Na perspectiva da AD, o enunciador sofre determinações ideológicas, se insere numa dada Formação Discursiva e se expressa a partir dos saberes que essa FD permite. Dessa maneira, é a FD que “[...] determina o que pode e deve ser dito” conforme Pêcheux (1995, p. 147). Bolsonaro, ao ser entrevistado no programa Câmera Aberta, se identifica com os sentidos permitidos por uma FD antidemocrática, militarista, e ocupa uma posição-sujeito favorável ao discurso ditatorial.

Ao declarar que “[...] o regime militar não foi isso que pregam por aí, [...] o regime militar foi brando” (SD2), o deputado, interpelado pela ideologia da ditadura militar, retoma a memória inscrita na FD Militarista, que silencia os sentidos de ditadura para o período em que o Brasil foi governado por militares-ditadores. Esse discurso busca apagar a memória do militarismo e impor a construção de uma nova rede de sentidos, com a reorganização da memória discursiva, contrapondo a ciência e a história do país, pelo apagamento dos sentidos de ditadura para o regime militar, sendo aí discursivizado como *brando*. Esses sentidos de brandura (SD2) instauram o silenciamento para as mortes, torturas, perseguições e mordaca ocorridos na ditadura, e buscam, ao mesmo tempo, produzir sentidos de que aquele foi um período agradável e calmo. Entretanto, o que a história do Brasil mostra, e confirma cientificamente, é que houve sim um período ditatorial no país (1964 a 1985), com dureza e severidade aos opositores do regime, que se caracterizou como um momento de ruptura democrática, iniciado pela deposição do presidente João Goulart em 1964, e que decorreu em ríspidas adversidades provocadas pelos arbítrios dos generais que presidiram o país nos anos subsequentes.

Cabe salientar que o termo *brando* é repetido no discurso jornalístico, ao se materializar no jornal *Folha de S. Paulo* em um editorial¹⁴ intitulado *Limites a Chávez* publicado em 17 de fevereiro de 2009. O editorial discursivizava que a ditadura militar no Brasil *não foi tão grave*, ao utilizar o neologismo *ditabranda* na tentativa de comparar o regime militar brasileiro de 1964 com a atual (2009), à época, política venezuelana. No entanto, o já-dito *ditabranda* é ainda mais anterior ao editorial da *Folha* e da entrevista do deputado, uma vez que já foi também utilizado pelo general e ditador chileno Augusto Pinochet em 1983, ao responder as críticas feitas ao seu governo¹⁵ (Lampoglia *et al.* 2016).

Esse é o trabalho da memória discursiva que aqui funciona parafrasticamente, pela repetição de formulações, que nesse caso, produz efeitos de regularidade discursiva. A metáfora discursiva consiste na substituição de palavras, expressões ou proposições em determinadas formulações, “[...] o efeito metafórico funciona quando há uma substituição contextual [...]” (Pêcheux, 1997, p. 96). O termo *brando* substitui metaforicamente a expressão *ditabranda*, que conseqüentemente substitui o vocábulo ditadura, no intuito de negá-la e ressignificar essa prática como um processo tranquilo e democrático.

Há também outros funcionamentos nesse discurso. Quando o deputado indica que se deve conversar com as pessoas que viveram no período militar para saber como era esse tempo, conforme SD2: “[...] peça para os jovens que procurem seus avós, aqueles que tem cabeça branca, cabelos brancos, e converse com eles como foi o regime militar”, aqui ele ocupa uma posição-sujeito de negacionismo da ciência e da história. O discurso produz sentidos de que o senso comum é mais confiável do que o conhecimento científico, que confirma o regime militar como uma ditadura. Ademais, esse discurso também exalta o período ditatorial, discursivizado aí como *melhor* do que o regime democrático, o que, conseqüentemente, silencia os sentidos de tortura, assassinatos, censura, exílio e perseguição aos opositores e as prisões arbitrárias e políticas, além dos desaparecimentos que ocorreram durante o estado de exceção, que, por sua vez, são sentidos que identificam o regime militar decerto como uma ditadura.

Na SD2 temos ainda os ditos “[...] porque a democracia demais também atrapalha, [...] parece que na democracia vale tudo, e não é isso que o povo quer, o povo quer principalmente autoridade, e hoje em dia nós não temos” (SD2). O discurso enunciado pelo deputado nega a importância da democracia, embora ele tenha sido eleito em um regime democrático. Todavia pela imunidade parlamentar, o deputado consegue se posicionar discursivamente contra a

¹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em: jan. 2022.

¹⁵ O termo é usado, seja em espanhol *dictablanda* ou em português, no intuito de minimizar efeitos negativos de governos autoritários, ditatoriais.

democracia, como podemos conferir no trecho: “[...] *democracia demais também atrapalha, no Brasil perdeu-se a noção do que é um regime democrático [...]*” (SD2).

Nessas formulações (SD2), temos novamente o funcionamento da posição-sujeito de porta-voz do povo, alegando que a população “[...] *quer autoridade, e hoje em dia nós não temos*”. No entanto, o termo *autoridade* aqui substitui autoritarismo, pois essa é a postura vigente em um regime militar ditatorial (SD2). Todavia, a posição-sujeito de porta-voz não pode ser legitimada, como afirmado anteriormente, devido à ruptura que se estabelece, pois ele foi eleito pelo povo para promover a democracia e não para negá-la. Espera-se que uma população que vota e vive sob uma democracia não legitimaria um porta-voz que falasse em nome dela contra sua liberdade e a favor do autoritarismo de uma ditadura, no entanto, comprovamos nos últimos anos, o quão possível isso é.

Mas os sentidos sempre podem ser outros, e assim, na seção de comentários que constitui a segunda parte analítica deste estudo, os internautas se manifestam em distintas posições-sujeito, após assistirem ao vídeo publicado na rede.

Segundo postula Dias (2004), as discursividades digitais são constituídas do “[...] enredamento dos sujeitos que se conectam e produzem sentido” (Dias, 2004, p. 57), e para que se possa compreender esses sentidos é necessário relacionar às relações de historicidade, pelas derivas do sujeito e do sentido. O sujeito-leitor, ao se inscrever no discurso produzido no digital, tanto pode estabilizar os sentidos quanto instaurar equívocos e falhas na língua, pois cada comentador também estabelece relações com a ideologia e pode se identificar ou não com os efeitos ideológicos em funcionamento na trama do discurso.

Devido aos objetivos e às limitações deste estudo¹⁶, foram considerados cinco comentários para este procedimento analítico, referente ao funcionamento do discurso no digital. Desse modo, as SDs de 3 a 7 são formuladas por comentários de internautas que assistiram ao vídeo e se manifestaram por meio da ferramenta dada pela plataforma de vídeos¹⁷.

Nesse recorte de SDs, temos dois funcionamentos discursivos: um com posições-sujeito de concordância em relação as SDs 1 e 2, quais sejam, a SD3 e a SD4, e outro com efeitos de sentido de resistência a essa regularidade discursiva militarista-ditatorial, a saber, as SDs 5, 6 e 7¹⁸.

¹⁶ Considerando que este estudo se trata apenas de um recorte de tese de doutorado em construção.

¹⁷ Não houve edição nem alterações nos textos dos comentários. Todos foram transcritos exatamente como estão no vídeo da entrevista publicado no *YouTube*. Devido a possibilidade de se identificar ou comentar anonimamente, e isso ser livre na plataforma, mantivemos as identidades digitais dos internautas do mesmo modo como estão inscritos na rede social.

¹⁸ Os comentários se encontram no mesmo *link* em que está o vídeo com a entrevista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=c3Rx-ChIt0>. Acesso em: jun. 2022.

Quadro 7 – Transcrição das sequências discursivas

SD3	<i>Matheus Honorato</i> (há 4 anos): Hahahahahaha. 4 anos desse grande homem na presidência. Brasil acima de tudo Deus acima de todos [sic]
SD4	<i>Nilton Junior Pereira</i> (há 4 anos): Incrível a coerência do Bolsonaro defendendo suas idéias, ontem e hoje [sic]
SD5	<i>Mariana Barreto</i> (há 4 anos): Vim do futuro para dizer que NADA mudou... 🤖🤖🤖

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nos comentários que constituem as SDs 3 e 4, realizados anos atrás, são produzidos sentidos de apoio a Jair Bolsonaro, com efeitos de comemoração ao início e a duração do seu mandato, na SD3: “[...] 4 anos desse grande homem na presidência”, e de admiração quanto à “[...] coerência do Bolsonaro”, na SD4, isso, por ele manter e defender, atualmente, a mesma posição-sujeito do vídeo, de acordo com a referida SD. Nessas SDs, o dito “há 4 anos” equivale ao primeiro ano, 2019, de governo de Bolsonaro como presidente, momentos de efervescência e esperança em relação ao seu mandato.

Portanto, os sujeitos-internautas se identificam com os efeitos da ideologia militarista e se posicionam como apoiadores do presidente, bem como do discurso enunciado por ele naquela entrevista veiculada no vídeo que assistiram. Também ocorre o atravessamento do discurso religioso-cristão no dito nacionalista¹⁹ “[...] Brasil acima de tudo Deus acima de todos” (SD3), *slogan* bradado em toda campanha de Jair Bolsonaro e, posteriormente, em seu governo. Esses comentários, constitutivos das SDs 3 e 4, funcionam em adesão à posição-sujeito militarista-ditatorial ocupada por Bolsonaro.

Podemos observar que o efeito de admiração em relação ao presidente ser *coerente*, que funciona pelo vocábulo “*incrível*” na SD4, se movimenta para um sentido de frustração e tristeza, em relação a essa mesma coerência, quando formulado na SD5: “[...] Vim do futuro para dizer que NADA mudou... 🤖🤖🤖 (SD5).

Nessa SD, constituída de um comentário publicado há quatro anos, a internauta sugere que veio do futuro (2019) para comentar no vídeo (década de 1990) “*que NADA mudou...*” (SD5). De imediato, podemos entender que nesse comentário também funciona um efeito de coerência para Bolsonaro, por manter as ideias de antes, conforme apontava a SD4. No entanto, pelo funcionamento da corpografia digital, que segundo Dias (2008) “[...] cria essa emoção, nas

¹⁹ E com efeitos parafrásticos à estrofe do hino nazista que diz “Alemanha acima de tudo”.

condições de produção muito específicas do uso do computador” (Dias, 2008, p. 20) e suas especificidades, como os *emojis*²⁰, por exemplo, esse funcionamento mostra que nessa SD, os *emojis* presentes no fim do comentário, expressando a emoção do choro “🥲🥲🥲” (SD5), podem produzir sentidos de contraidentificação ao discurso materializado no vídeo comentado, pois o sentido sempre pode ser outro e choro pode instaurar sentidos de tristeza, frustração e lamento por *nada ter mudado*, produzindo desregulação para esse discurso, assim como nas SDs seguintes.

Passemos às próximas SDs, que instauram a resistência ao discurso defendido por Bolsonaro, provocando rupturas de sentido, com a instauração de uma FD democrática.

Quadro 8 – Transcrição das sequências discursivas 6 e 7

SD6	<i>Edite Teixeira (há 4 meses)</i> : Misericórdia, Senhor!!! João 8:44 seria o versículo certo para essa pessoa e não João 8:32 Socorroooooooooo 🥲🥲🥲👩♀️🙏 [sic]
SD7	<i>Verdade seja dita (há 2 meses (editado))</i> : Quem diria, ele era contra as privatizações. E criticava aumento exagerado do preço do combustível. Disse também que as forças armadas tinham que defender a Amazonia da exploração. Sempre foi contraditório. [sic]

Fonte: Elaboração própria (2023).

Quanto às SDs 6 e 7, é importante destacar que são constituídas de comentários realizados “há cerca de 4” e “2 meses”²¹, isto é, bem mais recentes do que aqueles constitutivos das SDs anteriores (3, 4 e 5) de quatro anos atrás²². Nesses comentários, os internautas ocupam uma posição-sujeito filiada à FD da democracia, antagônica à FD militarista-ditatorial, a qual se inscrevem os dizeres enunciados por Bolsonaro e por seus apoiadores.

Cabe lembrar que, ao dar entrevista coletiva assim que foi declarado eleito Presidente da República em 2018, Jair Bolsonaro citou o versículo bíblico constante no Evangelho de João 8:32: “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” e ao longo do mandato, recorria a citação desse texto bíblico. No entanto, segundo Ernst, Silva & Vieira (2019), o uso desta passagem da escritura sagrada cristã se constitui como um discurso político-teológico e, para as autoras, o uso do significante *verdade* pelo presidente movimenta dois significados adversos nesse discurso, *ora a verdade é Deus, ora o próprio político Bolsonaro*, e isso tem revelado o que as analistas descrevem como “[...] uma espiritualidade vazia e violenta, à beira de um

²⁰ *Emoji* é um termo de origem japonesa que define as imagens que representam uma palavra, emoção etc. nas redes sociais da *internet*, as mais comuns são as que retratam as expressões faciais.

²¹ Aproximadamente em junho de 2022.

²² Ano 2019.

fundamentalismo cujas demandas têm atuado nos níveis político, ético e moral” (Ernst; Silva; Vieira, 2019, p. 117).

À vista disso, a formulação inscrita na SD6, embora tenha também um atravessamento do discurso religioso: “*Misericórdia, Senhor!!! João 8:44 seria o versículo certo para essa pessoa e não João 8:32 [...]*” (SD6) instaura sentidos de resistência tanto ao discurso materializado no vídeo da entrevista, quanto ao discurso político-teológico (Ernst; Silva; Vieira, 2019) discursivizado constantemente por Bolsonaro em seus pronunciamentos como Presidente da República. A internauta, em seus gestos de resistência (SD6), também recorre ao discurso religioso quando usa outra passagem bíblica para se posicionar contra os sentidos antidemocráticos materializados na entrevista. Para ela, o trecho bíblico mais apropriado para uso do político seria o seguinte: “[...] não se firmou na verdade, porque não há verdade nele. Quando ele profere mentira, fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso, e pai da mentira” (João 8:44)²³. O vocábulo *verdade* é novamente central na passagem abordada pela internauta, mas em sentido oposto àquele discursivizado na outra passagem. Nesse caso, o termo produz efeitos metafóricos para Bolsonaro “essa pessoa” (SD6) em associação ao diabo, “pai da mentira”, conforme o versículo bíblico mencionado.

No comentário da SD7 também se inscreve sentidos de resistência, ao trazer formulações que demonstram a contradição das falas do entrevistado no decorrer do vídeo, com suas ações como presidente: “[...]: *Quem diria, ele era contra as privatizações. E criticava aumento exagerado do preço do combustível. Disse também que as forças armadas tinham que defender a Amazonia da exploração. Sempre foi contraditório*” (SD7). O discurso inscrito nesse comentário funciona com uma posição-sujeito de denúncia à incoerência do político, uma vez que durante o governo de Jair Bolsonaro, vendas de estatais; constantes aumentos nos preços dos combustíveis e diversas denúncias de exploração da Amazônia, sem a devida fiscalização dos órgãos competentes, fizeram parte da rotina governamental²⁴.

Assim, nas redes sociais, os internautas utilizam as ferramentas dadas pela plataforma, neste caso o *YouTube*, para produzir sentidos e se constituírem como sujeitos. Desse modo, o discurso digital produz outros efeitos, os sentidos tomam amplitude pela rápida circulação e

²³ Disponível em: <https://www.biblionline.com.br/acf/jo/8/44>. Acesso em: jul. 2022.

²⁴ *Bolsonaro já privatizou um terço das estatais.* Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/14/bolsonaro-ja-privatizou-um-terco-das-estatais>. Acesso em: jun. 2022. *Desmatamento na Amazônia cresceu 56,6% sob governo Bolsonaro.* Disponível em: <https://ipam.org.br/desmatamento-na-amazonia-cresceu-566-sob-governo-bolsonaro/>. Acesso em jun. 2022. *O governo Jair Bolsonaro (PL) tem o 2º maior aumento acumulado nos preços do diesel e da gasolina, nas refinarias.* Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-tem-a-2a-maior-alta-nos-combustiveis-desde-2002/>. Acesso em: jun. 2022.

instauram uma intensa movimentação de posições-sujeito no ciberespaço. Pelo funcionamento do digital, o discurso antidemocrático ganha adesão de muitos internautas, que se negam a reconhecer uma ditadura como tal, se identificam com os saberes da FD militarista e assumem as mesmas posições discursivas de apoio e de defesa da ditadura, sentidos que produzem efeitos de ameaça ao regime democrático.

Todavia, os sentidos sempre podem ser outros, conforme Pêcheux (1995), e se instaura, nesse processo, o funcionamento da resistência à formação discursiva ditatorial e antidemocrática, produzindo sentidos filiados à FD da democracia, conforme SDs 5, 6 e 7. Nestas SDs instaura-se, portanto, o acontecimento discursivo, pela desregularização dos sentidos já estabilizados na memória. Segundo Pêcheux (1990b), o acontecimento funciona pela ruptura com uma rede de formulações já ditas, em se tratando do discurso em pauta, a reinscrição do vídeo na *internet* atualiza a memória do discurso militarista-ditatorial com efeitos de adesão aos sentidos já estabilizados, mas também com a perturbação e desregularização da memória, pelo viés dos comentários digitais, que passa a movimentar os sentidos pela metaforização dos enunciados²⁵, e assim instaura-se outros efeitos de memória, com equívocos e deslocamentos, sob os efeitos da materialidade digital e seu funcionamento, sobretudo pela nova forma de circulação dos discursos.

No ambiente digital, como o *YouTube*, as relações de sentido ocorrem pela constituição dos sujeitos, a partir do momento em que os indivíduos se apropriam e participam desses espaços virtuais. Assim, são instauradas identificações com as formações ideológicas e discursivas em funcionamento nas redes, e isso afeta a produção e a circulação dos sentidos no discurso, bem como o processo de constituição das posições discursivas assumidas pelos sujeitos.

Efeitos de conclusão

A partir das análises realizadas, podemos depreender que o discurso da ditadura militar funcionou mesmo no período da redemocratização brasileira, conforme mostram as primeiras sequências discursivas apresentadas (SDs 1 e 2), com uma posição-sujeito filiada à FD militarista-ditatorial, dominante no discurso inscrito no vídeo, anteriormente exibido nas mídias convencionais, como o programa de TV (1999). No discurso, Jair Bolsonaro também ocupa a

²⁵ O enunciado é entendido aqui como discursivo, não como frase gramatical. De acordo com Courtine (2014), o enunciado apresenta uma existência material e está situado numa relação entre o intradiscurso – lugar da enunciação do sujeito e a atualização de uma memória através de uma formulação discursiva – e o interdiscurso, a memória longa, o conjunto dos já-ditos.

posição de porta-voz do povo, mas sem legitimidade da voz de toda a população, pois o deputado fala contra a democracia, e, conseqüentemente, contra o povo. Também funciona a denegação, quando há a negação de um elemento do saber próprio da FD militarista (Courtine, 2014).

Nessa trama, a Ditadura Militar de 1964 é silenciada, bem como a história e o conhecimento científico, e assim também são silenciados os sentidos de tortura, assassinatos, censura, exílio e perseguição aos opositores e as prisões arbitrárias e políticas, além dos desaparecimentos que ocorreram naquele regime, ou seja, tudo isso, de acordo com a história, identificam e configuram o regime militar como uma ditadura de fato.

A partir da retomada do discurso, em circulação no *YouTube*, sob os efeitos e atravessamentos do discurso digital (Dias, 2018), instaura-se um jogo metafórico, com embates ideológicos em torno dos sentidos de democracia, revolução e ditadura militar, um processo que mobiliza diferentes redes de memórias e uma disputa de sentidos e distintas posições-sujeito.

As últimas sequências discursivas (SDs de 3 a 7), constituídas pelos comentários atuais de usuários do *YouTube*, funcionam tanto com posições-sujeito de adesão ao discurso militarista-ditatorial, como também com posicionamentos de antagonismo a esse discurso. Ou seja, a memória é atualizada com sentidos favoráveis ao discurso enunciado pelo então deputado, Jair Bolsonaro, a exemplo da SD3, mas também temos os confrontos e equívocos de sentidos, conforme exemplos da SD5 até a SD7, nas quais os internautas ocupam uma posição-sujeito filiada à FD da democracia, antagonônica à FD militarista-ditatorial.

Dessa forma, a republicação do vídeo com a entrevista mencionada no *YouTube* – e seus respectivos comentários – instaura um acontecimento discursivo, já que atualiza e reorganiza a memória do discurso ditatorial/militar, com efeitos de perturbação e equivocidade dos implícitos.

Referências

AGUIAR-SANTOS, R.; CORTES, G. R. de. O. A memória da ditadura no período da redemocratização brasileira: dos arquivos subterrâneos às mídias digitais. **Letras De Hoje**, 57(1), e43504, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2022.1.43504>
Acesso em: nov. 2022.

CORTES, G. R. O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica**. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2015.

COURTINE, J-J. (1981). **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Tradutora: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DIAS, C. **A discursividade da rede (de sentidos): a sala de bate-papo HIV**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2004.

DIAS, C. **Da corpografia**: ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital. Santa Maria: UFSM–PPGL, 2008.

DIAS, C. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. In: **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 44 (3): p. 972-980, set.-dez. 2015.

DIAS, C. **Análise do discurso digital**: Sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

BOLSONARO no Câmara Aberta. [S. l.: s. n.], 1999. 1 vídeo (35 min 38 seg). Publicado pelo canal João Roberto Laque, 2017. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=21IQ84pnuwo&t=869s&ab_channel=Jo%C3%A3oRobertoLaque Acesso em: 12 maio 2021.

ERNST, A.; SILVA, G. M.; VIEIRA, V. V. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8:32): efeitos de simulação no discurso político on-line. In: **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 30, n. 59, p. 115-132, 2º número 2019. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/44070> Acesso em: jun. 2022.

INDURSKY, F. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. **Caderno de estudos linguísticos**. Campinas (19): 117-122, jul/dez 1990.

INDURSKY, F. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon**, Porto Alegre, vol. 17, n. 35, p. 101-121, 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30020> Acesso em maio 2022.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange. (Orgs.). **Memória e história da/na Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

LAMPOGLIA, F. *et al.* Golpe ou revolução? Um jogo discursivo na mídia, In: **Entremeios**: revista de estudos do discurso. v.12, jan.- jun./2016. Disponível em <http://www.entremeios.inf.br/published/308.pdf> Acesso em maio 2022.

LOPES, E.; LANA, F. ACM pede cassação de Bolsonaro. **Senado**. Brasília, 1999. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/ecidadania#/inc/senamidia/historico/1999/5/zn05257.htm> Acesso em maio 2022.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação de sentido. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de estudos linguísticos**, n. 19, p. 7-24, 1990a.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? Campinas-SP: Pontes, 1990b.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, [1975] 1995.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. *In*: GADET; HAK (org). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, p. 61-161, 1997.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da Memória**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, E. et al (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

SARGENTINI, V. M. O. Identidade do trabalhador no imaginário do povo. *In*: **Sentidos do povo**. São Carlos: Claraluz, 2006.

Sobre os autores

Rosiene Aguiar-Santos (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8121-6537>)

Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista, BA, Brasil.

Gerencie Ribeiro de Oliveira Cortes (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-6597-6192>)

Doutora em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em Recife, PE, Brasil. Professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários (DELL) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista, BA, Brasil.

Recebido em mês de julho de 2023.

Aprovado em mês de agosto de 2023.

Violência linguístico-discursiva no *Twitter*: a emergência de metapragmáticas anticientíficas no contexto de covid-19

Linguistic-discursive violence on Twitter: the emergence of anti-scientific metapragmatics in the context of covid-19

Rodrigo Albuquerque¹
Rejane Junqueira²

Resumo: Almejamos, neste estudo, avaliar como um/a influenciador/a digital (ID) e seus/suas seguidores/as no *Twitter* gerenciam estratégias de impolidez que promovem metapragmáticas de violência linguístico-discursiva, considerando suas inscrições político-ideológicas. No âmbito teórico, concebemos, à luz da interface da Sociolinguística Interacional e da Pragmática, que a (im)polidez – instanciada em domínios linguísticos, discursivos e sociointeracionais – se relaciona com as metapragmáticas emergentes das interações mediadas on-line. No âmbito metodológico, inscrevemos este estudo na (N)etnografia, como método, vinculada a uma episteme qualitativa, a fim de que possamos analisar uma interação mediada on-line no *Twitter*. No âmbito analítico, constatamos que distintas estratégias de impolidez positiva e negativa instauraram um cenário de violência linguístico-discursiva que regimentou metapragmáticas intolerantes, falaciosas e anticientíficas. Assumimos, por fim, que combater *fake news* significa evitar a propagação de tais metapragmáticas, com vistas a minimizar cenários de violência.

Palavras-chave: violência linguístico-discursiva; (im)polidez; metapragmáticas; interação mediada on-line; discursos intolerantes, falaciosos e anticientíficos.

Abstract: In this study, we aim to evaluate how a digital influencer (DI) and his/her followers on Twitter manage impoliteness strategies that promote metapragmatics of linguistic-discursive violence, considering their political-ideological inscriptions. In the theoretical scope, we conceive that (im)politeness – instantiated in linguistic, discursive and sociointeractional domains – is related to the emerging metapragmatics of online mediated interactions, in the light of the Interactional Sociolinguistics and Pragmatics interface. In the methodological scope, we inscribed this study in (N)ethnography, as a method, linked to a qualitative episteme, so that we can analyze an online mediated interaction on Twitter. In the analytical scope, we found that different positive and negative impoliteness strategies established a scenario of linguistic-discursive violence that regimented intolerant, fallacious and anti-scientific metapragmatics. Finally, we assume that combating fake news means preventing the spread of such metapragmatics, with a view to minimizing scenarios of violence.

Keywords: linguistic-discursive violence; (im)politeness; Metapragmatics; online mediated interaction; intolerant, fallacious and anti-scientific discourses.

¹ Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Brasília, DF, Brasil. Endereço eletrônico: rodrigo.albuquerque.unb@gmail.com.

² Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Brasília, DF, Brasil. Endereço eletrônico: rejanesej@hotmail.com.

Considerações Iniciais

Durante o período de isolamento social, em consequência da pandemia de covid-19, as redes sociais digitais se tornaram o principal meio de divulgação de informações. Por pressupormos que “... a Internet carrega em seu código traços eminentemente bélicos” (Capi, 2017, p. 171), assumimos que as interações, por vezes, instauram nesse contexto uma guerra virtual que corrompe esclarecimentos relevantes ao enfrentamento da pandemia. Tais disputas advêm de desalinhamentos interacionais que decorrem não somente da dissintonia quanto às mensagens transmitidas em dada interação, mas, principalmente, das distintas manifestações oriundas de posicionamentos político-ideológicos divergentes e polarizados.

Concebemos que o *Twitter* inscreve os/as internautas em uma interação mediada on-line (Thompson, 2018), cujos atributos – tempo e espaço estendidos, reduzido leque de pistas simbólicas, caráter dialógico, e interação de muitos/as para muitos/as (Thompson, 2018) – conferem maior poder aos/às usuários/as para espalhar mensagens e mobilizar agentes (Recuero; Zago, 2010); propiciam desenvolver, compartilhar e modificar as relações em uma infinidade de conexões (Seara, 2021); e colaboram com a construção de cenários de violência linguístico-discursiva (Albuquerque; Sousa, 2022). Nesses cenários, podemos encontrar discursos agressivos de desqualificação do/a outro/a (Cabral, 2019); altos níveis de *flaming*³, que, geralmente, envolvem contextos políticos, religiosos e sociais (Kayany, 1998); e perpetuação de discursos de ódio, devido à permanência, à itinerância e ao anonimato (Gagliardone *et al.*, 2015).

Em suma, a emergência dessas disputas se dá tanto pela acirrada divergência político-ideológica dos/as internautas quanto pelos atributos desse tipo de interação (mediada on-line), justificando a propositura de uma investigação que, sob o enquadre teórico da Sociolinguística Interacional e da Pragmática, preveja uma discussão pautada nos estudos da (im)polidez nos níveis linguístico (Lakoff, 1973; Leech, 1983; Brown; Levinson, 1987; Culpeper, 1996), discursivo (Eelen, 2001; Mills, 2003; Watts, 2009) e sociointeracional (Haugh, 2007b; Grainger, 2011; Culpeper, 2011; Kádár; Haugh, 2013; Haugh; Culpeper, 2018; Blitvich; Sifianou, 2019; Blitvich, 2021), em sintonia com a noção de metapragmáticas (Silverstein, 1979, 1993, 2003; Signorini, 2008; Pinto, 2019).

³ O *flaming* (ou *flames*) é concebido como a manifestação de hostilidade dirigida a alguém diante da dissintonia de ideias e opiniões (Kayany, 1998). Comumente, tal fenômeno – como resultado direto do funcionamento de mídias digitais – surge de um *eu* anônimo e passional regido por seus impulsos (Balocco, 2016), desencadeando linguagem agressiva e polarizada (Amossy, 2011).

Sob o enquadre metodológico da (N)etnografia (Kozinets, 1997, 2014), vinculada a uma episteme qualitativa (Goldenberg, 2001; Mason, 2002; Chizzotti, 2003; Minayo, 2017), almejamos avaliar como um/a influenciador/a digital (ID) e seus/suas seguidores/as no *Twitter* gerenciam estratégias de impolidez que promovem metapragmáticas de violência linguístico-discursiva, considerando suas inscrições político-ideológicas. Para tanto, dispomos, nas seções seguintes, (i) do debate relativo à (im)polidez e às metapragmáticas nas interações no *Twitter*; (ii) da inscrição epistêmica e da narração do percurso metodológico; e (iii) da análise da interação entre Atila Iamarino (o ID selecionado) e seus/suas seguidores/as.

Disputas interacionais no *Twitter*: metapragmáticas de violência linguístico-discursiva

Segundo Recuero (2009, p. 24), “uma rede [social], assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores”. Sob essa ótica, podemos salientar que uma rede social “... é um tipo de estrutura social que conecta pessoas, instituições ou grupos, tendo, a nosso ver, a linguagem como o principal mecanismo para essa conexão” (Bezerra; Pimentel, 2016, p. 734). Em outras palavras, os *sites* de redes sociais se configuram como suporte para as interações (Recuero, 2009) e como artefato tecnológico (Bezerra; Pimentel, 2016), dado serem os/as atores/atrizes sociais que constituem essas redes (Recuero, 2009; Bezerra; Pimentel, 2016). Tais sujeitos partilham não só informações, mas também bens, suporte emocional e companheirismo (Wellman *et al.*, 2002).

Assumimos que o conceito de redes sociais – por dar visibilidade às (inter)ações dos sujeitos (e não ao meio/suporte/artefato) – se relaciona intimamente com a noção de face, que, consoante Goffman (1967, p. 5 – tradução nossa), diz respeito ao “valor social positivo que uma pessoa reclama para si mesma através daquilo que os/as outros/as presumem ser a linha tomada por ela durante um contato específico”. Em *sites* de redes sociais, como o *Twitter*, os/as internautas preservam ou atacam as faces (a própria e a dos/as interlocutores/as), conforme os propósitos comunicativos, a fim de gerar harmonia/desarmonia conversacional. O equilíbrio da ordem ritual estaria na preservação da face alheia, por meio de estratégias protetivas; ao passo que o desequilíbrio ritual, que pode ser almejado em dada interação, estaria na ameaça à face do/a outro/a (Goffman, 1967).

Considerando que o conceito de redes sociais abarca um caráter agentivo (sujeitos atuam discursivamente), que os sujeitos decidem preservar/ameaçar as faces (próprias e alheias) e que a interação mediada on-line tem atributos particulares, ressaltamos que os/as internautas podem mobilizar estratégias de (im)polidez, preservando ou ameaçando as faces próprias e alheias; realizar avaliações (inter)subjetivas em sintonia com as projeções identitárias e ideológicas dos

sujeitos; e construir, nas interações mediadas on-line, sentidos polidos, impolidos, violentos *etc.* Por essa razão, trataremos dos estudos de (im)polidez inscritos em domínios micro/linguístico (primeira onda), macro/discursivo (segunda onda) e meso/sociointeracional (terceira onda).

Ao se centralizarem nas estratégias de (im)polidez, os estudos de primeira onda se inscrevem em perspectiva universalista/pancultural, propõem modelos ancorados em domínios frásticos e produzem análises no plano ético (o/a pesquisador/a como único/a analista). Tais estudos se baseiam, direta ou indiretamente, na noção de face, a partir da propositura de Brown e Levinson (1987) de que a face positiva e a face negativa abarcam, respectivamente, as necessidades sociais de valorização e de preservação territorial. Lakoff (1973) propõe três regras de polidez: não seja impositivo/a, ofereça opções e faça com que o/a outro/a se sinta bem. Leech (1983) sugere seis máximas em relação ao/à outro/a: tato e generosidade (minimizar custos e maximizar benefícios); aprovação e modéstia (minimizar desaprovação e maximizar aprovação); e acordo e simpatia (minimizar desacordo/antipatia e maximizar acordo/simpatia).

Em direta referência à noção de faces, Brown e Levinson (1987) descrevem cinco macroestratégias – ameaça direta à face sem reparo⁴; ameaça direta à face com reparo por meio de superestratégia de polidez positiva; ameaça direta à face com reparo por meio de superestratégia de polidez negativa; ameaça indireta à face e ausência de ameaça à face –, as quais, mais tarde, seriam redimensionadas por Culpeper (1996) no debate relativo à impolidez: ameaça direta à face sem reparo; ameaça direta à face sem reparo por meio de superestratégia de impolidez positiva; ameaça direta à face sem reparo por meio de superestratégia de impolidez negativa; ameaça indireta à face (insinceridade, brincadeira, sarcasmo, ironia) e ausência de polidez. Destacamos que, nos estudos de primeira onda, a impolidez é meramente o oposto da polidez (ausência de polidez).

Visando à desarmonia social, por meio de ataques às faces positiva e negativa, o/a interagente pode dirigir determinadas ações ao/à interlocutor/a. Segundo Culpeper (1996), é possível ignorá-lo/a ou esnobá-lo/a, excluí-lo/a, dissociar-se dele/a, demonstrar desinteresse, despreocupação ou antipatia, usar marcadores identitários inapropriados, utilizar linguagem obscura/secreta, instigar o desacordo, fazê-lo/a se sentir desconfortável, usar termos tabus e chamá-lo/a por nomes depreciativos, como superestratégias de impolidez positiva; assim como assustá-lo/a, desprezará-lo/a, ridicularizá-lo/a, desdenhar dele/a, tratá-lo/a com indiferença, invadir o espaço (físico ou metafórico), associá-lo/a a aspectos negativos e frisar o débito dele/a, como superestratégias de impolidez negativa. Nas interações mediadas on-line, poderíamos

⁴ Convém destacar que, nesta macroestratégia, não há ação impolida, visto não demandar estratégia reparadora em função do contexto. Um pedido de socorro, por exemplo, dispensaria o uso de estratégias de polidez.

projetar as estratégias de: deixar de curtir dada postagem; responder a comentários com ofensas; escolher o botão de curtir (em vez de amei, por exemplo); utilizar *emojis* para identificar ações, como: ser indiferente (braços para o lado, *dando de ombros*), ridicularizar (risadas) e evitar o contato visual (desvio do olhar); gritar (*caps lock* ativado); usar memes pejorativos *etc.*

Transcendendo a abordagem griceana (estudos de primeira onda) e inscrevendo-se na abordagem discursiva (pós-moderna), os estudos de segunda onda focalizam as avaliações subjetivas (princípio êmico: a ótica dos/as colaboradores/as); as práticas socioculturais; e, com destaque, as lutas discursivas, as quais são travadas por sujeitos ideologicamente afetados e, conforme Haugh e Culpeper (2018), se tornam mais fulcrais que a avaliação da (in)adequação social. Com essa proposta, reitera-se um conjunto de críticas dirigidas às pesquisas de primeira onda: (i) a (im)polidez não se situa no nível do enunciado⁵, já que as estruturas linguísticas não carregam significados (im)polidos intrínsecos (Blitvich, 2021), acionam exemplos fora de contexto (Grainger, 2011) e desvelam uma perspectiva universalista/pancultural (Eelen, 2001); (ii) as análises não podem desconsiderar os princípios êmicos – isto é, a concepção do/a leigo/a (Eelen, 2001; Watts, 2009; Grainger, 2011; Culpeper; Hardaker, 2017) –, tampouco atribuir um papel proeminente ao/a analista (Blitvich, 2021); (iii) a interação humana não é estática e cognitiva (Grainger, 2011); e (iv) a noção de contexto precisa ser mais abrangente (Eelen, 2001), dado ser simplificada a um conjunto de variáveis sociais que não abarcam a complexidade dos eventos interativos (Culpeper, 2011).

No que concerne às avaliações subjetivas, o estudo de Recuero (2008) constata que os/as internautas, ao publicarem determinado conteúdo, podem veicular os valores de visibilidade (in/visibilidade na rede); reputação (percepção dos/as outros/as); autoridade (pressuposição de que o/a usuário/a tem conhecimento e/ou poder superior aos/às demais); popularidade (número de conexões com os/as usuários/as); interação (trocas ocorridas no *Twitter*) e suporte social (apoio recebido, muitas vezes por meio de comentários de outros/as usuários/as). Ao criar laços sociais⁶, os/as interagentes mantêm relações específicas com os/as outros/as, “... tais como proximidade, contato frequente, fluxos de informação, conflito ou suporte emocional. [...] Os padrões dessas relações – a estrutura da rede social – organizam os sistemas de troca, controle, dependência, cooperação e conflito” (Wellman *et al.*, 2002, p. 224 – tradução nossa). Silva e Alencar (2013, p. 139) consideram que “... a violência na linguagem, por meio de uma

⁵ Fraser e Nolen (1981) já reconheciam não haver estratégias inerentemente (im)polidas.

⁶ Recuero (2009) destaca que as redes sociais têm dois elementos: atores/atrizes sociais (pessoas envolvidas) e conexões (interação, relação e laços sociais).

pragmática e uma metapragmática⁷ específicas, rompe ou reconfigura esse laço”. A depender da avaliação que fazemos de nossos/as interlocutores/as (especialmente nos quesitos reputação, autoridade e popularidade) e dos laços sociais que estabelecemos com eles/as, podemos utilizar estratégias de (im)polidez, cujos sentidos são construídos a partir não somente do posto/dito (a estratégia em si), mas também do pressuposto/não dito (o contexto sociocognitivo acionado e (re)construído por cada interagente).

No que tange às práticas socioculturais, o *Twitter* serve para que os/as internautas possam, com a velocidade, a capilaridade e a amplitude da *web* (Martins, 2014), manter ativistas informados/as, organizar mobilizações, convocar militantes, agregar informações, criar campanhas, gerar solidariedade e disputar poder com os/as outros/as (Shirky, 2008; Recuero, 2009; Martins, 2014; Malini; Antoun, 2013); ou até mesmo buscar informações e defender um sistema ou uma religião (Donath, 1999). Essas práticas são bastante recorrentes – haja vista que “... a atuação social, a mobilização e o engajamento viraram um valor da rede” (Malini; Antoun, 2013, p. 152) – e podem fazer emergir tanto o apelo para a empatia quanto a emergência de lutas discursivas, em que predominam (re)ações que tendem a moldar um cenário de violência linguístico-discursiva. Tal cenário pode ser construído pela propagação de *fake news*, que, não raramente disfarçadas de mal-entendido, alimentam nas redes sociais discursos intolerantes, falaciosos e anticientíficos.

Avançando para a abordagem sociointeracional, os estudos de terceira onda surgem, especialmente, das críticas dirigidas aos estudos de segunda onda, que, em linhas gerais, giram em torno (i) dos perigos de atribuímos relevo exclusivamente à voz do/a participante, sem considerar o ponto de vista do/a observador/a; (ii) da ausência de interação do/a leigo/a e do/a pesquisador/a (Haugh; Culpeper, 2018); (iii) do total abandono à análise das estratégias linguísticas, em detrimento do maior foco à análise do contexto e às avaliações subjetivas (Haugh, 2007b; Grainger, 2011; Blitvich; Sifianou, 2019); e (iv) da adoção de um modelo de comunicação centrado em (de)codificar (Arundale, 2006; Haugh, 2007b).

Ao eleger o texto empírico, pertencente a dado gênero discursivo, como a unidade de análise, essa abordagem situa que a (im)polidez se estabelece no âmbito da interação (Haugh; Culpeper, 2018), o que, além de englobar os enunciados e as avaliações, abarca o contexto em que os sujeitos se inscrevem, que é sempre singular e subjetivo. Para essa abordagem, consideramos (i) uma noção de face relacional e interacional – e não individual (Arundale, 2006); (ii) a negociação de implicaturas de (im)polidez com base nas experiências interacionais

⁷ Discutiremos o conceito de metapragmáticas ainda nesta seção.

(Haugh, 2007a); (iii) um conjunto teórico que integra enunciado, discurso e troca interacional (Bousfield, 2008), ou ainda, integra instâncias linguísticas (griceanas) e discursivas (pós-modernas) para uma análise holística da interação (Grainger, 2011); e (iv) uma abordagem que não se instancia nem no uso linguístico, nem na norma social, mas nas práticas sociais (Kádár; Haugh, 2013).

Sob a perspectiva dos estudos de terceira onda, elegemos, como unidade de análise, a postagem no *Twitter*, cujo objetivo seria, em tese, acionar interações harmônicas que objetivassem compartilhar ideias e pontos de vista. Embora se preveja que o *Twitter* possa funcionar como espaço colaborativo (Santaella; Lemos, 2010) e, assim, favorecer “... um esforço na negociação de conflitos e no estabelecimento de algum nível de harmonia em suas conversações digitais” (Hilgert; Andrade, 2020, p. 669-670), o conflito não é incomum. A título de exemplo, o anonimato – que, paradoxalmente, pode significar tanto a preservação da liberdade pessoal quanto o convite à anarquia (Donath, 1999) – favorece maior distanciamento (Recuero, 2009) e maior tendência à construção de cenários de violência linguístico-discursiva. É possível que, de tais cenários, emergam metapragmáticas intolerantes, falaciosas e anticientíficas na construção de *fake news*.

Essa violência é indexicalizada na interação, já que toda comunicação linguística tem caráter inerentemente indexical (Silverstein, 1979, 1993). Ao incluir uma gama de relações funcionais pertencentes a um eixo pragmático-metapragmático, Silverstein (1993) situa três dimensões: gramatical (estrutura linguística sistemática que fundamenta expressões metapragmáticas no nível da explicitude); pragmática (semioses pragmáticas que, no co(n)texto⁸, se instanciam no nível da implicitude); e metapragmática (calibragem pragmática). Silva e Alencar (2013, p. 141) sintetizam que “a pragmática, o modo como os signos são usados no mundo, anda lado a lado com a metapragmática, o modo como os signos representam esse estar-no-mundo”. As metapragmáticas relacionam enquadres microssociais e macrossociais na análise de dados sociolinguísticos (Silverstein, 2003), o que significa que elas indicam os contextos por meio dos signos (Cunha, 2021).

Além de indexicalizar, calibrar os usos da língua(gem) e dar sentido aos contextos, as metapragmáticas descrevem, avaliam, condicionam, orientam e regulamentam os usos da língua(gem) (Signorini, 2008), por meio de processos socioculturais de ordem linguístico-discursiva e político-ideológica (Signorini, 2008; Blommaert, 2014); regimentam os signos como objetos indiciais (Silva; Alencar, 2013); sinalizam um tipo de reflexividade (Fabrício,

⁸ Sob forte inspiração de Silverstein (1993), Signorini (2008) é quem explicita, no nível pragmático, essa dimensão co(n)textual. Concordamos integralmente com a leitura da autora (2008).

2014); apontam para o modo como os sujeitos se situam em sociedade (Gonzalez; Moita Lopes, 2018); orientam a interpretação, permitem referenciar e predicar a própria linguagem; e transformam estruturas linguísticas com a finalidade de controlar a interpretação do dito (Pinto, 2018, 2019). Assumimos que “sem uma função metapragmática simultaneamente em jogo com quaisquer funções pragmáticas que possam existir na interação discursiva, não há possibilidade de coerência interacional...” (Silverstein, 1993, p. 36-37 – tradução nossa).

Funcionando como um “‘termômetro’ social e político” (Santaella; Lemos, 2010, p. 66), o *Twitter* é, por vezes, palco para interações mediadas on-line de teor bélico, oferecendo a essas interações riscos ao equilíbrio ritual (Goffman, 1967), na medida em que os/as interagentes utilizam estratégias de impolidez que fazem emergir metapragmáticas intolerantes, falaciosas e anticientíficas. Ser violento/a – na língua, no discurso e na interação – significa, em algum nível, regimentar metapragmáticas de violência linguístico-discursiva, mesmo quando o senso de comunidade, segundo Donath (1999), deva ser o de convocar um terreno comum (inclusive no dissenso) e o de ser simpático/a às ideias do grupo.

Disputas interacionais no *Twitter*: um olhar (n)etnográfico e qualitativo em (per)curso

Uma episteme exclusivamente qualitativa nos oportuniza conduzir uma pesquisa “... caracteristicamente exploratória, fluida e flexível, orientada para os dados e sensível ao contexto” (Mason, 2002, p. 24), que permite “... o tratamento da subjetividade e da singularidade dos fenômenos sociais” (Goldenberg, 2001, p. 50). A inscrição nesse enquadre metodológico nos possibilita investir nos atributos da pesquisa qualitativa, entre os quais destacamos: a desvinculação de referenciais positivísticos (Chizzotti, 2003); a busca pela intensidade do fenômeno em dimensão sociocultural (Minayo, 2017) – em nosso caso, a interação no *Twitter*; e a construção de sentidos pautada em lentes teóricas relativamente estáveis, em decorrência da subjetividade e da interpretabilidade inerentes a esse paradigma.

Sob o guarda-chuva dessa abordagem, elegemos a (N)etnografia. Por ser um método interpretativo e investigativo dos comportamentos socioculturais de comunidades on-line (Kozinets, 1997), ela funciona “... como fonte de dados para chegar à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural...” (Kozinets, 2014, p. 62). A partir dessa escolha, valemo-nos das cinco etapas propostas por Kozinets (2014): definir as questões de pesquisa, os *websites* sociais ou os tópicos de investigação; identificar e selecionar a comunidade; realizar a observação participante da comunidade e gerar os dados⁹; analisar os

⁹ Originalmente, Kozinets (2014) faz menção ao ato de *coletar dados*. Entretanto, optamos pela expressão *gerar dados*, por desejarmos focalizar o caráter processual e colaborativo da construção de sentidos em campo.

dados e proceder à interpretação iterativa dos resultados; e redigir, apresentar e relatar tanto os resultados de pesquisa quanto as implicações teóricas e/ou práticas.

Por fim, apresentamos os nossos procedimentos de pesquisa, que foram guiados pelos critérios de Kozinets (2014): (i) definir, a partir do objetivo de pesquisa, os critérios de inclusão e de exclusão; (ii) escolher a plataforma *Twitter* e o tópico a investigar (a violência linguístico-discursiva estabelecida pelos/as interagentes no *Twitter*); (iii) selecionar o influenciador digital (Atila Iamarino), pela quantidade de postagens polêmicas do ID no *Twitter* com abrangência temporal entre 2020-2021; (iv) observar a página do ID e selecionar uma postagem relacionada à temática *pandemia* com maior repercussão (maior quantidade de comentários) e, ao mesmo tempo, maior densidade de ofensas; (v) eleger as interações que, em resposta ao *tweet* do ID, foram permeadas por estratégias de impolidez e geraram violência linguístico-discursiva; (vi) ocultar os *nicknames* e as imagens relacionadas aos/às internautas; (vii) gerar um *Portable Document Format* (PDF) com o *tweet* e com as interações; e (viii) analisar, interpretar e relatar os resultados à luz do conjunto teórico e das orientações metodológicas adotados neste estudo.

Disputas interacionais no *Twitter*: a violência entre o ID e os/as seguidores/as

Em um primeiro momento, analisaremos a postagem do influenciador digital Atila Iamarino publicada em novembro de 2020, que obteve ampla repercussão entre os/as seguidores/as: 4.939 retuítes, 649 comentários e 42,2 mil curtidas. Após esse processo, faremos a análise de 5 comentários (interagentes @A, @B, @C, @D e @E). Cabe ressaltar, antes de procedermos à análise, que Atila Iamarino é “... biólogo, doutor em microbiologia e pesquisador brasileiro, notório por seu trabalho de divulgação científica no canal do YouTube denominado Nerdologia, que possui mais de 3,28 milhões de inscritos em 2022” (ATILA IAMARINO, 2023, s/p).

Primeira interlocução - Postagem: ID

@ID: Tratamento precoce pra COVID-19 são máscaras e distanciamento social. Ótimo pra não pegar o vírus e ter uma doença mais leve se pegar.
O melhor vermífugo no tratamento contra COVID até aqui parece ser o voto.

Fonte: Twitter (2020).

No primeiro momento, o ID defendeu, com base em recomendações científicas, *o uso de máscaras e o distanciamento social*, o que era condizente com o seu lugar de fala e com o propósito da comunicação, visto que, como cientista e pesquisador, ele se propõe a divulgar estudos relacionados à covid-19 para o público. Entretanto, a ironia, como estratégia de

impolidez, pareceu emergir em *ótimo pra não pegar o vírus*, em decorrência de uma prática negacionista constante no governo do ex-presidente da República (Jair Messias Bolsonaro) de que a covid-19 era uma *gripezinha* que poderia ser combatida com tratamento precoce, o que não justificaria a adoção de medidas protetivas (máscaras e distanciamento). O ID assumiu que *ótimo* não seria usar uma medicação invalidada pela ciência, mas adotar as medidas protetivas, dirigindo metapragmáticas desvalorizadoras e deslegitimadoras ao governo de Jair Bolsonaro e, indiretamente, a pessoas que aderiam a esse posicionamento político-ideológico negacionista.

No segundo momento, o ID afirmou que *o melhor vermífugo no tratamento contra COVID-19 parece ser o voto*. Em notória oposição ao governo de Jair Bolsonaro, ele manifestou não apenas desacordo/desaprovação (Leech, 1983) quanto às práticas sociais de tratamento precoce, mas também veiculou estratégias de impolidez negativa que congregaram desprezo e ridicularização (Culpeper, 1996), infringindo a regra de polidez de fazer com que o/a outro/a se sintam bem (Lakoff, 1973). O impacto do uso de tais estratégias foi, sem dúvida, potencializado, em decorrência dos próprios atributos da interação mediada on-line, conforme já expusemos; bem como da visibilidade, da autoridade e da popularidade (Recuero, 2008) do ID – ele é seguido por inúmeros/as internautas (entre apoiadores/as e *haters*), tem formação acadêmico-profissional compatível com o conteúdo postado e é popular (mesmo que odiado) no meio.

Ao agregar informações, criar campanha e manifestar posicionamento científico, o ID acabou por construir um terreno de disputa de poder, dada a bipolarização político-ideológica evidente nas interações no Brasil (e no mundo). Com esse cenário, é provável que haja, nas interações subsequentes, ameaça ao equilíbrio ritual (Goffman, 1967), já que o ID instaurou um cenário propício à emergência de lutas discursivas (Haugh; Culpeper, 2018) no que tange à propagação e ao combate de *fake news*, com vistas a desconstruir metapragmáticas intolerantes, falaciosas e anticientíficas que regimentavam um discurso contrário às medidas preventivas e favorável ao tratamento precoce. A defesa, então, era a da própria face, como ID, e a da face da ciência, como instituição; enquanto o ataque era o da face de Jair Bolsonaro e de seus/as apoiadores/as.

No que diz respeito ao uso de *vermífugo*, frisamos a notória ambivalência de sentidos do termo, em alusão tanto aos antiparasitários em si (ivermectina e nitazoxanida), como substâncias defendidas pelo governo de Jair Bolsonaro para o tratamento precoce de covid-19; quanto ao próprio ex-presidente (verme) e ao voto (contaminado pelo parasita). Portanto, o termo revela o posicionamento científico e ideológico do ID, que, ao ter associado *vermífugo* a voto, dirigiu críticas ao tratamento precoce e à gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. O comentário seguinte (de @A) foi uma reação imediata ao *post* do ID.

Segunda interlocução - Comentário: Interagente @A

@A: O melhor vermífugo até aqui é ignorar os palpites de blogueiros que divulgaram faknews de 1,8 milhões de mortes até agosto passado.

Fonte: Twitter (2020).

Nesse comentário, @A utilizou parte do texto do ID – *o melhor vermífugo* – para contestar a afirmação feita na postagem inicial, como forma de deixar claro a que argumento @A não aderiria e, na sequência, pretendia combater, uma vez que traria outra definição para *melhor vermífugo*. Assim, @A deu início a um desequilíbrio da ordem ritual (Goffman, 1967) e a uma luta discursiva (Haugh; Culpeper, 2018) permeada por *flaming* (Kayany, 1998), dado o teor político-ideológico da postagem do ID e do comentário de @A. Esse teor se acentuou, já que o estatuto interacional no *Twitter* – de muitos/as para muitos/as (Thompson, 2018) – vulnerabilizava (ainda mais) as faces dos sujeitos inscritos na interação em curso.

Como as estratégias de (im)polidez não devem ser analisadas apenas em nível frástico, tampouco em perspectiva universalista/pancultural, assumimos que a impolidez se adensou pela troca interacional (Bousfield, 2008) que reverberava no texto empírico. O comentário de @A, em resposta ao *post* do ID, buscou não só maximizar o desacordo, a desaprovação e os custos (Leech, 1983), mas, especialmente, deslegitimar o posicionamento do ID, a fim de que ele não se sentisse bem (Lakoff, 1973). Essa reação foi provavelmente decorrente do tom irônico e, em certa medida, do caráter ameaçador da postagem inicial (do ID) a toda e qualquer ideologia anticientífica e falaciosa.

Ao utilizar *palpites de blogueiros*, notamos não só a desqualificação do/a outro/a (Cabral, 2019), mas também a enunciação de estratégias de impolidez positiva e negativa, com vistas a desprezar o/a outro/a e usar marcadores identitários inapropriados (Culpeper, 1996), dado que *palpite* traz pistas de que o posicionamento do ID seria desprovido de embasamento científico; e *blogueiros* envolve um uso pejorativo que destituía o ID de seu lugar de fala (cientista e pesquisador), com notório ataque à reputação e à autoridade (Recuero, 2008) de Atila Iamarino. Na sequência, a afirmação de que os blogueiros (incluindo o ID) *divulgaram faknews de 1,8 milhões de mortes até agosto passado* trouxe tom acusatório, frisando o débito do ID, como estratégia de impolidez negativa (Culpeper, 1996). Assim, avaliamos que o comentário de @A regimentou metapragmáticas desvalorizadoras, deslegitimadoras, silenciadoras e acusatórias, decorrentes do desalinhamento político-ideológico dos/as interagentes, na construção de um cenário de violência linguístico-discursiva.

Terceira interlocução - Comentário: Interagente @B

@B: Nossa...futuro ministro da saúde.
Só não pode deixar de ser o vidente de plantão [1 *emoji* de bola de cristal e 1 *emoji* de mago]
Tamarindo faz o Twitter se engraçado.
[Imagem do ID vestindo uma roupa de mago, com uma bola de cristal entre as mãos]

Fonte: Twitter (2020).

O comentário de @B foi também uma resposta ao *post* do ID. Adensando a luta discursiva (Haugh; Culpeper, 2018) e o desequilíbrio ritual (Goffman, 1967) por meio de *flaming* (Kayany, 1998), @B não só maximizou o desacordo e a desaprovação (Leech, 1983) como também desqualificou o ID (Cabral, 2019), desvelando – na troca interacional (Bousfield, 2008) com o ID, que pode ter sido influenciada pelo comentário de @A – a implicatura de impolidez (Haugh, 2007a) de que Atila Iamarino seria ilegítimo para afirmar o que veiculou em seu *post*. A face do influenciador digital foi, mais uma vez, vulnerabilizada, por ser uma interação de muitos/as para muitos/as (Thompson, 2018).

Ao ter sido associado a *futuro ministro da saúde* e a *vidente de plantão*, consideramos que, além da ironia presente, a primeira expressão contestava a legitimidade do ID para discutir medidas protetivas de combate à covid-19; enquanto a segunda se valia de um estereótipo relacionado às pessoas que se denominam videntes, a fim de construir a ideia de que o ID estaria tentando adivinhar os desdobramentos futuros do vírus (e não que ele teria conhecimentos para discutir o assunto), sobretudo por ter feito, em postagem anterior, uma projeção do número de mortes no início da pandemia, trazendo a ele, inclusive, a alcunha de *profeta do caos*.

As duas expressões, o termo *Tamarindo*, a afirmação de que o ID fazia o *Twitter* ser engraçado e a imagem postada revelam que @B acionou estratégias de impolidez positiva e negativa (Culpeper, 1996), ao ter ridicularizado e desdenhado do ID por meio de marcadores identitários indevidos (*vidente de plantão*, *futuro ministro da saúde* e uma espécie de palhaço) e de nome depreciativo (*Tamarindo*), visando atacar a reputação e a autoridade (Recuero, 2008) do ID. O comentário de @B, como um todo, regimentou, novamente, metapragmáticas desvalorizadoras, deslegitimadoras e silenciadoras. A seguir, mostraremos dois comentários que, quase instantaneamente, foram postados: comentários de @C e de @D.

Quarta interlocução - Comentários: Interagente @C e @D

@C: Não entendi a parte de “ter uma doença mais leve se pegar”.
O vírus fica cansado em atravessar a máscara e pega mais leve no cidadão?

@D: [Três *emojis* de risada] esse Atila e o responsável por propagar o medo e o caos no Brasil.

Fonte: Twitter (2020).

Em sequência à luta discursiva (Haugh; Culpeper, 2018) e ao desequilíbrio ritual (Goffman, 1967) por meio de *flaming* (Kayany, 1998) instaurados na interação em curso, salientamos que @C intensificou a desqualificação do ID (Cabral, 2019) e a ironia; já @D intensificou a acusação e ratificou, nessa troca interacional (Bousfield, 2008), a ironia veiculada por @C, a partir do *emoji* utilizado. Ambos os comentários, além de igualmente terem intensificado o desacordo, a desaprovação e os custos (Leech, 1983), adensaram a vulnerabilidade à face do ID, considerando o estatuto interacional assumido – interação de muitos/as para muitos/as (Thompson, 2018).

No primeiro enunciado, @C veiculou, por meio da expressão *não entendi a parte*, um falso mal-entendido, que, associado à ironia, costuma ser sinalizado indiretamente por pistas contextuais (Perrin, 2003). Sobre o co(n)texto, podemos perceber que o segundo enunciado e o posicionamento político-ideológico de @C corroboraram com essa análise. Reforçando esse caráter irônico – gerado pelo falso mal-entendido –, @C empregou aspas em “*ter uma doença mais leve se pegar*”, em que resgatou uma suposta declaração do ID, mas, ao mesmo tempo, realçou “... ironicamente uma palavra ou uma expressão” (Cunha; Cintra, 2001, p. 663). Ao ter apresentado uma solução ilógica e, claramente, equivocada para a própria pergunta, avaliamos que @C almejou questionar a ideia de existir forma leve da doença; ridicularizar; e, a partir disso, instituir a implicatura de impolidez (Haugh, 2007a) de que Atila Iamarino não seria conhecedor do assunto, não merecendo, portanto, qualquer crédito nesse debate.

No comentário 2, @C intensificou a ironia, em *o vírus fica cansado em atravessar a máscara e pega mais leve no cidadão?*, ao deslegitimar, mais uma vez, o ID para um assunto sobre o qual teria conhecimento, confirmando o tom irônico do primeiro enunciado, seja pelo falso mal-entendido, seja pelo uso das aspas. Além das risadas – que, conforme mencionamos, sinalizavam acordo com @C, o que significa ter havido entre @C e @D certo alinhamento político-ideológico –, @D afirmou que o ID era *o responsável por propagar o medo e o caos no Brasil*. A partir dessa ação, a culpa foi anunciada pelo termo *responsável*, reiterando a fama propagada pelos/as *haters* de que Atila seria o *profeta do caos*. Ao terem ridicularizado e frisado o débito do ID – estratégias de impolidez positiva e negativa (Culpeper, 1996) –, @C e @D instituíram metapragmáticas desvalorizadoras, deslegitimadoras, silenciadoras e acusatórias.

Quinta interlocução - Comentário: Interagente @E

@E: Melhor vermífugo é ficar longe de um parasita como Átila Tamarindo.

Fonte: Twitter (2020).

Por fim, o comentário de @E mostra uma espécie de *acumulado*, na medida em que ratificou a luta discursiva (Haugh; Culpeper, 2018) e o desequilíbrio ritual (Goffman, 1967) por meio de *flaming* (Kayany, 1998) nas trocas interacionais (Bousfield, 2008). Além de ter desqualificado o/a outro/a (Cabral, 2019), de não tê-lo/a feito se sentir bem (Lakoff, 1973) e de ter manifestado, mesmo que indiretamente, desacordo/desaprovação (Leech, 1983), @E resgatou, de algum modo, o *post* do ID e o comentário de @A, ao ter utilizado a expressão *melhor vermífugo*, como se estivesse, por coesão, não só respondendo ID e @A, mas, principalmente, se desalinhando de Atila e se alinhando com @A. Na sequência, @E fez a associação vermífugo/parasita e replicou, do comentário de @B, o termo *Tamarindo*.

O comentário de @E reiterou o uso de nome depreciativo (*Tamarindo*), como estratégia de impolidez positiva, e a ridicularização (*parasita*), como estratégia de impolidez negativa (Culpeper, 1996), em notória reação às postagens anteriores – tanto do ID quanto de @A e de @B –, ratificando metapragmáticas desvalorizadoras, deslegitimadoras e silenciadoras. Temos, portanto, pistas de que a (im)polidez não se instancia no enunciado, tampouco nas avaliações subjetivas, mas na interação em curso, de modo que possamos enxergar a gradativa potencialização da violência linguístico-discursiva em toda a interação, com vistas a atacar a face (Goffman, 1967), a reputação e a autoridade (Recuero, 2008) do ID.

Na interação como um todo, os/as atores/atrizes sociais mobilizaram as estratégias de (im)polidez de fazer com que o/a outro/a não se sinta bem (Lakoff, 1973); de manifestar desacordo/desaprovação e, por vezes, gerar custos (Leech, 1983); e de atacar as faces positiva e negativa (Brown; Levinson, 1987) com desprezo, ridicularização, uso de marcadores identitários inapropriados, uso de nome depreciativo e destaque ao débito do/a interagente (Culpeper, 1996), ameaçando, por conseguinte, o equilíbrio ritual (Goffman, 1967).

Avaliamos que as lutas discursivas (Haugh; Culpeper, 2018) desencadearam um cenário de violência linguístico-discursiva decorrente do desalinhamento político-ideológico de @A, @B, @C, @D e @E com o ID, cujo *flaming* (Kayany, 1998) se deu, especialmente, por ser uma interação de muitos/as para muitos/as (Thompson, 2018). Além disso, a troca interacional (Bousfield, 2008) foi pautada por implicaturas de impolidez (Haugh, 2007a) que atacaram a face (Goffman, 1967), a reputação e a autoridade (Recuero, 2008) do ID; bem como regimentaram metapragmáticas desvalorizadoras, deslegitimadoras, silenciadoras, acusatórias, intolerantes, falaciosas e anticientíficas.

Considerações Finais

No âmbito teórico, frisamos que a (im)polidez é coconstruída nas instâncias da interação, ao considerarmos que os enunciados são **potencialmente** (im)polidos, e que os/as usuários/as da língua(gem) avaliam o co(n)texto da enunciação – o que inclui as projeções identitárias e ideológicas dos/as interagentes – e regimentam metapragmáticas distintas, em (des)alinhamento com o equilíbrio da ordem ritual. É nas práticas socioculturais que fazemos uma calibragem pragmática entre a polidez, a impolidez e a violência linguístico-discursiva, tendo em vista que as interações no *Twitter* são propensas ao dissenso. No âmbito metodológico, avaliamos que pesquisar em enquadre (n)etnográfico oportuniza trilhar um caminho favorável à interpretação das práticas socioculturais instanciadas em comunidades virtuais e, de algum modo, propor alternativas para eventuais problemas.

No âmbito analítico, constatamos que o cenário de violência linguístico-discursiva se instaurou por meio de estratégias de impolidez (positiva e negativa). Tais estratégias geraram implicaturas de impolidez que, co(n)textualmente, sinalizavam desvalorização, deslegitimação e culpabilização do ID; intensificavam *flaming*; e regimentavam metapragmáticas intolerantes, falaciosas e anticientíficas. Entre as razões que justificariam esse cenário, destacamos o estatuto interacional do *Twitter*; os posicionamentos político-ideológicos dos/as atores/atrizes sociais; e o negacionismo ainda enraizado em nossas práticas socioculturais. Registramos, ainda, que a ironia, presente em toda a interlocução, colaborou com o gradativo adensamento da violência e com a emergência de lutas (meta)discursivas.

Estudar a violência linguístico-discursiva em interações mediadas on-line não significa proceder a um rígido mapeamento de estratégias de (im)polidez, tampouco à avaliação das (in)adequações interlocutivas, visto que, mesmo sem o conhecimento teórico sobre o assunto, somos todos/as capazes de diagnosticar o que é (im)polido. O desafio consiste em dar visibilidade às lutas (meta)discursivas travadas pelos/as internautas e aos impactos de tais lutas na vida dessas pessoas, o que transcende as interlocuções on-line. Combater *fake news* significa evitar a propagação de metapragmáticas intolerantes, falaciosas e anticientíficas. Combater *fake news* significa, portanto, minimizar todas as nuances de violências e lutar pela vida.

Referências

ALBUQUERQUE, R.; SOUSA, A. L. N. “Gente, temos um gênio aqui”: a coconstrução da violência linguístico-discursiva em uma interação no Twitter. **Letras Raras**, v. 11, n. 3, p. 377-404, 2022.

AMOSSY, R. La coexistence dans le dissensus. **Semen**, v. 31, p. 25-42, 2011. Disponível em: <http://semen.revues.org/9051>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ARUNDALE, R. B. Face as relational and interactional: A communication framework for research on face, facework and politeness. **Journal of Politeness Research**, v. 2, n. 2, p. 193-216, 2006.

ATILA IAMARINO. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. 2023. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Atila_Iamarino. Acesso em: 29 jun. 2023.

BALOCCO, A. E. O flaming (ou violência verbal em mídia digital) e suas funções na esfera pública. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 16, n. 3, p. 503-521, 2016.

BEZERRA, B. G.; PIMENTEL, R. L. Normativismo linguístico em redes sociais digitais: uma análise da Fanpage Língua Portuguesa no Facebook. **Trab. Ling. Aplic.**, v. 55, n. 3, p. 731-755, 2016.

BLITVICH, P. G.-C. Impoliteness and conflict in Spanish. *In*: KOIKE, D.; FELIX-BRASDEFER, C. (Eds.). **The Routledge handbook of Spanish Pragmatics**. New York: Routledge, 2021. p. 371-386.

BLITVICH, P. G.-C.; SIFIANOU, M. Im/politeness and discursive pragmatics. **Journal of Pragmatics**, v. 145, p. 91-101, 2019.

BLOMMAERT, J. Ideologias linguísticas e poder. *In*: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs.). **Nova pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 67-77.

BOUSFIELD, D. **Impoliteness in Interaction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2008.

BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CABRAL, A. L. T. Violência verbal e argumentação nas redes sociais: comentários no Facebook. **Calidoscópico**, v. 17, n. 3, p. 416-432, 2019.

CABI, J. **Internet, Big Data e discurso de ódio: reflexões sobre as dinâmicas de interação no Twitter e os novos ambientes de debate político**. 2017. 206f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CULPEPER, J. Towards an anatomy of impoliteness. **Journal of Pragmatics**, v. 25, p. 349-67, 1996.

CULPEPER, J. Politeness and impoliteness. *In*: AJIMER, K.; ANDERSEN, G. (Eds.). **Pragmatics of Society**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2011. p. 393-438.

CULPEPER, J.; HARDAKER, C. Impoliteness. *In*: CULPEPER, J.; HAUGH, M.; KÁDÁR, D. (Eds.). **The Palgrave Handbook of Linguistic (Im)politeness**. UK: Palgrave, 2017. p. 199-225.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, G. M. Recepção do conceito de indexicalidade em estudos linguísticos brasileiros. **Mandinga**, v. 5, n. 2, p. 21-40, 2021.

DONATH, J. S. Identity and Deception in the Virtual Community. *In*: KOLLOCK, P.; SMITH, M. (Eds.). **Communities in Cyberspace**. New York: Routledge, 1999. p. 27-57.

EELLEN, G. **A Critique of Politeness Theories**. Manchester: St. Jerome, 2001.

FABRÍCIO, B. F. Transcontextos educacionais: gêneros, sexualidades e trajetórias de socialização na escola. *In*: SILVA, D. N.; FERREIRA, D. M. M.; ALENCAR, C. N. (Orgs.). **Nova pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 145-189.

FRASER, B.; NOLEN, W. The association of deference with linguistic form. **International Journal of the Sociology of Language**, n. 27, p. 93-109, 1981.

GAGLIARDONE, I.; GAL, D.; ALVES, T.; MARTINEZ, G. **Countering online hate speech**. Paris: UNESCO, 2015.

GOFFMAN, E. **Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior**. UK: Penguin University Books, 1967.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 5. ed. Record: Rio de Janeiro, 2001.

GONZALEZ, C.; MOITA LOPES, L. P. Reflexividade metapragmática sobre o cinema de Almodóvar numa interação online: indexicalidade, escalas e entextualização. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, n. 2, p. 1102-1136, 2018.

GRAINGER, K. 'First order' and 'second order' politeness: Institutional and intercultural contexts. *In*: LINGUISTIC POLITENESS RESEARCH GROUP (Org.). **Discursive approaches to politeness**. Walter de Gruyter: Berlin/Boston, 2011. p. 167-188.

HAUGH, M. The co-constitution of politeness implicature in conversation. **Journal of Pragmatics**, v. 39, n. 1, p. 84-110, 2007a.

HAUGH, M. The discursive challenge to politeness research: An interactional alternative. **Journal of Politeness Research**, v. 3, n. 2, p. 295-317, 2007b.

HAUGH, M.; CULPEPER, J. Integrative pragmatics and (im)politeness theory. *In*: ILIE, C.; NORRICK, N. R. (Eds.). **Pragmatics and its Interfaces**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2018. p. 213-239.

HILGERT, J. G.; ANDRADE, D. C. L. A negociação dos mal-entendidos em interações no Twitter. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 16, n. 3, p. 657-679, 2020.

KÁDÁR, D. Z.; HAUGH, M. **Understanding Politeness**. UK: Cambridge University Press, 2013.

KAYANY, J. M. Contexts of uninhibited online behavior: Flaming in social newsgroups on Usenet. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 49, n. 12, p. 1135-1141, 1998.

KOZINETS, R. **On netnography**: initial reflections on consumer research investigations of cyberculture. Illinois: Evanston, 1997.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

LAKOFF, R. T. The logic of politeness; or, minding your p's and q's. In: CORUM, C. *et al.* (Eds.). **Papers from the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society**, p. 292-305, 1973.

LEECH, G. **Principles of Pragmatics**. London: Longman, 1983.

MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre, Sulina, 2013.

MARTINS, R. M. G. **Ciberativismo e publicidade**: Processos sociais de tecnologia e mercado. 2014. 146f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Mestrado em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2014.

MASON, J. **Qualitative Researching**. 2nd ed. London, Thousand Oaks & New Delhi: SAGE, 2002.

MILLS, S. **Gender and Politeness**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

PERRIN, L. L'ironie comme forme de vrai faux malentendu énonciatif. In: LAFOREST, M. (Dir.). **Le malentendu**: Dire, mésentendre, mésinterpréter. Canadá: Nota Bene, 2003. p. 197-207.

PINTO, J. P. Corpo como contexto-de-ocorrência de metapragmáticas sobre o português em socializações de estudantes migrantes para o Brasil. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 18, n. 3, p. 751-768, 2018.

PINTO, J. P. É só mimimi? Disputas metapragmáticas em espaços públicos online. **Interdisciplinar**, v. 31, p. 221-236, 2019.

RECUERO, R. Information Flows and Social Capital in Weblogs: A Case Study in the Brazilian Blogosphere. *In: ACM Conference on Hypertext and Hypermedia*, 2008, Pittsburg. Disponível em: <http://pontomidia.com.br/raquel/ht08fp009recuerofinal.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

RECUERO, R. **As Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R.; ZAGO, G. “RT, por favor”: considerações sobre a difusão de informação no Twitter. **Revista Fronteiras**, v. 12, n. 2, p. 69-81, 2010.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SEARA, I. R. Ligações vertiginosas: violência verbal em ‘comentários’ nas redes sociais. **Calidoscópio**, v. 19, n. 3, p. 385-397, 2021.

SHIRKY, C. **Here comes everybody: the power of organizing without organizations**. Nova York: Penguin Press, 2008.

SIGNORINI, I. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. *In: SIGNORINI, I. (Org.). Situar a língua[gem]*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 117-148.

SILVA, D.; ALENCAR, C. A propósito da violência na linguagem. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 55, n. 2, p. 129-146, 2013.

SILVERSTEIN, M. Language Structure and Linguistic Ideology. *In: CLYNE, P. R.; HANKS, W. F.; HOFBAUER, C. L. (Orgs.). The Elements: a parasession on linguistic units and levels*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.

SILVERSTEIN, M. Metapragmatic discourse and metapragmatic function. *In: LUCY, J. A. (Org.). Reflexive language. Reported Speech and Metapragmatics*. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 33-57.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. **Language & Communication**, v. 23, p. 193-229, 2003.

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **Matrizes**, v. 12, n. 13, p. 17-44, 2018.

WATTS, R. J. **Politeness**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

WELLMAN, B.; CHEN, W.; WEIZHEN, D. Networking Guanxi. *In: GOLD, T.; GUTHRIE, D.; WANK, D. (Eds.). Social Connections in China: Institutions, Culture and the Changing Nature of Guanxi*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 221-241.

Sobre os autores

Rodrigo Albuquerque (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-5279-4311>)

Doutor em Linguística pela Universidade de Brasília e professor na mesma instituição de ensino.

Rejane Junqueira (Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0000-4759-0341>)

Graduada em Letras-Francês (licenciatura) e graduanda em Letras-Francês (bacharelado) pela Universidade de Brasília.

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em agosto de 2023.

Ethos, cenografia e dimensão moral dos enunciados: análise de uma *live*

Ethos, scenography and moral dimension of utterances: analysis of one Live broadcast

Edvania Gomes da Silva¹
Talita Souza Figueredo²

Resumo: Neste artigo, analisamos uma *live* do ex-presidente Jair Bolsonaro a fim de verificar se as formulações selecionadas como *corpus* estão ou não ajustadas aos valores vigentes na sociedade brasileira contemporânea. Como aporte teórico, recorreremos aos conceitos de cenografia e ethos, de Maingueneau (2005); e à noção de virtude discursiva, de Paveau (2015). Os resultados indicam que há um desajuste³ em relação aos agentes, ao mundo e à memória, o que pode ser comprovado pelo ethos e pela cenografia que emergem da *live* analisada, e também pelos dados complementares, os quais indicam a existência de contradiscursos que rechaçam as teses defendidas pelo principal locutor da *live*.

Palavras-chave: ethos; cenografia; virtude discursiva; contradiscurso; *live*.

Abstract: In this article, we analyze a live broadcast by former President Jair Bolsonaro in order to verify whether the formulations selected as corpus are or are not adjusted to the values in force in Brazilian contemporary society. As a theoretical contribution, we resorted to the concepts of scenography and ethos, by Maingueneau (2005); and the notion of discursive virtue, by Paveau (2015). The results indicate that there is a maladjustment in relation to the agents, the world and the memory, which can be demonstrated by the ethos and scenography that emerge from the analyzed broadcast, and also by the complementary data, which indicate the existence of counterdiscourses that reject the theses defended by the main speaker of the broadcast.

Keywords: ethos; cenography; discursive virtue; counterdiscourses; live broadcast.

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Departamento de Estudos Linguísticos e Literários Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (CAPES / UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (CAPES / UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. E-mail: edvania.gomes@uesb.edu.br.

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós-Graduação em Linguística (CAPES/ UESB). E-mail: figueredo.tali@gmail.com.

³ Todas as vezes que falamos em *desajuste* aqui estamos fazendo referência ao que Paveau (2015) chama de *ajustes do ambiente*, que explicitaremos na fundamentação teórica deste artigo. Logo, o desajuste de que tratamos está relacionado à falta de ajuste do ambiente.

Introdução

O principal objetivo deste artigo é analisar enunciações do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, a fim de verificar a dimensão moral do discurso materializado nas formulações apresentadas. Para tanto, recorreremos, como *corpus*, a uma *live* cujo principal locutor é o referido sujeito político. A *live*, transmitida ao vivo no dia 30 de dezembro de 2020, foi postada nas páginas pessoais do *Facebook* e do *Youtube* de Bolsonaro e faz uma espécie de resumo das principais teses defendidas durante seu mandato.

Com base em Marie-Anne Paveau (2015), supomos que o referido dado materializa discursos e memórias que se relacionam, em maior ou menor grau, com o que a autora chama de virtude discursiva. Nesse sentido, a pergunta de pesquisa que norteou este trabalho foi: a *live* analisada está ajustada aos valores vigentes na sociedade brasileira contemporânea? Se, sim, quais valores morais fundamentam o(s) discurso(s) materializados na referida *live*? E, se não, quais as marcas ou indícios que apontam para esse desajuste? Para responder a essa questão-problema, levantamos a hipótese de que a *live* analisada materializa discursos que estão desajustados em relação aos valores de uma parcela da sociedade brasileira, o que pode ser comprovado, também, pela análise das demais materialidades significantes que apresentamos como dados complementares e que funcionam como contradiscursos em relação aos discursos materializados na *live*.

O texto está organizado da seguinte forma: além desta Introdução, na qual indicamos o objetivo do trabalho, apresentamos, no tópico 2, algumas considerações teóricas; no tópico 3, discutimos, brevemente, a metodologia de análise adotada; no 4, procedemos à análise dos dados, apresentando tanto trechos da *live* quanto dados que estamos chamando aqui de complementares; e, no tópico 5, retomamos os principais pontos do artigo a fim de sintetizar os resultados do trabalho, conferindo-lhe um efeito de conclusão. Por fim, apresentamos as referências que estão na base de elaboração deste artigo.

Considerações teóricas

Como principal referencial teórico deste trabalho⁴, recorreremos a Paveau (2015), que propõe: “formular a questão ética para linguística, em especial a linguística do discurso” (Paveau, 2015, p. 211). Ainda segundo a autora, a referida questão não pode ser abordada pela linguística que se baseia na separação entre linguístico e extralinguístico. Por isso, ela assume

⁴ Importante salientar que, apesar de ser o principal referencial do trabalho, o texto de Paveau não é o único. Nas análises, recorreremos a outros conceitos-operacionais, tais como efeito metafórico (PÊCHEUX, 2014 [1969]) e estereótipo (Amossy; Pierrot, 2005; Gatti, 2014), que nos ajudam a demonstrar como funciona, linguisticamente, o desajuste de que trata Paveau (2015).

uma perspectiva simétrica, em que linguístico e extralinguístico são considerados em um *continuum*, pois assim, a dimensão ética pode ser observada. Para a autora, tal perspectiva permite enxergar as produções verbais dentro de uma abrangência maior, pois avalia o conjunto do sistema que permite o funcionamento de tais produções. Tal sistema é constituído por ambientes humanos e não humanos. É, portanto, a partir da relação com o sistema, os falantes e seus ambientes que Paveau (2015) propõe tratar do que chama de virtude, a qual está, em alguma medida, relacionada aos ajustes do ambiente (Paveau, 2015, p. 213). E, para tratar de virtude discursiva, Paveau (2015) recorre à noção de virtude epistêmica, pois, assim como existe uma dimensão moral do conhecimento, ela também propõe a existência de “uma dimensão moral do discurso” (Paveau, 2015, p. 213).

Ainda em relação ao discurso virtuoso, a autora afirma tratar-se de discurso “ajustado aos valores vigentes na realidade complexa dos agentes e de seus ambientes” (Paveau, 2015, p. 214). Para definir o que entende por *ajuste*, ela recorre a três elementos, que são, respectivamente, os agentes, considerando-se nesse caso as relações estabelecidas por diferentes agentes; o mundo, visto a partir da vinculação com o ambiente; e o conjunto da memória discursiva das sociedades, constituído pelas diferentes produções verbais que circulam socialmente. Com base no exposto, a autora define virtude discursiva como:

Uma disposição do agente-falante para produzir enunciados ajustados aos valores subjacentes às inter-relações dos agentes, à maneira de dizer o estado das coisas e ao modo de integrar-se na memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade em dado estado de sua história (Paveau, 2015, p. 216).

Para explicar essa noção de virtude discursiva, a autora baseia-se em uma perspectiva simétrica, o que pressupõe, como dito anteriormente, um *continuum* entre agentes humanos e o conjunto de elementos do ambiente, concebido também como agente. Todos esses agentes contribuem em diferentes graus para produção dos discursos. Além disso, é importante salientar que a noção de memória de Paveau é uma releitura, a partir de uma perspectiva da cognição distribuída, da noção de memória discursiva de Jean Jacques Courtine (1981). Por isso, a autora trata do que chama de memória cognitivo-discursiva, definida, por ela, como “uma tecnologia discursiva ao mesmo tempo interna (memória humana) e externa (instrumentos linguísticos e discursivos, mas também vestígios materiais da memória no conjunto do ambiente) [...]” (Paveau, 2015, p. 234).

Para aprofundar a noção de virtude discursiva, Paveau (2015) recorre à descrição de três propriedades que ajudam a definir o referido conceito-operacional. São elas: *existência*, *disposição reflexiva* e *plasticidade axiológica*.

Em relação à *existência*, dizemos, com base em Paveau, que a virtude discursiva existe nos âmbitos cognitivos, apoiada nos valores que têm existência objetiva. Nesse sentido, são os comentários morais em torno de algo que foi proferido que nos permitem atestar a existência ou não da virtude discursiva. É por isso que, para analisar a *live* do dia 30 de dezembro de 2020, recorreremos a algumas formulações linguísticas, relacionadas aos temas tratados tanto na referida *live* quanto em outros momentos do governo Bolsonaro.

No que se refere à *disposição reflexiva*, a autora defende que o ajuste discursivo, relacionado aos agentes, ao mundo e à memória discursiva, é fruto de uma atividade reflexiva dos falantes, uma vez que eles avaliam seu dizer, com base nos efeitos que estes elementos (agentes, mundo e memória) são capazes de produzir. Nesse sentido, a autora defende que a ética é uma questão de saber prático.

Por fim, em relação à *plasticidade axiológica*, a autora indica que os valores são *plásticos*, isto é, modificáveis e adaptáveis, o que nos permite jogar com eles. Desse modo, é possível tanto transformar enunciados não virtuosos em virtuosos quanto o contrário. Essa *plasticidade axiológica* permite explicar, por exemplo, porque os apoiadores de Bolsonaro interpretam o *ethos* virulento, materializado nas falas do referido sujeito político, como sinal de coragem; e enxergam a cenografia do insulto, que também está presente nas formulações de Bolsonaro, conforme indicado nas análises, como marca de sinceridade.

Para identificar os indícios que apontam o desajuste da *live* em relação aos valores vigentes, recorreremos a dois conceitos-operacionais apresentados nos trabalhos de Dominique Maingueneau: *ethos* e cenografia. Segundo o referido autor, *ethos* é uma noção que surge na retórica antiga e que é reconfigurada por ele, com base no quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso de orientação francesa. Para esse autor, trata-se de uma noção que permite: “refletir sobre o processo mais geral de adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva” (Maingueneau, 2005, p. 69). Ainda segundo o autor, o *ethos* revela, por meio da enunciação, *a personalidade do enunciador*. Tal noção compreende não só a dimensão propriamente vocal, “mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligadas pelas representações coletivas à personagem do enunciador” (Maingueneau, 2004, p. 98). As determinações físicas dizem respeito à corporalidade; e as compleições psíquicas estão relacionadas ao caráter.

No que se refere à cenografia, o autor a define como um correlato da própria enunciação, pois é esta última que “ao se desenvolver esforça-se por constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala” (Maingueneau, 2004, p. 87). A cenografia leva, portanto, o quadro cênico (cena englobante e cena genérica) a se deslocar para um segundo plano, pois, quando um texto apresenta uma cenografia, é por meio dela que esse texto se *mostra* ou se *dá a conhecer*. Em relação aos dados aqui analisados, veremos que ethos e cenografia funcionam como indícios do desajuste da *live*, o que aponta para a construção de um discurso não virtuoso.

Considerações metodológicas e descrição do ambiente

A *live* analisada faz parte de uma série de vídeos, nomeada de *Lives de quinta-feira*, e constitui uma prática comunicativa que o ex-presidente adotou desde a campanha presidencial de 2018, que culminou com sua eleição para presidente do Brasil, cargo que exerceu de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022. As *lives* de quinta-feira aconteceram sempre às 19h. A primeira gravação com Bolsonaro já como presidente eleito ocorreu no dia 12 de dezembro de 2018 e a última, no dia 30 de dezembro de 2022. A *live* analisada foi transmitida no dia 30 de dezembro de 2020. Ela apresenta um resumo de pontos de vista defendidos por Bolsonaro e seus apoiadores principalmente ao longo de seu governo.

O cenário da *live* pode ser descrito, sucintamente, assim: a gravação ocorreu em uma sala branca, com uma mesa de vidro; sobre a mesa, haviam papéis espalhados, um fone de ouvidos e uma caneca com o *slogan* da rádio *Jovem Pan*; ao fundo, havia uma cortina de cor bege. Bolsonaro encontrava-se sentado, ao centro da mesa, com um convidado à direita (essa *live* teve dois convidados: em um primeiro momento, o convidado é Max Guilherme Machado de Moura, apresentado, por Bolsonaro como sendo sargento da Polícia Militar/PM e membro do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), no Rio de Janeiro, além de trabalhar com o próprio Bolsonaro em Brasília; o segundo convidado, que entrou após a saída de Mozart Pereira, é apresentado como sendo Mozart, primeiro Tenente do Exército Brasileiro; o intérprete, que está à esquerda do presidente, é Diego⁵, que, também segundo Bolsonaro, é membro da Igreja Batista do Povo de São Paulo e está colaborando voluntariamente para que os surdos tenham acesso ao conteúdo da *live*. A informação de que

⁵ Em relação ao intérprete Diego, não temos como saber o sobrenome desse indivíduo, porque o ex-presidente Bolsonaro só o apresenta pelo primeiro nome e não há qualquer outra informação na *live* que nos dê alguma indicação de onde encontrar esse sobrenome. Contudo, entendemos que essa falta de informação é um dado, porque funciona como mais um indício do tom de informalidade assumido por Bolsonaro e seus interlocutores nas *lives* de quinta-feira.

o intérprete é membro da Igreja Batista é dada por Bolsonaro e serve para reforçar a vinculação do ex-presidente com os membros da referida igreja, o que reforça também a relação entre Bolsonaro o discurso religioso. Na *live*, ao dar essa informação, o referido sujeito político interage com seus seguidores que se identificam com o campo religioso, como se dissesse que *escolhe* pessoas religiosas para trabalhar com ele. E mais, que o intérprete Diego é uma pessoa boa, pois trabalha de forma voluntária para que as pessoas surdas tenham acesso ao que está sendo dito na *live*. Bolsonaro vestia uma blusa vermelha, semelhante a um uniforme de futebol, contendo a seguinte frase *Lei do mandante, eu apoio*. Nem ele nem nenhum de seus convidados usavam máscaras. Na *live*, Bolsonaro era o principal locutor, portanto ele introduzia os diferentes assuntos, bem como conduzia o tom do programa, que variava, a depender do tema tratado. A *live* teve duração de 1h4min26s.

Do ponto de vista da metodologia de análise, selecionamos os seguintes temas abordados na *live*: 1) excludente de ilicitude; 2) postura diante da pandemia de COVID-19; e 3) *brincadeiras* ofensivas com nordestinos e obesos. Tal escolha baseou-se na regularidade com a qual estes temas foram abordados em outros momentos, tanto por posicionamentos discursivos favoráveis quanto pelos contrários ao(s) discurso(s) materializado(s) na *live* analisada. Em relação à forma de composição do *corpus*, acessamos à *live* pelo *Facebook* no endereço: <https://fb.watch/v/1t3kxTQwK> e, posteriormente, procedemos a transcrição da mesma. Tal transcrição foi feita com base nas normas da escrita padrão, pois não é objetivo deste trabalho analisar aspectos relacionados à análise da conversação, como, por exemplo, pausas, marcadores conversacionais, prosódia, etc. Nas análises, apresentamos excertos com enunciados que correspondem a cada um dos temas acima indicados e, com base na teoria sucintamente apresentada, identificamos quais sentidos, estabelecidos a partir da relação entre formulação linguística e ambiente (no sentido de Paveau), encontram-se materializados no *corpus*. Além disso, recorreremos também a outras materialidades significantes: manchetes de notícias, comentários de textos postados na *Internet* e trechos de artigo de opinião, para mostrar o funcionamento dos contradiscursos que fazem referência aos temas selecionados e que criticam a postura assumida pelo ex-presidente.

Análise de dados

O primeiro, dentre os três temas abordados neste artigo, é o *excludente de ilicitude*. Vejamos, então, um trecho da *live* em que o tema apareceu:

(EXCERTO 1)⁶

O que eu pretendo com a nova mesa, com as novas mesas da câmara e do senado, que se decide agora em primeiro de fevereiro do ano que vem, é colocar em votação o que a gente chama de excludente de ilicitude, ou seja, o policial acabou de cumprir uma missão que alguém pagou a missão para ele, [...] e, após o cumprimento da missão, não é justo o policial receber a visita no dia seguinte do oficial de justiça, começar a responder processo, [...] se tiver que usar excludente de ilicitude, sendo vários integrantes das forças armadas garotada de 22, 23 anos de idade, é soldado, é cabo, é sargento, temos tenente também, que respondem, [...] quem assina o decreto de GLO é o presidente da república, o presidente fica numa boa e a tropa que se vire, então o que a gente pretende é botar em votação, pra gente poder ter paz para trabalhar, tá certo? (*Live* de Bolsonaro do dia 30/12/2020, grifos nossos)⁷

Nesse excerto, há uma expressão metaenunciativa — o que a gente chama de [...] — por meio da qual Bolsonaro indica que a expressão “excludente de ilicitude” não é aceita por todos, mas é o nome dado por aqueles que defendem que o policial não pode ser punido por “cumprir uma missão”, que lhe foi confiada por terceiros. Da forma como é apresentado pelo ex-presidente, o excludente de ilicitude parece perfeitamente ajustado aos agentes, ao mundo e à memória discursiva, conceitos que apresentamos acima e que estão vinculados à noção de virtude discursiva de Paveau. Esse ajuste se marca, principalmente, no tom assumido pelo locutor, que fala como um pai justo e preocupado com a “garotada de 22, 23 anos de idade” que precisa “se virar” para responder a um processo, enquanto “o presidente fica numa boa”. Esse tom cuidadoso e preocupado, mas, ao mesmo tempo descontraído – pois usa termos pouco formais como “garotada”, “numa boa” e “que se vire” – é uma das marcas do *ethos* assumido pelo locutor Bolsonaro na *live*. Além disso, ele afirma que o excludente de ilicitude servirá “para gente poder ter paz para trabalhar”. Nesse caso, o pronome “a gente” faz referência tanto ao próprio locutor, que ocupava, naquele momento histórico, a posição de presidente da república, quanto aos soldados, cabos, sargentos, tenentes, citados por Bolsonaro anteriormente, e que, ainda segundo o argumento defendido por ele, acabavam sendo prejudicados e tendo que responder processos por conta de uma decisão que veio de cima: do próprio presidente que assinou o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Nesse caso, Bolsonaro refere-se à posição discursiva de presidente da república como se não

⁶ Chamamos de **Excertos** os trechos da *live* de Bolsonaro, que é o *corpus* deste artigo, e de **Exemplos** as notícias, reportagens, artigos de opinião etc., que funcionam aqui como dados complementares e servem, como dito, para mostrar o funcionamento dos contradiscursos que fazem referência aos temas selecionados e que criticam a postura assumida pelo ex-presidente em relação a esses temas.

⁷ Sublinhamos as partes do excerto que mobilizamos mais detidamente na análise. Contudo, defendemos que o excerto como um todo é importante para compreensão da temática que está sendo abordada por Bolsonaro na *live*. Por isso, os excertos selecionados não apresentam apenas palavras, expressões ou frases por nós destacadas.

fosse ele o sujeito pragmático que está, naquele momento, ocupando esse lugar. Isso reforça a hipótese que apresentamos acima segundo a qual ele assume, na *live*, uma outra posição discursiva: a de pai que se preocupa com o futuro dos filhos, os quais chama, reforçando esse tom de conselho informal, de “garotada”. Nesse sentido, a cenografia da *live* mostra-se, desde as primeiras falas de seu principal locutor, como uma conversa informal. Tal cenografia é reforçada pelos demais elementos do ambiente: a forma de Bolsonaro se vestir, com uma camiseta vermelha, semelhante a um uniforme de futebol, em vez de terno e gravata; e a mesa de vidro, contendo papéis espalhados, um fone de ouvidos e uma caneca com o *slogan* de uma rádio, o que reforça a imagem de um suposto improvisado e, portanto, de informalidade.

A forma de Bolsonaro se referir aos convidados também constrói esse tom informal, pois dois deles são apresentados aos espectadores da *live* apenas pelo primeiro nome: Diego e Max, como indicamos acima. E o terceiro, mesmo sendo apresentado como Tenente Mozart, também revela, na forma como é tratado por Bolsonaro, traços de informalidade. Isso porque, o ex-presidente demonstra não saber ao certo qual é a patente do convidado e refere-se a ele por meio da descrição de uma relação pessoal e, até certo ponto, vaga, já que “serviu muito bem” é uma expressão que indica uma avaliação bastante subjetiva, pois o sentido de “bem” não é precisado, como indica o excerto abaixo:

(EXCERTO 2)

Bolsonaro: agora vai sentar aqui o Tenente Mozart do exército brasileiro, [...] ele me acompanha, trabalha comigo também, cê é primeiro tenente né?

Mozart: Primeiro tenente...

Bolsonaro: Primeiro tenente do exército brasileiro [...] meu colega de armas que serviu muito bem né? (*Live* de Bolsonaro do dia 30/12/2020, grifos nossos).

Apesar de, como dito acima, o “excludente de ilicitude” ser apresentado, na *live*, como ajustado aos agentes, ao mundo e à memória discursiva, várias postagens encontradas na *Internet* materializam discursos que se contrapõem a essa interpretação. A esse respeito, citamos dois exemplos. O primeiro deles (EXEMPLO 1) corresponde à manchete e ao *lead* (resumo ou primeiro parágrafo do texto) de uma notícia publicada no jornal *Diário de Pernambuco*, em sua edição digital, no dia 21 de outubro de 2018. A manchete diz: “*Bang bang*, a ‘licença para matar’ no programa de Bolsonaro”. E, no *lead*, lemos: “Proposta feita por Bolsonaro para dar ‘carta branca’ para policiais matarem em serviço sem dar explicação à justiça, é polêmica”. O segundo dado (EXEMPLO 2) desse bloco analítico é uma outra manchete, agora de um texto publicado, em 6 de fevereiro de 2021, na página oficial da

Internet do Partido Comunista do Brasil — PCdoB, a qual corresponde à seguinte formulação: “Bolsonaro ressuscita ‘licença para matar’ e quer armar milícias”.

Nesses exemplos, conforme descrito acima, vemos que o que Bolsonaro chama na *live* de “excludente de ilicitude” é referenciado como “licença para matar”. Essa paráfrase indica um deslizamento de sentido, uma espécie de substituição orientada que ocorre quando duas expressões são apresentadas como intercambiáveis ou substituíveis “em função de um contexto dado” (Pêcheux, 2014 [1969], p. 94). Para explicar melhor esse tipo de *substituição*, Pêcheux apresentou o conceito de efeito metafórico, definido por ele como “um fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” (Pêcheux, 2014 [1969], p. 96). No texto *Papel da Memória*, quando trata de memória discursiva, Pêcheux defende que esta funciona, sob o peso do acontecimento discursivo novo, a partir de um jogo de forças que tanto pode instaurar a “estabilização parafrástica” do acontecimento, como a “desregulação” e a “perturbação” dos “implícitos” (Pêcheux, 1999 [1983], p. 52). Uma das formas de marcar linguisticamente essa desregulação dos implícitos é por meio do deslizamento de sentidos produzido pelo efeito metafórico.

No caso analisado, há, nos termos de Paveau (2015), um apagamento da expressão “excludente de ilicitude”, que é, como dissemos acima, substituída pela expressão “licença para matar”. Essa última expressão indica que a proposta de Bolsonaro está desajustada em relação ao mundo porque, em uma sociedade, como é o caso da sociedade brasileira contemporânea, em que o direito à vida deve ser garantido a todos⁸ permitir que as forças policiais tenham “licença para matar” indica um desacordo em relação ao que é socialmente aceito, pois fere um princípio básico da convivência social. Além disso, há ainda uma falta de ajuste na relação com a memória discursiva, uma vez que as leis que defendem a vida em suas diferentes acepções fazem parte dessa memória. Nesse sentido, a expressão “licença para matar” funciona como um oxímoro, pois, em uma sociedade em que o direito à vida é um fundamento, ninguém pode ser licenciado a agir de forma contrária a tal princípio, incluindo as forças policiais, pois estas, também de acordo com a memória discursiva, deveriam garantir a manutenção desse direito.

O segundo tema que selecionamos para análise foi o da crise sanitária gerada pela pandemia de COVID-19. Apresentamos trechos da transcrição da *live* sob análise que diz respeito à forma do presidente conduzir a pandemia. No excerto abaixo, Bolsonaro trata das vacinas:

⁸ No parágrafo 3º, da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (DUDH), da qual o Brasil é signatário, lemos que “Todo indivíduo tem direito à vida [...]”.

(EXCERTO 3)

Agora o que que é a vacina quando está em fase experimental e ela é fornecida então, né? [...] elas fazem o seguinte, nós estamos ultimando, estamos terminando aqui uma vacina, aqui pelo que tudo indica, ainda não está comprovada que vai dar certo, mas como tá morrendo gente aí no seu país, estamos ofertando para vocês, mas detalhe isso é regra, como eles não têm ainda o registro não está perfeitamente comprovável, eles não se responsabilizam por efeitos colaterais, agora é obrigação minha dizer isso para a população, muitos sabem disso mas uma parte considerável não sabe, então, se tiver efeito colateral, as empresas não se responsabilizam por isso, [...] mas [...] quem já foi infectado lá atrás e se safou e já está imunizado, se vai ter que tomar ou não, vai ter que tomar não, tem quer saber se pode tomar, ou não. No meu caso particular, como já fui infectado, já tenho anticorpos, eu não vou tomar a vacina (*Live* de Bolsonaro do dia 30/12/2020, grifos nossos).

Em outro momento, Bolsonaro defende o que chama de “tratamento precoce”, como podemos constatar no seguinte excerto:

(EXCERTO 4)

Pessoal, vai pro tratamento precoce, procura seu médico e vai pro tratamento precoce, se seu médico achar que não deve dar nada disso, achar o que os outros fizeram com esses três vai pra casa até sentir falta de ar, aí volta pro hospital pra ser entubado porque não tem remédio, faça isso, não tem que ter medo da hidroxicloroquina, ela não causa arritmia, há um mês e pouco atrás a sociedade europeia de cardiologia disse que não causa arritmia [...] e quem não tem algo para oferecer em troca disso que fique quieto, agora eu apelo a vocês pela sua vida, não faz mal hidroxicloroquina, não faz mal ivermectina, Annita a mesma coisa, não custa, é lombrigueiro, pô, toma lombrigueiro, quem sabe dê certo contigo, comigo deu certo (*Live* de Bolsonaro do dia 30/12/2020, grifos nossos).

Em outros momentos da *live*, tanto Bolsonaro quanto o tenente Mozart se referem à Hidroxicloroquina e/ou a Ivermectina como sendo remédios para COVID-19 e também como tratamento precoce. Mozart, inclusive, dá um depoimento, segundo o qual ele teve COVID-19, mas, após tomar Cloroquina por três dias, teria ficado “bonzinho”. Ele também diz que é cardíaco e afirma que mesmo assim tomou a Cloroquina, reforçando, desse modo, a fala de Bolsonaro segundo a qual “Hidroxicloroquina não causa arritmia” e, portanto, não faz mal às pessoas cardíacas.

Há, ainda, um terceiro momento em que Bolsonaro trata da pandemia que merece ser destacado aqui. É quando ele se mostra contrário às medidas de isolamento social implementadas em vários Estados brasileiros. A esse respeito, o ex-presidente afirma que:

(EXCERTO 5)

[...] a questão do Covid, né, e falo aqui, não tenho autoridade, porque me foi tirada autoridade pelo Supremo Tribunal Federal, a questão do lockdown, confinamento, isso não dá certo, pessoal, eu tô aqui no Guarujá agora, [...] fui dar uma pescadinha hoje aí fora, a gente se mantém informado o tempo todo do que tá acontecendo [...] a polícia militar recebeu ordem só pode ser do governador João Dória para tirar uma pessoa da praia, então a polícia chegava o pessoal saía da praia, ficava amontoado lá, lá, lá na pista. Uma irracionalidade! Cada um sabe o que tem que fazer com sua vida, [...] aqui em Búzios foi uma decisão de um juiz de primeira instância para fechar tudo e mandar, retirando turista da cidade, isso é um abuso o que tá acontecendo, um abuso (Live de Bolsonaro do dia 30/12/2020, grifos nossos).

Em seguida Bolsonaro, complementa sua fala dizendo que “uma maneira de se blindar contra Covid é vitamina D, e isso pega no sol”, o que remete à conclusão de que as pessoas devem sim frequentar as praias, a fim de “pegarem” vitamina D. Todos esses enunciados indicam que Bolsonaro faz afirmações que podem facilmente ser contestadas porque não correspondem à verdade dos fatos e, por isso, não estão ajustadas nem aos agentes, nem ao mundo e nem à memória discursiva. Um exemplo dessa falta de ajuste mostra-se quando Bolsonaro afirma, no Excerto 5, que lhe “foi tirada autoridade pelo Supremo Tribunal Federal” (STF). Essa afirmação mostra-se inverídica quando a comparamos ao que está na decisão do STF. A esse respeito, vejamos o trecho de uma notícia cujo título é: “STF contesta Bolsonaro e diz em nota que nunca proibiu governo federal de atuar contra pandemia”.

O Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou nota nesta segunda-feira (18) para esclarecer que a Corte nunca proibiu o governo federal de estabelecer medidas de combate ao coronavírus.

No texto, o STF informa que ‘não é verdadeira a afirmação que circula em redes sociais’ nesse sentido. [...]

‘Na verdade, o Plenário decidiu, no início da pandemia, em 2020, que União, estados, Distrito Federal e municípios têm competência concorrente na área da saúde pública para realizar ações de mitigação dos impactos do novo coronavírus. Esse entendimento foi reafirmado pelos ministros do STF em diversas ocasiões’, afirmou o STF. ‘Ou seja, conforme as decisões, é responsabilidade de todos os entes da federação adotarem medidas em benefício da população brasileira no que se refere à pandemia’, completou (O Globo, 18/01/2021, grifos nossos).

Conforme indicado na notícia acima transcrita, a afirmação de Bolsonaro de que o STF lhe teria tirado a autoridade está em desacordo com a noção de *existência* (Paveau, 2015), pois o que é dito na nota do STF é que “não é verdadeira” a referida afirmação, feita tanto por Bolsonaro quanto por seus apoiadores. Há, portanto, um comentário moral negativo a respeito do que foi proferido pelo ex-presidente, o que nos permite indicar que a afirmação de Bolsonaro na *live* não é virtuosa.

Há, por fim, outros dois momentos que merecem destaque em relação ao tema da pandemia. O primeiro deles é quando Bolsonaro agride verbalmente o governador de São Paulo, João Dória, afirmando que o mesmo perdeu seu respeito. O segundo é quando o ex-presidente afirma que máscara é ficção (isso explica o fato de nem ele nem nenhum de seus convidados usar máscaras nas transmissões que faziam na internet). Vejamos, abaixo, a transcrição desses dois trechos da *live*:

(EXCERTO 6)

O governo de São Paulo, tu é um irresponsável, até porque tu perdeu toda a tua credibilidade quando por decreto fechou São Paulo e foi passear em Miami, tu não o que é povo, [...] prezado João Doria, prezadinho João Dória, tem que tá no meio do povo, se bem que eu não te recomendo ir não, que tu vai se dar mal. Tu vai se dar mal. Tu não sabe o que é povo, tu não sabe o que sentir o cheiro do Povo, nunca entrou na casa de um pobre, eu sempre fiz isso a minha vida toda (*Live* de Bolsonaro do dia 30/12/2020, grifos nossos).

(EXCERTO 7)

O que mais vejo, quando fui fazer uma loteria esportiva lá em Brasília no [...] e gentilmente o dono pediu para eu entrar, eu entrei tá todo mundo de máscara, daí eu perguntei as meninas trabalhando né, mas vocês pega o papel, o papel da Mega Sena, pega o dinheiro, [...], não tá sendo protegido de nada, a máscara não protege de nada, isso é uma ficção (*Live* de Bolsonaro do dia 30/12/2020, grifos nossos).

Os cinco excertos apresentados acima (excertos: 3, 4, 5, 6 e 7) materializam discursos que apontam, mais uma vez, para uma falta de ajuste em relação aos valores vigentes na sociedade brasileira contemporânea. O excerto 2, por exemplo, está desajustado em relação à realidade do mundo, o que se mostra, num primeiro momento, quando Bolsonaro dá a entender que não há seriedade por parte de laboratórios e empresas que criam e fornecem vacinas à população, uma vez que estes não se responsabilizam por eventuais efeitos colaterais. Nesse caso, o locutor parte de algo que de fato corresponde à realidade, que é a impossibilidade de impedir a existência de efeitos colaterais, para fortalecer seu argumento de que não haveria qualquer garantia de eficácia das vacinas, o que não corresponde minimamente à realidade dos fatos.

Nesse caso, o que funciona é um falso silogismo lógico, pois dizer que todo medicamento, inclusive as vacinas, pode vir a desencadear efeitos colaterais e que os laboratórios responsáveis por esses medicamentos/vacinas não podem impedir, mas apenas minimizar ao máximo tais efeitos, não conduz à conclusão de que não há garantias de eficácia de medicamentos e de vacinas. Em um segundo momento do Excerto 3, Bolsonaro parte de

sua experiência pessoal para veicular uma outra tese, no mínimo, questionável, que é a de que, quem já foi infectado, estaria imune ao vírus. Trata-se, novamente, de uma conclusão falsa, mas criada com base em uma premissa parcialmente verdadeira. Isso porque, mesmo que haja, conforme indicam pesquisas científicas, uma janela imunológica para quem já adquiriu a mesma variante de COVID-19, e que possa, eventualmente, voltar a ser exposto ao vírus, tal janela é válida apenas por um período e não torna o indivíduo imune. A esse respeito, vejamos o que diz um artigo que trata da duração da imunidade contra reinfecção por SARS-CoV-2:

A reinfecção por SARS-CoV-2 em condições endêmicas provavelmente ocorreria entre 3 e 63 meses após o pico da resposta de anticorpos [...]. No entanto, nossos resultados alertam que a reinfecção se tornará cada vez mais comum à medida que as doenças pandêmicas se transformam em doenças endêmicas [...]. Em particular, nossa estimativa argumenta fortemente contra a alegação de que uma resolução duradoura da epidemia poderia surgir devido à imunidade de rebanho à infecção natural ou que a mitigação dos riscos de morbidade e mortalidade a longo prazo pode ser alcançada sem vacinação (Townsend; Hassler; Wang *et al.*, 2022, p. 672, tradução e grifos nossos)⁹.

Nesse caso, Bolsonaro demonstra irresponsabilidade como gestor, uma vez que expõe a população a riscos, por assumir um discurso anticientífico e negacionista¹⁰.

Os Excertos 4 e 5 indicam um desajuste em relação, principalmente, à memória discursiva, pois o excerto 4 revela a defesa de medicamentos comprovadamente ineficazes no combate ao novo coronavírus (SARS-CoV-2), como é o caso da Hidroxicloroquina e da Ivermectina; e o excerto 5 indica que o ex-presidente é contrário a uma medida comprovadamente eficaz em relação à diminuição da transmissão do vírus, que é o isolamento social. Ainda no excerto 5, Bolsonaro, mais uma vez, materializa a cenografia de uma conversa informal e apresenta um exemplo de sua própria rotina, quando afirma que está no Guarujá e que foi “dar uma pescadinha hoje aí fora”. Vale salientar ainda que, do ponto de vista linguístico, as nomeações utilizadas pelo ex-presidente, como chamar o isolamento social de “confinamento” e definir as tentativas de governadores e juízes de garantir o

⁹ Reinfection by SARS-CoV-2 under endemic conditions would likely occur between 3 and 63 months after peak antibody response [...] However, our results caution that reinfection will become increasingly common as pandemic disease transitions into endemic disease. [...]. In particular, our estimate argues strongly against the claim that a longstanding resolution of the epidemic could arise due to herd immunity from natural infection or that mitigation of the long-term risks of morbidity and mortality can be achieved without vaccination.

¹⁰ Segundo Helcira Lima, que desenvolveu uma análise sobre o tema, o negacionismo: “[...] tem como propósito não simplesmente revisar, passar a limpo algum evento histórico ou uma descoberta científica, mas, sobretudo, negá-los a partir de determinados valores e crenças pessoais. [...] São apresentados supostos fatos, versões de obras revisadas, gráficos, artigos, no intuito de criar um efeito de algo credível (Lima, 2020, p. 391).

cumprimento das medidas de restrição de circulação de pessoas como “um abuso”, também indicam uma falta de adequação dessas falas tanto em relação aos agentes, humanos e não humanos, pois não se pode acusar (muito menos autoridades dos poderes Judiciário e Executivo) de cometer “abuso” sem apresentar provas cabais desse abuso; quanto à memória discursiva, pois chamar o isolamento social ocorrido no Brasil de “*lockdown*” e de “confinamento” é ir de encontro a uma memória que aponta para práticas bem distintas das duas anteriormente citadas.

No Excerto 6, o tom ofensivo utilizado para se referir ao governador do Estado de São Paulo, João Dória, reforça a inadequação em relação aos agentes, uma vez que um gestor público não poderia se referir a um outro gestor público chamando-o de “tu”, pronome usado para tratamentos informais, rotulando-o como “irresponsável”, sem apresentar provas dessa suposta irresponsabilidade, e nem se referir ao seu opositor por meio da expressão diminutiva “prezadinho”, pois, nesse caso, o diminutivo funciona como marca de desprezo, de inferiorização e de rebaixamento do outro. Por fim, no Excerto 7, a fala de Bolsonaro no que se refere ao uso de máscaras indica um desajuste em relação ao mundo e também à memória discursiva. Isso porque a eficácia das máscaras no que se refere à diminuição do poder de transmissão do vírus já vinha sendo amplamente divulgada pela comunidade científica. Portanto, um discurso que vai na contramão dessa realidade está desajustado, tanto em relação à realidade cognitiva construída no/pelo mundo quanto no que diz respeito à memória do discurso científico.

Ainda em relação a esse segundo eixo temático, que trata da postura de Bolsonaro diante da pandemia de COVID-19, vejamos alguns exemplos de textos contrários aos posicionamentos assumidos pelo principal locutor da *live*. O primeiro dado analisado neste segundo bloco analítico, que chamaremos de EXEMPLO 3 (os exemplos 1 e 2 fazem parte do primeiro bloco analítico), corresponde a uma matéria publicada no site da revista *Metrópole* em 28/04/2021. O título da matéria enuncia: “Zema critica postura de Bolsonaro na pandemia: ‘Faltou humildade’”. Já a legenda situa a fala supracitada no tempo: “A fala ocorreu durante o evento Transforma Minas, realizado pela Fecomércio - MG nessa quarta-feira (28/04)”. Nesse caso, Romeu Zema, apoiador do ex-presidente Bolsonaro e governador do Estado de Minas Gerais, que foi reeleito no pleito de 2022, afirma, no corpo da matéria, que “faltou ao presidente ‘humildade’ para ouvir especialistas no combate ao novo coronavírus”. Esse excerto aponta para uma falta de relação com mundo, já que, ao não ouvir “especialistas”, Bolsonaro contradiz a importância conferida, na contemporaneidade, ao discurso da competência e da especialização, segundo o qual é necessário estar atento ao que dizem os

especialistas de cada área. Com base nessa explicação, é possível afirmar que Bolsonaro assume um ethos prepotente, contrário à humildade, a qual, segundo Paveau (2015), está relacionada tanto às virtudes intelectuais quanto às virtudes morais (Paveau, 2015, p. 204).

O segundo dado deste bloco (EXEMPLO 4), remete à manchete e ao *lead* de uma matéria da coluna *Viva Voz*, assinada pela jornalista Vera Magalhães e publicada na CBN em 26/02/2021, cujo título é: “Há um descompasso entre o que o presidente diz e faz e o momento em que vivemos”. No lead, lemos:

(EXEMPLO 4)

Vera Magalhães crítica a postura de Bolsonaro diante da pandemia da Covid-19. Ontem, o presidente citou uma pesquisa que mostra efeitos colaterais de máscaras em crianças, ‘com total falta de compromisso’. Comentarista também destaca que ‘toda a estabilidade que queria se passar na economia já está caindo por terra’ [...] (*Viva voz*, 26/02/2021)

Nesse caso, quando recorre ao termo “descompasso”, a jornalista marca, na língua, por meio de uma paráfrase, o desajuste entre as ações do agente humano, que é o presidente Bolsonaro, e os agentes não humanos que caracterizam o momento (e o ambiente) em que vivemos, dentre os quais podemos citar a pandemia do coronavírus e as medidas assumidas por governadores e prefeitos para tentar conter a circulação do vírus causador da COVID-19.

Finalmente, em relação ao tema que nomeamos de *brincadeiras* ofensivas com nordestinos e obesos, apresentamos, a seguir, dois trechos da *live*:

(EXCERTO 8)

Bolsonaro: O gordinho tomou também, aqui, o gordinho, o gordinho aqui é grupo de risco, tá com o que 7 arrobas ou 8 arrobas? (*Live* de Bolsonaro do dia 30/12/2020, grifos nossos).

(EXCERTO 9)

Mais alguma coisa cabra da peste? Você é cabra da peste da onde?

Mozart: Ceará

Bolsonaro: Com essa cabeça ai só podia ser (risos) Vem cá, outro cabeçudo, vem cá, vem cá fofuxo, vem cá fofuxo, com essa cabecinha daí tu é da onde, aparece aqui, tu é da onde?

Desconhecido: eu sou da Paraíba

Bolsonaro: Tu é da Paraíba, tranquilo?

[...]

Bolsonaro: Aê (risos). [...] você é paraíba, tu é cabra da peste também [voz em off: cabeça grandona] (*Live* de Bolsonaro do dia 30/12/2020, grifos nossos).

Nos dois excertos acima, o ex-presidente Bolsonaro assume um ethos ofensivo, ao insultar, por meio de supostas “brincadeiras” ao menos duas categorias: obesos e nordestinos. No Excerto 8, ele faz piada com o peso de um dos membros de sua equipe, o qual não aparece na *live*. Além de se referir ao referido sujeito por meio da nomeação “gordinho”, em que, assim como ocorre no caso de “prezadinho João Dória”, o diminutivo funciona como marca de derrisão e de rebaixamento, o ex-presidente retoma uma outra fala em que fez referência “ao peso da população que encontrou no quilombo com medidas usadas para animais de grande porte”, como afirma o texto do jornal *Nexo* que apresentamos abaixo.

Nesse caso, há um desajuste em relação aos agentes, uma vez que não se pode tratar um humano com as mesmas referências que se trata um não humano: um animal de grande porte, como boi, búfalo etc. Além disso, há um desajuste também no que se refere à memória discursiva, porque recorre-se ao artifício do humor para rebaixar uma população que foi historicamente humilhada e colocada à margem da sociedade. Isso no que se refere tanto aos negros, cujo referência é retomada quando Bolsonaro recorre, novamente, à expressão “arrobos”, o que remete ao comentário que fez sobre os negros moradores de quilombos, quanto aos obesos, quando Bolsonaro refere-se ao membro de sua equipe materializando um discurso gordofóbico¹¹.

Em relação ao Excerto 9, há a retomada de um estereótipo sobre nordestinos. Segundo essa imagem cristalizada, os nordestinos têm cabeça grande e/ou chata. No que diz respeito à noção de estereótipo, Amossy e Pierrot (2005) mostram que essa é uma noção que interessa a diferentes disciplinas e que cada uma dessas disciplinas constrói seu objeto em função de sua lógica própria. Segundo as autoras, o termo estereótipo surge relacionado ao campo da tipografia e diz respeito a algo que é rígido como placas cujos caracteres servem para ser usados em várias tiragens de jornais impressos. A palavra estereotipia liga-se, portanto, à ideia de rigidez, pois supõe algo fixo, cristalizado. Amossy e Pierrot (2005) indicam, ainda, que, na Análise de Discurso, a noção de estereótipo pode ser aproximada do conceito de pré-construído. Contudo, Gatti (2014) defende que há aproximações, mas também distanciamentos entre as noções de estereótipo e de pré-construído.

Concordamos com Gatti (2014) quando trata dos estereótipos que se vinculam a pré-construídos, pois, no caso dos estereótipos materializados pelas falas de Bolsonaro sobre

¹¹ “Gordofobia é um neologismo para o comportamento de pessoas que julgam alguém inferior, desprezível ou repugnante por ser gordo. Funciona como qualquer outro preconceito baseado em uma característica única”, explica o Dr. Adriano Segal, psiquiatra do Centro Especializado em Obesidade e Diabetes do Hospital Alemão Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/imprensa/noticias/precisamos-falar-de-gordofobia/>. Acesso em: 07 abr. 2023.

peças obesas e também sobre nordestinos, identificamos esse tipo de estereótipo. Isso porque, há, nesses casos, a retomada de uma posição-sujeito preconceituosa, segregadora e fascista, que busca diminuir e ridicularizar o diferente, com base no artifício do humor. Nesses exemplos, “o ponto essencial da ideia de pré-construído é a sua estreita relação com a interpelação dos indivíduos em sujeitos de um discurso e não só o fato da detecção de que algo fala antes” (Gatti, 2014, p. 398). No caso das formulações proferidas por Bolsonaro na *live* acerca dos obesos e dos nordestinos, podemos identificar isso que Gatti (2014) refere como uma “estreita relação com a interpelação dos indivíduos em sujeitos de um discurso”. Não se trata, portanto, de estereótipos como *criança ingênua* ou *criança imaginativa*, os quais não estariam submetidos a um discurso específico. Trata-se de estereótipos vinculados a discursos inscritos em ambientes, no sentido de Paveau (2015), em que a discriminação e a segregação do *diferente* funcionam como condição para interpretação do mundo.

No que se refere aos contradiscursos acerca do tema das ofensas, apresentamos as seguintes materialidades significantes. No (EXEMPLO 5), temos a manchete e o *lead* de um texto publicado no site da Central Única de Trabalhadores (CUT), em 12/10/2022. A manchete diz: “Confira os 10 piores insultos de Bolsonaro aos nordestinos”, seguida do *lead*: “Desde que era deputado, Bolsonaro ofende os nordestinos com palavras e frases preconceituosas, como se nascer na região fosse sinônimo de inferioridade, agora pede os votos daqueles a quem sempre insultou”. O segundo dado que compõe esse bloco analítico, ao qual chamamos de (EXEMPLO 6), é um trecho do ensaio: “O racismo de Jair Bolsonaro: origens e consequência”, de autoria de Franco Alves da Silva e publicado no *Jornal Nexo*, em 17/11/2020.

(EXEMPLO 6)

Seu discurso foi extremamente preconceituoso e discriminatório e empregou diversos artifícios da retórica racista que não são novos no país. O primeiro deles é transformar seu preconceito em piada. Humoristas, rodas de amigos e até livros didáticos já foram responsáveis por perpetuar o tratamento estereotipado da população negra em tom jocoso. [...] não se trata apenas de [...] ‘uma piada de bom humor’: o racismo de Bolsonaro se tornou política pública colocada em prática logo no seu primeiro ano de governo [...]. Bolsonaro também se refere ao peso da população que encontrou no quilombo com medidas usadas para animais de grande porte. A animalização do corpo negro é outra constante da retórica racista, herdeira de um racismo científico que começou no século 19 e continuou pelo século seguinte (JORNAL NEXO, 2020, grifos nossos).

Nos dois exemplos acima, há críticas à posição-sujeito assumida por Bolsonaro. No exemplo 5, recorre-se ao termo “insulto” para definir a forma de Bolsonaro se referir aos

nordestinos, o que indica que a fala do ex-presidente está em desacordo com o mundo e com a memória discursiva, pois o insulto é uma prática linguageira historicamente rechaçada, que se liga a um ethos agressivo. No (EXEMPLO 6), lemos o trecho de um texto em que é dito, entre outras coisas, que Bolsonaro busca “transformar seu preconceito em piada”, o que indica um desajuste das falas do referido sujeito em relação à adequação ao mundo e aos agentes, pois ou ele não consegue diferenciar piada (humor) de preconceito, ou recorre ao humor para *disfarçar* ou *camuflar* suas práticas preconceituosas. Em outro momento, o enunciador do texto se contrapõe a um argumento muito utilizado por aqueles que se identificam com o discurso materializado pelo sujeito político Bolsonaro, pois diz que “não se trata apenas de [...] ‘uma piada de bom humor’”, trata-se do “racismo de Bolsonaro”. Nesse caso, vemos a materialização de um contradiscurso que, por meio de uma frase negativa, coloca em cena o desajuste do discurso materializado nas falas de Bolsonaro. Tal desajuste funciona tanto em relação ao mundo, pois o racismo é algo moralmente condenável, quanto no que se refere aos agentes e suas relações, uma vez que não se espera de um gestor público esse tipo de atitude.

Conclusões

As análises indicam que a *live* não está ajustada aos valores vigentes na sociedade brasileira contemporânea. Os indícios que apontam para esse desajuste são a materialização de um *ethos* virulento e agressivo, o qual está vinculado a uma cenografia que remete ora à conversa informal, em que há, por parte de Bolsonaro, um deslocamento do lugar institucional de presidente da república para o de interlocutor informal, ora ao insulto, em que há também um deslocamento, dessa vez do lugar de presidente para o de agressor. Tal funcionamento é corroborado pela análise das demais materialidades significantes que apresentamos como dados complementares e que funcionam como contradiscursos em relação aos discursos materializados na *live*.

Esses dados indicam que há um estranhamento em relação às atitudes de Bolsonaro, tais como o apoio ao “excludente de ilicitude”; a oposição em relação à vacinação contra COVID-19 e também no que se refere ao isolamento social e, em contrapartida, a defesa de um suposto “tratamento precoce” com Hidroxicloroquina e Ivermectina; e, por fim, as ofensas feitas a obesos e nordestinos. Esse estranhamento, que se materializa nas críticas feitas ao ex-presidente, reforça a tese de que há um desajuste em relação aos discursos materializados na *live* analisada, a qual se opõe aos valores vigentes na atualidade.

Contudo, tal funcionamento só é identificado por uma parte da população, pois uma parcela da sociedade brasileira, justamente aqueles que se identificam com o(s) discurso(s)

materializado(s) na *live*, interpretam o *ethos* virulento como sinal de coragem e a cenografia do insulto como marca de sinceridade. Tal constatação reforça o que defende Paveau (2015, p. 2019), para quem, “a virtude é uma questão de disposição, caráter, está aberta para princípios e comportamentos e, tal como a competência ética, é aprendida”. Ou seja, nem todos apreendem essa virtude, pois, para isso, é preciso estar inserido em práticas discursivas que valorizam e respeitam o outro.

Referências

AMOSSY, R.; PIERROT, A. H. **Estereótipos y clichés**. Traducción y adaptación: Lelia Gándara. 1. ed. 4. reimpressão. Buenos Aires: Eudeba, 2005. Enciclopédia Semiológica.

ANÁLISE: POR QUE OS JORNAIS INCOMODAM TANTO BOLSONARO? O Globo, 03/11/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/analise-por-que-os-jornais-incomodam-tanto-bolsonaro-23209336>. Acesso em: 07 abr. 2023.

BANG BANG, ‘LICENÇA PARA MATAR’ NO PROGRAMA DE BOLSONARO. Diário de Pernambuco, 21/10/2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/politica/2018/10/bang-bang-a-licenca-para-matar-no-programa-de-bolsonaro.html>. Acesso em: 07 abr. 2023.

BOLSONARO RESSUSCITA ‘LICENÇA PARA MATAR’ E QUER ARMAR MILÍCIAS, 06/02/2021. Disponível em: <https://pcdob.org.br/noticias/bolsonaro-ressuscita-licenca-para-matar-e-quer-armar-milicias/>. Acesso em: 07 abr. 2023.

CONFIRA OS 10 PIORES INSULTOS DE BOLSONARO AOS NORDESTINOS. Central Única dos Trabalhadores (CUT), 12/10/2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/confira-os-10-piores-insultos-de-bolsonaro-aos-nordestinos-594b>. Acesso em: 07 abr. 2023.

CRÍTICAS DE BOLSONARO À ROUANET REFLETEM IGNORÂNCIA SOBRE A LEI, DIZEM ARTISTAS. Folha de S. Paulo, 04/10/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/10/criticas-de-bolsonaro-a-rouanet-refletem-ignorancia-sobre-a-lei-dizem-artistas.shtml>. Acesso em: 07 abr. 2023.

GATTI, Márcio Antônio. Estereótipo e Pré-construído: é possível uma articulação? **Signótica**, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 397–414, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/sig/article/view/29824>. Acesso em: 3 mai. 2023.

HÁ UM DESCOMPASSO ENTRE O QUE O PRESIDENTE DIZ E FAZ E O MOMENTO EM QUE VIVEMOS. Rádio CBN, 26/12/2021. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/333091/ha-um-descompasso-entre-o-que-o-presidente-diz-e-f.htm?fbclid=IwAR0gc4pBJST-ozF1v11xN6RbFKAJ9NxpIOgZjn19YijAMhZIB1ov-XsKT0>. Acesso em: 07 abr. 2023.

LIMA, H. Discursos negacionistas disseminados em rede. **Revista da ABRALIN**, 2020. v. 19. p. 389-408. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1758>. Acesso em: 07 abr. 2023.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no Discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

PAVEAU, M. **Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2015.

O RACISMO DE JAIR BOLSONARO: ORIGENS E CONSEQUÊNCIAS. *Jornal Nexo*, 17/11/2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2020/O-racismo-de-Jair-Bolsonaro-origens-e-consequ%C3%Aancias>. Acesso em: 09 jul. 2023.

PÊCHEUX, M. **Análise automática do discurso: (AAD-69)**. In.: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 [1975].

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: **Papel da Memória**. Pierre Achard *et al.* Tradução: José Horta Nunes. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 1999 [1983].

RODRIGUES, S. Precisamos falar de gordofobia. *Hospital Alemão Oswaldo Cruz*. Disponível em: <https://www.hospitaloswaldocruz.org.br/imprensa/noticias/precisamos-falar-de-gordofobia/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

STF CONTESTA BOLSONARO E DIZ EM NOTA QUE NUNCA PROIBIU GOVERNO FEDERAL DE ATUAR CONTRA PANDEMIA. *O Globo*, 18/01/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/18/decisoes-do-stf-nao-proibem-atuacao-do-governo-federal-para-combater-a-pandemia-diz-tribunal.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2023.

TOWNSEND, J. P; HASSLER, H. B., WANG, Z. *et al.* The durability of immunity against reinfection by SARS-CoV-2: a comparative evolutionary study. **Lancet Microbe**, v. 2, December 2021, p. 666-675.

ZEMA CRITICA POSTURA DE BOLSONARO NA PANDEMIA: “FALTOU HUMILDADE”. *Metrópoles*, 24/04/2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/zema-critica-postura-de-bolsonaro-na-pandemia-faltou-humildade>. Acesso em: 07 abr. 2023.

Sobre as autoras

Edvania Gomes da Silva (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-6201-7583>)

Professora Titular/Pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); docente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (CAPES / UESB) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (CAPES / UESB). É membro do Grupo de Pesquisa em Análise de Discurso (GPADis/ UESB/ CNPq). Atua na área de Linguística, área de concentração em Análise de Discurso, com ênfase nos seguintes temas: discurso religioso; polêmica discursiva e interdiscurso; aforização.

Talita Souza Figueredo (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4336-9583>)

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística, também da UESB. Professora da Rede de Ensino do Estado da Bahia.

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em setembro de 2023.

Prática discursiva de desinformação: análise da produção de postagens anticientíficas sobre a eficácia das vacinas na pandemia de covid-19 em 2021-2022

Disinformation discursive practice: analysis of the production of antiscientific posts about the effectiveness of vaccines in the covid-19 pandemic in 2021-2022

Antônio Heleno Ribeiro Santiago¹
Júlio Araújo²

Resumo: Neste estudo, o nosso objetivo é investigar a prática discursiva de desinformação, considerando a interdiscursividade em postagens anticientíficas sobre a eficácia das vacinas durante o período de pandemia de covid-19 nos anos de 2021-2022. Para tanto, realizamos uma reflexão acerca da conjuntura social que esteve em pauta no Brasil, especialmente a partir da relação entre o discurso político e o pseudocientífico. Como fundamentação teórica, partimos dos Estudos Críticos do Discurso, mais especificamente da abordagem dialético-relacional (Fairclough, 2001), bem como dos estudos sobre desinformação (Wardle; Derakhshan, 2017). Em termos metodológicos, adotamos uma abordagem qualitativa que nos permitiu utilizar como método a Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), de Fairclough (2001). À luz desse procedimento, reunimos 5 postagens durante o período de 2021-2022 que foram checadas pela agência Lupa e cuja temática apontava para negação da eficácia da vacina. A análise desses dados mostra que as principais relações estabelecidas nos textos desinformativos são de caráter político, defendendo/atacando determinados atores sociais, bem como de natureza pseudocientífica a partir da autoridade institucionalizada (acadêmica/governamental) trazida para os textos com o objetivo de ludibriar os usuários.

Palavras-chave: prática discursiva de desinformação; Estudos Críticos do Discurso; interdiscursividade; pandemia de covid-19.

Abstract: This study aims to investigate the disinformation discursive practice, considering the interdiscursivity in anti-scientific posts about the effectiveness of vaccines during the period of the covid-19 pandemic in the years 2021-2022. For that reason, the study carries out a reflection on the social situation that was on the agenda in Brazil, especially from the relationship between political and pseudoscientific discourse. The research is based on the Critical Discourse Studies, more specifically from the dialectical-relational approach (Fairclough, 2001), as well as from studies on disinformation (Wardle; Derakhshan, 2017). In methodological terms, this article adopts the qualitative approach and uses Fairclough's (2001) Textually Oriented Discourse Analysis (TODA) method. Concerning the data collection, we gathered five posts during the period 2021-2022 that were checked by the Lupa agency and that had as theme the denial of

¹ Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Línguas Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço eletrônico: helenosantiago@hotmail.com.

² Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Línguas Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, Ceará, Brasil. Endereço eletrônico: araujo@ufc.br.

vaccine effectiveness. The analysis shows that the main relationships established via the disinformation texts are of a political nature, defending/attacking certain social actors, as well as of a pseudoscientific nature based on the institutionalized (academic/governmental) authority brought to the texts with the aim of deceiving users.

Keywords: disinformation discursive practice; Critical Discourse Studies; interdiscursivity; Covid-19 pandemic.

Introdução

A pandemia de covid-19, deflagrada pela ONU em março de 2020, gerou várias situações pitorescas, quase sempre marcadas por dissonâncias cognitivas de seus atores (Nascimento; Lima-Neto, 2022), como a negação dos pressupostos científicos relativos ao combate à crise sanitária que se irradiou por todo planeta, ceifando uma enorme quantidade de vidas humanas.

Estudar essa realidade se mostra uma atitude acadêmica imperativa para sabermos em quais medidas esse evento alterou/ocasionou a (re)produção de discursos particulares. Uma vez que a pandemia se alastrou por todo o mundo e deixou inúmeras marcas em nós, o exercício de reflexão acerca das interações, especialmente no âmbito da internet, ganha notória importância, haja vista o ambiente digital ser o principal canal pelo qual muitos indivíduos buscam informações diante de tantas incertezas sobre questões relacionadas à saúde.

Nesse sentido, acreditamos que amostras discursivas concretizadas em postagens que ocorreram durante tal período possam revelar fatores cruciais para o entendimento de questões relacionadas às formas com as quais alguns atores sociais têm buscado propagar informações de cunho desinformativo, ou seja, que buscam passar a ideia de que são fontes confiáveis e científicas, mas que, ao invés disso, são mentirosas, especulatórias, conspiratórias e pseudocientíficas (Araújo, 2022).

A fim de descrever o bojo dessa miríade de desinformação, iniciamos o percurso deste artigo com o conceito de desinformação. Amparados nos estudos de Wardle e Derakhshan (2017), tal termo ganha o significado de “[...] informação que é falsa e deliberadamente criada para prejudicar uma pessoa, grupo social, organização ou país (Wardle; Derakhshan, 2017, p. 20)³.

A escolha por tal definição se coaduna com a perspectiva teórica, de caráter crítico, adotada neste trabalho: não estamos falando de construções discursivas que são equívocos, meros erros. Na verdade, estamos diante de uma prática discursiva desinformativa que se

³ Information that is false and deliberately created to harm a person, social group, organization or country.

ampara em uma gama de artifícios que buscam traçar uma estratégia persuasiva a fim de convencer os atores sociais a tomarem atitudes diante de determinadas situações (Santiago, 2021).

Essa prática discursiva de desinformação (Santiago; Araújo, 2022), como aqui será nomeada, diz respeito a tentativas de desinformar o público. Entretanto, em uma situação de pandemia, tais tentativas alcançam um novo *status*: o de negação de uma doença mundialmente estabelecida, o surgimento de narrativas conspiratórias que tentam ofuscar a realidade em torno dos métodos preventivos e o de ceticismo diante da eficácia das vacinas. Tal cenário nos permite, sem sombra de dúvidas, afirmar que estamos vivenciando um momento em que a prática discursiva de desinformação pode disseminar a promoção da morte, como bem salienta Araújo (2022).

É diante dessas questões que, ao mesmo tempo, são sensíveis e de extrema relevância social, que analisamos postagens acerca de eventos relacionados à pandemia, mais especificamente aqueles que disseram respeito à prevenção da doença⁴. Para tanto, delimitamos nosso *corpus* a partir de uma pesquisa documental, realizada no ambiente digital, a fim de coletar textos que se insiram em nosso escopo de investigação.

Para tal empreitada, partimos de nosso lugar, enquanto linguistas aplicados, amparados em uma perspectiva crítica, em busca de elementos textuais/discursivos que denotem como a prática discursiva de desinformação ocorreu por meio da intersecção do discurso político e pseudocientífico⁵. Nossa premissa é a de que a junção desses elementos fomentou a aceitação do grande público, especialmente via mídias sociais, de *métodos preventivos* contra a doença diferentes da vacinação (Lima, 2022). Assim, nosso objetivo é o de analisar a produção dessas postagens sobre a vacina no período da pandemia de covid-19 em 2021-2022. A seguir, iniciaremos nosso percurso teórico, explicando nossas escolhas teóricas.

Fundamentação teórica

A sociedade, tal qual vivenciamos neste momento (pós) pandêmico, transformou-se substancialmente. Há pouco mais de 2-3 anos, convivíamos presencialmente com as outras pessoas e não nos preocupávamos em usar máscaras ou se prevenir contra algum antígeno

⁴ Este artigo está vinculado ao projeto guarda-chuva “Pandemia de covid-19: fake news, construção sociocognitiva da doença e discurso de ódio” (Araújo, 2021), coordenados pelo professor Dr. Júlio Araújo e desenvolvidos, atualmente, no âmbito do grupo de pesquisa DIGITAL - Discursos e Digitalidades, da Universidade Federal do Ceará.

⁵ O termo aqui se ampara em Piejka e Okruszek (2020). Para os autores, a pseudociência se trata de teorias que se apresentam como falsas e com pouca ou nenhuma metodologia, além de ausência de evidências.

específico. Atualmente, no momento da escrita deste artigo, ainda presenciamos algumas medidas de contenção, muito embora bem mais flexíveis que em outros momentos mais intensos.

É nesse sentido de impermanência que começamos a descrever o contexto da pesquisa, haja vista que essa mudança provocou uma ruptura na maneira com a qual dialogávamos com outras pessoas, isto é, uma forma mais direta, face a face, a fim de trocar informações e saberes. Atualmente, parece-nos que a mediação se torna um fator importante na busca por informações e as próprias características do ambiente digital, por vezes, prevalecem sobre a interação humana.

As características atuais do ambiente digital, nesse sentido, proporcionam uma série de fatores que favorecem a disseminação da prática discursiva de desinformação negacionista. Podemos perceber que a engenharia que governa o gerenciamento dos dados no âmbito da internet se trata, na verdade, de um mecanismo de obtenção de dados, que, por sua vez, retornarão ao usuário em um ciclo contínuo de estímulo e resposta.

Pouco importa o objetivo, há mensagens mais eficazes e mensagens menos eficazes. Os cliques darão a resposta em tempo real e, a partir deles, você pode fazer testes continuamente e ir modificando as mensagens, no conteúdo e na forma, mantendo as características que funcionam e descartando as menos eficazes (Empoli, 2019, p. 150).

Como vemos, as mudanças proporcionadas pela nova lógica das redes acarretam perspectivas inovadoras quanto ao seu uso, haja vista que os usuários que (re)produzem a prática discursiva de desinformação negacionista se valem de tal lógica para conseguir seus objetivos persuasivos que, comumente, giram em torno da captação, convencimento e propagação de informações.

A grande questão que fica em meio a essa discussão sobre as redes é a problematização dos efeitos sociais que as práticas discursivas, em especial aquelas relacionadas à desinformação, têm produzido na dialética discurso-sociedade. Quando nos referimos a tal conceito, comungamos das ideias elaboradas por Fairclough (2001) acerca da relação do discursivo com o social.

Esse autor afirma que as mudanças empreendidas na sociedade são, em alguma medida, reflexo das mudanças efetuadas no discurso e que as mudanças discursivas, de maneira inevitável, sinalizam mudanças sociais. Partindo de tal entendimento, poderíamos associar as mudanças sociais às mudanças tecnológicas no sentido de que estas últimas são, consideravelmente, um marco em uma transição de modelo social.

Levando-se em consideração que as mudanças são parte inerente da dialética discurso-sociedade, torna-se relevante também estudar os efeitos sociais que tais mudanças provocam. Para tanto, julgamos relevante estudar de que forma os efeitos sociais se realizam, considerando a categoria da interdiscursividade, proposta por Fairclough (2001).

Como aparato teórico, recorreremos aos Estudos Críticos do Discurso (ECD), que fazem parte de um grande campo de análise discursiva pertencente aos estudos linguísticos. Notadamente, esse o campo, em específico, oferece uma perspectiva multidisciplinar em termos teóricos e metodológicos, pois essa abordagem se coaduna com diversas áreas do conhecimento, e não apenas com a Linguística/Linguística Aplicada.

Apesar de o termo ECD ter se consolidado nas pesquisas feitas no Brasil, torna-se importante delimitar qual abordagem será utilizada neste artigo, haja vista que essa sigla congrega diversas abordagens. Para os fins de nossa investigação, acreditamos que a abordagem dialético-relacional seja adequada para nossa análise tendo em vista que o conceito de interdiscursividade⁶ é explorado nos estudos de Fairclough (2001) – idealizador dessa abordagem.

A categoria de interdiscursividade se mostra, a nosso ver, bastante adequada para a análise discursiva em meio a diferentes discursos, pois pode evidenciar as relações existentes entre esses elementos, enfatizando a natureza do pensamento hegemônico e os efeitos sociais assimétricos que essa aproximação gera, partindo da ideia de que a interdiscursividade é “[...] uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordem do discurso” (Fairclough, 2001, p. 152). Dessa forma, as ligações que ocorrem entre diferentes discursos revela o caráter interdiscursivo dos textos e, para além disso, pode nos ajudar a compreender a intrínseca relação entre determinados discursos.

Além disso, precisamos considerar que uma prática discursiva irá, naturalmente, englobar diferentes discursos, pois ela “[...] recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologia particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta” (Fairclough, 2001, p. 94). Dessa forma, essa interrelação é propícia para a análise, tendo em vista que tal articulação gera uma proximidade entre determinados discursos.

Outro fator importante é ter em vista que a própria natureza do discurso, por se ligar a outros, constitui uma importante fonte de dados que podem vir a nos informar características prototípicas de uma determinada rede interdiscursiva. Acreditamos que:

⁶ Maneira pela qual os discursos dialogam com outros discursos, reforçando-os ou refutando-os. Cf. Fairclough (2001).

[...] ao nos reportarmos ao termo ‘interdiscursividade’, referimo-nos a um fenômeno de linguagem que se fundamenta na concepção de alteridade, ou seja, nas relações pelas quais, pela linguagem, interagimos com o outro, em termos socio-discursivos. Estamos tratando de um fenômeno que deve ser tomado para reflexão em termos de sua natureza constitutiva nas práticas discursivas ([pois] é impossível pensar em discurso independente de outros discursos) (Irineu; Souza. Garantizado Júnior, 2018, p. 184, grifos nossos).

Assim, o caráter multidisciplinar confere aos ECD e, por extensão, à abordagem dialético-relacional, uma posição privilegiada em termos de possibilidades de uma junção teórica a partir de conhecimentos linguísticos e sociais. Isso ocorre devido à epistemologia dos ECD que, em sua base, foram formulados a partir do pensamento de linguistas e sociólogos, que estavam à procura de analisar as assimetrias sociais.

É nesse sentido que os ECD estabelecem seu caráter crítico, emancipatório e politicamente engajado, pois parte de uma tradição de estudos que visam desvelar tais relações de poder e dentro de uma perspectiva de mudança social que auxilie os indivíduos. A seguir, exibimos nossas escolhas metodológicas.

Metodologia

Em toda pesquisa científica é necessário escolher um método que favoreça o andamento do trabalho de tal forma que o viabilize satisfatoriamente (Paiva, 2019). Tal escolha não ocorre por acaso, mas sim mediante reflexão das características epistemológicas/ontológicas da teoria que se adota, uma vez que esses elementos necessitam dialogar entre si, bem como do objeto que se constrói discursivamente (Araújo; Dieb; Costa, 2017).

Partindo desse pressuposto, acreditamos que, dentro da perspectiva da abordagem dialético-relacional, o método de Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) seja profícuo para nossa análise, levando-se em consideração o objetivo proposto, a saber: analisar a interdiscursividade em postagens sobre a vacina no período da pandemia de covid-19.

Este artigo adota a perspectiva da abordagem qualitativa, que tem sido majoritariamente utilizada nas pesquisas sociais. Tal fato decorre da percepção desse paradigma de investigação que preconiza que os dados precisam ser analisados através de um teor interpretacionista que leve em consideração fatores que vão para além dos dados, isto é, “[...] uma proposta de compreensão das práticas sociais na concepção dialética do discurso, envolvendo gêneros discursivos e a construção de sentidos nos textos: ações (gêneros), representações (discursos), identificações (estilos)” (Magalhães, 2004, p. 113). Dessa forma,

poderíamos dizer que a abordagem qualitativa está preocupada em demonstrar as relações que se estabelecem entre os dados e o mundo social a partir de determinada perspectiva teórica.

Com relação à seleção do *corpus*, optamos por estabelecer alguns critérios que sinalizassem nossa preocupação com a temática do estudo. Tais escolhas se deram mediante a opção de recorrer a alguma agência especializada em checagem de informação e um recorte temático-temporal, a fim de operacionalizar a análise. A agência escolhida foi a Lupa, que é pioneira na checagem de fatos no Brasil, a qual tem se destacado por oferecer serviços de checagem de uma ampla variedade de temas e por ser este o critério usado na pesquisa de Araújo (2022).

Por questões de espaço, decidimos focar em 5 checagens que foram feitas no período de 2021-2022 por conta de ter sido o momento em que a temática da vacinação contra a covid-19 se mostrou mais frequente e robusta, especialmente pelo fato de as vacinas começaram a ficar disponíveis para os brasileiros. Nesse sentido, percebemos que tal delimitação temática-temporal favoreceu o nosso exercício analítico, considerando o que foi exposto até aqui. A seguir, damos início à análise dos dados.

Análise de dados

Nesta seção, visamos analisar as 5 postagens⁷ escolhidas mediante os critérios expostos na seção de metodologia. Para tanto, consideramos cada uma delas em tempo cronológico, ou seja, da mais antiga para a mais atual. A seguir, damos início à análise com a primeira postagem.

Na primeira postagem⁸, feita em janeiro de 2021, vemos a presença marcante de nomes próprios que aludem a uma série de pessoas/entidades que estão relacionados principalmente à política brasileira: Doria, China, Butantã, São Paulo, dentre outras menções a substantivos próprios. Tal artifício envolve o uso desses termos com o propósito de recuperar sentidos que já foram impostos por outros textos desinformativos, criando uma espécie de ponte.

Ao falar sobre Doria, por exemplo, os usuários poderão ter em mente que se trata de um político que é favorável às vacinas, isto é, que está em desarmonia com o posicionamento do ex-presidente da República, que se mostrou completamente contrário às vacinas. Essa luta é trazida de outros textos para esse da imagem a partir de uma suposta denúncia feita pelo

⁷ As postagens podem ser vistas através dos links que disponibilizaremos ao longo da análise.

⁸ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/01/08/verificamos-washington-post-vacina>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Washington Post (jornal estadunidense), que afirmaria que São Paulo (isto é, Doria) estaria financiando a empresa Sinovac antes mesmo de o coronavírus surgir.

Parece-nos evidente que a prática discursiva de desinformação se pauta na estratégia de elaborar textos falsos a partir do recurso da interdiscursividade, ou seja, os textos desinformativos se apoiam em outros textos que podem ou não ser falsos, a fim de gerar dúvidas em seus leitores. O aspecto emocional, nesse sentido, tem sido amplamente utilizado com o intuito de convencer os usuários a partir de suas escolhas políticas, caso da primeira postagem analisada.

Dessa forma, acreditamos que, conforme Fairclough (2001), a interdiscursividade é uma categoria que busca traçar as relações discursivas entre os textos. Partindo da ideia de que a desinformação atua a partir de uma forte relação interdiscursiva entre o discurso político e pseudocientífico, vemos que a necessidade de estar ciente dessa relação pode vir a ser muito relevante na tentativa de se prevenir contra essas falsidades.

Na segunda postagem⁹, feita no fim de janeiro de 2021, percebemos uma série de informações acerca dos procedimentos de prevenção contra a doença, bem como de narrativas conspiratórias. Ao enunciar sobre as vacinas, máscaras, testes e instituições de saúde, o texto busca salientar os riscos dessas ações preventivas, apelando a partir de um aviso supostamente emitido pelo governo irlandês.

Torna-se interessante averiguar a relação que esse texto possui com os outros textos desinformativos, bem como com os posicionamentos de personalidades que abertamente se posicionaram contra as medidas de prevenção. Ao efetuar uma lógica de associação entre governos de diferentes países, o texto, ao mesmo tempo, busca defender o posicionamento de quem é contrário às vacinas e atacar aqueles que são a favor, assim “[...] o populismo anticiência também foi muito importante nesse contexto por conta de como as mensagens construíram essas empresas que produziram as vacinas e as autoridades da saúde como não confiáveis”¹⁰ (Recuero; Soares, 2022, p. 90-91).

Portanto, a maneira pela qual essas postagens dialogam com outros discursos sinaliza a propriedade associativa que a linguagem possui e que, como sabemos, pode servir para fins antidemocráticos e partidários, o que pode viabilizar a falsa sensação de certeza/confiança que temos em relação a determinados atores sociais, instituições etc.

⁹ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/01/28/verificamos-irlanda-vacina-covid>. Acesso em: 20 jun. 2023.

¹⁰ “[...] anti-science populism was also very important in this context because of how these messages framed companies producing the vaccines and health authorities as untrustworthy”.

Na terceira postagem¹¹, que circulou pelo WhatsApp e que foi feita em março de 2021, vemos a presença de termos mais científicos, haja vista que o objetivo dessa peça desinformativa é convencer que a ciência também nega a eficácia da vacinação, pois o artigo escrito por um doutor confirmaria que trinta por cento dos vacinados morreriam em até três meses.

Tais proposições, a princípio estapafúrdias, denotam o momento crítico do contexto de pós-verdade vivenciado em muitas partes do mundo. As estratégias desinformativas têm servido para desestabilizar sistemas democráticos e convencer a população sobre ideias defendidas por quem produz esses textos enganosos. Como muito bem evidencia D'ancona (2018), nesta época da pós-verdade, “[...] a ciência é tratada com suspeição e, às vezes, franco desprezo”, razão pela qual devemos desmontar a linguagem da prática discursiva de desinformação, mostrando, por exemplo, que, entre as suas estratégias, está o investimento da interdiscursividade em postagens anticientíficas.

Como vemos, torna-se muito difícil saber em quem confiar diante de uma mistura de verdades e mentiras. A confusão e o caos estão, portanto, muito próximos da desinformação, pois o seu objetivo é justamente o de criar cenários de incertezas em que os usuários apelem não para a racionalidade, mas sim para a emoção, o imediatismo e a concordância com suas crenças e visão de mundo.

Além disso, a interdiscursividade entra como ingrediente textual de uma guerra do algoritmo, pois os produtores e distribuidores da desinformação também buscam likes, compartilhamentos e comentários. Como salienta Empoli (2019, p. 155) “[...] a única coisa que lhes interessa é o engajamento – o tempo em que cada usuário passa na plataforma”, mesmo que isso comprometa a saúde das pessoas. Neste sentido, o abuso do texto e do discurso conspirativos deve ser estudado e combatido pelos estudiosos da linguagem.

Portanto, podemos compreender que “[...] as diversas relações entre a ordem do discurso e as verdades, sejam afirmadas taxativamente, sejam objeto de crítica ou de adesão parcial, sejam ainda recusadas de modo absoluto, podem tanto libertar quanto assujeitar” (Piovezani; Curcino; Sargentini, 2021, p. 12). A nosso ver, a crítica sobre esses textos desinformativos é de extrema relevância, pois demonstra questões frutos de nosso tempo. O ambiente digital necessita de letramentos atualizados e é crucial estarmos atentos a isso, haja vista que a desinformação tem aumentado significativamente nos últimos anos.

¹¹ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/03/24/verificamos-pessoas-vacinadas-morrerao-tres-meses>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Como adverte D'ancona (2018, p. 68), “[...] o recuo em relação à ciência se torna perigoso quando ameaça a saúde pública ou a segurança dos outros” e, neste sentido, “tanto na saúde pública, como na política, a pós-verdade gera uma volatilidade espantosa. Quando se confia menos na investigação baseada em provas [...] as consequências podem ser imprevistas e fatais” (D'ancona, 2018, p. 72). Basta lembrarmos aqui que o número de mortes por covid-19 no Brasil ultrapassou os 700.000, o que nos lembra Araújo (2022) para quem as estruturas discursivas empregadas na produção de Fake News no contexto de pandemia podem ser vistas como desinformação que custa vidas.

Na quarta postagem¹², também veiculada através do WhatsApp, realizada em maio de 2021, percebemos um texto cuja tessitura explora uma sintaxe multimodal, na medida em que o sentido é construído por meio da interação dos recursos híbridos advindos da escrita e da imagem, tais como, cores, formas e formatos distintos. De imediato, percebemos a relação que busca ser atingida entre a perspectiva negativa da criança chorando ao receber a injeção, o que significaria uma possível morte, pois o texto traz a informação de que crianças estariam morrendo nos testes de vacinação. Nessa postagem específica, o recurso visual chama muito a atenção, pois estamos lidando com crianças, isto é, seres indefesos.

Recursos visuais como o uso de caixa alta no termo “morre”, bem como o destaque sublinhado na cor vermelha, que, aliás, tem sido uma marca do posicionamento do partido de esquerda, servem para alertar o leitor e rememorar os insucessos que o partido teve há alguns anos, especialmente os que foram forjados via desinformação.

Além disso, o termo “experimento” sinaliza uma suposta continuidade do processo de testagem da verificação da eficácia das vacinas, o que vai de encontro às declarações da farmacêutica, que informa que a disponibilização de vacinas para a população em geral e, em especial, para crianças só é feita a partir de uma determinada fase em que os testes demonstram eficácia.

Textos como o que mostramos na figura 4 evidenciam como é inconteste o fato de que as práticas sociais se manifestam nos usos que fazemos da língua, razão pela qual as práticas discursivas sempre apontam para espaços ideológicos dos quais emergem e construímos sentidos. Assim, os textos cuja urdidura se faz pelo jogo de uma sintaxe visual que mescla verbo e imagens aumentam seu raio de alcance ideológico, já que as relações de poder podem ficar ainda mais salientes. Nesse sentido, é válido recordar Kress e Van Leeuwen (2006 [1996]) para

¹² Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2021/05/07/verificamos-bebe-morreu-teste-pfizer>. Acesso em: 20 jun. 2023.

quem os arranjos sintáticos sempre estão a serviço de interpretações situadas, pois os significados não pertencem aos modos semióticos, mas à cultura.

Diante de tais práticas desinformativas multimodais, vemos que o papel dos usuários se torna muito importante, pois:

Para polarizar as possibilidades que são muito mais complexas, um evento discursivo pode ser uma contribuição para preservar e reproduzir as relações e as hegemonias tradicionais [...] e pode, portanto, ligar-se a convenções problematizadas, ou pode ser uma contribuição para a transformação dessas relações mediante a luta hegemônica; dessa forma, tentando resolver os dilemas pela inovação (Fairclough, 2001, p. 128).

Dessa forma, o posicionamento que vamos ter diante de um texto multimodal, em alguma medida, interferirá em seu sucesso ou em seu fracasso, pois somos parte integrante do texto na medida em que possibilitamos sua (re)produção.

Por fim, na última postagem¹³ de nossa análise, feita em janeiro de 2022, vemos que o texto traz uma relação entre a vacinação e a AIDS, sugerindo que quem já tomou as doses da vacina poderá desenvolver essa síndrome. Tal informação também teria sido veiculada, assim como outras postagens, a partir de governos de outros países, nesse caso o do Reino Unido, que ficou conhecido por disponibilizar uma grande quantidade de testes e teve uma imagem positiva em relação a outras nações.

É importante perceber que a quantidade de vacinas é uma temática recorrente nos textos desinformativos, então, de acordo com esses textos conspirativos, quanto mais doses se toma, maior é o perigo de contrair outras doenças, geralmente de grau bastante sério. Ademais, o uso da expressão “segundo dados” visa conferir cientificidade ao texto, pois, como sabemos, as análises devem sempre ser feitas com base em dados coletados. Para quem só lê a manchete, é bastante difícil atestar a falsidade dessas informações.

Torna-se satisfatório, portanto, refletir acerca das novas possibilidades que o ambiente digital oferece em termos de linguagem, considerando que há a presença de:

[...] dois possíveis sentidos para a emergência do enunciado da pós-verdade. Um se refere à incapacidade de diferenciação, nos fluxos de informação nas redes, dos relatos baseados em acontecimentos daqueles inventados, sobretudo com finalidades políticas e de luta pelo poder. [...] O segundo sentido da pós-verdade se refere à circulação e à recepção desse conteúdo, diante do qual as crenças e ideologias do sujeito – que não é mais apenas o receptor passivo de informações no modelo da mídia tradicional – determinam o que ele vai considerar, avaliar, compartilhar, comentar ou, em outras palavras, (re)colocar em circulação. É esse novo ecossistema de mídia que

¹³ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/01/25/verificamos-governo-britanico-triplamente-vacinadas-aids>. Acesso em: 20 jun. 2023.

trouxe à tona algo já praticado na relação das pessoas com a informação (Sargentini; Carvalho, 2021, p. 77-78).

Como vemos, as dificuldades de discernimento entre a verdade e a mentira vão causando inúmeros efeitos sociais danosos às pessoas, à sociedade e às democracias. Diante de tantas incertezas sobre como lidaremos com esse fenômeno, a importância do letramento digital é urgente para sabermos avaliar da melhor forma possível os inúmeros textos com os quais nos deparamos dia após dia, sobretudo, os textos multimodais, pois:

[...] temos que nos aprofundar nos aspectos linguísticos da manipulação das informações, das narrativas nas redes, da comunicação/interação na hipermídia, já que muitas desinformações, fake news, mentiras são construídas por meio de imagens, vídeos, ou de combinações verbo-visuais produzidas e fabricadas com o intuito de criar novas realidade, novos modos de agir no mundo (Hissa, 2022, p. 88).

Textos como os que analisamos aqui indicam o quanto a interdiscursividade e a multimodalidade se mostram estratégicas na poluição da paisagem da informação, exigindo, cada vez mais das pessoas, uma postura crítica diante da proliferação desses textos cuja distribuição chega ao cidadão comum por meio de aplicativos, como o WhatsApp, com ares de verdade.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos responder a alguns questionamentos que serviram de partida na tentativa de melhor compreender o fenômeno da desinformação. Após efetuada a análise, concluímos que a prática discursiva de desinformação, enquanto uma potente arma digital, visa estabelecer vínculos entre diferentes discursos cuja materialidade passa por textos multimodais.

Primeiramente, há uma forte relação entre o discurso político e essa prática, especialmente a partir de sugestões textuais que indicam a defesa de determinados posicionamentos políticos e o ataque a outros atores sociais. Dessa forma, vemos a ocorrência de uma tentativa de determinação da aceitação de uma ideia mediante as escolhas partidárias. Em segundo lugar, os textos desinformativos dialogam com narrativas pseudocientíficas, partindo do lugar de autoridade acadêmica institucionalizado, levando a crer que a própria ciência também estaria contra a vacinação, o que sugere novas conspirações para aqueles que não acreditam na ciência.

Por fim, salientamos que a prática discursiva de desinformação não é uma coisa *boba* feita apenas para persuadir ou ludibriar os usuários. Trata-se de uma prática industrializada e

que tem grandes objetivos previamente analisados, sejam de cunho político, social ou econômico.

Referências

ARAÚJO, J. **Desinformação que custa vidas**: estruturas discursivas empregadas na produção de Fake News em contexto de pandemia. Projeto de pesquisa. Universidade Federal do Ceará, 2022.

ARAÚJO, J. **Pandemia de covid-19**: fake news, construção sociocognitiva da doença e discurso de ódio. Projeto de pesquisa. Universidade Federal do Ceará, 2021.

ARAÚJO, J.; DIEB, M.; COSTA, S. M. O QNP e as dificuldades de construção do objeto de pesquisa: uma experiência de aprendizagem mediada sobre o gênero projeto de pesquisa. **DELTA**. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (PUCSP. IMPRESSO), v. 33, p. 729-757, 2017.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.

EMPOLI, G. da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. Brasília, UnB, 2001.

HISSA, D. L. A. Da manipulação das massas nas redes sociais às ações de combate à desinformação. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 68–89, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9587/8012>. Acesso em: abr. 2023.

IRINEU, L. M.; SOUZA, M. M. F de; GARANTIZADO JÚNIOR, J. O. da S. Discurso do professor e problematização da prática docente: argumentação, interdiscurso e representação. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 29, n. 57, p. 273-297, 2º semestre 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/cadletrasuff.2018n57a550>. Acesso em: 17 ago. 2023.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading images**: the grammar of visual design. 2. ed. London: Routledge, 2006 [1996].

LIMA, J. P. E. “Se não faz mal, por que não tomar”? Um estudo sobre a campanha bolsonarista de desinformação pró-cloroquina. *In: (Des)ordem informacional nas redes sociais*: do discurso de ódio à liberdade de expressão. v. 14 n. 2, 2022, p. 128-148. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9356/8018>. Acesso em: abr. 2023.

MAGALHÃES, I. Teoria crítica do discurso e texto. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, V. 4, n. esp., p. 113-131, 2004. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51574/1/2004_art_mismagalhaes.pdf. Acesso em: 11 jul. 2022.

NASCIMENTO, I. O. do; LIMA-NETO, V. de. Efeito Dunning-Kruger e dissonância cognitiva na CPI da Covid-19: a institucionalização da desinformação. **Revista Linguagem em Foco**, v.14, n.2, 2022. p. 109-127. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9238.10.46230/2674-8266-14-9238>. Acesso em: 17 ago. 2023.

PAIVA, V. L. M. de O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PIEJKA, A.; OKRUSZEK, Ł. Do you believe what you've been told? Morality and scientific literacy as predictors of pseudoscience susceptibility. **Wiley Online Library**, 34(5), 1072-1082, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/acp.3687>. Acesso em: 11 jul. 2022.

PIOVEZANI, C.; CURCINO, L.; SARGENTINI, V. O discurso e as verdades: relações entre a fala, os feitos e os fatos. *In*: CURCINO, L.; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021.

RECUERO, R.; SOARES, F. B. #Vachina: how politicians help to spread disinformation about covid-19 vaccines. *Journal of Social Digital Research*. V. 4, n. 1, 2022, 73–97.

SARGENTINI, V.; CARVALHO, P. H. V. de. A vontade de verdade nos discursos: os contornos das fake news. *In*: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, V.; PIOVEZANI, C. **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

Sobre os autores

Antônio Heleno Ribeiro Santiago (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-8873-3529>)

Possui graduação em Letras - Inglês pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM) na Universidade Estadual do Ceará (UECE) (2018). Possui Mestrado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) na Universidade Federal do Ceará (UFC) (2021). Cursa, atualmente, Doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Júlio Araújo (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7399-3769>)

Possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre (2000), mestrado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2003) e doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (2006). Fez pós-doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012). Atualmente é Professor Titular no Departamento de Letras Vernáculas e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará.

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em setembro de 2023.

O racismo no Brasil: uma análise do discurso acerca da propagação e reforços de um sistema em jornais digitais

Racism in Brazil: a discourse analysis of the propagation and reinforcement of a system in digital newspapers

Gabriella Leite de Barros¹
Luana de Souza Alves Pereira²
Deyvisson Pereira da Costa³

Resumo: O presente trabalho se preocupa em analisar o racismo e o discurso de ódio como consequências diretas ou não das matérias de jornais, bem como de sua construção discursiva. Para além, os pesquisadores buscam compreender a escrita dos jornais a partir de um caso concreto selecionado, estudando os desdobramentos nas redes sociais de um fato narrado por uma revista acerca de delito famélico cometido por uma mulher-mãe preta. As práticas racistas como produto de múltiplas relações de poderes hierárquicos e estruturantes foram trabalhadas, assim como a influência midiática em tais fenômenos. A partir de metodologia bibliográfica, em conjunto com a Análise de Discurso (AD) e o estudo das normas existentes no ordenamento jurídico brasileiro, conclui-se que, apesar de um arcabouço jurídico que consegue contemplar majoritariamente o objeto de pesquisa tratado, há lacunas e estas, em uma visão socioeconômica cultural, estão diretamente atreladas com fatores como a construção social do Brasil como país colonizado, a influência da discursividade racista na internet e da prática jornalística.

Palavras-chave: discursos de ódio; racismo; mulheres pretas; jornais; Análise do Discurso.

Abstract: The present piece was concerned with analyzing racism and hate speech as direct consequences or not of newspaper articles, as well as their linguistic construction. In addition, the researchers tried to understand the way newspapers write based on a specific case, studying the unfolding in the social networks of a fact narrated by a magazine about a famine committed by a black woman-mother. The racist practices as a product of multiple hierarchical and structuring power relations were worked on, as well as the media influence in such phenomena. Based on bibliographic methodology, in conjunction with Discourse Analysis (DA) and the study of the existing norms in the Brazilian legal system, it is concluded that, despite a legal framework that can contemplate most of the object of research addressed, there are gaps and these, in a socioeconomic cultural view, are directly linked to

¹ Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e sociais, curso de Direito. Barra do Garças, MT, Brasil. Endereço eletrônico: gabileitedebarros@hotmail.com.

² Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e sociais, curso de Direito. Barra do Garças, MT, Brasil. Endereço eletrônico: luanadesouzaap@outlook.com.

³ Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e Sociais e Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO/UFMT). Barra do Garças, MT, Brasil. Endereço eletrônico: deyvissoncosta@yahoo.com.br.

factors such as the social construction of Brazil as a colonized country, the influence of racist discourse on the internet and journalistic practice.

Keywords: hate speech; racism; black women; newspapers; Discourse Analysis.

Introdução

Como temática da presente pesquisa, tem-se o estudo das interações nas redes sociais que emergem a partir do compartilhamento de notícias publicadas por jornais online, de circulação popular, e que possivelmente contribuem com ideologias de cunho racista. Os autores questionam, portanto, as produções discursivas veiculadas pelo setor midiático no Brasil, resultando em propagações problemáticas com os comentários feitos por usuários de redes sociais valendo-se de discursos de ódio em relação às mulheres pretas. Quer-se compreender, também, a escrita dos jornais brasileiros e como estes reproduzem ou não o racismo estrutural no cenário nacional, a partir de fragmentações observadas no âmbito sociocultural.

Pretende-se demonstrar como a forma de escrita dos jornais analisados apregoa e continua a manter relações hierárquicas em relação às etnias/cor preta, bem como enxergar os desdobramentos dos comentários feitos em rede social. Analisar-se-á, assim, os comentários feitos em redes sociais e sua propagação de racismo, por meio da Análise do Discurso (AD). Trabalham-se as práticas racistas atuais como produto, por óbvio, de diversos fatores, mas também como mantidas na sociedade contemporânea por forte influência do cotidiano de noticiários e apropriação destas notícias pelos usuários das redes sociais.

Problematiza-se o modo com que as práticas discursivas em relação às pessoas pretas nos noticiários podem ser geradoras de discursos de ódio e mantenedoras da estrutura racial mediante comentários por leitores e leitoras em redes sociais. Em outras palavras, investiga-se, de que maneira o discurso de ódio, que emerge e circula por meio de comentários desencadeados a partir de notícias sobre delitos praticados por pessoas negras, tendo em vista ainda as novas configurações tecnológicas, impõe dificuldades ao sistema de justiça para combater o racismo.

Neste sentido, tem-se como objetivo geral demonstrar a perpetuação do racismo a partir das consequências geradas por notícias veiculadas em dispositivos *online*, reconhecendo a Análise do Discurso (AD) como estratégia para a construção de um olhar aos fatos tratados. Da mesma forma, se expressa pela compreensão crítica das relações raciais na América Latina, por meio de uma retomada da historicidade do continente, com contribuições basilares de estudos jurídicos, decoloniais e étnicos.

Outrossim, é o intento dos pesquisadores se expressar tanto pelo arcabouço jurídico, quanto pelas contribuições dos estudos de análise subjetiva da construção discursiva, tendo em vista que a intersecção das áreas poderá provocar uma análise concreta acerca do objeto de estudo, qual seja, em resumo, a forma da escrita e seus desdobramentos, tanto em relação aos escritores, quanto em relação aos leitores, de textos de cunho jornalístico do fato social específico escolhido para a pesquisa envolvendo delito de mulher preta e a transmissão da informação através da escrita.

Pretende-se, metodologicamente, construir este trabalho através das contribuições presentes na Análise do Discurso (AD) e do exame das matérias de jornais relacionadas ao fato selecionado pelos pesquisadores por meio dos estudos de pesquisa hemerográfica, ou seja, pesquisa que investiga jornais, a partir do entendimento de que o jornal e a mídia alimentam a opinião pública.

Esta pesquisa é de natureza qualitativa. O campo da análise do discurso deve atuar para explicar com teorias como o discurso discriminatório ganha poder.

As leis que serão trazidas pelos autores compreendem a Lei do Racismo, n.º 7.716/1989, concomitante com a análise do limite da liberdade de expressão expressa no artigo 5.º da Constituição Federal de 1988, com o embate com outro direito fundamental, a liberdade de empresa. Será analisada no âmbito jurídico, também, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário.

A Análise de Discurso (AD) no estudo das relações hierarquizantes de poder sobre a mulher preta

A Análise de Discurso objetiva mostrar as relações entre linguagem, história e sociedade (Orlandi, 2007). Com efeito, podemos compreender o discurso como *espaço* resultante de várias vozes, em razão de ser constituído por ideologias diferentes, algumas dominantes, e, por isso, a contextualização deve ser interpretada. Dessa maneira, a partir da ideia de que as memórias discursivas são formadas por hegemonias, essa noção será utilizada para estudar o objeto de pesquisa.

Segundo Fernandes (2005), a polifonia é a presença dessas diferentes vozes integrantes da voz de um sujeito. Com essa definição, consegue-se entender que o discurso não é homogêneo e sim impregnado de diversas vozes que advém do ambiente social, histórico e cultural em que esse discurso foi criado. A polifonia complementa-se com a heterogeneidade, conceito que se opõe à homogeneidade (Fernandes, 2005). Dessa forma, pode-se reconhecer a polifonia no discurso jornalístico, porque há presença de conteúdo

ideológico-histórico proveniente de diferentes vozes mobilizadas por esse discurso para a produção de sentidos sobre um acontecimento jornalístico.

Quanto ao jornalismo, que se vale de uma condição de produção polifônica, age como organismo político, tradição de saberes e de modos de fazer, e está conectado de maneira direta com um problema ético-político e racial. Há áreas de conhecimento que definem morfologias menos ou mais inteligíveis para diferentes corpos e interpretações pré-estabelecidas que configuram um campo para o enlutável e o inelutável, no que tange aos casos de violência policial nos grandes centros brasileiros em relação às pessoas pretas. Este se constitui exemplo emblemático em que são registrados movimentos discursivos de poder comuns à desigualdade e condição de corpos e vidas *descartáveis*. Dessa maneira, o jornalismo aparece como um maquinário discursivo que produz, com certo domínio, a ordenação das materialidades cotidianas (Sepúlveda, 2022).

É possível notar um negligenciamento ou certa recusa de apresentar maior conscientização ao narrar certos acontecimentos relacionados aos pretos e pretas quando o assunto são delitos em que se envolvem vítimas ou agentes raciais, porque, recorrentemente, é nessa dimensão discursiva que decisões cruciais acontecem no campo das notícias (Sepúlveda, 2022), e é aí que se associa o jornalismo com a Análise de Discurso (AD), no sentido de, de certa forma, selecionar os acontecimentos como inteligíveis para a audiência.

Outrossim, como aponta Gregolin (2007), é fundamental a Análise de Discurso (AD) no tocante ao campo de estudo das questões raciais, já que ela oferece ferramentas conceituais, como as aqui observadas, para a análise desses acontecimentos discursivos, pois tomar-se-á como objeto de estudo a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história, como ver-se-á em um momento seguinte.

Para analisar a forma com que o discurso se constitui e como se comporta a mídia tradicional, utiliza-se a teoria da análise do discurso de, dentre outros, Fernandes (2005). Na sua síntese, o autor explica a noção de discurso, primeiramente desmembrando o sentido, a enunciação, a ideologia e as condições de produção. Os sujeitos se manifestam na linguagem através de efeitos de sentido (Fernandes, 2005). Seja no meio midiático ou não, o sujeito transforma o significado do que é falado em sentido do discurso.

Todo enunciador demonstra uma visão ideológica no seu enunciado, da mesma forma, o enunciador também transmite em seu discurso uma carga sócio-histórica-ideológica. Segundo Fernandes (2005), todo o texto carrega em sua comunicação valor ideológico. Por

esse mecanismo, pode-se compreender e analisar o discurso nos jornais brasileiros e localizar no seu conteúdo escrito do jornal a valoração empregada de teor sócio-histórico-ideológico.

A ideologia é uma condição de produção dos discursos em geral. Expõe-se, portanto, que toda forma de linguagem tem ideologia, porque é intrínseca aos signos linguísticos (Fernandes, 2005). Além de conteúdo ideológico, pode-se observar outras características que integram a noção do discurso que pressupõe aspectos históricos, sociais e ideológicos em toda produção linguística.

Nas condições de produção no discurso jornalístico, por exemplo, os discursos são influenciados pela política, por condições sociais, culturais e econômicas dos usuários de determinadas plataformas. As relações de poder também podem ser transmitidas pelo discurso das redes sociais, porque alguns usuários também podem apresentar um privilégio maior em relação à transmissão de informação, seja por meio de engajamento, algoritmos ou por quantidade de seguidores e interações.

Outra característica do discurso na rede é a construção identitária, isto é, a forma como o usuário se apresenta na rede. O indivíduo ou o grupo social pode criar uma diferente identidade, de forma que uma pessoa pode ter diferente classe social, raça, gênero e nome entre outras características diversas daquelas que marcam socialmente o indivíduo na realidade.

A intertextualidade está presente também nas condições de discursos das redes, porque todo discurso feito no ambiente online é influenciado, seja por *hashtags*, notícias, assunto mais comentados, ou algoritmos e postagens. Esta condição é um modo de estimular outros discursos conforme o ambiente que está inserido.

Outro fator são as normas de cada mídia social, as quais são contratos, em que o usuário adere, ou mesmo assina eletronicamente, para usufruir da plataforma. Muitas redes têm normas próprias, normas específicas ou até mesmo ausência de normas. Em alguns casos, as regras podem não estar de acordo com as leis de determinado país, ocasionando incompatibilidade. Dá-se, portanto, margem para a ocorrência de crimes na plataforma.

Tal incompatibilidade dificulta o sistema de justiça de combater determinados crimes que podem ocorrer nas plataformas. No que tange à condição de discursos, tem-se que trabalhar com o fato de existirem normas também que podem ser fator encorajador ao falante a proferir discursos de ódio, porque o usuário tem a sensação de que não será penalizado. Dessa forma, a falta ou presença de normas pode influenciar no discurso dos usuários em determinada plataforma, por ser uma condição social do homem.

No discurso dos jornais brasileiros, a condição de produção é lastreada na construção histórica do racismo no Brasil, desde o modo como a Monarquia utilizava os pretos para mão de obra e depois, com a Proclamação da República e todas suas nuances, já que houve uma demora para humanizar os descendentes de escravos. O conjunto de fatos históricos do Brasil constitui como a condição de produção age sobre o senso comum com base na cultura histórica, social e ideológica criadas pelo sistema.

Observa-se que nos jornais há presença de comentaristas de diversas áreas para trazer várias opiniões para o leitor formar uma opinião baseada em algumas daquelas escolhidas, ou seja, são diversas vozes para fomentar uma forma de pensamento no leitor/ouvinte. Esse exemplo é um dos modos em que a polifonia se torna presente no jornalismo, explicitamente ou não, considerando a intertextualidade presente nos textos, conforme relações político-sociais.

Ademais, o conceito de sujeito discursivo, enquadrado no jornal pelo colunista ou o repórter que assina a matéria, bem como os especialistas citados nos textos, justificam o porquê de nos textos midiáticos e nos demais discursos em geral existir a presença de várias vozes e diversas influências externas do ambiente que o discurso foi gerado. O conceito de identidade no texto é parte dos estudos culturais que explicam as relações sociopolíticas na sociedade, relações essas que têm definição transitória e modificam-se conforme o movimento do sujeito (Fernandes, 2005).

Para o entendimento da formação discursiva de um texto, conceitua-se as quatro características principais: formação discursiva, formação ideológica, memória discursiva e interdiscurso. A primeira, por exemplo, demonstra em um texto a fabricação ideológica encontrada no discurso (Fernandes, 2005). Como exemplo, utilizar-se-á o discurso de ódio como objeto para a análise de como é uma formação discursiva.

A formação discursiva fabricada com o fundamento de discriminação e preconceito é denominada como discurso de ódio, e tal construção ideológica do discurso de ódio é essencialmente criminosa, ou seja, uma prática que não é, ou pelo menos não deve ser aceita pela sociedade, inclusive judicialmente.

A memória discursiva no discurso de ódio é alimentada por valores, conhecimentos e experiências construídas ao longo do tempo. Assemelha-se com o senso comum, ou a propagação de uma prática cultural recorrente em uma sociedade. Como Baronas enuncia: “Não é somente como lembrança, de Memória individual; mas, como produto dessa diversidade de condições para se inscrever em um acontecimento” (Baronas, 2009). No discurso de ódio de cunho racista, há palavras e normas ditas há tempos por pessoas

impregnadas de preconceitos, ou seja, já é uma conduta tipificada e, quando praticada, gera uma memória e pode ser enquadrada como uma prática criminosa.

É este cruzamento da formação discursiva com a formação ideológica de um determinado conceito encontrado no texto que também provocam as conseqüentes relações de poder entre brancos e não brancos. É possível considerar também as definições de interdiscurso e interdiscursividade como conceitos primordiais a compreender como se dá, por exemplo, as várias imagens que a mulher preta possui, como o termo *mulata*, uma herança colonial, ou doméstica, dentre outros estereótipos.

O leitor e a leitora, ao receberem a informação expressa no jornal, formam uma opinião que o editorial gostaria de passar, em razão de ter sido escrito de maneira subentendida, isto é, subjetiva, um mecanismo estrutural que os jornais brasileiros empregam, ou não, na sua forma de escrita homogênea e repetitiva que reflete o racismo estrutural que a cultura brasileira perpassa por séculos.

O conceito de memória discursiva está diretamente ligado à reprodução de um discurso em contexto histórico e cultural, tanto que o discurso de mídias informativas carrega os aspectos culturais e históricos da sociedade em que a mídia está inserida. O discurso de determinado grupo ou indivíduo carrega uma memória coletiva do contexto histórico e cultural que estão inseridos. A memória no discurso também é responsável pela distinção ou semelhança entre grupos sociais, de forma a englobar características de uma sociedade através do discurso por aspectos socioculturais e acontecimentos históricos. (Fernandes, 2007).

Ao mesmo tempo, o discurso exposto nas redes sociais, sem quaisquer regulamentações, é um reflexo do comportamento social da sociedade brasileira. De forma que um texto pode ser construído e escrito com cunho racista, sem a possibilidade de a seara jurídica estar preparada amplamente para conseguir proteção; a forma como é repetida estrutura possibilidades.

Considera-se também como elementos de pesquisa a ligação da história material oriunda da história da escravidão no Brasil, a influência das políticas públicas de embranquecimento racial e a tentativa de empregar a cultura da antiga *metrópole* europeia na cultura nacional e a rejeição da cultura negra vinda dos escravos e seus descendentes. Essas camadas refletem diretamente nos discursos de circulação da grande mídia e na internalização da forma como toda a reportagem é empregada de cunho ideológico, histórico e social que está influenciada pela negação da cultura afro.

[...] É aí que o trabalho da Análise de Discurso pode fazer a diferença, uma vez que consiste em levar o sujeito a compreender a ‘espessura semântica’ da linguagem, sua ordem – a qual é historicamente determinada –, em levá-lo a considerar, enfim, que a linguagem não é transparente, e que o sentido dos dizeres não se dá numa relação direta entre a palavra e a coisa, de modo automatizado, mas se dá numa relação complexa da linguagem com o mundo e, nele, com suas tecnologias. De produzir, enfim, uma relação sensível do sujeito com a linguagem através de seus instrumentos, dentre eles, a mídia (Dias, 2018, n.p.).

Logo, observa-se que o estudo da Análise do Discurso (AD) é uma ferramenta para identificar um discurso de ódio, com a observação das estruturas discursivas. Ao analisar a linguagem pode-se expor a propagação de ideologias preconceituosas e discriminatórias, além de ajudar a enquadrar uma estrutura de um discurso racista.

A discursividade do racismo na imprensa digital

Nesta seção, pretende-se discorrer acerca do fenômeno tratado, quer seja o racismo, no discurso de ódio, quando colocado em notícias da imprensa digital que versam de alguma maneira sobre pessoas pretas. Para tanto, apresentamos o mecanismo de discurso das mídias através, sucintamente, dos desdobramentos históricos da formação do Brasil, mas principalmente, sobre a questão dos discursos de ódio e como a prática jornalística é construída.

O discurso de ódio contra os pretos tem raízes antigas no Brasil, porque vem sendo gerado e alimentado desde antes da Abolição da Escravatura, quando o preto era comparado à mercadoria e não era categorizado como um ser humano. Exemplificando o discurso de ódio, pode-se apontar que “os discursos de ódio são qualquer ato de expressão que inferiorize os indivíduos por características como raça, etnia, religião, orientação sexual, nacionalidade, deficiência física ou mental, dentre outras.” (Costa, 2021, p. 330).

O discurso de ódio implica, justamente, essa diferenciação das pessoas, que perpetua o preconceito. O intuito do combate ao discurso de ódio é a disseminação da diferenciação da sociedade, sem a categorização por raças, teoria exposta em seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* (Fanon, 2008, p. 185): “um regime baseado na exploração de uma raça por outra, no desprezo de uma parte da humanidade por uma civilização tida por superior”.

O discurso de ódio está em voga em debates sociais nas redes, inclusive, quanto à sua regulamentação e sanções, principalmente nas mídias sociais. A propagação desse discurso gera a desumanização de um indivíduo ou de um grupo social. Pelo fato desta mídia ser, tecnicamente, recente, torna-se difícil a regularização com a finalidade de penalizar os

praticantes de crimes de injúria, racismo, calúnia e qualquer outro que penalize a conduta de ofender alguém pelas mídias sociais.

A perpetuação do racismo, velado ou não, também está presente nos noticiários, seja quando se relatam casos de crimes contra vítimas pretas, seja quando crimes praticados por pessoas pretas ganham o noticiário. Por certo, atualmente o setor midiático, em específico os jornais, possivelmente são grandes representações das relações étnicas hierarquizantes no Brasil, não necessariamente porque a informação é repassada de maneira racista. Em alguns casos, a questão é que, a partir da informação, pode-se enxergar o desdobramento negativo que a notícia provoca socialmente, observando os comentários, *posts* e *reposts* compartilhando opiniões diversas sobre o fato narrado.

Ademais, o papel dos estudos linguísticos na mencionada relação está diretamente ligado com a forma com que o discurso é feito para a informação ser repassada, isto é, transmitida para a população por intermédio de vocabulário próprio. Portanto, interessa-nos perceber como o discurso de ódio emerge e circula em comentários a partir de notícias sobre delitos praticados por pessoas negras nas mídias sociais. Fala-se em racismo discursivo como uma temática dos estudos discursivos. Mendes (2018) relata:

Não é difícil formular que a dominação discursiva pode trazer consequências mentais negativas, além de estar vinculada à manipulação de estereótipos e preconceitos que podem levar à desigualdade social. Uma cultura racista é sempre permeada de estereótipos que se reforçam pela reprodução dos discursos preconceituosos e levam muitos negros e mestiços a regularem suas aspirações de acordo com o que é imposto pelas classes dominantes. Enquanto isso, os militantes negros, como sujeitos de suas ações, desdobram-se em defesa de uma identidade positiva e do combate ao racismo (Mendes, 2018, p. 153).

A prática jornalística como produtora e disseminadora de informação aos leitores, cidadãos e cidadãs, possui, como aponta Guimarães (1996), a principal característica do que o autor entende por *racismo à brasileira*, quando as práticas raciais são confundidas e justificadas, na mesma medida que legitimadas, como uma discriminação de posições sociais.

O racismo brasileiro torna-se visível apenas quando a estrutura social brasileira deixa de ser pensada e imaginada nos termos de uma sociedade de classes, por certo, nos moldes europeus, e passa a ser conceitualizada nos termos de uma sociedade hierárquica (Guimarães, 1996).

Afirma-se, então, que a condição social no cenário nacional ainda continua sendo grande impeditivo para a igualdade social, porquanto a estrutura é tomada como uma ordem

de classes, em que a discriminação permanece invisível ou, quando visibilizada, serve apenas como reafirmação ritualística dos princípios de discriminação.

Uma relação entre o delito praticado e os desdobramentos sociojurídicos

Nesta seção, discute-se como o discurso de ódio emerge e circula em comentários a partir de notícias sobre delitos praticados por pessoas negras nas mídias sociais, tendo em vista um caso escolhido pelos pesquisadores. Dessa forma, o intuito é de compreender o racismo através dos discursos presentes nas atuais mídias sociais, com desdobramentos como o exposto por Costa (2021):

Os discursos de ódio de cunho racista e discriminatório migraram para um novo ambiente em ascensão, a internet. Indivíduos que aparentemente sentem-se protegidos por uma concepção de anonimato aproveitam esta ferramenta para espalhar discursos racistas e discriminatórios pelas mídias sociais, proferindo de modo ofensivo a integralidade da pessoa humana, com palavras, mensagens e diferentes outros meios de conteúdo que denigrem e ofendem a determinados grupos da sociedade pelos motivos acima já expostos (Costa, 2021, p. 332).

Estão cada vez mais presentes nas redes sociais brasileiras as chamadas *acusações nos comentários*, que são, em suma, comentários feitos por perfis sobre notícias registrando sua própria opinião acusatória sobre um fato que está sendo narrado pela imprensa. Trata-se, no caso analisado, de comentários, no *Twitter*,⁴ que julgam a prática de um crime consumado por uma pessoa preta, uma mulher, que de modo sucinto, teria roubado um *punhado* de carne em um supermercado para vender e conseguir alimentar seu filho.⁵

A notícia foi divulgada por sites como o da Revista Fórum, que possui grande alcance nacional, perceptível em razão de as notícias veiculadas serem facilmente replicadas pelos usuários em redes sociais. Importante entender que a mencionada revista se constitui em como órgão de imprensa dependente de assinantes, e, portanto, possui inicialmente um nicho de público bem definido.

A notícia registra uma mulher identificada como P.S.S., de 19 anos e mãe de um filho de aproximadamente um ano, à época dos fatos. A moradora do Rio de Janeiro foi detida pela polícia após furtar peças de carne em um supermercado. A Justiça ignorou sua condição de extrema vulnerabilidade e a forçou a pagar R\$ 500 (quinhentos reais) para evitar a prisão ao

⁴ A denominada rede social, diante da produção do artigo, teve seu nome modificado para X. Os autores optaram por fazer referência à mídia por seu nome antigo em razão do amplo conhecimento.

⁵ VASQUES, Lucas. Solidariedade salva jovem negra de injustiça e a faz sonhar. Revista Fórum, 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/direitos/2021/10/8/solidariedade-salva-jovem-negra-de-injustia-faz-sonhar-104464.html>. Acesso em: 02 mai. 2023.

final do processo. O advogado que representa P.S.S., instituído nos autos do processo após a saída da Defensoria Pública do caso, relatou aos veículos midiáticos que a mulher teve a ideia do furto porque estava sem comida em casa e não tinha como alimentar seu filho. O objetivo era vender as peças de carne, para que conseguisse comprar comida. Outrossim, posteriormente, foi feita uma vaquinha na internet para que P.S.S. pudesse pagar o acordo de não persecução penal feito, em que R \$500 (quinhentos reais) substituiriam sua possível condenação.

Eis o motivo da escolha deste relato narrado para a análise do presente trabalho, quer seja uma mulher preta e mãe que furta um pedaço de carne para alimentar a prole e que se depara com repercussões cibernéticas de ordem julgadora, resultante de relações étnico-raciais e sociopolíticas. Quer-se analisar os desdobramentos da notícia quando colocada em rede social, em que se observa o cunho dos quatro comentários analisados, que estão regados de preconceito racial, pelo fato da acusada ser preta.

Os comentários a seguir puderam ser extraídos na rede social Twitter, quando postada por um usuário que relata a notícia do caso já mencionado. Importante mencionar que a postagem feita por internauta relatando o caso e pedindo ajuda para P.S.S está acompanhada de fotos dela, sendo possível relacionar sua aparência física às informações dadas.

[...] Minha mãe é (sic) minhas irmãs n tínhamos o que comer e ela n fez isso. Do jeito que o povo é doido. Minha mãe conseguiu um trabalho equivalente a 300,00 por mês para ir 3x na semana se matar de faxina.

Nesta primeira oração, em que o comentário cita o exemplo de vida do usuário para embasar sua opinião sobre o delito, vemos o uso do enunciador que utiliza o contexto histórico de vida para justificar sua opinião sobre o outro, mesmo que viva em diferente contexto. O comentarista acaba por generalizar em seu discurso meritocrático que ambos, o enunciador e a praticante do delito, fazendo coincidir o narrador e o sujeito falado, que devem agir igualmente a partir de um discurso moral.

Se vc der 10 mil reais pra ela no outro dia ela aparece com um Iphone e uma tatuagem.

É possível perceber fatores similares no segundo comentário, em que o enunciador utiliza um objeto de grande valor aquisitivo e com bastante fama no mercado para explicar com o que a mulher pobre utilizaria o dinheiro. Está sugerido um objeto que denunciaria a

falta de capacidade para avaliar valores. É possível observar no discurso dos usuários da rede social a generalização no intuito de criar no imaginário do leitor que todo pobre teria a mesma mentalidade e gastaria o dinheiro com o mesmo objeto, que as pessoas da mesma classe e raça teriam um mesmo pensamento limitado. Há, portanto, um discurso implícito de ofensa a uma classe social, observando uma movimentação de sentido, onde há um objeto simbólico na linguagem.

Roubou picanha e vcs vão fazer vaquinha para ajudar? Turma de mal caráter. Roubar picanha para vender tinha que estar é presa. País de brincadeira esse. Ela pode receber uma cesta básica... Fazer uma faxina... mas não... Vai roubar!

Ah pelo amor de Deus também né, vocês tão (sic) cegos, isso não foi por conta de necessidade não, 760\$ só de picanha, isso aí foi roubo mesmo. Se fosse pro (sic) filho dela não ia importar de ser picanha ou uma carne mais barata, logo 760\$ de picanha. Isso era para revender ou trocar por drogas.

A questão a ser observada é a existência do recorte racial a ser demonstrado nos comentários sobre a notícia. Os comentários acima reproduzidos não são produzidos explicitamente pela imprensa, pois esta possui função de veicular o fato e presume-se democrática e respeitadora dos direitos humanos. No entanto, o discurso de ódio gerado na internet, seja em comentários, seja com os chamados *reposts*, demonstra haver uma diferenciação étnico-racial persistente na sociedade quando se trata de pessoas pretas, em especial mulheres-mães-pretas.

Outro componente é o fato de se tratar de uma mulher preta e que, historicamente, em razão da difusão de ideologias embranquecedoras, é vista como mulher malandra, que serve para serviços domésticos ou para atividades degradantes, como aponta Lélia González (1984):

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base da prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (González, 1984, p. 231).

Como informa a autora, a perseguição policial sistemática é matéria de frequentes questionamentos quando se estudam as relações entre o poder público e o sistema de justiça em geral e a população preta. *In casu*, compreende-se que, ao invés de figuras masculinas

serem o objeto de perseguição, é a mulher-mãe, que muitas vezes no contexto social brasileiro ocupa a posição de *chefe de família*, que sofre represálias.

A posição de faxineira para a mulher preta, mencionada em um dos comentários observados, deve ser vista como um marcador social. Significa relacionar a mulher preta como subalterna socialmente, ou seja, aquela que precisa e, na verdade, existe propriamente para servir. Há, para tanto, várias camadas ideológicas-sociais que hierarquizam a mulher racializada como ocupante quase que *natural* do espaço de serviços domésticos. O fato de um internauta prontamente dizer que, ao invés de furtar carne para consumo de seus filhos, P.S.S deveria estar fazendo faxina, demonstra que a suposta previsibilidade e a exclusão são os lugares destinados às mulheres pretas.

Outrossim, o sujeito pressupõe em seu discurso que haveria uma opção para a mulher, que haveria uma cesta básica e um trabalho de faxina, construindo um objeto imaginário socioideológico em que houvesse opção para a mulher, um apelo à memória na produção do discurso.

O lugar histórico-social nos quais os sujeitos enunciadore de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e intervém a título de condições de produção do discurso. Não se trata da realidade física e sim de um objeto imaginário socioideológico. Trata-se de alguma coisa mais forte - que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua, que vai se historicizando [...] marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder (Orlandi apud Pêcheux, 1999, p. 32).

Ainda, em um dos comentários, o usuário diz que supostamente a mulher trocaria o valor da picanha por drogas, mais uma citação que o usuário retira do seu imaginário a partir de discursos ideológicos difusos socialmente, dando a entender que pessoas de classe social subalterna e pretas seriam usuárias de drogas. É uma fala com um cunho preconceituoso, que novamente produz conclusões oriundas de uma ideologia difundida que pessoas negras são usuárias de drogas, reproduzindo estereotipagem.

Em termos jurídicos, na notícia exposta pela Revista Fórum há a suposta prática de crime que lida com o devido processo legal, ampla defesa e todos os trâmites jurídicos impostos ao delito de furto. Deve-se se vislumbrar, inclusive, que a mencionada Revista possui uma temática editorial voltada a assuntos progressistas e concepções sociais ideológicas que tencionam uma abordagem de temáticas com orientação à esquerda, como as pautas identitárias, e isso reflete em seu público, mas também incomoda outros grupos.

Mas, o que se analisa aqui são os comentários de julgamentos de teor moral postados em rede social, o *Twitter*, acusando, sem provas legais e sem mais informações pertinentes sobre o caso, a real intenção da prática do crime, de forma a julgar, duplamente, as motivações do porquê uma mulher preta roubaria itens de alimentação de um supermercado.

As acusações nos comentários são motivadas pelo preconceito e por um juízo de valor sobre o que uma pessoa desse grupo marginalizado deveria ou não deveria fazer. No âmbito de redes sociais e, em especial, em comentários de notícias que trazem pessoas negras supostamente autoras, é notório casos de racismo sem o menor grau de responsabilidade dos usuários e usuárias de redes sociais e, com acusações caluniosas, parecem se perpetuar.

Essa visão deturpada que a sociedade brasileira tem contra pessoas negras têm raízes históricas profundas, que remontam ao período da escravidão, em que homens negros eram tratados como criminosos em potencial, e mulheres negras como empregadas e parideiras. Desde então, essa imagem estereotipada foi reproduzida nos moldes dominantes sociais, levando a uma associação entre negritude e criminalidade, acompanhando o nascimento de uma nação. Esta forma de preconceito racial é citada por González, de maneira sarcástica:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo, é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente (González, 1984, p. 225).

Ora, observa-se que esses comentários recriminando a suposta atitude na reportagem são usados para justificar certa discriminação racial, a qual é naturalizada. Constitui-se em um dos mecanismos que as pessoas utilizam para reforçar discursos produzidos e reproduzidos socialmente. A naturalização da raça e de seus estereotipados comportamentos descreve a necessidade subjetiva de controle de raças não dominantes.

Ademais, em excerto de um dos comentários: “Se vc der 10 mil reais pra ela no outro dia ela aparece com um Iphone e uma tatuagem.” A afirmação expõe, sobretudo, um recorte que deve ser analisado sob a lente do sistema capitalista, em razão de demonstrar um símbolo do consumo e do poder aquisitivo, quer seja um celular da marca *Apple*, como capaz de provocar nos indivíduos a sensação de elevação hierárquica social. Desse modo, subjetivamente afirma o comentário que P.S.S, se recebesse a quantia monetária, preferiria comprar um Iphone ao alimentar seu filho. Ao mesmo tempo, o Iphone na mão de uma pessoa pobre possui uma simbologia. É um ícone que marca, no imaginário social, há por parte de

P.S.S e, conseqüentemente, da população pobre e preta, a incapacidade de julgar o que é essencial para sua sobrevivência, o que González (1984) faz referência no que diz respeito ao julgamento de incapacidade intelectual.

As falas de internautas expostas podem demonstrar que as acusações são baseadas em estereótipos e preconceitos infundados, o que torna ainda mais árduo o sofrimento imposto à mulher preta. É possível perceber, inclusive, como o machismo opera neste caso.

Foi feita rapidamente a comparação de P.S.S., em dois comentários narrados, com a mãe e a irmã do leitor e usuário do Twitter, no sentido de externar que seus familiares seriam incapazes de cometer um furto por ter boa *moral social* e, para além, subjetivamente manifestar que o lugar destinado às mães, irmãs e mulheres no geral é o espaço doméstico.

A seara moral presente no imaginário social, ou seja, o que é socialmente caracterizado como bom costume e o que não é, deve ser entendido também como um dos produtos da hegemonia discursiva.

O racismo é um fenômeno complexo e multifacetado, que se manifesta de diferentes maneiras na sociedade brasileira, e um dos caminhos de superá-lo é através da valorização da cultura negra, como aponta González (1984). O mundo cibernético necessita de mecanismos que punam práticas embasadas em preconceitos raciais e hierarquizantes, de forma a evitar dar espaço e proliferação de discursos racistas.

No âmbito jurídico, os comentários racistas feitos em qualquer mídia social podem ser enquadrados pela Lei 7.716 de 1989, norma que tipifica o crime de racismo, e que pune qualquer conduta que discrimine a pessoa pelo fato de ser preta. O crime de racismo é imprescritível no Brasil, portanto, mesmo comentários antigos podem ser punidos. As sanções para a prática de racismo compreendem a multa ou até mesmo privação de liberdade, além do fato de que o autor do comentário pode ser condenado a indenizar a vítima por danos morais sofridos pela espécie de difamação.

Segundo o Ministro do STF Luís Roberto Barroso, no julgamento do Habeas Corpus 82424 sobre a tipificação da injúria racial na Lei do Crime Racial, salienta:

[...] Embora com atraso, o país está reconhecendo a existência do racismo estrutural, salientando-se que não são apenas as ofensas, pois muitas vezes a linguagem naturalizada embute um preconceito, de tal maneira que não podemos ser condescendentes com essa continuidade de práticas e de linguagem que reproduzem o padrão discriminatório (Moreira, 2023, p. 2).

Com isto, vê-se que o Brasil tem mecanismos jurídicos necessários para punir as possíveis práticas, até mesmo em âmbito virtual, em relação à Lei n.º 12.965, de 23 de abril

2014 (Marco Civil da Internet), entretanto, havendo falta de fiscalização e políticas que possam regular comentários como os exemplos relatados. Nesse viés, é preciso enxergar as problemáticas tratadas com as lentes que vão além da seara jurídica. Se assim fosse, as normas existentes estariam sendo efetivas. O assunto deve ser tratado na esfera social, em razão de ser produto de um conjunto de atribuições culturais que colocam as pessoas pretas, aqui tratando da mulher preta, como sujeitos a violências particulares. Além disso, os modos de controle do discurso nas redes ainda são matérias recentes e, neste caso, ainda existem problemáticas quanto aos sustentos jurídicos, até mesmo no que tange a capacidade de construir um sistema de justiça e Poder Judiciário voltados para críticas sociais de raízes estruturais, como o racismo.

As redes sociais, em especial a aqui tratada (*Twitter*), têm a capacidade de expor o que há de mais subjetivo nos usuários que ali comentam e replicam discursos de ódio - o conjunto ideológico discursivo em que é construído a partir de repetições e relações hierárquicas e dominantes de poder. As manifestações analisadas reproduzem estereótipos cercados de valores morais, produções de sentido e práticas penalizadoras da população negra. O que se quer, portanto, é demonstrar que o conhecimento atinge o campo da conscientização e da formação social, na medida em que é previamente selecionado para compor a materialidade de pensamento do conjunto sociocultural.

Considerações finais

Ora se conclui, portanto, que as redes sociais propagam atualmente uma abundância de discursos de ódio devido, dentre outros fatores, à sua falta de regularização e à formação cultural do país. Os comentários analisados a partir de reverberações de reportagens de jornais geram diversos discursos preconceituosos contra minorias no Brasil, principalmente contra a população preta, nesta pesquisa compreendida.

Com a utilização da Análise de Discurso (AD), os pesquisadores interpretam as relações sociais em comentários proferidos nas redes sociais a partir da compreensão do processo de formação discursiva e ideológica. Com a Análise do Discurso (AD), tem-se a compreensão de que todo discurso tem valor político, social e histórico, inclusive o discurso utilizado em grandes jornais de circulação nacional, sejam jornais independentes ou mercadológicos, progressistas ou conservadores.

Observou-se que, quando a notícia envolve uma mulher preta, principalmente no setor de investigação policial pelo cometimento de delitos, há um excesso de comentários com a principal implicação de valores morais e estereótipos herdados da colonialidade.

Para tanto, as manifestações dos leitores e leitoras relatam uma realidade brasileira: o racismo como fenômeno internalizado no país. Há uma propagação do racismo desde os primórdios no país, isto é, desde a época da escravidão, passando pela pós-abolição até a instalação da falsa ideia de democracia racial. Observou-se um discurso tipicamente hierarquizante, em que se utilizam de construções discursivas para inferiorização da população preta.

No que tange ao campo jurídico, compreendeu-se que, apesar de haver certa regulamentação acerca de boas práticas digitais e do racismo, bem como suas sanções, é ausente muitas vezes uma efetiva regulamentação para criminalizar todos os atos praticados através dos desdobramentos do discurso de ódio. Contudo, visível é a prática de crimes contra a população preta, e a necessidade se obter o ordenamento jurídico como aliado contra as práticas discriminatórias e hierarquizantes. Por certo, o fenômeno da violência racial, seja institucional, física ou cibernética, tem-se propagado no país e é fundamental o entendimento trabalhado de ser o objeto de pesquisa legitimado estruturalmente, isto é, resultado de um sistema estruturado e estruturante.

Portanto, qualifica-se não só no campo das teorias da Análise do Discurso (AD), mas também em decorrência de estudos sociojurídicos, a necessidade de um trato adequado pelo Judiciário acerca da prática de crimes de racismo nas mídias sociais propulsionados pelo discurso de ódio, matéria que está em voga atualmente e que necessita ter uma atenção maior pelas autoridades.

A utilização do discurso de ódio como forma de se propagar racismo deve ser também tipificado e passível de sanções nos ditames legais, bem como combatido de forma a respeitar toda e qualquer etnia. De outro turno, obteve-se o entendimento de que somente a seara jurídica não tem o poder de sustar e esgotar o tema, uma vez que o imaginário social é fabricado e reproduzido conforme ditames ideológicos que cercam a individualidade para a produção de um discurso social discriminatório.

Referências

BARONAS, R. L. I Ciclo de Palestras em Análise de Discurso- Análise de Discurso: teorizações e métodos. **Universidade Federal de São Carlos**. 2009.

COSTA, Kevin. Liberdade de expressão e discurso de ódio nas mídias sociais. **Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí**. Ed.01, p. 324-343, jan/jun 2021. Disponível em: <https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2022/01/Liberdade-de-expressa%CC%83o-e-discurso-de-o%CC%81dio-nas-mi%CC%81dias-sociais.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2023.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 1-202.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, v. 4, p. 11-25, 2007.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Edição revisada e ampliada. Trilhas Urbanas, 2005.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje—Anuário de Antropologia**, Política e Sociologia. 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 21 mai. 2023.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O recente anti-racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários. **Revista USP**, n. 28, p. 84-95, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28366/30224>. Acesso em: 01 mai. 2023.

MENDES, Mirian Lucia Brandao. **A construção descritiva do racismo no século XIX: um estudo dos jornais Correio Paulistano e A Redenção**. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/LETR-AZUJUP>. Acesso em: 06 mai. 2023.

MOREIRA, Rômulo. A nova Lei N° 14.532/23 e o crime de injúria racial. **Revista Pensamento Penal**. No.452, p. 1-4. jan. 2023. Disponível em: <https://www.pensamientopenal.com.ar/system/files/A%20nova%20Lei%20n%C2%BA.%2014.532-23%20e%20o%20crime%20de%20inju%CC%81ria%20racial%20-%20EDITADO.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

SEPÚLVEDA, Lucas Afonso. Um jornalismo sem raça? O inteligível e enlutável na cobertura da Folha de S. Paulo sobre a violência policial. **LÍBERO**, n. 51, p. 241-255, 2022. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1615>. Acesso em: 04 mai. 2023.

Sobre os autores

Gabriella Leite de Barros (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0942-0709>)

Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso. Investiga relações entre gênero e sexualidade em grupos de pesquisa, construindo trabalhos acadêmicos na área. E-mail: gabileitedebarros@hotmail.com.

Luana de Souza Alves Pereira (Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0007-1152-6568>)

Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: luanadesouzaap@outlook.com.

Deyvisson Pereira da Costa (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8401-7122>)

Doutor em Comunicação, Docente na UFMT, Campus Araguaia (2009), lidera o grupo de pesquisa Limiar - Estudos de Linguagem e Mídia (2010), integra o Núcleo Libertas de Estudos, Pesquisa e Extensão em Práticas de Liberdade e atua como docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO/UFMT). E-mail: deyvissoncosta@yahoo.com.br.

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em novembro de 2023.

Manifestações em Brasília no período pós-eleitoral: uma análise textual-discursiva da violência verbal na construção do *ethos* em discurso nativo digital do *Twitter*¹

Demonstrations in Brasilia in the post-election period: a textual-discursive analysis of verbal violence in the construction of ethos in Twitter's digital native discourse

Bharbara Bonelle de Sousa²

Mayra Duarte Figueira³

Rivaldo Capistrano de Souza Júnior⁴

Resumo: Neste artigo, objetivamos analisar a violência verbal (Amossy, 2017; Cabral 2018, 2020) em comentários do *Twitter*, observando como a linguagem agressiva e hostil constitui-se como relevante estratégia para a construção do *ethos*. Para tanto, selecionamos um conjunto de comentários vinculados ao *tweet* do ex-presidente Jair Bolsonaro, no dia 08 de janeiro de 2023. Desse modo, considerando a relevância de categorias analíticas da Linguística Textual para a análise argumentativa do discurso (Cavalcante *et al.*, 2020, 2022), elegemos a referenciação como critério textual passível de ser mobilizado para a análise da argumentatividade em interações polêmicas e assumimos o pressuposto de que a violência verbal, conforme Cabral (2018, 2020), situa-se num quadro em que os sujeitos utilizam argumentos *ad hominem* para marcar argumentativamente o distanciamento em relação ao outro e para construir uma imagem de si. Com base nas análises empreendidas, concluímos que objetos de discurso i) contribuem para a instauração, manutenção e atualização da interação polêmica e ii) constituem-se, no jogo polêmico, relevante recurso de violência verbal, reforçando o caráter dicotômico da polêmica, bem como uma estratégia para a construção do *ethos*.

Palavras-chave: interações polêmicas; violência verbal; referenciação; *ethos*; comentários no *Twitter*.

Abstract: In this article, we aim to analyze verbal violence (Amossy, 2017; Cabral 2018, 2020) in Twitter comments, observing how aggressive and hostile language constitutes a relevant strategy for building ethos. To do so, we selected a set of comments to the tweet of former

¹ Este artigo é parte da Tese de Doutorado em andamento, intitulada *Polêmica, Argumentação e Estratégias De Textualização: Uma Análise Da Violência e Emoções na Construção do Ethos nos Tweets de Jair Bolsonaro*, de Bharbara Bonelle de Sousa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, sob a orientação do Prof. Dr. Rivaldo Capistrano Júnior.

² Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. E-mail: bharbara_bonelles@hotmail.com.

³ Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. E-mail: mayra_duarte@hotmai.com.

⁴ Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Línguas e Letras, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. E-mail: r.capistrano@uol.com.br.

president Jair Bolsonaro, on January 8, 2023. Thus, considering the relevance of analytical categories of Textual Linguistics for argumentative discourse analysis (Cavalcante *et al.*, 2020,2022), we chose referencing as a textual criterion possible to be mobilized for the analysis of argumentativeness in controversial interactions and we assume that verbal violence, according to Cabral (2018, 2020), is located in a framework in which subjects use ad hominem arguments to argumentatively mark the distance in relation to the other and to build an image of oneself. Based on the analysis carried out, we conclude that discourse objects i) contribute to the establishment, maintenance and updating of the polemical interaction and ii) constitute, in the polemical game, a relevant resource of verbal violence, reinforcing the dichotomous nature of the controversy, as well as a strategy for building an ethos.

Keywords: polemical interactions; verbal violence; ethos; referencing; comments on Twitter.

Introdução

As construções discursivas e argumentativas em redes sociais são um processo complexo e diversificado, similarmente às dinâmicas sociais fora delas. Entretanto, o extenso alcance dessas produções, bem como sua rápida propagação, amplia essa configuração das dinâmicas face a face, haja vista as transformações postas pela disposição dos recursos em ambiente digital. Nesse contexto, é importante salientar que “falar em tecnodiscurso, tecnopalavra, tecnogismo, tecnogênero [...] é afirmar que os discursos digitais nativos não são de ordem puramente linguageira, mas que as determinações técnicas constroem as formas linguageiras.” (Paveau, 2021, p. 22).

Os ambientes virtuais são, no cenário atual, espaços de vastas produções permeadas por recursos que antes não estavam dispostos nas interações textuais-discursivas. Isso está posto no fato de que a escrita digital amplia a capacidade da escrita dos humanos, de forma a permitir maior expressão e comunicação (Paveau, 2021, p. 53). De modo proporcional a esse crescimento das manifestações discursivas, nota-se a utilização da violência como parte do processo de interação e como uma ferramenta da imagem de si, viabilizando a imagem do outro.

Nessa perspectiva, neste trabalho, propomos utilizar os estudos da referenciação (Cavalcante, 2011, Cavalcante *et al.*, 2020, Cavalcante; Martins, 2020, Cavalcante *et al.*, 2022), para analisar os processos linguageiros verbais e não verbais na construção do *ethos* discursivo (Amossy, 2016). Para isso, buscaremos também análise da polêmica (AMOSSY, 2008, 2011, 2017, 2018) aliada à instauração da violência verbal (Cabral 2018, 2020), a fim de verificarmos, em um processo dicotômico de posicionamento, como a violência pode funcionar como um recurso que colabora para a construção do *ethos*, ao mesmo tempo em que ataca a representação do outro no discurso. Tendo em vista que nossas análises serão realizadas a partir de um recorte

de publicações do *Twitter*, nos valem de algumas concepções apresentadas por Paveau (2021) nas orientações metodológicas do nosso trabalho.

Com esses objetivos definidos, organizamos, além desta introdução e da conclusão, o artigo em quatro seções: na primeira, discorremos sobre a polêmica como modalidade argumentativa (Amossy, 2008, 2018; Cavalcante *et al.*, 2020); na segunda, o *ethos* discursivo nas interações polêmicas (Amossy, 2017; Cabral, 2018; Cavalcante, 2017; Macedo; Cavalcante, 2019); na terceira seção, tratamos da referenciação e de sua relação com a argumentação (Cavalcante *et al.*, 2019, 2020, 2022; Matos, 2018); na quarta, procedemos à análise.

A polêmica como modalidade argumentativa e seus traços definitórios

A Teoria da Argumentação no Discurso (TAD), proposta por Ruth Amossy (2018), tem como preocupação central o estudo da argumentação e de suas estratégias de persuasão no discurso. Alinhada à perspectiva dialógica de Bakhtin, Amossy toma como princípio dialógico a noção de responsividade ativa e coloca a argumentação como sendo inseparável do funcionamento discursivo. Diferentemente da concepção retórica, na qual o sujeito faz de seu discurso um instrumento de persuasão com vistas à adesão de sua tese pelo auditório, a TAD redefine o sujeito retórico autônomo de acordo com o papel social que ele desempenha, pois é a partir da inscrição do sujeito em sua fala social e em determinada doxa que ele busca estrategicamente orientar o outro com o qual interage e, conseqüentemente, busca influenciá-lo.

Nessa perspectiva dialógica, Amossy (2011) reformula o conceito de argumentação da Nova Retórica, de Chaim Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), passando a considerá-la como a “tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário.”. Nesse sentido, Amossy “considera a argumentação, entendida como forma de influenciar o outro no seu modo de ver, pensar, agir e sentir (Amossy, 2018), e sua relação com o discurso, com o contexto sócio-histórico” (Capistrano Júnior, 2023). Dessa forma, os sujeitos são colocados como agentes de seu dizer, ao negociarem a todo instante com os interlocutores (em seus papéis sociais) para buscar atender seus propósitos. (Cavalcante *et al.*, 2020)

Essa concepção evidencia a necessidade de analisarmos as práticas discursivas em um *continuum* de argumentatividade em que os discursos, integrados em práticas sociais, nem sempre buscam levar o auditório à adesão de uma tese, mas que todo discurso tende a orientar os modos de ver, de pensar e sentir dos interlocutores. A esse respeito, podemos dizer que

argumentatividade é inerente ao discurso, e frequentemente tenta-se persuadir um auditório a aderir a uma tese⁵, o que Cavalcante *et al.* (2020) compreende como uma visada argumentativa, ou procura-se modificar a orientação do modo particular de ver as coisas, denominado por esses mesmos autores como orientação argumentativa. Isso quer dizer, conforme Amossy (2008), que a argumentação é modular e varia num *continuum*, podendo os textos apresentar diferentes possibilidades de modalidade argumentativa. Por modalidades argumentativas entende-se como sendo os “tipos de troca argumentativa que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona num quadro tanto dialogal quanto dialógico” (Amossy, 2008, p. 232). Melhor dizendo, há diferentes formas de estrategicamente tentar influenciar o outro.

Amossy (2008) apresenta seis modalidades argumentativas baseadas i) nos papéis desempenhados pelos participantes no dispositivo enunciativo (parceiros, adversários); ii) na maneira pela qual ocorre a tentativa de persuasão (apaixonada, racional, colaborativa, instrutiva); e iii) no modo como o interlocutor é concebido (ser de razão e/ou de sentimento, aluno ou discípulo, cúmplice ou rival etc.). Essas modalidades foram resumidas em: modalidade demonstrativa, modalidade pedagógica, modalidade patêmica, modalidade por coconstrução, modalidade negociada e modalidade polêmica.

A modalidade polêmica foi a única a receber de Amossy (2017) um tratamento metodológico específico. Essa modalidade consiste em um “debate em torno de uma questão de atualidade, de interesse público, que comporta os anseios da sociedade mais ou menos importantes numa dada cultura” (Amossy, 2017, p. 49). A polêmica preenche funções sociais importantes, precisamente em razão do que é em geral criticado nela: uma gestão verbal do conflito realizado sob o modo da dissensão e, portanto, está atrelada ao desacordo, ao debate entre opiniões antagônicas, o que configura esta como sua primeira característica.

Para Amossy (2017), são três as características que determinam a modalidade polêmica: a dicotomização, a polarização e a desqualificação do outro, que pode facilmente dar origem à violência verbal. A dicotomização diz respeito ao choque de opiniões antagônicas, na qual o conflito é raiz de toda a polêmica e peça central dessa modalidade argumentativa. Esse choque de opiniões evidencia papéis sociais em dois extremos, sendo uma questão discursiva atualizada na interação e, por isso, corrobora a radicalização do debate e inviabiliza a possibilidade de um acordo.

⁵ Em consonância com Cavalcante *et al.* (2020), utilizamos os termos *tese* e *ponto de vista*, para nos referirmos, respectivamente, à opinião estrategicamente defendida por um locutor (baseada em argumentos) com vista à sua adesão pelo auditório e à expressão de um modo particular de ver as coisas, que é inerente a todo e qualquer dizer.

O segundo traço característico da polêmica é a polarização social, que promove o agrupamento com base na identificação e na consolidação da identidade de grupos sociais. É na polarização que a dicotomização é atualizada, tendo em vista que nela os atores podem exercer os papéis sociais de Proponente (aquele que tem a função de defender uma das teses), e de Oponente (aquele cujo papel é opor-se à tese defendida pelo Proponente e se coloca no extremo oposto da polarização). A terceira característica da polêmica é a desqualificação do outro e, secundariamente, a violência verbal. Essa característica está relacionada à forma com que os actantes agem discursivamente para depreciar o outro e convencer um terceiro.

O terceiro é um participante indireto, considerado pelos interlocutores como uma participação *silenciosa* na qual é levado a aderir ao ponto de vista. Para persuadir o terceiro, o Proponente não só tenta defender sua tese em relação ao Oponente, como também tenta desqualificar o adversário e seus argumentos, com o objetivo de deslegitimá-lo, mostrando que seu discurso não é confiável ou é inconsequente. Assim, Proponente e Oponente atuam como adversários, e ambos atacam e refutam a tese do outro, por meio da negação, da ironia, da distorção, da descredibilização etc. Nessa relação, ao refutar a tese do adversário, os actantes promovem a desqualificação do outro, bem como, conseqüentemente, delimitam a construção da sua própria imagem. Para tanto, podem fazer uso da violência verbal, tema da próxima seção.

A construção do *ethos* discursivo via desqualificação do outro na polêmica

Para Cavalcante (2017), a polêmica se constrói através das interações públicas ou semipúblicas que tratam de uma questão social e se manifesta na circulação dos discursos, via textos. Nesse sentido, compreendemos a polêmica pública como uma criação que emana de um confronto interdiscursivo. Apesar disso, assim como postula a autora, é no texto que esse fenômeno eclode. Nessa perspectiva, entendemos que, em uma interação polêmica, a tentativa de desqualificar o outro está diretamente relacionada à questão da violência verbal, tendo em vista que Proponente e Oponente, objetivando convencer o terceiro, podem, de forma agonística e com suas teses antagônicas, fazer uso de expressões linguísticas de teor depreciativo.

Assim, a desqualificação do outro pode ocorrer a partir de uma tentativa de desmerecer o discurso do adversário pela inaceitação de sua tese, mesmo havendo reconhecimento do auditório ao discurso atacado pelo Proponente. Além disso, essa desqualificação pode ocorrer de forma que o Proponente deprecie o adversário, atacando a sua imagem. Dizemos, assim, que a primeira forma de desqualificação ocorre centrada no *logos* e a segunda com foco no *ethos* (Macedo; Cavalcante, 2019).

Nota-se, portanto, que, a fim de construir a desqualificação do outro, a estratégia utilizada será a de deslegitimar o adversário e para isso, muitas vezes, o desqualificador fará uso do argumento *ad hominem*, que é aquele dirigido à pessoa do adversário, para pôr em dúvida a credibilidade do outro (Amossy, 2017). É interessante observar que todo argumento *ad hominem* gira, em certo ponto, em torno de desafetos, sentimentos e emoções que, consequentemente, podem estar ligados à imagem que o locutor constrói de si na interação. Além disso, essa estratégia de desqualificar o oponente deixa transparecer aversão e menosprezo em relação ao outro, ou seja, dá indícios de emoções negativas que, conforme Cabral (2020), podem servir de reforço à violência verbal, constituindo, assim, uma forma de marcar argumentativamente a diferença entre Proponente e Oponente. Essa dinâmica interacional provoca o descrédito e, por consequência, fere a imagem do adversário, o que, de certa forma, acarreta a valorização do *ethos* discursivo.⁶

Desse modo, é possível constatar que esse tipo de estratégia argumentativa dá-se em situações em que a polêmica está instaurada, visto que há necessariamente um antagonismo intenso entre opiniões conflitantes que circulam no espaço público, de forma que, ainda em consonância com Amossy (2017), o acordo é inviabilizado devido às opiniões contraditórias que não se enfrentam pela convergência de um posicionamento, mas, sim, pela exclusão mútua de cada ponto de vista. Essa estratégia, portanto, pode evidenciar uma relação entre violência verbal e a construção do *ethos*.

A noção de *ethos*, fundamentalmente definida, com raízes retóricas, como a imagem que o orador constrói de si em seus discursos com o objetivo de contribuir para a eficácia de seu dizer, busca explicar a relação entre a natureza do indivíduo e como esta será projetada no auditório. Nessa perspectiva, em uma interação, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si e, para tanto, não é necessário que faça um autorretrato, ou detalhe suas qualidades, pois seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa (Amossy, 2016). Assim sendo, a maneira de dizer dos participantes induz a uma autoimagem, fortemente ligada à enunciação e ao contexto.

À luz da retórica e a partir de reflexões sobre argumentação, as ciências da linguagem procuraram compreender e explicar a ligação da imagem do locutor à enunciação. Maingueneau (2016) chamou a atenção para o fato de o *ethos* ser construído no âmbito da atividade discursiva. Embora as escolhas linguísticas feitas pelo locutor revelem pistas da própria imagem, não

⁶ Noção teórica discutida na tese de doutorado em construção, da doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo, Bharbara Bonelle de Sousa.

podemos ignorar que o público constrói também representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale. Esse processo é denominado pelo autor como *ethos* discursivo e pré-discursivo.

Assim, em associação a essa concepção, podemos dizer que o orador leva seu interlocutor a construir uma imagem de si por meio de estereótipos, de representações culturais e de modelos pré-construídos. A respeito da estereotipagem, Amossy (2016) ressalta que

[...] a ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seus discursos não podem ser totalmente singulares. [...] A estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica. Se se tratar de uma personalidade conhecida, ele será percebido por meio da imagem pública forjada pelas mídias. (Amossy, 2016, p. 125-126).

Nessa perspectiva, a autora faz uso da noção de *ethos* pré-discursivo, chamada por ela de *ethos* prévio, e relaciona o *ethos* aos estereótipos, uma vez que no estabelecimento do *ethos* é necessário seu reconhecimento em uma doxa, ou seja, sua construção compreende representações sociais partilhadas. O orador, então, enquadra seu dizer a partir de modelos coletivos interiorizados em seu auditório; e o público-alvo cria modos de representação e estereótipos que antecipam a imagem desse orador.

Assim, acreditamos, com base nos pressupostos de Amossy (2016), que o *ethos* do orador construído no discurso deriva da interação verbal na perspectiva de que ele consegue moldar sua representação a partir dos conhecimentos compartilhados acerca de esquemas coletivos. É, pois, a interação que determina a capacidade do orador em agir sobre o auditório, de modo que a construção de sua imagem não é feita só pelo que enuncia de si, mas pela incumbência atribuída à audiência de relacionar o que é dito às produções discursivas: “É o conjunto das características que se relacionam à pessoa do orador e a situação na qual esses traços se manifestam que permitem construir sua imagem.” (Amossy, 2016, p. 127). Abordaremos, portanto, neste trabalho, em consonância com Amossy (2016), essa noção da elaboração do *ethos* como uma construção discursiva em um quadro interacional.

Nesse escopo, a formação de um *ethos* discursivo, que concebe elementos como conhecimentos pré-estabelecidos pela estereotipagem e pela cultura, por exemplo, estabelece a relação da intencionalidade da violência verbal como um processo de elaboração da imagem de si. Desqualificar a imagem de outro, romper com as convenções harmoniosas postas pelos contratos de polidez social são formas, a depender da circunstância, de confirmar com sua plateia a ideia de alguém que não se prende a meias verdades, íntegro. Por isso, vinculamos,

com Perelman e Tyteca (2014) e Amossy (2017), essas dinâmicas aos argumentos *ad hominem*, visto que o orador cria uma imagem de si pelos seus objetivos e intenção de desqualificação do outro - tomado como adversário.

Esse tipo de argumento é uma estratégia comum nos espaços de comentários, uma vez que apresenta características próprias do ambiente digital, tais como:

[...] a hiperconexão (conexão em grande escala), o ambiente algorítmico das redes, as estruturas de participação, o livre acesso a conteúdos, a formação de bolhas sociais, favorecem o surgimento de uma heterogeneidade de opiniões e pontos de vista, fomentando o surgimento de interações conflituosas, em que a agressão verbal, a desqualificação do adversário etc., formas de violência linguageira, ocorrem (Capistrano Júnior, 2023, n.p.).

Isso, conseqüentemente, contribui para a (re)construção e projeção do *ethos*. Dito isso, defendemos que as expressões referenciais, em sua intrínseca relação com a orientação argumentativa, podem ser empregadas para depreciar o adversário e, levando em consideração que são indicativas de pontos de vista, o interlocutor que utiliza um objeto de discurso para desacreditar o oponente está fornecendo informações que ajudam a moldar a imagem de si mesmo. Trataremos das expressões referenciais na próxima seção.

Processos referenciais e argumentação

Na Linguística Textual, a referenciação diz respeito à atividade dinâmica, intersubjetiva e situada de (re)construção de objetos de discurso. Nessa perspectiva, o fenômeno da referenciação não resulta de uma mera atividade de designação ou etiquetamento das coisas do mundo (Marcuschi, 2007; Koch, 2011), mas evidencia como os sujeitos percebem realidades, estabelecem suas expectativas e negociam sentido(s). Assim, uma vez introduzidos, os objetos de discurso são retomados anaforicamente ao longo do texto ou servem de base para novas introduções referenciais, possibilitando a progressão referencial.

Essa atividade permite aos sujeitos sociais realizarem escolhas de como o objeto de discurso, por meio da introdução referencial, será apresentado na superfície do texto e recategorizado não só por meio de sucessivas retomadas anafóricas, mas também pela relação em rede com outros objetos de discurso de um texto. Matos (2018, p. 169) define redes referenciais como “entrelaçamento de sentidos na construção dos objetos de discurso, os quais mantêm uma diversidade de relações entre si e adaptam, funcionalmente, aos modos de constituição dos textos”. Essas redes formam elos, que, ativados pelo contexto, promovem

diversas formas de associações, funcionando, na construção e manutenção da coerência, como *links*, ou modos de conexões com os objetos de discurso.

Desse modo, as recategorizações não ocorrem apenas de forma pontual e restrita a certas unidades linguísticas, mas também por um gama de evidências contextuais, oriundas de uma visão sociocognitiva dos processos referenciais. A esse respeito, Custódio Filho (2011) evidencia a existência de um tipo de recategorização rotulada como “recategorização sem menção referencial”, em que “os processos referenciais não precisam, necessariamente, estar associados à menção de expressões referenciais para serem introduzidos no universo discursivo criado a partir do texto” (Cavalcante, 2011, p. 119), pois podem ser construídos, também, a partir de outros recursos que não apenas o material verbal de um texto (Custódio Filho, 2011).

Assim, a construção das redes referenciais, segundo Cavalcante *et al.* (2022), representa muito mais do que um simples encadeamento de sequências nominais, ou manifestação léxico-gramatical e semântica de um texto coesivo, mas uma (re)criação do objeto de discurso num emaranhado de relações complexas e difusas no texto. Portanto, a (re)elaboração dos objetos de discurso é influenciada por fatores *externos*, como crenças, valores e percepções pessoais (Koch; Elias, 2016), e se insere em uma situação de interação específica e um dado contexto sociopolítico e cultural, estando a serviço da argumentação.

Nesse processo, as estratégias referenciais, como a introdução e a anáfora, atuam como estratégias textuais-discursivas para uma construção argumentativa, como ocorre na discussão deste trabalho. Isso funciona de modo que os processos interacionais em uma rede social como o *Twitter*, por exemplo, disponham dessa rede referencial para atacar, persuadir e elaborar o *ethos* do enunciador. Com efeito, essa escolha sempre tem uma motivação e indica uma decisão tomada pelo falante em relação ao contexto social, político e cultural em que se encontra, bem como ao objetivo de comunicação na situação interativa em questão. Dessa forma, compreendemos, bem como Cavalcante *et al.* (2020), que as escolhas referenciais marcam uma orientação argumentativa. Se tomarmos como princípio a ideia de que um argumento *ad hominem* ataca a imagem do outro, a escolha referencial para representar essa imagem determina uma orientação argumentativa de oposição e auxilia o terceiro na cena discursiva a compreender e tomar decisões.

Nesse sentido, a referenciação também pode contribuir para a construção de um *ethos*, ou seja, a imagem que o autor deseja projetar de si mesmo para o leitor. Por meio das escolhas lexicais e gramaticais, o autor pode construir um que reflete sua posição, atitude e visão de mundo. Por exemplo, o uso de termos técnicos pode transmitir uma imagem de autoridade e

expertise, enquanto o uso de expressões coloquiais pode transmitir uma imagem de proximidade e informalidade.

Análise da violência verbal na construção do *ethos* em discurso nativo digital

O ano de 2022 foi marcado, dentre outros grandes eventos, pela disputa eleitoral aos cargos de senadores, deputados estaduais e federais e de presidente do Brasil. O cenário da disputa dicotômica entre a esquerda, representada por Luís Inácio Lula da Silva, do PT, e a direita, de Jair Messias Bolsonaro, do PL, foi tão efervescente quanto nas eleições de 2019. A diferença central é que, ao contrário daquele ano em que Bolsonaro consagrou-se presidente, em 2022, a reeleição não foi consolidada e o retorno de Lula ao cargo de chefe de estado brasileiro foi confirmado no dia 30 de outubro.

Durante as 48 horas seguintes à divulgação do resultado oficial das eleições, a ausência de qualquer tipo de declaração por Jair Bolsonaro foi uma circunstância que teve destaque nas mídias nacionais e internacionais. O ex-presidente conhecido pelo uso excessivo das suas redes sociais, bem como pela execução de *lives* em seu canal na plataforma *YouTube*, permaneceu em silêncio, de modo que seu silêncio foi simbólico face às manifestações antidemocráticas que começaram a ocorrer pelo Brasil (com indivíduos que se declaravam pró-bolsonaro alocados em frente a quartéis militares com objetivo de questionar os resultados das eleições, pedindo intervenção e golpe militar).


O período entre 30 de outubro e 31 de dezembro de 2022 foi marcado por tensões políticas devido à sensação de um possível golpe em curso. À medida que o fim do governo Bolsonaro aproximou-se, algumas manifestações criminosas ocorreram, como a tentativa de explosão de um caminhão de combustível próximo ao aeroporto de Brasília por George Washington de Oliveira Sousa, que afirmou que as palavras de Bolsonaro o encorajaram a cometer tal ação (Mattoso; Rocha, 2022), em 24 de dezembro de 2022. Além disso, durante a cerimônia de posse do presidente eleito, foi quebrado o protocolo da passagem da faixa presidencial, tendo em vista que Jair Bolsonaro viajou para os Estados Unidos no dia 30 de dezembro, em um avião da FAB, com 8 integrantes da sua comitiva, (Araújo, 2022) e recusou-se a fazer a entrega ao presidente Lula.

Esse percurso apresentado culmina na ocorrência da invasão e depredação do Congresso Nacional, Palácio dos Planaltos e STF, em Brasília, no dia 8 de janeiro de 2023, novamente realizada por manifestantes bolsonaristas que se recusavam a aceitar os resultados das urnas. Diante desses acontecimentos, a justificativa da coleta de dados é pautada no fato da rede social *Twitter* ser um espaço que permite o envio de mensagens curtas nas quais as pessoas se

comunicam de forma instantânea na internet. Assim, a relevância do fato ocorrido no Brasil em 8 de janeiro de 2023 nos levou à publicação em que Jair Messias Bolsonaro se manifesta na rede social *Twitter* a respeito dos atos antidemocráticos e alguns de seus desdobramentos, conforme podemos observar adiante.

Essa postagem, no momento da coleta, possuía 25,1 mil tweets com comentários e 13,4 mil retweets, o que quer dizer que ela promoveu a divulgação e socialização de uma informação mais de 13 mil vezes. Além disso, o número de curtidas sinaliza a aprovação do discurso proferido por mais de 205 mil pessoas. Assim, tendo em vista a quantidade de comentários, utilizamos dois critérios de seleção. O primeiro foi a seleção dos comentários mais recentes, e o segundo critério foi a seleção de comentários nos quais está evidente o uso de objetos de discurso na confrontação de teses antagônicas e desqualificação do opositor e que, conseqüentemente, mostram a indicação do *ethos* do propositor. Dessa forma, chegamos a 7 publicações, assim organizadas textualmente: 3 postagens motivadoras interconectadas por fio discursivo, 1 comentário (C.1) com mais 3 comentários a comentário (C.C.1.1; C.C.1.2; C.C.1.3) que também referenciam a postagem motivadora.


Publicação 1 - descrição de postagem motivadora e sua sequência



Jair M. Bolsonaro - 21h17 · 8 de janeiro de 2023.
@jairbolsonaro


- Manifestações pacíficas, na forma da lei, fazem parte da democracia. Contudo, depredações e invasões de prédios públicos como ocorridos no dia de hoje, assim como os praticados pela esquerda em 2013 e 2017, fogem à regra.

25,1 mil Comentários 13,4K Retweets 205,8 mil Curtidas 16,8 Visualizações



Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro - 21h17 · 8 de janeiro de 2023.
- Ao longo do meu mandato, sempre estive dentro das quatro linhas da Constituição respeitando e defendendo as leis, a democracia, a transparência e a nossa sagrada liberdade.

8.004 mil comentários 13,9 mil Retweets 106,9 mil curtidas 4,4 mi de visualizações



Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro - 21h17 · 8 de janeiro de 2023.
- No mais, repudio as acusações, sem provas, a mim atribuídas por parte do atual chefe do executivo do Brasil.

13,7 mil comentários 16 mil Retweets 117,1 mil curtidas 4,5 mi de visualizações

Disponível em:

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1612242019564548097?s=20&t=PxoB7OoPsuHok0Zkt9e8MQ>

Q. Acesso em: 10 fev. 2023.

A postagem motivadora da publicação 01 trata de um fio⁷ publicado na conta do ex-presidente, a fim de elaborar um posicionamento de Jair Bolsonaro sobre os ataques realizados em Brasília cuja autoria foi midiaticamente atribuída aos seus apoiadores. Sabemos que a modalidade polêmica só se efetiva no diálogo entre textos, tendo origem, portanto, a partir das relações intertextuais. Nesse contexto, para que a polêmica não seja intitulada apenas como uma simples discussão ou disputa, ela precisa abordar assuntos de interesse público.

Na primeira publicação, Bolsonaro coloca “[...] depredações e invasões de prédios públicos como ocorridos no dia de hoje, assim como os praticados pela esquerda em 2013 e 2017 [...]”, de forma que estabelece uma comparação entre os atos e evidencia que as atitudes da esquerda estão em contraposição às atitudes tomadas por ele (declaradamente de extrema direita). Na continuação da publicação, ele defende que “Ao longo de meu mandato, sempre estive dentro das quatro linhas da Constituição [...]” e utiliza a expressão referencial “atual chefe do Executivo do Brasil” para referir-se ao presidente Lula e usa o verbo “repudiar” para desaprovar o comportamento de acusá-lo, o que reitera o caráter polêmico da sua publicação.


Esse fio discursivo realizado no perfil oficial do ex-presidente Jair Bolsonaro apresenta uma organização não violenta em sua comunicação. Entretanto, o *ethos* discursivo é evidenciado por meio de cadeias referenciais, construídas com base na dicotomização entre direita e esquerda do Brasil. Desse modo, as escolhas referenciais (“manifestações pacíficas”, “depredações e invasões de prédios públicos”) e predicação ao objeto de discurso Bolsonaro (“sempre estive dentro das quatro linhas da Constituição”) evidenciam aquilo que está positivamente vinculado à imagem do ex-presidente e negativamente ao comportamento da esquerda brasileira, a partir da perspectiva do proponente dessa interação.

Dessa forma, é possível observar que essa publicação se configura como um discurso polêmico, tendo em vista que dialoga com discursos antecedentes aos quais se opõe, fazendo uma alusão de forma indireta a uma situação já divulgada em textos anteriores. Além disso, gera um gatilho para deflagrar o debate e as interações nos comentários. Nesse contexto, no que tange à análise da atualização da polêmica nos comentários, com respaldo em Amossy (2017), assumimos o posicionamento de que o *tweet* de Jair Bolsonaro por si só não instaura nenhuma polarização de uma interação polêmica. A polarização somente ocorre nos espaços


⁷ O termo fio, a princípio popularizado nas redes sociais com o termo em inglês *thread*, diz respeito à construção de uma exposição de uma ideia longa, que ultrapassa os limites de caracteres permitidos em uma publicação (no caso do *Twitter*, são 280), de maneira sequenciada. Nesse espaço, são comumente expostas narrativas ou argumentações ao público da rede e sua apresentação visual dá-se pelo aparecimento de um traço (tal qual um fio) que conecta uma publicação à outra.

dos comentários, no qual há trocas interacionais entre os internautas que assumem os papéis de proponente, oponente ou terceiro.

Publicação 2 - Comentário 1 e comentários a comentários

 **COMENTÁRIO 1 – C.1** (resposta à postagem do ex-presidente)
Você será preso, Bolsonaro. Não adianta querer tirar o corpo, agora. Você é o responsável direto. SEM ANISTIA!

391 comentários 264 Retweets 17,6 mil curtidas 253 mil visualizações

 **Comentário a Comentário 1 - C.C.1.1** (*comentário, de outro indivíduo, na interação em rede. Essa interação é uma resposta direta ao comentário acima, de modo que há menção ao usuário Jair Bolsonaro e ao outro não identificado intencionalmente.*)

Sua falsa equivalência - e ignorância - em relação ao que houve em 2013 só serve para o seu gado. Sua hora de acertar as contas com a justiça vai chegar. Vamos honrar a memória dos mortos por covid

188 comentários 145 Retweets 9146 mil curtidas 234,4 mil visualizações

Disponível em:

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1612242019564548097?s=20&t=PxoB7OoPsuHok0Zkt9e8MQ>. Acesso em 10 fev. 2023.

A publicação 2 contém uma unidade de interação na qual um usuário faz um comentário, C.1, e logo abaixo vão surgindo as réplicas e tréplicas. Podemos notar que a característica da dicotomização se evidencia nos comentários com a radicalização em **polos** opostos, na qual temos internautas que assumem diferentes posicionamentos, o de esquerdistas e o de direitistas. Assim, C.1 se lança como proponente da questão que norteia o embate: atribuir a Jair Bolsonaro a responsabilidade de incitar as manifestações em Brasília em 8 de janeiro de 2023 e o pedido de prisão para o ex-presidente. Podemos destacar, nas escolhas linguísticas de C.1, que o objeto de discurso Bolsonaro se expande em rede de modo vinculado indiretamente a outra entidade, tal como “responsável direto”, e atrai para si outros objetos de discurso como “preso” e “anistia”. Com isso, reconhecemos, com base no conceito de redes referenciais proposto por Matos (2018), que a construção referencial está ancorada contextualmente tanto na postagem motivadora, quanto nos comentários. Portanto, o entrelaçamento entre os objetos de discurso se dá por várias inferências, dentre as quais a “anistia”, que se associa a “preso”, por se tratar de um perdão concedido àqueles que cometeram crimes políticos ou conexos com estes. Trata-se, portanto, de uma recategorização em rede construída sob o olhar do entorno interativo, fazendo com que o objeto de discurso adquira novos contornos de sentido.

Além disso, ao comentar e expressar uma visão acerca da responsabilidade e participação de Jair Bolsonaro nas manifestações de 8 de janeiro de 2023, o Proponente ao mesmo tempo em que manifesta sua opinião e busca a adesão do leitor, constrói uma imagem de si, de um *ethos* de oposição. Esse *ethos* do proponente é corroborado pela ideia de que esse eleitor se autocategoriza implicitamente como “de esquerda”, “petista”. Assim, ao expor seu ponto de vista, o Proponente em C.1 reforça seu engajamento e incita outros comentários, como podemos verificar no recorte do comentário de C.C.1.1, em interação com C.1. Por sua vez, o comentário a comentário 1.1 responde ao comentário de C.1 e assume também o papel de Proponente ao retratar sua opinião a respeito da prisão e acusação de participação nas manifestações pelo ex-presidente, Jair Bolsonaro. Esse comentário-resposta é marcado por um descontentamento do Proponente que faz uso da violência verbal ao usar das expressões “falsa equivalência”, “ignorância” e “gado⁸” para atacar e desqualificar o ex-presidente e indiretamente seus eleitores.

Ao desqualificar o adversário, por meio da categorização, esse Proponente faz uso da violência verbal, por meio do argumento *ad hominem*, sobre a pessoa do adversário. Além disso, ao fazer uso da violência verbal para atacar a imagem do adversário, o Proponente constrói um *ethos* atribuindo a si objetos de discurso⁹ como “esquerdista”, “petista”. Outro objeto de discurso evocado no comentário é “mortos por covid”, que faz com que o interlocutor realize uma alusão à situação de pandemia e ao cenário político brasileiro durante o surto da COVID-19, deixando evidente seu posicionamento, bem como a dicotomização em relação ao *tweet* de Jair Bolsonaro.

No recorte seguinte, há dois comentários a comentários, o primeiro definido como C.C.1.2 e o segundo C.C.1.3. Ambos tratam do prolongamento das interações anteriormente apresentadas, de forma que em cada uma delas há a menção aos usuários anteriores que, mais uma vez, não estão identificados intencionalmente.

⁸ A construção deste objeto de discurso “gado” apresenta uma conotação negativa, uma vez que é tomado prioritariamente por pessoas cujo pensamento político relaciona-se à esquerda a fim de ofender as pessoas de direita que compactuam com as ideias do ex-presidente Jair Bolsonaro. O sentido do termo está associado à ideia de alienação, especialmente de indivíduos que são facilmente influenciáveis e despolitizados devido à falta de informação e conhecimento sobre a história e que, por consequência, seguem e reproduzem acriticamente um pensamento.

⁹ A noção de autoreferencialidade é também discutida na tese em construção, de Bharbara Bonelle de Sousa, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo.

Publicação 3 - Comentários a comentários



Comentário a Comentário 1.2 - C.C.1.2

O maior vagabundo da história!!! Luladrão

Esse tweet contém uma imagem, com fundo que aparenta ser a bandeira do Brasil e, à frente, há uma fotografia do rosto do presidente Lula. Na parte superior da imagem, encontra-se a frase “Só quero te lembrar uma coisa...” e, na parte inferior, a continuação do texto “... eu sou ladrão!”.

19 comentários 19 Retweets 196 mil curtidas 7.777 mil Visualizações



Comentário a Comentário 1.3 - C.C.1.3

kakakakakakakakakakakakakskkskksksks puta que pariu, não dá pra chamar pessoas como você de ser humano, por que ser humano ao menos deveria ser um animal racional, e vocês são tudo menos isso, chamam alguém de bandido enquanto queimão ônibus e carros, quebram patrimônio público +

8 comentários 4 retweets 483 curtidas 5569 visualizações

Disponível em:

<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1612242019564548097?s=20&t=PxoB7OoPsuHok0Zkt9e8MQ>. Acesso em 10 fev. 2023.

Na sequência, a postagem reativa C.C.1.2, publicação 3, traz um contra-argumento do Oponente ao comentário do Proponente em C.C.1.1, ampliando o conteúdo da interação polêmica. Nesse comentário, o Oponente introduz um novo objeto de discurso linguística e imageticamente comprovado pelo meme do presidente Lula. Aqui, cada leitor vai levar em conta o que é mais saliente no que se refere à introdução referencial. Provavelmente, a imagem (referente imagético) é o primeiro a ser acessado “Luís Inácio Lula da Silva”, que se articula a ações verbais, a atributos, circunstâncias e ao imagético. Assim, o presidente eleito é categorizado pelas expressões “Maior vagabundo bandido da história” e “Luladrão”. O interlocutor tenta comprovar sua opinião por meio da imagem anexada em seu *tweet* a qual re(categoriza) Lula como “ladrão”. Nesse caso, o *tweet* se relaciona com a imagem para dar sentido ao argumento, para promover a desqualificação do adversário e dar continuidade à interação polêmica. É possível, então, perceber que esse posicionamento do oponente é apoiado pelas curtidas, indicando assim, que 196 mil pessoas aprovaram e concordam com a opinião expressa, de forma que fica reiterada nesse espaço o apoio e a valorização do *ethos* construído pelo enunciador, na figura de oponente, dentro desse embate.

Essas categorizações possibilitam a manutenção do objeto de discurso, que recebe acréscimos e confirmações de informações apresentadas nos contextos inferidos. Elas sugerem, portanto, desprazer e insatisfação do locutor sobre o político Lula ao desqualificá-lo. E, ao fazer

isso, ele se utiliza da violência verbal por meio do argumento *ad hominem* para atacar a pessoa do adversário e dar indícios de sua imagem, de um *ethos* de superioridade, ao demonstrar ser um eleitor bolsonarista, de direita. Assim, fica evidente, nessa interação, que os atores sociais se polarizam em dois agrupamentos por identificação, os quais atualizam visões dicotomizadas: um de opositores do ex-presidente Jair Bolsonaro; outro de apoiadores do atual presidente Lula.

Nessa perspectiva, C.C.1.3 se lança como outro Proponente e, a partir das suas escolhas linguísticas, uma orientação avaliativa de caráter negativo se instaura, ocorrendo, assim, por meio da categorização do oponente como “animal irracional”, uma busca do internauta pela desqualificação do adversário. A escolha lexical feita por C.C.1.3 por meio das expressões referenciais de cunho mais agressivo e os xingamentos, bem como a presença do riso, usado como forma de ironia e sarcasmo, evidenciam o propósito de instigar a polêmica. Essas escolhas linguísticas e o riso representam um ataque ao adversário, configurando-se como um argumento *ad hominem*, ao desqualificar os argumentos do adversário da disputa argumentativa ou a sua própria pessoa, constituindo, conforme Amossy (2017), uma forma de marcar a diferença relativamente ao adversário e levá-lo ao descrédito por atribuir-lhe má fé.

Ao marcar argumentativamente esse distanciamento, por meio da desqualificação do oponente ao categorizá-lo como “animal irracional”, esse proponente fornece pistas sobre sua imagem, sobre seu caráter moral, se autocategorizando como “adversário”, “eleitor de esquerda”, o que conseqüentemente indica um *ethos* de oposição e de superioridade. Outra questão que colabora para a construção desse *ethos* corresponde ao fato de C.C.1.3 recategorizar o oponente C.C.1.2 como vândalo e arruaceiro, bem como os apoiadores de Bolsonaro, tendo em vista o uso da dêixis “vocês” como uma importante estratégia de identidade de grupos antagônicos.

Além disso, podemos notar que as 483 curtidas no comentário de C.C.1.3 evidenciam a polarização como também uma dicotomização ao mostrar uma aprovação da polêmica instaurada. Essas marcas evidenciam que o proponente busca atingir, também, o terceiro, participante indireto que acompanha a distância o dissenso entre apoiadores de Lula e apoiadores de Bolsonaro, sob o ponto de vista de que o oponente, ao mesmo tempo que atribui ao presidente Lula o título de bandido, os eleitores e apoiadores de Bolsonaro queimam ônibus, carros e quebram patrimônio público.

Nesse cenário, é válido ressaltar que as ferramentas que nos mostram as visualizações, as curtidas e os *retweets* evidenciam maior apoio às perspectivas das práticas e discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro, ao menos em quantidade. Entretanto, o caráter polêmico e a dicotomização dos posicionamentos se reiteram também nos mesmos recursos naqueles

usuários que reivindicam um *ethos* contra as ideias bolsonaristas e atacam, como mostramos, com argumentos *ad hominem*, o proponente. É importante reforçar que a postagem motivadora está situada na página oficial do ex-presidente, o que atrai um maior número de apoiadores do que de interlocutores que discordam/rejeitam as orientações argumentativas desenvolvidas.

Conclusão

A análise dos comentários reativos à postagem do ex-presidente Jair Bolsonaro esclarece de que maneira uma orientação argumentativa polêmica, associada à violência verbal, é capaz de revelar uma imagem de si ao mesmo tempo em que há um ataque à imagem do outro. Nesse cenário, o recorte feito evidencia o quanto a produção de um discurso violento, que por vezes expõe uma manifestação odiosa, repercute nas redes sociais, haja vista a quantidade de curtidas que recebe.

Posto isso, este trabalho¹⁰ teve como objetivo examinar como a referência funciona como estratégia para a construção do *ethos*, bem como influenciam a orientação argumentativa dos textos. Sob essa perspectiva, consideramos a argumentatividade como uma dimensão essencial dos discursos que se manifesta no nível da textualidade, de modo que as escolhas dos objetos de discurso feitas pelos enunciadores para atender às suas necessidades comunicativas não são aleatórias, mas, sim, moldadas por sua visão de mundo. Assim, evidenciamos que os processos de (re)categorização são capazes de vincular os valores, os estereótipos, as crenças e representações daqueles que foram denominados aqui como Proponente, Oponente e terceiro, sobretudo por meio da utilização de argumentos *ad hominem*.

Para examinar esses processos, consideramos algumas decisões metodológicas, como o ambiente de circulação dos textos e a violência no ambiente digital. Esse recorte metodológico mostra que a construção referencial é elaborada em função da organização social do espaço virtual, o que significa que a representação de valores diferentes sobre o mesmo objeto é permitida pela dinâmica fluida, pública, de largo alcance e possivelmente sem a presença de um enunciador real no ambiente. No nosso estudo, isso repercute na elaboração de um *ethos* que age no espaço público a fim de delimitar um lado diante de uma manifestação polêmica sobre questões ideológicas. Como analisamos parte de processos interacionais na página do ex-presidente da república, há uma dinâmica em que os locutores-internautas têm espaço para se

¹⁰ Este trabalho traz contribuições do trabalho de doutoramento, intitulado “Polêmica, argumentação e estratégias de textualização: uma análise da violência e emoções na construção do *ethos* nos tweets de Jair Bolsonaro” (SOUSA, 2023).

posicionarem e se pronunciarem em relação ao que enunciado, e o fazem considerando seus próprios valores.

A partir da análise da polêmica, pautada em discursos com orientações argumentativas, descobrimos que a forma pela qual os objetos de discurso são (re)categorizados nos textos reflete a reivindicação de uma imagem própria e do outro. Além disso, notamos que essas delimitações mostram os valores sociais e individuais dos interactantes, de modo que organizam as cadeias de identificação ou conflito de posicionamentos.

Portanto, a elaboração do *ethos* em um ambiente nativo digital perpassada pela violência verbal é uma estratégia que evidencia a construção de valores coletivos e individuais - igualmente importantes na determinação da orientação argumentativa do texto. Não podemos ignorar que a própria organização política brasileira vigente também influencia a orientação argumentativa dos textos, sobretudo no que concerne ao recorte abordado nesta pesquisa, que é reflexo de uma espécie de duelo entre a esquerda política brasileira de Luís Inácio Lula da Silva e a direita de Jair Messias Bolsonaro.

Referências

ARAÚJO, C. **Bolsonaro viaja para os Estados Unidos com avião da FAB**. Uol, Brasília, 30 de dez. de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2022/12/30/bolsonaro-viaja-hoje-para-os-estados-unidos-com-aviao-da-fab.htm>.

Acesso em: 10 fev. 2023.

AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. *In*: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). **Análises do discurso hoje**, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389/395>. Acesso em: 22 mar. 2023.

AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2016.

AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. Trad. de Mônica Magalhães Cavalcante (Org.) *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, R. **A Argumentação no Discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

CABRAL, A. L. T.; LIMA, N. V. Interações conflituosas e violência verbal nas redes sociais: polêmica em comentários no Facebook. **Revista (Con)textos Linguísticos**, v. 12, n. 22, Edição Especial Violência Verbal, p. 39-58, 2018. Disponível: em:

<http://www.periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/20626/14231>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CABRAL, A. L. T. Inteligência retórica: violência e emoções na construção do ethos. *Verbum*, v. 9, n. 1, p. 49-64, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verbum/article/view/48365/pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CAPISTRANO JÚNIOR, R. Descritivo, violência linguageira e emoções em comentários do *Instagram*: uma análise textual-discursiva. In: Elias, V. M.; CABRAL, A. L. T.; AGUIAR, A. P. S. (orgs.). **O descritivo e outros temas**: uma homenagem a Sueli Cristina Marquesi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023, p. 103-117.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação sobre coisas ditas e não ditas**. Fortaleza: UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M. **Estratégias de persuasão**: a contribuição da Linguística Textual para o ensino e para a pesquisa. In: Conferência apresentada por ocasião do X Congresso Internacional da Abralín. Nitéroi, 2017.

CAVALCANTE, M. M.; MARTINS, M. A. Referenciação: em síntese. In: LIMA, A. H. V.; SOARES, M. E.; CAVALCANTE, S. A. de S. (orgs.). **Linguística geral**: os conceitos que todos precisam conhecer - volume 2. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 237-272. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/linguisticageral-2>. Acesso em: 14 fev. 2023.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística textual e argumentação**. São Paulo: Ed. Pontes, 2020.

CAVALCANTE, M. M. *et al.* **Linguística textual**: conceitos e aplicações. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações**: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação. 2011. 329 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

KOCH, I. G.V. **Introdução à Lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

MACEDO, P. S. A. de; CAVALCANTE, M. M. Estratégias de textualização na polêmica sobre culturas agrícolas no Brasil. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 303-320, 2019.

MAINGUENEAU, D. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MATOS, J. G. **A construção das redes referenciais na nota jornalística**: uma proposta de descrição. 2018. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

MATTOSO, C.; ROCHA, M. **Empresário preso diz que fala de Bolsonaro o incentivou a ter arma.** *Estado de Minas*, 25 dez. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/12/25/interna_politica,1437330/empresario-presos-diz-que-fala-de-bolsonaro-o-incentivou-a-ter-armas.shtml. Acesso em: 15 jan. 2023.

PAVEAU, M.-A. **Análise do discurso digital:** dicionário das formas e das práticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Sobre os autores

Bharbara Bonelle de Sousa (<https://orcid.org/0000-0001-9154-2486>)

Professora da Prefeitura Municipal de Cariacica, no estado do Espírito Santo. Mestre em Estudos Linguísticos, com ênfase em Estudos sobre texto e discurso, no programa de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Espírito Santo. É graduada e licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela UFES e em Pedagogia pela Faculdade Capixaba da Serra - Multivix.

Mayra Duarte Figueira (<https://orcid.org/0000-0002-2026-6696>)

Professora de Língua Portuguesa na rede estadual de ensino do Espírito Santo. Mestre em Estudos Linguísticos, com ênfase em Estudos sobre texto e discurso, no programa de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal do Espírito Santo. É graduada e licenciada em Letras - Língua Portuguesa pela mesma instituição.

Rivaldo Capistrano de Souza Júnior (<https://orcid.org/0000-0002-3731-7613>)

Professor permanente do PPGEL-UFES. É líder do GELT (CNPq/UFES), vice-líder do THELPO (CNPq/UNIFESP) e integrante dos grupos de pesquisa Protexito (CNPq/UFC) e Texto, Escrita e Leitura (CNPq/PUC-SP). É vice-coordenador, para o biênio 2021-2023, do Grupo de Trabalho Linguística de Texto e Análise da Conversação (GT LTAC) – ANPOLL.

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em setembro de 2023.

Teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus: uma abordagem discursiva

Conspiracy theories on Coronavirus vaccines: a discursive approach

Aline Gaspar Pereira¹
Marília Lima Pimentel Cotinguiba²

Resumo: Com base na Análise do Discurso (AD), propomos um estudo de teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus, difundidas na rede social *Facebook* no contexto da pandemia da Covid-19. O objetivo geral é compreender como se dá o funcionamento da linguagem nesse objeto e estabelecer algumas das suas especificidades e regularidades. Para isso, mobilizamos o conceito de semântica global, de Dominique Maingueneau ([1984] 2021). Centramos as análises no plano discursivo dos temas de quatro enunciados, coletados em comunidades públicas da plataforma. Partimos da hipótese de que o discurso conspiratório aspira à mesma função social do discurso da grande mídia, ao pretender estabelecer uma dada compreensão da realidade. Nas análises, estabelecemos três semas reivindicados pela formação discursiva conspiratória – *holismo*, *intencionalidade* e *individualidade*. No plano discursivo dos temas, o *holismo* opera um nível de integração macro, estabelecendo relação direta entre tudo e todos, o que resulta em uma estrutura fractária. A *intencionalidade* rejeita a coincidência como instância capaz de influir na realidade – sob a coação desse sema, o discurso conspiratório estabelece relações de causalidade entre uma vasta gama de acontecimentos. Em um tema imposto ao campo midiático – o da fonte, a *individualidade* coage o discurso a privilegiar fontes individuais e anônimas.

Palavras-chave: teorias da conspiração; vacinas; Covid-19; semântica global.

Abstract: From the perspective of Discourse Analysis (DA), we propose a study on conspiracy theories about vaccines against the Coronavirus collected from the social network *Facebook* in the context of the Covid-19 pandemic. The main objective is to understand how language works in such object and to establish some of its specificities and regularities. In order to do so, we use the concept of global semantics by Dominique Maingueneau ([1984] 2021). We centered the analyzes on the discursive plan of the themes of four statements, collected in public communities of the platform. This work is based on the hypothesis that the conspiratorial discourse aspires to the same social function as the discourse of the mainstream media, by intending to establish a given understanding of reality. In the analyses, we established three semes claimed by the conspiratorial discursive formation – *holism*, *intentionality* and *individuality*. On the discursive plane of the themes, *holism* operates at a level of macro integration, establishing direct link between everything and everyone, which results in a fractal structure. *Intentionality* rejects coincidence as an instance capable of influencing reality – under the constraint of such seme, the conspiratorial discourse establishes causal relationships among a wide range of events. In a theme imposed to the media field – that of the source, *individuality* coerces the discourse to privilege individual and anonymous sources.

¹ Universidade Federal de Rondônia (Unir). Porto Velho, Rondônia, Brasil. Endereço eletrônico: apmlunir@gmail.com.

² Universidade Federal de Rondônia (Unir). Porto Velho, Rondônia, Brasil. Endereço eletrônico: marhil@unir.br.

Keywords: conspiracy theories; vaccines; Covid-19; global semantics.

Introdução

Teorias da conspiração podem ser definidas como sendo discursos que buscam explicar um fato ou evento: a) por meio da alusão a uma ação coordenada entre indivíduos, grupos ou instituições (os conspiradores); b) ação essa que é executada secretamente, escondida dos inocentes (as vítimas que não conspiram); c) e que tem por objetivo prejudicar ou manipular um personagem, uma instituição, grupos de pessoas ou populações inteiras (o plano secreto maligno) (Nicolas, 2016; Introne *et al.*, 2020). Pode-se afirmar que o conspiracionismo propõe uma visada alternativa para os acontecimentos, que rompe com as versões ditas oficiais apresentadas pela grande mídia, hegemonicamente aceitas por uma sociedade em uma dada época, com base na chancela de outras autoridades epistêmicas, como a ciência e o Estado. Adeptos das teorias da conspiração tendem a defender que: a) nada acontece por acaso, e os eventos que parecem coincidência são propositalmente arquitetados para criar essa impressão; b) tudo está interligado, precisamente porque nada é por acaso – a rede de conexões entre os diversos eventos é que está oculta; c) nada é o que parece ser – as aparências enganam, porque os conspiradores querem nos enganar de modo a disfarçar as suas identidades e propósitos; d) e a maior parte da informação emitida pelos governos e em circulação na mídia é digna de suspeita; fontes alternativas é que são fidedignas (Barkun, 2003). Embora seja um fenômeno que se fez presente ao longo da história, recentemente, o conspiracionismo tem ganhado a ribalta do debate público, especialmente em virtude da plataforma de amplo alcance que tem na Internet, o que dá expressividade singular ao fenômeno (Cesarino, 2022). De fato, as plataformas digitais e o seu modelo de negócios, baseado em algoritmos, têm possibilitado uma maior conexão entre públicos que aderem a esses discursos, que antes estariam dispersos e menos organizados, o que conseqüentemente ajuda também a angariar novos adeptos.

No contexto recente, um alvo importante dos discursos conspiratórios, especificamente daqueles que circulam na Internet plataformizada, tem sido as vacinas contra o SARS-CoV-2, um novo tipo de Coronavírus cujo surgimento e transmissão sustentada nos diversos continentes desencadearam a pandemia da Covid-19 (doença causada pelo novo vírus), decretada oficialmente em 11 de março de 2020. O início das primeiras pesquisas voltadas para a produção desses imunizantes se deu ainda em janeiro de 2020. Desde então, eles foram sendo apregoados pela ciência, pelas autoridades sanitárias estatais e pela grande mídia como um instrumento fundamental para a diminuição drástica do número de mortes e dos casos de

desenvolvimento de formas graves da referida doença. Opondo-se a essa versão que podemos considerar *oficial*, teorias da conspiração apresentam esses imunizantes como instrumento central de diversos planos maléficis, empreendidos em segredo, de forma oculta do restante da população, por diferentes atores. Esses conteúdos acabam por moldar a visão dos indivíduos sobre a pandemia e, conseqüentemente, a adesão à vacinação. Para isso, contribui o fato de que os algoritmos aplicados às redes sociais tendem precisamente a impulsionar a proliferação desse tipo de publicações, pois são elas que maximizam o tempo de tela dos usuários e, conseqüentemente, geram lucro (Netlab UFRJ, 2022). O modelo de negócios em questão está baseado na economia da atenção humana, entendida como um bem escasso que pode ser tratado como mercadoria. Assim, o que é comercializado não é o conteúdo em si mesmo, mas a atenção do usuário – ou seja, essa atenção é que vendida aos anunciantes –, e cerca de 90% da receita do *Facebook* vem de publicidade (Investidor 10, 2021). Sendo assim, a qualidade do que circula na plataforma migra para um plano secundário, sendo mais difundidos precisamente os enunciados capazes de sequestrar a atenção do público (NETLAB UFRJ, 2022).

Nesse contexto digital, o conspiracionismo tem sido apontado pela literatura especializada como um dos instrumentos de descrédito dos imunizantes por parte do chamado *movimento antivacinas* e como um dos fatores que contribuem para a chamada hesitação vacinal, expressão que designa um conjunto de posturas em relação ao ato de vacinar que vai do receio até a total recusa (Machado; Siqueira; Gitahy, 2020). No início da pandemia, esse movimento, até então relativamente inexpressivo em um país com uma tradição de ampla cobertura vacinal como o Brasil, assinalou um crescimento de 18% nas redes sociais consideradas em conjunto (Agência Fapesp, 2020). Um estudo da Agência Lupa (2020) concluiu que o nosso país está entre os que mais produzem teorias da conspiração relacionadas às vacinas contra o Coronavírus, ficando apenas atrás dos Estados Unidos da América (EUA). Essa miríade de discursos conspiratórios em circulação na sociedade brasileira, especificamente nas redes sociais, representa um rico *corpus* para a Análise do Discurso (AD), ainda praticamente inexplorado. É oportuno notar que as abordagens a esse objeto têm sido mais comuns nos campos da ciência política e da psicologia. De fato, como aponta Pereira (2021), são ainda escassas as pesquisas a esse respeito no campo da linguística.

Pensando nessa lacuna, neste artigo, a partir da AD de base enunciativa, propomos um estudo das teorias da conspiração a respeito das vacinas contra o Coronavírus no contexto da pandemia da Covid-19, produzidas em língua portuguesa e veiculadas na rede social digital *Facebook*. O objetivo geral foi o de analisar o funcionamento da linguagem nesses enunciados e identificar algumas de suas especificidades e regularidades no que diz respeito ao tratamento

dado aos temas. Para isso, mobilizamos, principalmente, o conceito de semântica global desenvolvido por Maingueneau ([1984] 2021). Partimos da hipótese de que o discurso conspiratório, no espaço discursivo em que se instaura uma discussão em relação às vacinas contra o Coronavírus, pode ser considerado um discurso do campo das mídias de informação, pois ele busca propor formas (alternativas) de dar sentido aos acontecimentos, ao espaço, ao tempo, aos diferentes atores da esfera pública e às suas ações, reorganizando o modo como os sujeitos significam o real e se significam. Tal como entendidas por Charaudeau (2019, p. 21), as mídias podem ser definidas como “o conjunto dos suportes tecnológicos que têm o papel social de difundir as informações relativas aos acontecimentos que se produzem no mundo-espaço público”. Esse papel de informar resulta na construção da opinião pública e, conseqüentemente, em modos interpretar e de agir sobre o mundo. Sendo assim, defendemos que o conspiracionismo, ao propor certa visada alternativa para os acontecimentos, disputa com a grande mídia esse papel de atuar como estabilizador dos sentidos da realidade. Entendemos como *grande mídia* ou *mídia corporativa tradicional* o conjunto de veículos de comunicação com forte poder de influência na sociedade, que tende a refletir correntes de pensamento dominantes e que abocanha a maior parcela da audiência, impactando um número muito grande de pessoas (Chomsky, 2015). Provida de grandes recursos, essa instância é integrada por corporações que, muitas vezes, estão no topo da estrutura de poder social.

É oportuno referir que estamos cientes de que a expressão *teoria da conspiração* é muitas vezes usada como sinônimo de elucubrações fantasiosas ou infundadas sobre um fato ou evento. Alguns autores criticam o uso da expressão precisamente por esse motivo. Cassam (2019), por exemplo, propõe inclusive que ela seja grafada com letras maiúsculas para distinguir certo tipo de narrativas consideradas extraordinárias e improváveis de teorias plausíveis sobre conspirações reais e já comprovadas. Com isso, ao nos propormos a estudar *teorias da conspiração* e ao nomearmos assim o nosso objeto de pesquisa, acabamos, mesmo que involuntariamente, por atribuir a ele esse rótulo pejorativo. Provavelmente, os sujeitos responsáveis pela produção dos enunciados analisados neste artigo não se veem como *teóricos da conspiração*, tampouco aceitariam de bom grado que essa designação fosse atribuída aos enunciados de sua autoria. A problemática em questão – em que o simples gesto de nomear pode ser confundido com um julgamento depreciativo – está diretamente relacionada às especificidades do nosso objeto e às tensas relações que ele estabelece com outros conceitos, como o de *verdade*. Em parte, essa é uma contenda que também preside ao estudo de fenômenos designados como *ascensão do populismo* ou *crise de representação*, aos quais se atribuem posições negacionistas, etnocêntricas, racistas etc. Legitimando a aproximação que ora

estabelecemos, é oportuno notar que autores como a antropóloga Letícia Cesarino (2022) têm estudado as teorias da conspiração como uma das facetas de um populismo digital que ganhou força nos últimos anos. Por tudo isso, é importante explicitar que, ao nomearmos o nosso objeto de estudo como *teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus*, partimos das assunções de que: 1) existe uma visão oficial dominante sobre tais vacinas, chancelada pela grande mídia enquanto autoridade epistêmica, que alega fundamentalmente que esses imunizantes são benéficos à coletividade e que foram desenvolvidos visando à diminuição do número de mortes por Covid-19 e ao controle da pandemia desencadeada por essa doença a partir de março de 2020; 2) e de que existem discursos que contrariam essa versão oficial, ao associar tais vacinas a diversos *planos secretos malignos*, conduzidos por agentes *conspiradores*, visando prejudicar determinadas *vítimas* – esses discursos, marcados por um caráter não oficial (alternativo) e pela mobilização desses três elementos que acabamos de referir, são tradicionalmente chamados de *teorias da conspiração* na literatura especializada.

Este artigo, que está organizado em outras duas seções, além desta introdução e das considerações finais, constitui um recorte de uma pesquisa de Mestrado intitulada *Linguagem e conspiração: produção de sentidos na pandemia da Covid-19*, defendida pela primeira autora em 2022. Na próxima seção, apresentamos brevemente os conceitos teóricos mobilizados durante as análises e explicitamos os procedimentos metodológicos. Em seguida, apresentamos as análises do tratamento dado aos temas, considerando quatro enunciados.

O conceito de semântica global e procedimentos metodológicos

Conforme já adiantado, o principal conceito que mobilizaremos nas análises é o de semântica global, proposto por Maingueneau na obra *Gênese do Discurso* (2021). De forma resumida, esse conceito propõe que a produção e a circulação dos discursos de uma determinada formação discursiva (FD) estão organizadas de acordo com sistemas de restrições semânticas que incidem sobre as mais variadas dimensões desses mesmos discursos – daí o adjetivo *global*. Essas dimensões são chamadas por Maingueneau (2021, p. 22) de *planos discursivos*. A proposta do autor (2021) rompe com uma teoria da significação concentrada especificamente no estudo do vocabulário ou da sintaxe, uma vez que essa semântica global gera regras para o funcionamento de todas as instâncias do discurso – ou seja, não há um lugar tido como privilegiado para a constituição de sentidos. Rejeita-se, assim, a noção de superfície textual como a instância única de materialização do significado. Não só vocabulário e sintaxe, mas também temas, modo de enunciação e coesão, dêixis enunciativa, entre outros aspectos, concorrem para a construção dos sentidos, de acordo com um mesmo conjunto de elementos

coercitivos.

Maingueneau (2021, p. 137) propõe ainda que, por meio de um sistema de restrições, cada FD repousa sobre um conjunto de unidades de sentido mínimas, “pontos de cristalização semântica” designados como *semas*. Esses *semas* estão repartidos em dois registros: de um lado, os *semas* positivos ou reivindicados; de outro, os *semas* negativos ou rejeitados. Longe de serem encarados como uma arquitetura estática, os discursos tratam esses *semas* de forma dinâmica no interior das relações com outros discursos (relações interdiscursivas). Nesta pesquisa, essa proposta se mostrou uma ferramenta privilegiada, no sentido em que julgamos que ela possibilita compreender um *modo de falar* específico da FD conspiratória.

Conforme já adiantamos, centraremos as análises em um dos planos da semântica global das teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus – o dos temas. Na perspectiva teórica em questão, os temas são abordados de forma ampla, concebidos como “aquilo de que um discurso trata” (Maingueneau, 2021, p. 82). A proposta, nesse contexto, não é estudar cada um dos temas isoladamente ou estabelecer uma hierarquia entre eles, uma vez que a ação deles é perceptível em vários aspectos do texto. Do mesmo modo, entende-se que a especificidade de um discurso não decorre da abordagem de um ou de outro tema, mas do tratamento semântico que eles recebem em cada FD, de acordo com o sistema de restrições vigentes. Maingueneau (2021) estabelece ainda uma diferenciação entre temas impostos e temas específicos. Estes são temas próprios a um discurso, e a presença deles se explica por uma relação semântica privilegiada com o sistema de restrições; já aqueles são temas que devem ser abordados em um dado espaço discursivo, independentemente de serem compatíveis ou não com o sistema de restrições.

Em relação aos procedimentos metodológicos, é importante explicitar que, para a constituição do *corpus*, começamos por realizar um levantamento de *posts* sobre vacinas contra o Coronavírus, colocados em circulação a partir de março de 2020, marco oficial da pandemia, em perfis, páginas e grupos públicos do *Facebook* que se opõem abertamente à vacinação, designados genericamente neste trabalho como *comunidades*. Para isso, utilizamos as ferramentas de busca disponibilizadas pela plataforma e *hashtags* (#) populares que indicassem uma oposição a esses imunizantes, à obrigatoriedade deles para diferentes públicos ou uma depreciação deles, tais como *VacinaNao*, *vaChina* e *naoaopassaportesanitario*. Realizamos uma leitura preliminar dos *posts*, de modo a identificar a presença dos elementos aos quais nos referimos anteriormente, considerados aqui essenciais para a classificação de um discurso como uma *teoria da conspiração* – *conspiradores*, *vítimas* e *plano secreto maligno*. Esse procedimento permitiu estabelecer, entre a miríade de discursos antivacineiros, uma

especificidade para o nosso *corpus*, identificando um ecossistema digital no qual circulam enunciados que podem ser entendidos como *teorias da conspiração*, precisamente por apresentarem esses determinados elementos. A partir dessa triagem, selecionamos quatro enunciados para análise, considerando o marco temporal referido anteriormente.

O plano discursivo dos temas em teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus

Conforme também já adiantado, partimos da hipótese de que a grande mídia pode ser considerada como o Outro do nosso objeto. Para Maingueneau (2021), a ipseidade discursiva se constitui sempre a partir de uma relação com a alteridade – essa instância heterogênea que se opõe ao Mesmo e que o autor designa como *Outro*. As restrições que caracterizam um discurso são inseparáveis do modo como ele ocupa seu espaço em um campo discursivo e, conseqüentemente, do modo como ele entra em concorrência com outros discursos que exercem a mesma função social. Ao serem colocados em relação e de modo a protegerem as suas respectivas identidades, cada discurso interpreta o seu Outro sob uma forma de um simulacro que dele constrói. No caso do nosso objeto, podemos afirmar que o discurso conspiratório opera uma rejeição às versões oficiais promovidas por essa mídia corporativa, em circulação no espaço discursivo relativo às vacinas contra o Coronavírus. Os enunciados do *corpus* rejeitam essa versão e caracterizam a grande mídia como *globalista* e *vendida*, aliada de cientistas criminosos e políticos corruptos, como instância que controla, manipula, mente, dissemina medo, mata ou ajuda a matar. Vejamos o enunciado (E1) a seguir.

Enunciado 1 (E1)

Criaram um plano que vem em andamento há anos, a agenda 2030, que vem sendo executada pelos lunáticos mais ricos do planeta [...]. Com a mídia comprada editaram a realidade e geraram uma falsa crise de saúde. Com políticos comprados fizeram leis para obrigar comportamentos. Com as bigfarmas em suas mãos apresentaram uma ‘solução’ que agiliza os planos de redução populacional, item da agenda 2030. É essa a farsa da pandemia, nada mais! E todos esse que a fabricaram vão pagar caro pelos crimes cometidos com o Nuremberg 2.0. (Pesquise!) – Publicação de 12 fev. 2022, às 19h41. Disponível em: <https://bit.ly/3zq5MT9> (<https://perma.cc/Y3DW-ZK69>³). Acesso em: 20 jun. 2022.

O enunciado revela uma suposta relação de cooperação entre a mídia e outros agentes conspiradores, fazendo remissão à Agenda 2030. Trata-se de um conjunto de ações propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que, segundo a instituição, visam a “acabar com

³ Incluímos o *link* direto para cada enunciado no *Facebook* e ainda o *link* obtido a partir da plataforma *Perma.cc*, que preserva o conteúdo independentemente do que possa vir a acontecer com a fonte original.

a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade” (ONU, 2022, on-line). Nesse e em outros enunciados com que nos deparamos durante o levantamento de dados, essa iniciativa da ONU é interpretada como um plano de redução populacional, que teria como instrumento as vacinas contra o Coronavírus produzidas pela indústria farmacêutica (as *bigfarmas*, nos termos do E1). O adjetivo *comprada* caracteriza a grande mídia como uma instância corrupta que, por interesses econômicos, aceita ser porta-voz de agentes conspiradores e partícipe de um genocídio, em uma espécie de reedição do holocausto judeu perpetrado em campos de concentração como os de Nuremberg – daí a referência a *Nuremberg 2.0*. Apresentado entre aspas no E1, o vocábulo *solução* pode ser inclusive lido em uma chave intertextual com o léxico nazista, mais precisamente como a proposta de *solução final* – expressão eufemística que remete ao plano de aniquilação total do povo judeu no contexto da Segunda Grande Guerra. Assim, essa mídia vai sendo associada àquilo que, no imaginário social, é comumente considerado como o *mal absoluto*. Embora o enunciado refira diversos outros agentes conspiradores (os mais ricos, os políticos corruptos, a indústria farmacêutica), é o papel dos meios de comunicação que ganha destaque na imagem que ilustra o *post* (podendo ser visualizada em: <https://perma.cc/Y3DW-ZK69>). Metonimizadas por uma televisão que transmite uma programação de baixa (ou de nenhuma) qualidade, esses meios de comunicação seriam responsáveis por *distrain* a humanidade da emergência de uma *Nova Ordem Mundial*. No ideário conspiratório, essa expressão remete à orquestração de um governo global autoritário que estaria agora na iminência de ser implementado. Na imagem, a *nova ordem* é representada sob a forma de um redemoinho – uma força de evolução incontrolável que, no folclore brasileiro, é inclusive associada a forças diabólicas.

Destacamos inicialmente esse enunciado pois o consideramos emblemático quanto ao modo como o discurso conspiratório vê a grande mídia: trata-se de uma instância que, por interesses econômicos, é capaz das maiores atrocidades e na qual a humanidade não pode confiar. Podemos afirmar que, no regime de veridicação instaurado por esse discurso, a procedência da informação é que define se algo é verdade ou não: o teor dos relatos que circulam na esfera autorizada (ou oficial) migra para um plano secundário, pois qualquer coisa que esse Outro afirme é lido como mentira ou pelo menos com suspeição. O conspiracionismo opera, então, sob um reconhecimento bifurcado: ele reconhece apenas o endogrupo (formado por aqueles alinhados a esse discurso) como legítimo, verdadeiro e *amigo* e rejeita a legitimidade do exogrupo, cujo porta-voz pode ser considerado a grande mídia. Esta passa a ser vista como inimiga, em uma topografia própria de guerra. À semelhança de autores como

Cesarino (2022), identificamos o antagonismo *amigo-inimigo* como eixo estruturador do discurso conspiratório. Esse reconhecimento dual opõe-se ao que podemos chamar *de reconhecimento múltívoco*, característico de uma esfera que reivindica certo diálogo e busca pela convergência. Entendemos que essa operação de rejeição é fundamental para a constituição do nosso objeto de análise, incidindo sobre os diversos planos da semântica global, inclusive sobre o plano dos temas, que passamos a analisar.

Começamos por considerar que a natureza das vacinas contra o Coronavírus e as razões para o seu desenvolvimento são temas impostos ao campo e ao espaço discursivos em questão neste artigo. A reivindicação de uma ruptura em relação às versões oficiais hegemônicas, a que acabamos de aludir, funciona no sentido reinterpretar esses imunizantes como instrumento de diversos planos conspiratórios maléficos, conduzidos em segredo (plano secreto) da maior parte da população (as vítimas), envolvendo elementos diversos, como difusão de doenças, autoritarismo, vigilância, mudança da sexualidade, mutações genéticas, controle populacional, comunismo e genocídio, os quais, como veremos, aparecem de forma simultânea nos enunciados analisados. A autoria desses planos maléficos é atribuída a diferentes conspiradores (a China, o bilionário Bill Gates, a Nasa, entre outros). No recorte a seguir (E2), o enunciador nega a existência do Coronavírus (“o vírus inexistente sars-cov-2”) e identifica as vacinas como um instrumento de mutação genética, desenvolvido pela indústria farmacêutica (o presumido conspirador). Essas vacinas alterariam definitivamente a configuração do DNA humano – a mudança seria tão drástica que daria origem a *ghouls*. Originário do folclore árabe, esse termo designa um tipo de carniçal demoníaco ou de monstro morto-vivo, associado comumente ao consumo de carne humana em cemitérios. Essa referência destitui os vacinados de sua humanidade, atribuindo-lhes um caráter animalizado ao identificá-los com um monstro necrófago e, por isso mesmo, especialmente repugnante.

E2

A vacina contra o vírus inexistente sars-cov-2 que se desenvolveu e se tenta implementar em todo o mundo, é um ARNM (Ácido Ribonucleico Mensageiro). Esta vacina REESCREVA⁴ Literalmente o ADN humano. Isso significa que a pessoa que recebe esta vacina DEIXA DE SER UM SER HUMANO PARA SEMPRE!!! Os efeitos deste procedimento são todos catastróficos e imprevisíveis. Se se reproduzir, a pessoa pode procriar ghouls monstruosos. A vacina contra o covid-19 é um genocídio mundial programado. Normalmente, o desenvolvimento de uma vacina eficaz leva até 10 anos de pesquisa, experimentação, fases e verificações. [...] Como primeira medida de proteção pessoal e familiar, duvida da verdade da versão oficial nacional e internacional sobre qualquer tema de saúde. – Publicação de 23 fev. 2021, às 19h30. Disponível em: <https://bit.ly/3h15EDf> (<https://perma.cc/AXM4-759K>). Acesso em: 20 jun. 2022.

⁴ O texto foi transcrito fielmente, inclusive respeitando eventuais estilizações da escrita.

Conforme noticiado pela grande mídia, algumas das vacinas contra o Coronavírus, como as da Oxford/AstraZeneca e da Moderna⁵, foram desenvolvidas com base no ácido ribonucleico mensageiro (RNA) artificial, modificado em um processo biotecnológico nunca antes utilizado em grande escala. Desenvolvido ao longo de 30 anos, segundo a imprensa, essa tecnologia teria sido central para uma produção célere de alguns imunizantes contra a Covid-19, encurtando um processo que poderia levar muitos anos (BBC NEWS BRASIL, 2021). Na perspectiva de Maingueneau (2021), cada discurso traduz as categorias do seu Outro de acordo com as suas próprias restrições. Ao reivindicar uma ruptura com essa versão da grande mídia, a FD conspiratória interpreta o uso dessa tecnologia emergente como algo digno de suspeita, em um simulacro da versão à qual se contrapõe – a celeridade da nova técnica, que, na versão oficial, constituiria uma vantagem e uma razão para a sua adoção, é ignorada; a técnica é, então, reinterpretada como instrumento mutagênico, em uma relação de compreensão intuitiva, dada a similaridade entre os significantes *RNA* e *ADN*. Vejamos a seguir um recorte do E3. Trata-se da transcrição de um trecho de um áudio produzido no aplicativo de mensagens *WhatsApp*, mas que posteriormente migrou para o *Facebook*.

E3

[...] Eu falei: ‘Doutora, não vou tomar porque para mim isso daí é para colocar a doença em nós, né?’. [...] Ela falou: ‘Colocar doença? Tem muito mais por trás’. E ali ela começou a se abrir comigo. [...] Ela falou que Bill Gates está, está por trás de tudo isso, está associado a todas as empresas de..., das vacinas, né? Que essa Coronavac é fichinha perto daquela que virá. Então, ela explicou que o plasma dessa vacina, que é o líquido, ele vem com uma codificação que traz uma leitura pra inteligência artificial. [...] É como se fosse um *chip*, mas de forma líquida, né?, que é o plasma. Daí, ela estava explicando que através disso eles conseguem controlar a humanidade. [...] Então, eles conseguem [...] jogar uma doença. [...] É, ela está explicando que já existe uma estação espacial, né?, e tudo está sendo é feito justamente para nos dominar, calar nossa boca e nos encurralar. A proposta é reduzir a população. [...] Gente, Jesus está voltando. [...] Então, ideologia de gênero... É isso, né?, a gente sabe que homem com homem não faz filho, nem mulher com mulher. A proposta da, da aprovação do aborto também para que não venha nascer mais ninguém, tudo cercando para que a humanidade seja reduzida, e os robôs tomem conta. – Publicação de 25 jan. 2021, às 10h55. Disponível em: <https://bit.ly/3z53BVN> (<https://perma.cc/XFG9-KUBD>). Acesso em: 20 jun. 2022.

Nesse recorte, são mencionados diversos planos maléficis atribuídos às vacinas: difusão de doenças (“para colocar doenças em nós, né?”), vigilância (“eles [...] tenham o nosso controle através disso”), autoritarismo (“tudo está sendo é feito justamente para nos dominar, calar nossa

⁵ A vacina AstraZeneca/Oxford resultou de uma parceria entre o conglomerado farmacêutico anglo-sueco AstraZeneca e a Universidade de Oxford (Reino Unido). A Moderna Therapeutics é uma empresa de biotecnologia com sede nos EUA.

boca e nos encurralar”), controle populacional e genocídio (“A proposta é reduzir a população”). Esses elementos são associados ainda ao apocalipse cristão (“Jesus está voltando”) e a outros cenários escatológicos: a “ideologia de gênero” e a “aprovação do aborto” fariam com que “não nasça mais ninguém”; perto do final do áudio, a enunciativa afirma que “um meteoro que está para bater na Terra [...], tudo dentro de uma inteligência artificial”, a mesma aplicada às vacinas. A formulação *Tem muito mais por trás*, que antecede a enumeração desses elementos, dá sustentação a essa multiplicidade de cenários e simultaneamente sublinha o caráter secreto desses planos, que estariam escondidos *por trás* da suposta *verdade* propagada pela grande mídia. Esse enunciado é representativo do que Cesarino (2022) designa como *topologia não linear* ou *fractária* que caracteriza o conspiracionismo. Diferentemente de um conjunto coeso, trata-se de uma estrutura extremamente fragmentada, que se ramifica em diversas direções e que prolifera pela dispersão – ou seja, pela capacidade de abarcar uma vasta gama de narrativas, o que aumenta as chances do seu apelo para diferentes públicos (Cesarino, 2022). As vacinas são, então, integradas a uma teia de diversos cenários conspiratórios, alguns dos quais já previamente em curso. Portanto, no mesmo enunciado, coexistem diferentes intenções atribuídas às vacinas – em oposição a uma única intenção difundida com *status* oficial pela grande mídia. A partir disso, podemos afirmar que um importante sema reivindicado pela FD conspiratória é o *holismo*. No plano discursivo dos temas, conforme ilustra o E3, esse traço semântico-discursivo opera um nível de integração macro, expressando uma totalidade sistêmica que vê relação direta entre todos os acontecimentos, os indivíduos e tudo que os rodeiam. Por isso, no sistema de restrições aqui vigente, virtualmente qualquer acontecimento do passado pode ser integrado à cadeia discursiva e influir na percepção dessas vacinas e dos propósitos para o seu desenvolvimento. Vejamos outro exemplo com o E4 apresentado a seguir.

E4

AGORA TUDO FAZ SENTIDO. 🤔🤔🤔. Caros amigos... lembram-se da cerimônia de abertura dos jogos Olímpicos de Londres 2012, com a figura gigante da morte segurando uma agulha, enfermeiras dançando e todas as crianças em camas hospitalares? Tudo começa a fazer muito mais sentido agora, não? Isso já estava sendo planejado há muito tempo.

– Publicação de 10 jan. 2022, às 13h13. Disponível em: <https://bit.ly/3FIBG78> (<https://perma.cc/YVY9-T45D>). Acesso em: 20 jun. 2022.

No E4, uma passagem da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de 2012, realizada dez anos antes do início oficial da pandemia, é reinterpretada como uma prova de que *isso* – usar as vacinas contra o Coronavírus como um instrumento genocida – já estaria sendo planejado há muito tempo. Essa publicação ilustra o modo como o conspiracionismo vigia as superfícies mais banais para, em uma incessante varredura por sinais e detalhes dispersos,

iluminar os elos ocultos e obter a solução do *quebra-cabeça*. Uma possível contraposição a essa alegação poderia apontar a contradição entre a intenção de desenvolver um plano maligno de forma secreta – o que certamente ajudaria na concretização desse plano – e a decisão de revelá-lo anos antes, em uma cerimônia vista por milhões de pessoas em todo o mundo. Sobre isso, é importante referir que a literatura destaca que o conspiracionismo frequentemente não obedece a princípios epistêmicos básicos, como o da não contradição, sem que isso coloque em risco a sua sustentação (Cesarino, 2022); pelo contrário, o que temos é um reforço da identidade desse discurso quando ele rompe com a interpretação hegemônica de um grande evento midiático como a abertura dos Jogos Olímpicos.

Nas imagens que acompanham o E4 (que podem ser visualizadas em: <https://perma.cc/YVY9-T45D>), temos a “figura gigante da morte segurando uma agulha, enfermeiras dançando e todas as crianças em camas hospitalares”, segundo o enunciador. Esse cenário distópico esquematizado nessa cerimônia mimetizaria o cenário pandêmico, o que enfatiza o caráter farsesco e teatral que a FD conspiratória atribui à crise sanitária. Vestida de preto e com feições assustadoras, essa *figura da morte* é associada às vacinas com base na semelhança entre o objeto empunhado por essa figura e o formato de uma agulha. Em um silenciamento do vírus e do seu potencial letífero, os imunizantes é que assumem o centro da trama da pandemia e são identificados como os responsáveis pelas mortes. Para a produção de sentidos, é também significativa a menção a enfermeiras que dançam, o que nesse cenário sugere regozijo e indiferença em relação à dor e à tragédia alheias. O enunciado destaca ainda crianças ocupando camas hospitalares, em uma remissão ao tópico da violação de corpos infantis, que é uma preocupação ubíqua em teorias da conspiração mais recentes – vide, por exemplo, o QAnon e as suas alegações de pedofilia por parte de uma elite satânica (Cesarino, 2022). É oportuno lembrar que a infância, antes de ser um período definido biologicamente, é uma construção social que, em sua formulação contemporânea, é associada à inocência, à pureza, à bondade, à promessa de um *mundo melhor*, à família unicelular de base heteronormativa. Por isso, a ideia de um corpo infantil, que deve ser cuidado e protegido por essa família, acabar adoecido por uma vacina e prostrado em uma cama de hospital, alvo de um conluio genocida arquitetado há anos, tem um potencial de causar indignação e revolta que suplanta aquele que esse conluio teria, caso as vítimas fossem apenas adultas. Ao associar as vacinas contra o Coronavírus a um plano maligno que não poupa sequer crianças, o E4 pode igualar esses imunizantes ao mal absoluto.

Podemos afirmar que outro sema reivindicado pela FD conspiratória é a *intencionalidade*. No sistema de restrições em questão, rejeita-se a coincidência como instância

capaz de organizar o decorrer dos eventos. Na formulação de uma explicação para as vacinas e para os seus propósitos, percebemos a ação desse sema no estabelecimento de relações de causalidade entre uma vasta gama de acontecimentos. Nas comunidades pesquisadas, o lema *Nada é por acaso e não há coincidência* é reiterado. São também recorrentes as seguintes formulações irônicas após a apresentação de uma suposta correlação entre determinados fatos: “Que incrível coincidência, hein?” e “Qualquer semelhança é mera coincidência”⁶. Essas formulações adiantam-se às interpretações que o Outro faz dessas correlações – por outras palavras, é a voz do Outro que aí emerge, traduzida sob a forma de simulacro como ingênua, como uma percepção defetiva que falha em enxergar uma conclusão tida como óbvia. Durante a coleta de dados, deparamo-nos com um enunciado que defendia que as vacinas seriam criação de Lúcifer (uma das designações do demônio), por supostamente utilizarem um ingrediente chamado *luciferase*.

Conforme já adiantamos, um sistema de restrições não funciona de forma independente no interior de um campo discursivo; é necessário sempre considerar as suas propriedades interdiscursivas. Ao afirmarmos que o discurso conspiratório reivindica os semas *holismo* e *intencionalidade*, entendemos que ele rejeita, interpretando negativamente, a forma como o seu Outro, a grande mídia, reporta os fatos de forma segmentada e estabelece relações de causalidade entre eles. A causalidade remete basicamente à relação entre um evento A (a causa) e um segundo evento B (o efeito), desde que o segundo evento seja comprovadamente uma consequência do primeiro – ou seja, o fato de o evento B suceder ao evento A não implica, necessariamente, que A seja a sua causa. Em termos lógicos, a causalidade é identificada em *se não A, então não B*, dada a ocorrência empírica de ao menos um B. Existem diversos modelos de estabelecimento de causalidades, mas, de forma geral, podemos afirmar que a grande mídia – assim como o discurso científico, por ela reportado – não atribui à coincidência de dois fatos ou à sua sucedaneidade uma relação necessária de causa e efeito. Nesse sentido, os fatos podem ser reportados de forma isolada no tempo e no espaço, e admitem-se, sim, coincidências. Já o discurso conspiratório está fincado na assunção de que tudo está conectado e de que a coexistência de virtualmente quaisquer dois eventos pode ser usada para estabelecer relações de causalidade. O fato de a grande mídia não enxergar causalidade entre determinados eventos, reivindicando o sema *coincidência*, inclusive retroalimenta a certeza da conspiração. De acordo com o sistema de restrições aqui considerado, os eventos foram *intencionalmente* arquitetados de modo a criar a impressão de acaso, o que nos remete ao chamado *caráter autoblindado* (*self-*

⁶ Conferir, por exemplo, os seguintes enunciados: <https://perma.cc/CD52-NKF8>; <https://perma.cc/SWY8-LLB2>; e <https://perma.cc/TS6G-VDKB>. Acesso em: 04 jun. 2023.

sealing) das teorias da conspiração (Lewandowsky; Cook, 2020). Trata-se de um discurso que se protege do contraditório, porque tudo o que possa invalidar as alegações do endogrupo é interpretado como um elemento que reforça a certeza da conspiração.

Um tema imposto ao campo midiático é o da fonte – ou seja, o da procedência da informação. Ao reportar um acontecimento, as instâncias midiáticas recorrem a uma origem legitimadora do dizer, que pode ser uma pessoa, falando por si ou em nome de uma coletividade, uma instituição ou empresa, um documento (Charaudeau, 2019; Lage, 2003). Autores como Lage (2003) consideram que a fonte é a gênese do discurso jornalístico e uma necessidade intrínseca ao processo de relatar. De fato, “poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos” (Lage, 2003, p. 49). O recurso à fonte pode ser, assim, considerado um dos principais elementos mobilizados pelo discurso midiático no sentido de construir efeitos de verdade e de credibilidade à informação relatada. Por exemplo, a *Folha de S. Paulo* (2010, p. 37-38) distingue quatro tipos de fontes: as do tipo zero são enciclopédias e documentos, que prescindem de cruzamento com outras fontes; as do tipo um têm um histórico de confiabilidade e falam com conhecimento de causa, pois estão próximas do fato e não têm interesses imediatos na sua divulgação; as do tipo dois são as que têm os atributos da fonte tipo um, mas não o histórico de confiabilidade – por isso, é necessário o cruzamento com pelo menos mais um tipo de fonte; e o tipo três, tido como a de menor confiabilidade, pois tem interesses na divulgação dos fatos. Essa tipificação aponta para uma preocupação com a confiabilidade e a pluralidade, segundo critérios determinados. Podemos afirmar, portanto, que, na grande mídia, existe uma padronização que tende a privilegiar fontes oficiais e a exigir o entrecruzamento de fontes para a checagem das informações. Nos termos da perspectiva teórica à qual nos alinhamos nesta pesquisa, o sistema de restrições vigente no discurso da grande mídia reivindica a *mediação* no processo de relatoria de fatos e de construção de uma *verdade*.

Atentemos agora para outro excerto do E3. No recorte apresentado a seguir, a enunciadora discorre sobre uma consulta com a sua ginecologista, que lhe teria revelado a *verdade* sobre as vacinas. A médica é apresentada como alguém que tem informações credíveis – ela mesma faz parte de uma organização internacional ligada ao conspirador, o bilionário Bill Gates, e desde 2018 saberia das discussões acerca da implantação de uma futura pandemia, atuando como uma espécie de delatora ao revelar tudo isso a uma paciente. Trata-se, portanto, de uma fonte anônima – em um duplo sentido: o seu nome não é revelado e, a julgar pelo relato, é uma pessoa comum, uma profissional da saúde que fala do seu lugar de pertencimento a uma

organização internacional relacionada a uma conspiração vacinista e que, por isso, teria informações privilegiadas, mais credíveis. É oportuno destacar que a enunciadora se refere ao teor das alegações da médica com os termos *notícia* e *informação* (“eu fiquei estarecida com uma *notícia*” e “quando você lida com a *informação*”). Assim nomeadas, essas alegações são equiparadas a um relato jornalístico, o que não só aponta para a atribuição de relevância e de novidade aos dizeres da médica, mas também imprime um efeito de verdade ao teor deles.

E3

Bom dia, queridos. Eu quero gravar esse áudio aqui e quero tentar ser breve, mas para alertar quem estiver ouvindo. [...] Hoje pela manhã, eu fiquei estarecida com uma notícia... Na verdade, parcialmente estarecida, porque nós já estamos sabendo tudo que vem por aí, né? Sabemos que Jesus está voltando, mas quando você lida com a informação de quem está envolvida no meio é de um choque muito mais, né? Hoje eu estive na minha consulta de rotina com uma ginecologista que me acompanha há muito tempo aqui no ABC e conversamos sobre a vacina com ela. Eu falei: ‘Doutora, não vou tomar porque para mim isso daí é para colocar a doença em nós, né?’. Falei de uma forma bem simples. Ela falou: ‘Colocar doença? Tem muito mais por trás’. E ali ela começou a se abrir comigo [...]. Ela faz parte da Inteligência Artificial Internacional, dessas reuniões que vêm lá da plataforma do Bill Gates. Ela falou que Bill Gates está, está por trás de tudo isso [...]. – Publicação de 25 jan. 2021, às 10h55. Disponível em: <https://bit.ly/3z53BVN> (<https://perma.cc/XFG9-KUBD>). Acesso em: 20 jun. 2022.

Como vimos, na grande mídia, a identificação das fontes é tratada como um direito do público e como parâmetro da confiabilidade da informação. Embora se admita que as fontes não sejam identificadas nominalmente – é comum ouvirmos, sobretudo em programas jornalísticos de debates e comentários, formulações do tipo “fontes ligadas ao Palácio do Planalto”, “alguém próximo ao presidente”, “um assessor” –, essa prática é desencorajada por determinados veículos, sobretudo no contexto do jornalismo investigativo. Muitas vezes, o anonimato é usado sob a justificativa de preservar a integridade física do informante, em situações específicas. Obviamente, não podemos afirmar se essa foi uma preocupação que se impôs ao relato da enunciadora. De todo modo, uma eventual *checagem* das informações é prejudicada (ou impossibilitada) por se tratar de alguém cujos dados biográficos partilhados com os enunciatários são bastantes vagos – sabemos apenas que se trata de uma ginecologista do ABC. Se tivéssemos contato direto com a enunciadora, a médica estaria a dois graus de separação de nós. Contudo, para nós, ela mesma é anônima, uma desconhecida; o seu relato foi inclusive produzido originalmente em outra plataforma, e só nos chegou como resultado de uma cadeia de milhares de compartilhamentos. Tudo é vago é longínquo – estamos a muitos graus de separação da médica. Tratada individualmente como provedora de uma *verdade*, a fonte anônima produz um efeito de vaguidade no discurso. Podemos, então, afirmar que *individualidade* é um sema reivindicado pelo conspiracionismo e, no que tange à legitimação

dos dizeres, esse sema coage o discurso a privilegiar fontes individuais, anônimas. Nos enunciados analisados, as alegações ganham um caráter testemunhal, em que a fonte é o próprio enunciador. Desse modo, os relatos prescindem de quaisquer mediações, colocando o sujeito em evidência enquanto instância que legitima o que é dito. É oportuno notar que, muitas vezes, os médicos e cientistas alinhados à FD antivacinas tornam-se influenciadores digitais e são alçados a certa condição de estrelato – o caso do ex-médico e hoje ativista Andrew Wakefield, tratado como um *Deus absoluto*⁷ pelo movimento, é disso exemplo. Essa deserção, por seu caráter ainda minoritário, destaca-se contra um pano de fundo hegemônico e pode, por isso, ser vista como um ato de heroísmo. Ao estudar a semântica global de uma revista de divulgação científica especializada, ligada a uma agência de fomento à pesquisa financiada pelo governo do estado de São Paulo, Fossey (2006) mostra como as reportagens aí publicadas falam de ciência sem constantemente remeterem aos cientistas. Quando o fazem, os nomes são sempre associados à instituição de origem dos pesquisadores ou a eventuais agências financiadoras – eles falam menos individualmente do que de um lugar legitimado pelas estruturas do campo científico. Esse apagamento individual se dá em prol de uma comunidade de pares, de onde se reforça o posicionamento de que, na dita ciência normal, o conhecimento é construído de forma coletiva, sob regras específicas. Ainda sobre essa ênfase no indivíduo, é também interessante contrastarmos que, na grande mídia, o desenvolvimento das vacinas contra o Coronavírus não foi um feito atribuído a um único cientista, mas a uma equipe ligada a uma universidade, a um laboratório, a uma empresa farmacêutica. Embora possamos afirmar que certos cientistas ligados a esse feito tenham recebido alguma cobertura midiática, como a vacinologista Sarah Gilbert, é razoável afirmar que a maioria do público não saberia associar determinado imunizante a determinado cientista. A cobertura midiática, na esfera autorizada, fez com que as vacinas ficassem conhecidas como *vacina da Sinovac*, *vacina da Pfizer*, *vacina da Oxford-AstraZeneca* etc., designações que enfatizam a ideia de um feito coletivo.

Retomando as nossas discussões, é necessário frisar que, apesar da predominância de um caráter testemunhal nos relatos, o discurso conspiratório, no espaço discursivo e nas condições de produção aqui consideradas, pode admitir uma grande variedade de fontes, desde as referenciadas de forma bastante vaga, com sujeito indeterminado e verbos *dicendi* (por exemplo, *dizem que*, uma fórmula típica do boato), até as tomadas em sua extensão universal – determinado fato está de acordo com *toda a ciência*, com *todos os laboratórios do mundo*, com *todos os médicos*, com *mais de 1.000 estudos e publicações científicas* (sem especificar quais).

⁷ Esse epíteto atribuído a Wakefield aparece nos minutos finais do documentário *A conspiração antivacina* (2021), que faz um retrato da trajetória antivacínista do ativista, dos anos 1990 aos dias de hoje.

Tem-se, assim, um conjunto muito mais heterogêneo do que as possibilidades aceitas pelo Outro do nosso objeto, e isso também pode ser lido como um índice da estrutura holística (fragmentada, fractária) a que aludimos anteriormente. Em relação às fontes tomadas em sua extensão universal, pode-se afirmar que elas geram um efeito entrópico no discurso. Trata-se do oposto de uma função negentrópica que se atribui à ciência – função de redução da desordem, de “economia enorme na manipulação de dados” ou de “diminuição espetacular do ruído” de fundo para se chegar a uma purificação do fato científico, nos termos de Latour e Woolgar (1997, p. 141). Além disso, essa extensão universal é, em certo sentido, desestabilizadora: encontrada uma única ocorrência que infrinja a relação estabelecida, a proposição é refutada, ou seja, basta haver um único médico que discorde do fato relatado para que o enunciado possa ser considerado falso.

Considerações finais

Neste trabalho, a partir da perspectiva da AD de base enunciativa, propomos um estudo de teorias da conspiração sobre vacinas contra o Coronavírus, com o objetivo de estabelecer algumas das suas especificidades e regularidades. Partimos da hipótese de que a mídia corporativa tradicional pode ser considerada como o Outro do nosso objeto. A partir disso, defendemos que o conspiracionismo opera sob um reconhecimento bifurcado da realidade, pois ele reconhece apenas o endogrupo como legítimo, verdadeiro e *amigo*, rejeitando a legitimidade do exogrupo, cujo porta-voz é identificado como sendo a grande mídia. Esta passa a ser vista como *inimiga*, em uma topografia típica de guerra (Cesarino, 2022). Esse antagonismo *amigo-inimigo* pode ser considerado o eixo estruturador do discurso conspiratório, tratando-se de um reconhecimento dual que se opõe ao que podemos chamar de *reconhecimento múltívoco*. Apontamos que essa operação de rejeição à instância hegemônica é fundamental para a constituição do nosso objeto de análise, incidindo sobre os diversos planos da semântica global.

Com base nesse conceito de Maingueneau (2021), mobilizado durante as análises, foi possível mostrar como algumas unidades mínimas de sentido, reivindicadas e rejeitadas, incidem sobre o plano discursivo dos temas. Mostramos que o sema *holismo*, reivindicado pela FD conspiratória, dá lugar a uma estrutura fractária que associa elementos dispersos temporal e espacialmente a uma percepção das vacinas contra o Coronavírus e dos propósitos do seu desenvolvimento. Vimos também que a rejeição da *coincidência* permite estabelecer uma relação de causalidade entre as vacinas e diversos cenários conspiratórios, alguns dos quais já previamente em curso. *Individualidade* é outro sema reivindicado pelo conspiracionismo e, em relação à legitimação dos dizeres, tema imposto ao campo midiático, esse sema constrange o

discurso a privilegiar as fontes individuais e anônimas. Em geral, os efeitos de sentido analisados se encaminham para um estilhecimento da noção de *verdade* compartilhada na esfera pública e reforçada pelas autoridades epistêmicas, com a associação dos imunizantes ao mal absoluto, em uma inversão da interpretação hegemônica.

Pesquisas sobre teorias da conspiração à volta de vacinas, especialmente sobre as que circulam nas plataformas digitais, propõem também uma espécie de *método de contenção* para essas narrativas. O artigo de Melo, Broietti e Salvi (2021) é disso exemplo. Esse não foi um dos objetivos desta pesquisa, mas se alguma contribuição podemos lançar nesse sentido é a de reforçar que não estamos perante um discurso compromissado com a verdade que ele mesmo erige – ou seja, o discurso conspiratório pode não obedecer a princípios epistêmicos básicos, como o da não contradição. Além disso, esse discurso se protege do contraditório por seu caráter autoblindado: tudo o que possa contradizer as alegações do endogrupo é interpretado como um elemento que reforça a certeza da conspiração. Por isso, a própria moderação dos conteúdos conspiratórios, excedida pelas próprias plataformas digitais, pode ter um efeito rebote na percepção de censura pelos públicos alinhados a esse discurso. Sendo assim, talvez a ideia de rebater teorias da conspiração com métodos de argumentação tradicionais, como pretendem Melo, Broietti e Salvi (2021), seja apenas *enxugar gelo* na maior parte dos casos. Na AD pècheutiana, diz-se que o esquecimento número 1 faz com que tenhamos “a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentis” (Orlandi, 2013, p. 35). Na esfera digital, podemos afirmar que esse esquecimento é muitas vezes exacerbado por uma alienação técnica dos usuários comuns, que têm a ilusão de operar ainda mais livremente no ecossistema digital, em parte porque eles não detêm acesso à escala global de como ele funciona e porque desconhecem as premissas do modelo de negócios das gigantes de tecnologia. Uma vez que o conspiracionismo é um fenômeno que viceja na esfera digital precisamente em virtude desse ecossistema, defendemos que é necessária uma reforma no viés algorítmico das grandes plataformas e no seu modelo atual de negócios para endereçar essa problemática de forma mais efetiva.

Referências

A CONSPIRAÇÃO antivacina. Direção: Colette Candem. Produção: Flora Bagenal. Londres: Caravan Media, Quicksilver Media e Channel 4 Television, 2021. 68 min, cor, 2.35 : 1. Disponível em: <https://bit.ly/3SDWvy4>. Acesso em: 30 ago. 2022.

AGÊNCIA FAPESP. **Pesquisadores analisam avanço de grupos antivacina em plena pandemia.** Por Maria Fernanda Ziegler, 22 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3mI67cL>. Acesso em: 09 out. 2021.

AGÊNCIA LUPA. **EUA, Brasil e Espanha lideram desinformação contra vacinas da Covid-19**. Por Maurício Moraes, Rio de Janeiro, 27 ago. 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3o3YJrV>. Acesso em: 18 out. 2020.

BARKUN, M. **A culture of conspiracy**: apocalyptic visions in contemporary America. Berkeley: University of California Press, 2003.

BBC NEWS BRASIL. **Como as vacinas de RNA que nos salvaram da Covid-19 podem derrotar outras doenças**. Por Tim Smedley, BBC Future, 25 dez. 2021. Disponível em: <https://bbc.in/3SXMID5>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CASSAM, Q. **Conspiracy Theories**. Cambridge, UK; Medford, MA: Polity Press, 2019.

CESARINO, L. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. 2. ed., 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.

CHOMSKY, N. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2010.

FOSSEY, M. F. **A semântica global em duas revistas de divulgação científica: Pesquisa Fapesp e Superinteressante**. 2006. 133 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3o14xZH>. Acesso em: 27 jul. 2022.

INTRONE, J. *et al.* Mapping the narrative ecosystem of conspiracy theories in online anti-vaccination discussions. **SMSociety'20**: International Conference on Social Media and Society, Jul. 22-24, 2020, Toronto, ON, Canadá. Disponível em: <https://bit.ly/3RpOrQB>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INVESTIDOR 10. **Entenda de onde vem o faturamento do Facebook**. Por Ruan Carlos, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3D3Wte1>. Acesso em: 20 set. 2022.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **Vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LEWANDOWSKY, S.; COOK, J. **O manual das teorias da conspiração**. Universidade de Bristol, Conselho Consultivo da ciência e da Indústria, Oceanos e Atmosfera, Hobart, Tasmânia, Austrália, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3y2T6kk>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MACHADO, D. F. T.; SIQUEIRA, A. F. de.; GITAHY, L. Natural stings: selling distrust about vaccines on Brazilian *YouTube*. **Front. Commun.**, Sec. Science and Environmental Communication, 26 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3r6jE0k>. Acesso em: 30 ago. 2022.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Parábola, 2021.

MELO, L. W. S.; BROIETTI, F.; SALVI, R. F. Análise do discurso de uma publicação ‘antivacina’ no YouTube e algumas reflexões para a educação em Ciências.

Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, 14(2):111-131, nov. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3dHKFUM>. Acesso em: 30 ago. 2022.

NETLAB UFRJ. **Recomendação no YouTube**: o caso Jovem Pan. Especial Eleições 2022. 05 set. 2022, Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3dJhlxe>. Acesso em: 30 ago. 2022.

NICOLAS, L. As teorias da conspiração como espelho do século: entre a retórica, a sociologia e a história das ideias. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 12, jul/dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3dKCJOe>. Acesso em: 18 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3CztLzV>. Acesso em: 30 ago. 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. São Paulo: Pontes, 2013.

PEREIRA, A. G. **Linguagem e conspiração**: produção de sentidos na pandemia da Covid-19. 2022. 192 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2022. Disponível em: bit.ly/3LQMXp4. Acesso em: 05 out. 2023.

PEREIRA, I. V. **Teorias da conspiração**: funcionamento discursivo e efeitos de verdade. 2021. 270 f. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BdzNYa>. Acesso em: 23 jul. 2022.

Sobre as autoras

Aline Gaspar Pereira (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-4831-9163>)

Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (Unir). Porto Velho, Rondônia, Brasil.

Marília Lima Pimentel Cotinguiba (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1847-4987>)

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), docente do Mestrado em Letras da Unir. Porto Velho, Rondônia, Brasil.

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em outubro de 2023.

Interatividade e parâmetros tecnodiscursivos em práticas textuais impolidas no contexto do futebol feminino

Interactivity and techno-discursive parameters in impolite textual practices in context of women football

Isabel Muniz Lima¹
Jessica Oliveira Fernandes²

Resumo: A figura feminina é frequentemente alvo da intolerância em diversas esferas da sociedade. Especificamente em ambientes em que predominam os homens, como os esportes, com ênfase no futebol, esse tipo de preconceito se manifesta de diversas formas, como por meio de ofensas em redes sociais, ecossistemas que, dada a alta interatividade característica, proporciona que esse tipo de discurso atinja níveis e proporções visíveis. Com o objetivo de investigar como a impolidez (Culpeper, 2011) se manifesta e, ainda, como a interatividade (Muniz-Lima, 2022) colabora para a exacerbação da agressividade ao ponto de esta se tornar, algumas vezes, violenta (Fernandes, 2023), selecionamos e analisamos comentários de Twitter acerca de uma fala da jornalista esportiva Mariana Spinelli sobre o status atual do futebol feminino. Como resultados, observamos que existe a interferência de parâmetros tecnodiscursivos, como a viralidade e o efeito de ausência nos graus de impolidez, e ainda que os interlocutores se valem de recursos como a ferramenta para menção (@), o pseudonimato e os *emojis* para compor seus comentários e realizar ataques.

Palavras-chave: futebol feminino; interatividade; impolidez; Twitter.

Abstract: The female image is often the target of intolerance in various layers of society. Specifically in environments where men predominate, such as sports, with an emphasis on football, this type of prejudice is manifested itself in different manner, such as through offenses on social media, ecosystems that, given the characteristic high interactivity, allow this type of discourse to reach visible levels and proportions. With the aim of investigating how impoliteness (Culpeper, 2011) manifests itself, and also how the level of interactivity (Muniz-Lima, 2022) contributes to the exacerbation of aggressiveness to the point that it sometimes becomes violent (Fernandes, 2023), we selected and analyzed Twitter comments about one speech by sports journalist Mariana Spinelli about the current status of women football. As a result, we observed the interference of techno-discursive parameters such as virality and the effect of absence of the degrees of impoliteness, and also that the interlocutors use resources

¹ Universidade Federal de Alagoas (Fale/UFAL - Maceió - AL, Brasil). Membro dos grupos de pesquisa Prottexto (Universidade Federal do Ceará), Gramática & Texto (Universidade Nova de Lisboa) e Grupo de Pesquisa Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (UFAL). Endereço eletrônico: isabel.muniz@fale.ufal.br.

² Universidade Federal do Ceará (UFC - Fortaleza - CE, Brasil). Membro do grupo de pesquisa Prottexto (Universidade Federal do Ceará). Endereço eletrônico: jessicafernandes36@gmail.com.

such as the mention tool (@), the pseudonym, emojis to compose their comments and carry out attacks.

Keywords: women football; interactivity; impoliteness; Twitter.

Introdução

De acordo com Bragato e Silva (2021), na perspectiva do Direito, os discursos de ódio³ são compreendidos como um conjunto de manifestações depreciativas, direcionadas a determinados grupos sociais considerados submissos ou subordinados, cujo objetivo é gerar discriminação e violência. Quando produzidas e circuladas em contexto digital on-line, essas manifestações textuais podem adquirir uma visibilidade ampla e gerar altos níveis de interatividade (Muniz-Lima, 2022), o que, em muitas ocasiões, resulta em situações de violência extrema. Em diferentes práticas sociais on-line, seja qual for o contexto sócio-histórico-político-cultural em questão, estamos sujeitos a ser tanto fonte quanto alvo de ataques diversos.

Em *Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática*, Teixeira e Caminha (2013) apresentam um breve panorama das conquistas das mulheres em diferentes âmbitos sociais e, em paralelo, sua crescente participação nas atividades tradicionalmente tidas como masculinas, sobretudo aquelas em que entra em jogo o modo como as mulheres lidam com o próprio corpo, como é o caso da prática de esportes como o futebol. Conforme destacam os autores, embora o Brasil seja considerado o *país do futebol*, a atuação feminina nesse esporte parece ser, ainda hoje, apenas tolerada, não adquirindo a visibilidade e a aceitação social merecidas para que pudéssemos falar, nesse contexto, em igualdade de gênero.

Mais que *apenas tolerada*, a prática do esporte por mulheres, bem como a atuação destas em profissões relacionadas, como árbitras, comentaristas ou narradoras esportivas, sofrem com constantes ataques violentos diretos, sobretudo nas redes sociais, local de intensa atualização de polêmicas públicas, como as discussões em torno da igualdade de gênero⁴. No Brasil, recentemente, a apresentadora e comentarista de futebol feminino Mariana Spinelli foi vítima

³ A nosso ver, *discurso de ódio* difere de *impolidez* em algumas ocasiões, uma vez que o primeiro conceito nos parece ter um foco mais específico em grupos menos favorecidos, em minorias, enquanto a segunda noção é mais abrangente, por vezes, como é o caso deste artigo, englobando discursos de ódio. Dito isso, utilizaremos ambos os termos como sinônimo, especificamente por esse estudo se dedicar a um grupo desfavorecido, as mulheres.

⁴ Em Muniz-Lima (2022b), a autora estabelece uma articulação entre a Linguística Textual brasileira e a Análise do Discurso Digital e reflete sobre algumas estratégias tecnolinguageiras violentas apresentadas no ecossistema Instagram por seguidores do perfil do time de futebol francês @ol em relação ao jogo arbitrado por Stéphanie Frappart, primeira mulher a apitar grandes torneios de futebol masculino na Europa.

de ataques violentos, sobretudo com declarações misóginas, no Twitter, após trechos de sua entrevista no famoso podcast brasileiro Flow viralizarem. Esse fato fez com que a polêmica figurasse entre os assuntos mais comentados no Twitter em 7 de fevereiro de 2023. A repercussão desse acontecimento público nos motivou, neste trabalho, a observar de que maneira se construíram as práticas textuais violentas nesse caso específico e de que maneira isso pode reforçar discursos intolerantes em torno da prática do futebol por mulheres.

A Linguística Textual brasileira, especialmente aquela praticada no grupo de pesquisa Prottexto, do qual as autoras deste artigo fazem parte, tem investigado práticas textuais em diferentes ecossistemas digitais com o objetivo de verificar a relação entre aspectos linguageiros e tecnológicos e diferentes categorias textuais. Destacamos, que a Linguística Textual praticada por esse grupo é abertamente interdisciplinar e busca aproximar princípios de outras disciplinas que possam colaborar na compreensão de fenômenos relacionados ao texto, entendido por nós, como um enunciado multimodal completo, cuja unidade de sentido se revela em interação (Cavalcante *et al.*, 2022). Assim, vale mencionar, que noções como interação e interatividade são tomadas aqui a partir do lugar teórico da Linguística Textual, sobretudo, nesses casos, com base em Muniz-Lima (2022), que reconsiderou a noção de interação a fim de contemplar a evolução do próprio conceito de texto dentro da Linguística Textual. Da mesma forma, apresentaremos reflexões e atualizações no âmbito dos estudos da impolidez (Fernandes, 2023), os quais, aos poucos, têm engendrado esforços nas discussões das interações que acontecem mediadas pela máquina, sempre em favor de uma análise do nosso objeto de estudo: o texto. Os membros do grupo, assim como Giering e Pinto (2021), por exemplo, têm discutido os desafios da Linguística Textual no confronto com os textos que circulam em contexto digital on-line.

Em Cavalcante *et al.* (2022), os autores se debruçam sobre categorias fundamentais para a Linguística Textual, como referência, interação, intertextualidade, argumentação, gêneros, sequências, entre outras, buscando evidenciar justamente os avanços que a disciplina tem revelado nos últimos 20 anos, imprimindo um olhar para textos que circulam na tecnodiscursividade. Este artigo, portanto, se apresenta nessa direção, colaborando para ampliar os estudos do texto e da interação em contexto tecnodiscursivo.

Brito, Cabral e Silva (2022), por exemplo, investigaram o fenômeno da ciberviolência, compreendendo essa prática como acontecimentos discursivos amorais desencadeados por textos que adquirem caráter violento, entre outros fatores, por sua relação com a época, a cultura e o espaço nos quais circulam. Os autores mencionam que os gestos linguageiros violentos se

apresentam relacionados aos diferentes modos de organização textual, por isso são aspectos importantes a serem investigados nos estudos do texto.

Neste trabalho, buscamos refletir sobre a seguinte questão-problema: de que modo a interatividade (Muniz-Lima, 2022) e alguns parâmetros tecnodiscursivos (Paveau, 2021) podem se relacionar à construção de práticas textuais intolerantes no futebol feminino? Mais especificamente, nos interessa verificar de que maneira os aspectos que configuram a interatividade (controle do conteúdo, caráter dialogal e sincronicidade) podem atuar no jogo de coconstrução de discursos intolerantes no corpus em questão. Ainda, buscamos observar que estratégias tecnolinguageiras⁵ de ataque (propostas em Paveau, 2021) ao outro são acionadas no tecnodiscurso em análise. E, nessa esteira, refletimos sobre de que modo o efeito de ausência e a viralização intensificam os efeitos impolidos nos tuítes investigados. O corpus escolhido foi a postagem iniciadora publicada em 6 de fevereiro de 2023 em um perfil no Twitter e alguns comentários relacionados a esse *post*⁶.

Para tal, na primeira seção, fazemos uma discussão sobre o que entendemos por impolidez e os aspectos que estão envolvidos na interpretação desse fenômeno complexo, além de, ainda, pontuar alguns parâmetros tecnolinguageiros que, a nosso ver, podem promover um efeito mais ou menos violento. Em seguida, destacamos características da interatividade e sua relação com as práticas impolidas dentro do ambiente virtual Twitter. Por fim, demonstramos como, na análise de comentários direcionados ao tuíte que selecionamos, esses fatores dialogam na construção de possíveis efeitos agressivos e, ainda, de seus graus de intensidade.

Os níveis de impolidez no ambiente digital

A impolidez, nas sociedades contemporâneas, se manifesta com frequência considerável e assume diversas formas e intensidades, de acordo com o ambiente/contexto em que se realiza. Para Goffman (2011), “em intercâmbios agressivos, o vencedor [...], enquanto participante da interação, cuida de si melhor que de seus adversários” (p. 31-32). É através das pesquisas desse autor que encontramos muitas das reflexões iniciais sobre atos impolidos.

⁵ O termo diz respeito à consideração de aspectos tecnológicos e linguageiros na investigação do texto, do discurso e da interação. Esse pressuposto é sugerido em Paveau (2021) e assumido nos atuais trabalhos da Linguística Textual brasileira, na qual este estudo se enquadra.

⁶ A postagem iniciadora e os comentários relacionados a ela estão disponíveis neste link: <https://twitter.com/LedioLegal/status/1622683477953900544>.

Os estudos na área da polidez se iniciaram, por influência dos estudos pragmáticos tradicionais, com uma perspectiva voltada às trocas verbais face a face, e as análises focavam em marcas da superfície textual com vista ao cumprimento ou não de normas e padrões previamente estabelecidos, sem que as nuances oriundas da diversidade cultural, por exemplo, fossem plenamente levadas em conta. O modelo proposto por Brown e Levinson (1987), focado na gestão das faces positivas e negativas tanto do falante quanto do ouvinte, previa estratégias para que atos ameaçadores de face fossem mitigados, como perguntas, verbos modais etc. A perspectiva adotada à época era restrita, pois se dedicava à cultura anglo-saxã, e foi apontada como pessimista por entender a interação como uma arena de gladiadores. Além disso, ainda era muito apegada a normas e padrões.

Esse modelo clássico alcançou grandes proporções e, ao passo que foi bastante questionado, também influenciou outros autores a investigarem o tema, assim como inspirou questionamentos acerca do que seria o *oposto* de polidez, a impolidez. Como reflexo do interesse crescente na área, Culpeper (1996) propôs uma matriz de impolidez baseada nesse modelo de polidez proposto por Brown e Levinson (1987). Como o pragmático inglês *espelhou* as estratégias dos autores, herdou, naturalmente, algumas problemáticas, como a da universalidade, a da idealização das interações e de seus participantes.

Na altura, Culpeper (1996) foi alvo de críticas semelhantes e, a partir delas, reformulou o seu modelo, acrescentando, em 2003, juntamente com Bousfield e Wichmann, as possibilidades de respostas a um ato impolido, dividindo-as em *não responder* ou responder. No caso de o falante responder ao gesto impolido, ele pode aceitar, com um pedido de desculpas, por exemplo, ou contra-atacar, de modo ofensivo ou defensivo. Para os autores, apesar de impolidas, quaisquer dessas alternativas de réplica são, considerando os níveis existentes, menos impolidas que o ato inicial.

Outra noção importante para os estudos da polidez é o conceito de face, conforme aponta Goffman (2011):

Um valor social positivo de uma pessoa que efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. A fachada é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados – mesmo que a imagem possa ser compartilhada (p. 13-14).

Seguindo o que desenvolveu Spencer-Oatey (2002), em seus estudos sobre a gestão dos relacionamentos, o autor passa a contemplar tanto o caráter particular dos participantes quanto o social/interpessoal. Outra contribuição de Culpeper *et al.* (2003) diz respeito à relativização

dessa noção, que passa a ser também contextual, visto que, em situações distintas, alguns aspectos ganham mais relevância que outros - casos em que princípios coletivos são mais valorizados que os individuais, por exemplo.

Em 2008, Culpeper destaca a existência de normas sociais em dois âmbitos: o individual e o social. O âmbito social já era conhecido desde o modelo clássico e versa acerca das percepções coletivas sobre as expectativas, as quais, se não atendidas, são vistas como comportamentos negativos. A contribuição do autor nesse momento diz respeito a uma visão individual, a qual se junta à coletiva, mas proporciona uma visão maior de autonomia do falante em relação às sobredeterminações sofridas.

Posteriormente, o pragmático inglês assevera especificamente a característica da intencionalidade (Culpeper, 2011) em relação ao fenômeno da impolidez. Porém, diferentemente do que entendem os estudiosos da psicolinguística, com base em Gibbs (1999), o autor concebe essa característica crucial como uma propriedade dinâmica e emergente da interação social/cultural/histórica na qual os interactantes criam e dão sentidos a diversos artefatos humanos.

Nesse sentido, Culpeper (2011) destaca que os atos impolidos são aqueles em que o falante, intencionalmente, busca agredir o seu ouvinte, o que está relacionado com expectativas e/ou normas socialmente estabelecidas para determinadas interações, como rituais. Dito de outra forma, o que é considerado impolido em uma fala pública de um dono de uma empresa em uma palestra, por exemplo, pode não o ser em uma conversa informal dessa mesma pessoa, mas entre amigos. Os participantes, dessa forma, sofrem coerções das circunstâncias de produção não só para a realização do ato linguageiro, mas também para a interpretação deste, uma vez que o seu sentido é coconstruído.

Porém, além das influências que os participantes sofrem de fatores diversos pelos quais uma interação é pautada, há de se considerar a autonomia dos interactantes para eventualmente transgredir o que se espera deles em determinado contexto, isto é, apesar de direcionados por práticas discursivas típicas, os falantes estrategicamente divergem dos protocolos e das normas para causar efeitos de sentido, por exemplo, impolidos.

Diante disso, nos aproximamos da percepção mais atual de impolidez desenvolvida por Culpeper e Hardaker (2017) e, sobretudo, do que Fernandes (2023) desenvolve em sua tese em andamento, visto que se aproxima mais do corpus - e naturalmente das condições de produção - que analisamos nesta investigação, qual seja: o contexto digital on-line. Como impolidez,

então, consideramos os gestos ofensivos a partir de um acordo interativo entre os participantes conforme as expectativas e as atualizações destas nos textos, o que nos fornece pistas de como o “*valor social das palavras e fórmulas inventadas e compartilhadas pela sociedade*” (Charaudeau, 2019, grifos do autor) pode ser interpretado, levando ainda em conta os traços socioculturais que atravessam os efeitos possíveis e as características do ambiente.

Como apontam Brito e Oliveira (2018), a ciberviolência lida com a incitação às emoções, as quais, em termos de redes sociais, suscitam engajamento, isto é, reações como curtidas e comentários. Essa característica nos faz lembrar da figura do terceiro, o qual presencia, em interações públicas, os gestos linguageiros dotados de agressividade, que, muitas vezes, buscam a adesão desse participante indireto, não se importando com a preservação da face de seu interlocutor direto.

Nesse sentido, algumas características específicas colaboram para o aumento no grau de impolidez do gesto linguageiro praticado; o fato de a agressão ser pública, como aponta Fernandes (2023), é um desses fatores. Conforme aponta Goffman, “tudo se passa como se a presença de uma testemunha aumentasse a gravidade do desvio⁷ porque já não cabe nem ao ofensor nem ao ofendido esquecer, apagar ou suprimir o sucedido: o desvio tornou-se público” (1968, p. 193 - *tradução nossa*). Esse raciocínio, pensado inicialmente para as interações face a face, pode se desdobrar, com as devidas adequações e atualizações, dada a diferença entre as abordagens propostas, para o ambiente nativo digital e ser incorporado por um dos parâmetros tecnolinguageiros descritos por Marie-Anne Paveau (2021), a viralidade. Nesse sentido, o efeito do gesto ofensivo seria alargado na medida em que o comentário, por exemplo, fosse muito curtido e comentado, o que garantiria que outros internautas o presenciaram, além dos que não chegaram a interagir.

Além da viralidade, acreditamos, na esteira do que Fernandes (2023) discute, que outros parâmetros tecnolinguageiros descritos pela autora francesa colaboram para exacerbar ou não o ato agressivo. O efeito de ausência e a inseparabilidade, a nosso ver, também causam um desconforto maior por parte do ofendido. Segundo Paveau (2021), o efeito de ausência tem relação com a não implicação da pessoa física no ambiente on-line. Entendemos que o efeito de ausência engloba, ainda, outros parâmetros, a saber: a cultura de quarto e o anonimato ou

⁷ No original, *la faute*, no sentido de quebra de um princípio ou de uma regra moral.

pseudonimato⁸. O fato de o afetado não ter acesso (entendido de modo amplo) ao seu agressor, seja fisicamente, seja virtualmente por não ter informações o suficiente sobre o outro, gera uma sensação de impotência, o que, de certa forma, tira seu direito de defesa.

Já a inseparabilidade diz respeito à ligação cada vez mais estreita que temos com os meios virtuais, o que aproxima o virtual do real. O ato impolido pode trazer consequências negativas não só para o perfil, mas também para, por exemplo, o trabalho, já que a internet tem sido, definitivamente, o meio mais recorrentemente utilizado para se obter informações. Algumas condutas reprováveis no ambiente digital frequentemente têm sido punidas, por exemplo, com desassociação de marcar o nome de pessoas que trabalham com a redes sociais, como foi o caso de influencers como Gabriela Pugliesi.

Dito isso, é comum que os usuários das redes sociais se utilizem da estratégia textual/discursiva da impolidez para exacerbar polêmicas como a que discutimos.

Interatividade e ataques violentos no ecossistema *Twitter*

Em Muniz-Lima (2022b), refletimos sobre algumas estratégias tecnolinguageiras violentas utilizadas no ecossistema *Instagram* por seguidores do perfil do time de futebol francês @ol em relação ao jogo arbitrado por Stéphanie Frappart, primeira mulher a atuar na função em grandes torneios de futebol masculino europeu. Tomando como base pressupostos teóricos da Linguística Textual brasileira, sobretudo a reconsideração da noção de interação, defendida em Muniz-Lima (2022), e algumas reflexões sobre ciberviolência, apresentadas em Paveau (2021), analisamos um corpus composto de uma postagem realizada no perfil francês @ol, mais treze comentários agrupados a esse texto-fonte, publicados em 21 de abril de 2021. A análise da configuração da interação no corpus selecionado evidenciou que os interlocutores se valeram de diferentes modalidades tecnolinguageiras, como a função *marcar pessoas* do *Instagram*, a própria natureza de *viralização* dos dispositivos técnicos desse ecossistema e os recursos de interatividade (como as curtidas), para alimentar e multiplicar ataques violentos à árbitra.

No caso dos ataques sofridos pela jornalista Mariana Spinelli no Twitter, verificamos, nesta investigação, estratégias tecnolinguageiras semelhantes, como será evidenciado na

⁸ Segundo Paveau (2021), o anonimato-pseudonimato se relaciona às diferentes identidades que podem ser criadas e geridas on-line.

próxima seção. Antes, porém, especificamos de que maneira temos entendido o fenômeno da interação em contexto digital on-line. Muniz-Lima (2022) reconsidera esse aspecto tomando como base diferentes autores, tanto da área da Linguística Textual (Koch, 2001, 2016; Marcuschi, 2010), quanto de outras disciplinas das Ciências da Linguagem (Bakhtin/Volochínov, 2009; Jakobson, 1963; Kerbrat-Orecchioni, 1990, 1992, 2005; Vion, 1992), além de áreas que, tradicionalmente, estudam a interação, como a Sociologia, a Antropologia (Goffman, 1973, 1974, 2002, 2011; Ribeiro e Garcez, 2002) e as Ciências da Comunicação (Jensen, 1998; Mcmillan, 2002). Com base em uma análise ampla de diferentes modos de interação em contexto digital on-line, Muniz-Lima (2022) propõe que a interação seja compreendida como

um processo de coconstrução de sentidos entre interlocutores humanos e/ou não humanos, sempre encenado, e que acontece de diferentes modos em função de uma combinação de aspectos. No caso das interações em contexto digital, propomos que seja considerado um conjunto de fatores tecnolinguageiros, que envolva, entre outros elementos, o tipo de mídia, o tipo de suporte, os níveis de interatividade e os sistemas semióticos (p. 82).

Esse conjunto de fatores pode se relacionar diretamente às estratégias de impolidez em contexto digital on-line. Nos tecnotextos, isto é, nas produções textuais produzidas e projetadas para circular em contexto digital, com as ferramentas das mídias e dos suportes envolvidos, podemos observar diferentes modos de ataque e humilhação ao outro ou de transgressão de certos valores considerados socialmente decentes.

A interatividade tem sido compreendida na Linguística Textual brasileira (Cavalcante *et al.*, 2022) como sendo um dos objetivos dos interlocutores que produzem textos em contexto digital on-line. Em Muniz-Lima (2022), a autora sugere que esse fenômeno seja compreendido “como um aspecto tecnolinguageiro da interação que implica executar ações diretas, ativas e síncronas entre interlocutores no processo de construção de sentidos e que se apresenta em níveis, em função do controle do conteúdo, do caráter dialogal e da sincronicidade” (p. 123). A interatividade seria, conforme reforçam Muniz-Lima e Catelão:

[...] uma espécie de chamamento para que os interlocutores exerçam algum tipo de gesto que se revela em uma ação ao mesmo tempo tecnológica (alusivo a tudo que é eletrônico, computacional) e linguageira (relativo aos sistemas de comunicação escritos, orais, imagéticos, sonoros, gestuais) – integração tecnolinguageira defendida em Paveau (2021) (Muniz-Lima; Catelão, 2023).

A interatividade se relaciona a uma participação-ação dos interlocutores, que pode ser observada através de gestos tecnolinguageiros que “demonstram sua capacidade de, mesmo que ilusoriamente, manipular os conteúdos que circulam em contexto digital on-line” (Muniz-Lima; Catelão, 2023). Esse fenômeno envolve a possibilidade de que os interlocutores exerçam certo controle sobre o que se produz on-line, revelando algum tipo de escolha (*controle do conteúdo*). Como propõe Muniz-Lima (2022), a interatividade envolve, ainda, as trocas conversacionais (*caráter dialogal*) que, em contexto digital on-line, podem chegar a altos níveis de velocidade (*sincronicidade*). O controle do conteúdo é a variável da interatividade “que diz respeito à possibilidade de interlocutores controlarem ou reagirem de alguma forma aos textos que circulam em contexto digital, seja editando-o, excluindo-o ou compartilhando-o” (Muniz-Lima, 2022, p. 124). O caráter dialogal, por sua vez, considera “a possibilidade que os interlocutores têm de fornecer respostas entre si, estabelecendo trocas dialogais. Esse aspecto diz respeito, portanto, à possibilidade que os interlocutores podem ter de realizar trocas de turno nas interações no contexto digital” (Muniz-Lima, 2022, p. 129). A sincronicidade estaria relacionada ao “tempo de resposta fornecido pelos interlocutores em uma interação, demonstrando maior ou menor nível de engajamento ativo” (p. 133). Segundo a autora, a observação desse aspecto “pode dar indícios de que um determinado texto foi considerado ou não relevante para determinado público” (p. 134) ou, ainda, evidenciar ainda mais o modo como a gestão dos algoritmos acaba valorizando determinados conteúdos em certas postagens e, no caso do nosso *corpus*, contribuindo para a intensificação da violência on-line.

Análise e discussão do *corpus*

Como objeto de nossa análise, selecionamos um vídeo que foi inicialmente publicado no Youtube, mas que foi, posteriormente, repostado no Twitter. Nossas considerações se concentram na discussão feita nos comentários que foram desencadeados a partir do tuíte que *reavivou* o vídeo da jornalista Mariana Spinelli. A apresentadora e repórter esportiva da ESPN Brasil participou do podcast Flow Futebol Club em julho de 2022 e teve um trecho de seu vídeo, em que opina sobre o lugar do futebol feminino na atualidade, divulgado por uma conta de Twitter, o @LedioLegal, no início do ano de 2023. No recorte do vídeo, os trechos que foram alvo de críticas são os seguintes⁹:

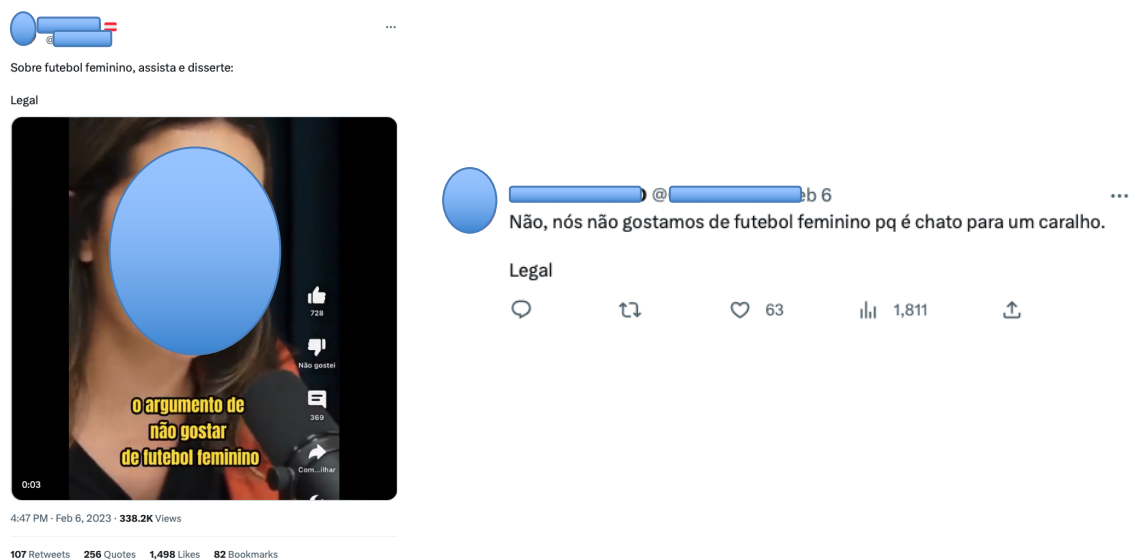
⁹ Optamos por uma representação verbal direta do trecho do vídeo devido ao recorte deste trabalho, que visa fazer apenas uma breve análise sobre a interatividade e a impolidez em contexto digital on-line. Uma investigação mais

Trecho 1: “Os caras que não gostam de futebol feminino, não é que eles não gostam de futebol feminino, eles gostam de ver homens jogando. Eu gosto de futebol. E o que você gosta no futebol? Gol, ataque contra defesas, um jogo maneiro: isso é futebol”.

Trecho 2: “Agora, se você é contra o futebol feminino, é que você gosta de ver homens. Para mim é só essa explicação. 'Eu só gosto de homens', mas não tem problema, não é isso que estou falando. Para mim, o argumento de não gostar de futebol feminino, é que você tem preferência por gênero”.

No momento da coleta, realizada em maio de 2023, o tuíte possuía mais de 338 mil visualizações, mais de 100 retuítes, mais de 250 comentários e mais de 1.500 curtidas, o que sinaliza uma repercussão considerável. O mesmo vídeo também foi publicado por outros perfis e em redes sociais diferentes. Os altos níveis de interatividade dessa interação revelam elevados níveis de engajamento efetivo por parte dos interlocutores e podem evidenciar o reforço de determinados ataques ofensivos. Observemos a postagem iniciadora e a resposta dada por um dos interlocutores:

Exemplo 1: Postagem iniciadora e resposta de interlocutor

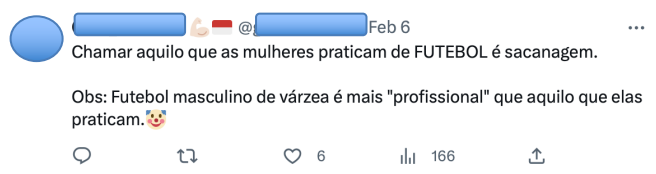


Acesso em: <https://twitter.com/Colordismo1/status/1622684833431388160>.

aprofundada, em trabalhos futuros, poderia levar em consideração a possibilidade de realização de transcrição linguística e de detalhamento dos gestos e das expressões faciais da jornalista no vídeo em questão.

A impolidez do tuíte pode ser evidenciada tanto pela parte “pq é chato para um caralho”, trecho que destaca o uso intencional de insultos e palavras de baixo calão para caracterizar o esporte em discussão, quanto pelo número de curtidas (63) e de visualizações (1.811), os quais parecem evidenciar o apoio dos interlocutores à mensagem ofensiva do internauta. Destacamos que esses recursos tecnolinguageiros além de, no caso das curtidas, demonstrarem certo controle do conteúdo que está sendo coconstruído, podem evidenciar um aumento nos níveis de impolidez na tecnodiscursividade. O interlocutor a seguir, por sua vez, se vale de recursos imagéticos, como o emoji de um palhaço, para reforçar a violência contra o comentário da jornalista e, por extensão, à prática do futebol feminino:

Exemplo 2: Resposta de @Guto_Cortelini



Acesso em: <https://twitter.com/Colordismo1/status/1622684833431388160>.

Após rebaixar a prática esportiva exercida por mulheres, mencionando que o futebol feminino é “aquilo que as mulheres praticam”, “sacanagem”, dando destaque ao termo futebol quando opta por colocá-lo em caixa alta, e menos profissional que uma prática amadora de futebol masculino, o tuíte se vale do *emoji* de um palhaço, o qual costuma ser utilizado para indicar que o tema em questão é estúpido, tolo, sem relevância ou que se trata de algo que tenta enganar os interlocutores. No caso dessa resposta, o internauta sugere que a jornalista, ao se posicionar criticando os que não apoiam o futebol feminino, está o chamando de palhaço, considerando que a opinião dela é facilmente derrubada.

Esse exemplo ajuda a entender a importância de esses e outros recursos semióticos serem considerados na análise das interações, pois, como vemos, colaboram na construção de sentidos dos textos que circulam em contexto digital on-line; nesse caso específico, permite que interpretemos uma exacerbação dos enunciados impolidos.

Paveau (2021) menciona o anonimato-pseudonimato como estratégia tecnolinguageira para a propagação de ciberviolência. Vejamos como essa estratégia pode se manifestar observando o exemplo a seguir:

Exemplo 3: Resposta do interlocutor



Acesso em: <https://twitter.com/DonDmteam/status/1622688521059196928>.

Nesse tuíte, o interlocutor se vale de um pseudônimo na tentativa de evitar que sua verdadeira identidade seja revelada, o que, segundo Paveau (2021), dá à interação um traço assimétrico, já que a vítima não pode “acionar os dispositivos discursivos de defesa” contra aquele que comete o ato impolido. Dessa forma, o locutor se protege de possíveis contra-ataques diretos. Esse efeito de ausência, como menciona a analista do discurso, pode facilitar, assim, a propagação de ações de impolidez.

A resposta do perfil *fake*, uma vez protegido em seu pseudonimato, por implicatura, classifica o futebol feminino como não competitivo e, em seguida, compara e ofende outros dois times, provavelmente masculinos, ao taxá-los de “futebol ruim”. É interessante observar que o efeito ofensivo em relação ao futebol feminino só é percebido dado o contexto e a relação com os outros tuítes, já que o autor não menciona em momento algum a categoria feminina. É pelo fio que o liga ao tuíte que contém o vídeo em questão que percebemos o alvo das ofensas.

Ainda, o uso de outros recursos com vista a aumentar o engajamento pode ser verificado, como a menção a outro internauta:

Exemplo 4: Resposta de mais um interlocutor



Acesso em: <https://twitter.com/ogabscarvalho/status/1622742900659421187>.

Nesse exemplo, o interlocutor marca um outro perfil, o qual recebe uma notificação em seu perfil, e o convoca, por esse gesto tecnolinguageiro, para um engajamento efetivo na interação, aumentando os níveis de interatividade do tuíte e, assim, contribuindo para a repercussão do ato impolido (“vem ver essa merda aqui”). Apesar de não ser um direcionamento do gesto agressivo ao usuário mencionado, esse recurso colabora, como dissemos, para um maior engajamento e, corroborando com nossa percepção, esse comentário se junta aos demais para intensificar o efeito agressivo direcionado à jornalista, uma vez que colabora para a viralização.

Como vemos, recursos do próprio ecossistema, ao serem convocados para aumentar os níveis de interatividade, podem contribuir também para a difusão e o aumento da intensidade de atos impolidos. No caso em questão, conforme buscamos evidenciar, esses atos de impolidez reforçam o preconceito, não só contra a opinião da jornalista, mas também contra o futebol feminino.

No exemplo 5, outro interlocutor faz um comentário acerca da jornalista e a elogia, contribuição que é alvo de pelo menos cinco outros perfis, todos homens, como vemos nas capturas de tela.

Exemplo 5: Resposta e comentários reativos



The screenshot shows a tweet by Mariana Spineli, a sports journalist and presenter, with 5,566 views. It has five replies, all from male users, which are highly interactive and insulting. The replies include:

- “Se com esse tipo de opinião é a melhor, os piores não concatenam três palavras.” (1 retweet, 61 likes, 2,418 views)
- “se essa é a melhor, imagina as piores.” (15 views)
- “Imagina a pior.” (1 retweet, 48 likes, 647 views)
- “Porra. Se esse avestruz aí é a melhor, quero nem imaginar a pior.” (1 retweet, 1 like, 163 views)
- “Opinião da melhor jornalista segundo o grande Juliano pato: pra mim quem gosta de futebol masculino é pq gosta de ficar vendo homens” (1 retweet, 10 likes, 805 views)

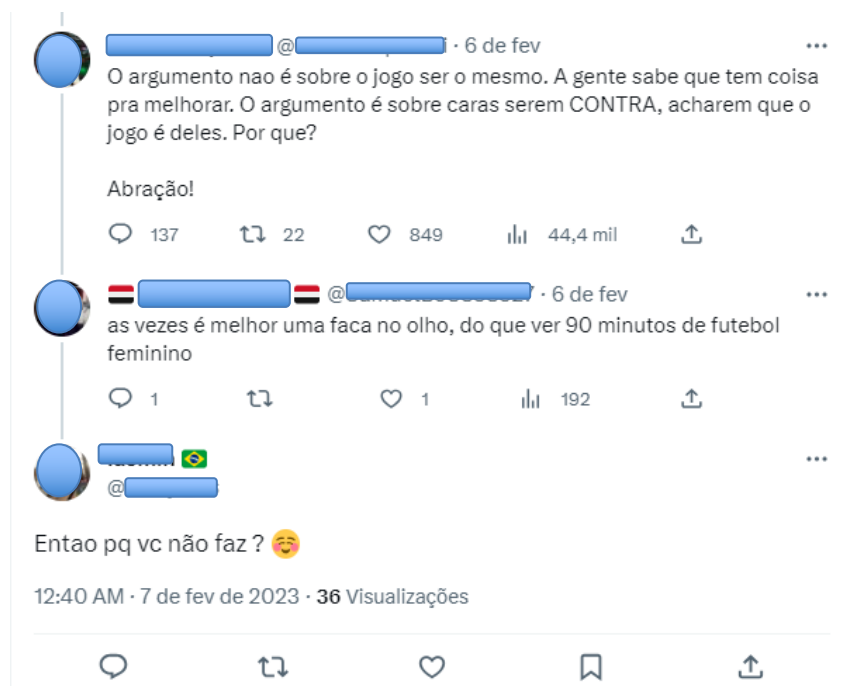
The fifth reply also includes a follow-up comment: “Se isso é opinião de melhor jornalista imagina a pior, apaga que dá tempo” (1 retweet, 10 likes, 805 views).

Acesso em: https://twitter.com/Juliano_pato/status/1622759906532028417.

Ao mencionar que Mariana é “uma das melhores jornalistas esportivas”, o interlocutor recebe respostas ofensivas, mas que não o têm como alvo direto. A agressividade é direcionada à jornalista em contraponto ao posicionamento de seu defensor. Todos os comentários seguem criticando Mariana e o fato de ela “ser a melhor” e a comparam à pior jornalista. De modo mais explícito, um dos interlocutores, comparando-a também às piores, a chama de “avestruz”, fazendo alusão, conforme o dicionário on-line da língua portuguesa¹⁰, a uma pessoa “desprovida de inteligência; burro, ignorante” ou, ainda, “de reputação duvidosa, pouco confiável”. Também um outro internauta é mais direto e questiona a habilidade, podemos dizer, cognitiva das piores jornalistas ao pontuar que elas “não concatenam três palavras”, isto é, deprecia a imagem de Mariana ao compará-la a níveis bem baixos de capacidade de pensar.

No exemplo a seguir, a própria jornalista, dada a repercussão do vídeo, interage e se defende contra-atacando, conforme as categorias propostas por Culpeper *et al.* (2003). Ela comenta de modo sutil e até irônico ao pontuar a falta de compreensão dos críticos e ao finalizar com “Abração!”, cumprimento que aparenta desacordo com o restante de seu tuíte, como podemos ver:

Exemplo 7: Resposta de uma interlocutora e respostas a ela



Acesso em: https://twitter.com/araujo_ias/status/1622802455208636418.

¹⁰ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/avestruz/>.

Ao comentário da interlocutora, um dos internautas responde que algo muito grave, isto é, perder a visão de modo voluntário e doloroso, é preferível a assistir a um jogo inteiro de futebol feminino. O exagero do comentário faz com que a ofensa também se revele exacerbada. A esse comentário violento, outro perfil responde sugerindo que ele realize, de fato, o ato que diz preferir: “enfiar uma faca no olho”. Além disso, observa-se a utilização de um *emoji* que denota ironia quando a usuária propõe um ato grave de violência, mas insere um *emoji* que simboliza uma pessoa feliz e tímida por causa das bochechas ruborizadas, o que vai de encontro à parcela verbal que compõe o enunciado.

Essa troca de comentários, especificamente entre esses interlocutores, a nosso ver, já pode ser considerada violenta, uma vez que incita à agressão física e à automutilação, ações que são condenáveis e passíveis de punições pela própria rede social, o que indica uma gravidade maior que a dos demais insultos.

Considerações finais

Nesta contribuição, propomos uma breve reflexão sobre o modo como a interatividade (Muniz-Lima, 2022) e alguns parâmetros tecnodiscursivos (Paveau, 2021) se relacionam à construção de práticas textuais intolerantes envolvendo a temática do futebol feminino. Pela análise do corpus, buscamos demonstrar como esses fatores dialogam na construção de possíveis efeitos agressivos e comentamos sobre seus graus de intensidade. Demonstramos que a interferência de parâmetros tecnodiscursivos como a viralidade e o efeito de ausência nos graus de impolidez e, ainda, recursos como a menção (@), o pseudonimato e o uso de emojis colaboram na coconstrução dos ataques à jornalista e, por extensão, ao universo do futebol feminino.

Entendemos que a limitação do corpus nos impede de apontar generalizações mais aprofundadas, por isso, em trabalhos futuros, será interessante ampliar os dados observados para que possamos evidenciar estas e outras estratégias tecnolinguageiras de impolidez em contexto digital on-line. Com este trabalho, esperamos contribuir para as discussões sobre práticas textuais que revelam discursos intolerantes e ampliar os estudos relacionados ao texto, à interação e à impolidez.

Referências

- BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 2009.
- BRAGATO; F. F.; SILVA, B. M. Discursos de ódio: uma análise à luz da colonialidade. **Rev. Faculdade de Direito**, v. 45, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revfd/article/download/63262/36731/318172>. Acesso em 9 jun. 2023.
- BRITO, M. A. P.; CABRAL, A. L. T.; SILVA, A. A. A ciberviolência em práticas textuais do ambiente digital. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 12, n. esp., e2407, p. 52-75, out./2022. DOI: 10.22168/2237-6321-2407. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/view/2407/900>. Acesso em: 9 jun. 2023.
- BRITO, M. A. P.; OLIVEIRA, R. L. A construção do referente em uma análise do pathos na polêmica. **ORGANON**, v. 33, p. 1, 2018.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CAVALCANTE, M. *et al.* **Linguística Textual**: Conceitos e aplicações. São Paulo: Pontes, 2022.
- CHARAUDEAU, P. Reflexões para a análise da violência verbal. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 15, n. 3, p. 443-476, set./dez. 2019.
- CULPEPER, J. Towards an anatomy of impoliteness. **Journal of Pragmatics**. v 25, nº 3 p.349-367, 1996.
- CULPEPER, J. **Impoliteness using language to cause offense**. Cambridge, Cambridge University Press, 2011. 292 p.
- CULPEPER, J.; BOUSFIELD, D.; WICHMANN, A. Impoliteness revisited: with special reference to dynamic and prosodic aspects. *Journal of Pragmatics*, 2003. p. 1545-1579. Disponível em: www.sciencedirect.com. Acesso em: 10 out. 2020
- CULPEPER, J.; HARDAKER, C. **Impoliteness**. In: Culpeper, Jonathan, Haugh, Michael and Daniel Kadar (eds.) *Palgrave Handbook of (Im)politeness*. Basingstoke: Palgrave, 2017, p. 199-225. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317173237_Impoliteness Acesso em: 30 jun. 2023.
- FERNANDES, J. O. **As redes referenciais na construção do efeito de sentido impolido em comentários do Twitter**. 2023. Tese em andamento (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.
- GIERING, M. E.; PINTO, R. O discurso digital nativo e a noção de textualidade. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 15, n. 31, p. 30-47, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/35655>. Acesso em: 14 set. 2023.
- GOFFMAN, E. **Asiles**. Paris: Éditions de Minuit, 1968.
- GOFFMAN, E. **La mise en scène de la vie quotidienne**: la présentation de soi. Tome 1. Paris: Les éditions de minuit, 1973.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**, New York, Harper & Row (trad. 1991 *Les cadres de l'expérience*, Paris, Minuit), 1974.

GOFFMAN, E. A situação negligenciada. [1964] *In*: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GOFFMAN, E. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

JAKOBSON, R. **Essais de linguistique générale**. Paris: Les Éditions de minuit, 1963.

JENSEN, Jens. Interactivity: Tracking a New Concept in Media and Communications Studies. **Nordicom Review**, v. 12, n. 1, 1998.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**. Tome 1. Paris: A. Colin, 1990.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les interactions verbales**. Tome 2. Paris: A. Colin, 1992.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Le discours en interaction**. Paris: A. Colin, 2005.

KOCH, I. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.

MCMILLAN, S. Exploring Models of Interactivity from Multiple Research Traditions: Users, Documents, and Systems. *In*: Lievrouw, Leah; Livingstone, Sonia (eds.). **The Handbook of New Media**. London: Sage Publications, 2002.

MUNIZ-LIMA, I. **Modos de interação em contexto digital**. Tese de doutoramento em Linguística (cotutela) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística e Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Linguística, 2022a. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/137024>. Acesso em: 9 jun. 2023.

MUNIZ-LIMA, I. Mulheres no futebol e ciberviolência: estratégias tecnolinguageiras de ataque no ecossistema Instagram. Comunicação oral apresentada no **I Encontro Alagoano Discursos, Gêneros e Sexualidades**, promovido pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, nov., 2022.

PAVEAU, M-A. **Análise do Discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). **Sociolinguística Interacional** (2a edição, revista e ampliada). São Paulo: Loyola, 2002.

SPENCER-OATEY, H. Managing rapport in talk: using rapport sensitive incidents to explore the motivational concerns underlying the management of relations. **Journal of Pragmatics**, 34, 2002, p. 529-545.

TEIXEIRA, F. L. S.; CAMINHA, I. O. Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática. *Movimento*, v. 19, n. 1, jan-mar., 2012, p. 265-287. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115325713014.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

VION, R. **La communication Verbale. Analyse des interactions**. Paris: Hachette Supérieur, 1992.

Sobre as autoras

Isabel Muniz Lima (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2809-8292>)

Professora Adjunta na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas (Fale/UFAL). Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em cotutela pela Universidade Nova de Lisboa (UNL). Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará. Membro dos grupos de pesquisa Protexito (Universidade Federal do Ceará), Gramática & Texto (Universidade Nova de Lisboa) e Grupo de Pesquisa Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (UFAL).

Jessica Oliveira Fernandes (Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-6811-423X>)

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGLIN/UFC). Membro do grupo de pesquisa Protexito (Universidade Federal do Ceará).

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em outubro de 2023.

O discurso antigênero e a fórmula “ideologia de gênero”

The antigender discourse and the formula “gender ideology”

Hélvio Pires Tolentino¹
Júlia Maria Costa de Almeida²

Resumo: Este trabalho propõe observar a circulação da expressão *ideologia de gênero* no discurso político brasileiro, a partir do quadro teórico das fórmulas discursivas proposto por Alice Krieg-Planque (2010; 2011). Por meio de mineração e extração em redes sociais, o *corpus*, constituído de dez postagens de perfis de políticos no Facebook, apresenta ocorrências de *ideologia de gênero*, observadas quanto às quatro propriedades – cristalização, caráter discursivo, referente social, aspecto polêmico – destacadas por Krieg-Planque para a verificação do caráter formulaico de uma sequência. A análise dos enunciados verbais, em sua maioria de políticos ultraconservadores, mostra aspectos do discurso antigênero no Brasil e a propulsão que lhe garante a expressão *ideologia de gênero*, assim como as possibilidades de contradiscurso propostas pelo campo progressista.

Palavras-chave: discurso político; *ideologia de gênero*; fórmulas discursivas.

Abstract: This paper proposes to observe the circulation of the expression *gender ideology* in the Brazilian political speech, considering the theoretical framework of discursive formula proposed by Alice Krieg-Planque (2010; 2011). By means of mining and extracting in social medias, the corpus is composed of ten posts of politicians on Facebook that presents occurrences of *gender ideology*, observed the four properties – crystallization, discursive character, social referent, polemic aspect – highlighted by Krieg-Planque to verify the formulaic character of a sequence. The analysis of the verbal utterances, most of them are of ultra-conservative politicians, shows aspects of anti-gender discourse in Brazil and the propulsion that guarantee them the expression *gender ideology*, as well as the possibilities of the counterdiscourse proposed by the progressist field.

keywords: political discourse; *gender ideology*; discursive formulas.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: tolentinohelvio@gmail.com.

² Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: almeidajuliamc@gmail.com.

Introdução

Nos últimos anos, presenciou-se a disseminação de um discurso contrário às políticas educacionais progressistas, voltadas ao resguardo da diversidade de gênero social e à inclusão da população LGBTQIA+ no espaço escolar. Seus defensores são agentes políticos integrantes da extrema-direita, especialmente ligados a setores religiosos, representantes de uma ideologia ultraconservadora e de valores morais tradicionais, os quais entendem que questões concernentes a gênero social, entre outras, não devem ser discutidas no espaço escolar, mas apenas na esfera familiar.

Neste contexto, passou a circular a expressão *ideologia de gênero* para designar e depreciar o conteúdo das discussões que versam sobre identidade de gênero na educação, podendo ser considerada uma fórmula discursiva, conforme já afirmaram Silva *et al.* (2021). Buscamos, neste trabalho, analisar a circulação da sequência *ideologia de gênero*, a partir da noção de fórmula discursiva proposta por Alice Krieg-Planque (2010; 2011), a fim de identificar os usos que se impõem e se confrontam entre os agentes políticos em seus discursos sobre educação nas redes sociais, no período entre 2018-2021. Buscamos, assim, delimitar características do discurso antigênero no Brasil e o modo como se ancora na fórmula *ideologia de gênero*, especialmente no debate sobre educação no período do governo de Jair Bolsonaro.

Em *Ideologia Antigênero e a Crítica da Era Secular de Saba Mahmood*, Judith Butler (2019), filósofa e expoente teórica dos estudos de gênero, busca compreender a ideologia antigênero nos Estados Unidos e em outros países, sugerindo que esta é fruto de uma reação à recente incursão de movimentos sociais na esfera privada da família, bastião das religiões, que sempre lidaram com questões relativas a casamento e família através de meios não legais (por meio de costumes, normas e consultas a autoridades religiosas). De acordo com a filósofa, convenções e normas envolvendo a vida familiar só são entendidas como *legais* quando o direito secular se diferencia da lei religiosa e define a jurisdição adequada desta última a partir da estruturação político-legal da família, resultando nas discussões mais contemporâneas sobre gênero social.

Segundo Butler (2019), a concepção de *ideologia de gênero* surgiu nos anos noventa, quando o Pontifício Conselho para a Família chamou a atenção contra a noção de gênero por, supostamente, ameaçar a família e a autoridade bíblica, podendo desencadear a crença de que seja possível indivíduos escolherem seu próprio gênero, sem necessariamente se casarem ou viverem sob a égide da heterossexualidade. A teoria de gênero entende que a orientação sexual e a identidade de gênero são oriundas de construções sociais, e não frutos da ordem biológica, genética ou metafísica. Portanto, a teoria butleriana subverte o tradicional modelo cis-

heteronormativo, o qual reduz o entendimento sobre a sexualidade, baseado no binarismo homem/mulher. Daí, é possível depreender outras identidades de gênero possíveis, como a homossexualidade, a bissexualidade, a transexualidade e as expressões de gênero, como as de *gays*, *travestis*, *drag-queens* e *crossdressers*, por exemplo.

Em documento final produzido pelo Pontifício Conselho para a Família, em dezembro de 1999, a expressão *ideologia de gênero* é contra os discursos feministas e sua suposta tentativa de destruição do casamento monogâmico³ e, a partir deste documento, outras publicações e conferências passaram a alimentar um movimento definido por Garbagnoli & Prearo (2017, apud SILVA *et al.*, 2021, p. 117) como *cruzada antigênero*, a qual chegou a 50 países.

Para Judith Butler (2019), um dos autores de referência desse discurso antigênero é o argentino Jorge Scala, advogado, professor e católico, que define *gênero* de forma análoga ao sexo biológico, para quem a *ideologia de gênero* provocaria profundas mudanças nas pautas morais, destruindo a sociedade e impondo uma nova antropologia, contrária à religião e à ciência. Seu livro *Ideologia de gênero: neototalitarismo e a morte da família* (Scala, 2010), segundo a filósofa, foi amplamente distribuído por igrejas evangélicas e comunidades católicas.

Nos anos seguintes, as discussões sobre gênero destacaram-se nas eleições de muitos países, como Brasil, Costa Rica, Colômbia, França, Suíça, Alemanha, Hungria (onde os estudos sobre gênero foram abolidos), nos Balcãs, entre outros. Para Butler, no Brasil, “a ideia da nação, e a própria masculinidade, são vistas como ameaçadas pela ‘ideologia de gênero’” (Butler, 2019, p. 222). Lembramos que no país, em 2013, essa discussão sobre gênero chegou ao discurso político a partir do Projeto de Lei n.º 2002/2013, de autoria dos Deputados Jean Wyllys e Érika Kokay, que dispõe sobre o direito ao reconhecimento à identidade de gênero de todas as pessoas transgênero no Brasil.

Em 2014, a discussão sobre *ideologia de gênero* se voltou à educação, com debates políticos acalorados no Congresso Nacional sobre a inclusão ou a retirada de termos como *gênero* e *sexualidade* no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado naquele ano⁴, desdobrado em discussões semelhantes nos processos de elaboração dos planos estaduais e municipais de Educação. A polarização de ideias envolvia, de um lado, a evocação da expressão *ideologia de gênero* por um grupo de políticos ultraconservadores, que afirmava haver um processo de doutrinação nas escolas quanto a questões de gênero e sexualidade; e de outro lado,

³ (PONTIFICAL COUNCIL FOR THE FAMILY, 2019) Family and Human Rights. Disponível em: <https://bit.ly/34iPOJP>. Acesso em: 16 de nov. de 2019).

⁴ Lei 13.005/2014.

um grupo de políticos progressistas que negava a existência de algo que pudesse ser nomeado como *ideologia de gênero*.

A discussão sobre a chamada *ideologia de gênero* ganhou novos contornos nas eleições de 2018, sendo a expressão utilizada como argumento de agentes políticos da ala ultraconservadora, como Jair Bolsonaro, Marco Feliciano e Cabo Daciolo, circulando em diversos gêneros discursivos, como o noticioso, o político, o jurídico etc., com o debate sobre a necessidade de proibir ou não a discussão sobre gênero social e determinadas ideologias nas escolas⁵, com grande repercussão nas eleições e na área da educação. Inclusive Jair Bolsonaro, em seu discurso de posse, proferido em janeiro de 2019, firmou um compromisso pela erradicação da “ideologia de gênero nas escolas” e jurou resistir à “submissão ideológica”.

Esse direcionamento para a exclusão da discussão de gênero ou do uso da palavra *gênero* nas escolas chegou ao STF por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) N.º 5668, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em março de 2017, relativa ao PNE, pedindo que o STF reconhecesse o dever constitucional das escolas públicas e particulares de prevenir e coibir o *bullying* homofóbico, consistente em discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, bem como de respeitar a identidade de crianças e adolescentes LGBTQIA+ no ambiente escolar. Após ser colocada em votação para 11 de novembro de 2020, com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República, uma forte pressão de setores religiosos levou a matéria a ser retirada de pauta pelo então presidente do STF, ministro Luiz Fux, ainda sem definição.

Quadro teórico: as fórmulas discursivas e suas propriedades

Krieg-Planque (2010) define quatro características que evidenciam a circulação formulaica de um termo, uma expressão ou frase. A primeira característica é a cristalização e, sobre essa, Krieg-Planque afirma, baseando-se no trabalho heurístico de Jean-Pierre Faye, que algumas palavras se amalgamam por ação da soldadura que as estruturas das línguas oferecem, embora algumas acolham determinadas expressões mais prontamente do que outras. Para Faye, essa soldadura dá testemunho da existência da fórmula (Krieg-Planque, 2010, p. 44), sendo por meio da cristalização que a fórmula adquire seu caráter *ativo*, torna-se ação.

⁵ A referida polêmica retomou a discussão sobre o *Escola Sem Partido*, movimento criado em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, procurador do estado de São Paulo, com o intuito de representar pais e estudantes contrários ao que chamam de doutrinação ideológica nas escolas, e que posteriormente influenciou vários projetos de lei sobre esse tema, nas diversas esferas legislativas.

Assim, o caráter cristalizado da fórmula pode ser percebido em um significante estável, pois deve ser possível segui-la pelos rastros de sua forma. O estatuto formulaico pode ser encontrado em unidades lexicais simples (*humanitário*), complexas (*direitos humanos*), léxico-sintáticas (*pão e X*), estruturas formadas por um conjunto de termos com a copresença de um elemento lexical combinado a outros recursos (*não é não*); e sequências autônomas (*nunca mais*), que são mais difíceis de serem fixadas. A cristalização assegura sua estabilidade formal, pois são expressões registradas na memória coletiva. Uma fórmula também pode dar origem a variantes por modificações morfológicas (*a periferia e as periferias*), morfossintáticas (*os excluídos e a exclusão*) ou até mesmo a descristalizações que implicam jogos de palavras (*purificação étnica para purificação ética*).

A segunda propriedade formulaica apresentada por Krieg-Planque é o caráter discursivo, pelo qual se afirma que a noção de fórmula não é linguística, mas discursiva, pois não existe sem os usos e os sentidos “por meio dos quais a sequência assume um movimento, torna-se um jogo de posições, é retomada, comentada, para de funcionar no modo ‘normal’ das sequências que nomeiam pacificamente e que usamos sem mesmo nos dar conta delas” (Krieg-Planque, 2010, p. 82). Logo, tal noção está ligada a condições de produção, à história, ao contexto e a mudanças sociais em que os enunciadores se posicionam, a fim de defender ou combater posicionamentos. A incidência desse caráter discursivo não depende de formas linguísticas típicas, como neologismos e ditos, pois sua ocorrência nem sempre desperta disputas entre interlocutores, a não ser que parem de funcionar em seu uso corrente e se tornem um jogo de posições. Essa propriedade deve estar associada a outras duas propriedades constitutivas de que falaremos a seguir: o caráter de referente social e o caráter polêmico, consideradas interdependentes.

A terceira propriedade da fórmula é caracterizar-se como referente social, sendo um signo que evoca alguma coisa para todos num dado momento. Para que isso ocorra, é necessário que ele seja conhecido por todos, pois essa *notoriedade* do signo é uma condição necessária para a existência formulaica da palavra ou sequência (Krieg-Planque, 2010, p. 92). A autora indica haver diversos critérios para atestação da notoriedade de um signo, porém isoladamente nenhum deles dá uma resposta definitiva. Para tal, pode-se recorrer à lexicografia e à observação diacrônica do aumento da frequência nas bases de dados dos jornais (*corpus estável*), evitando-se as entrevistas, pois seu caráter é de imposição de uma expressão. Deve-se também diferenciar o aumento de frequência de termos que resultem de acontecimentos mundanos (como *avalanche*) dos acontecimentos discursivos e nocionais.

O caráter de referente social também pode ser atestado em variados tipos de discursos, orais e escritos, especializados e leigos, sob a diversificação dos lugares de emergência, em que, a depender da formação discursiva, possibilita significações múltiplas e até mesmo conflituosas na acepção dos enunciados. Na aferição desse caráter, a produção lexicológica também é um possível indício desse referente, a partir de termos derivados e compostos, como em *Le Pen – lepenização* etc. Essa característica também indica a possibilidade de significações múltiplas, ou até mesmo contraditórias, em um momento e espaço sociopolítico.

A quarta propriedade da fórmula é seu caráter polêmico que, para Krieg-Planque (2010, p. 100), é indissociável do caráter referente social, pois há neles, como denominador comum, um território partilhado, uma arena, onde o enfrentamento se torna possível entre os enunciadores. Essa disputa ocorre, pois a fórmula evoca questões sociopolíticas, modos de vida, recursos materiais, decisões políticas das quais os indivíduos dependem, direitos, deveres, relações de igualdade ou desigualdade. É diferente do que ocorre, por exemplo, nos *slogans* publicitários, títulos e trechos de obras, pois gera debates, reivindicações, e raramente participa de um único processo discursivo. Logo, ocorre uma disputa pela descrição daquilo que se considera real. Para a autora, a polêmica pode se operacionalizar “ao modo da injunção de proferimento e ao da recusa de enunciar” (2010, p. 101).

Mas esta pesquisa pretende também verificar as relações interdiscursivas que se apresentam na circulação da fórmula. Pressupor o interdiscurso significa recusar o fechamento do enunciado, considerar este como sendo “aberto aos enunciados exteriores e anteriores, cada enunciado participando assim de uma cadeia verbal interminável” (Maingueneau, 2015, p. 28). A partir de Maingueneau e do seu primado do interdiscurso, o objeto de análise é sempre um espaço de trocas, que

coloca o interdiscurso como espaço de regularidade pertinente, do qual diversos discursos são apenas componentes [...] isso significa que esses últimos não se constituem independentemente uns dos outros, para serem, em seguida, postos em relação, mas eles se formam de maneira regulada no interior do interdiscurso. Seria a relação interdiscursiva que estruturaria a identidade. (Maingueneau, 2008, p. 21)

Logo, nas indagações que levaremos à investigação do *corpus*, devem estar pontuadas as relações da sequência *ideologia de gênero* com discursos anteriores e primeiros, como é o caso da teoria de gênero que lhe serve de condição de produção, assim como uma gama de novos contradiscursos que lhe servem como oponentes a partir de sua circulação no espaço público.

Ao se considerar o primado do interdiscurso como pressuposto teórico, é importante também ressaltar que as relações interdiscursivas que a fórmula mobiliza se dão entre campos discursivos bem distintos, como o discurso político, religioso, científico, jurídico etc., estabelecendo relações de tensão, rejeição ou aliança. A fórmula é um objeto polêmico que aciona discursos aliados e adversários, como a religião e a ciência. Importante considerar que, nas relações interdiscursivas, os discursos oponentes são muitas vezes compreendidos por meio de interincompreensão e simulacros, isto é, entende-se o adversário nos seus próprios termos. Segundo Maingueneau, esses enunciados do Outro só são *compreendidos* no interior do fechamento semântico do intérprete; para construir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói (Maingueneau, 2008, p. 100).

Nesse sentido, ao analisarmos a fórmula *ideologia de gênero*, os conceitos desenvolvidos pelos estudos de gênero e pela teoria de gênero tornam-se condição de produção para a fórmula analisada, funcionando como um discurso primeiro e que se torna um simulacro, pelo processo de interincompreensão, para o discurso ultraconservador. Daí, pode-se depreender que o discurso político de viés ultraconservador busca elementos do discurso religioso para intervir em práticas e discursos educacionais de cunho progressista. Logo, a fórmula *ideologia de gênero* converte em simulacro a teoria de gênero proposta por Judith Butler.

Metodologia e análise do *corpus*: propriedades da fórmula *ideologia de gênero*

Nosso estudo busca complementar o de Silva *et al.* (2021), que percorreu a trajetória do enunciado *ideologia de gênero*, da perspectiva das fórmulas, a partir de sua gênese até 2018. Em nosso caso, fizemos a coleta de dados no período entre 2018 e 2021, considerando que diversos acontecimentos mais recentes podem ter produzido novas variantes, paráfrases e uma produtividade lexicológica na circulação da fórmula, como a campanha eleitoral de 2018 e o debate judicializado no STF em torno da exclusão do termo *gênero* dos materiais didáticos. Apesar de as autoras utilizarem a perspectiva teórica de Krieg-Planque, não foi feita uma análise em um *corpus* estável, como propomos fazer aqui e iremos apresentar a seguir.

Para a coleta efetiva de dados, foi utilizada a plataforma *CrowdTangle*, que nos permitiu extrair, em páginas ou contas verificadas de pessoas públicas do Facebook e do Instagram, postagens que contêm a expressão *ideologia de gênero*, publicadas no período entre janeiro de 2018 e outubro de 2021. O conjunto de publicações foi filtrado por idioma (português) e por país (Brasil). Um levantamento inicial permitiu perceber um número maior de *posts* e de

interações sobre *ideologia de gênero* no *Facebook*, por isso esta rede foi a escolhida como base para a coleta do *corpus*. No período escolhido, a plataforma teve 29.249⁶ *posts* públicos sobre o tema, com 19,8 milhões de interações. Também buscamos as expressões *teoria de gênero* e *identidade de gênero* na mesma plataforma e período, no entanto essas obtiveram menor performance. Enquanto *teoria de gênero* obteve 278.423 interações e 551 postagens, *identidade de gênero* apresentou 4,3 milhões de interações em 15.158 postagens.

A análise que se segue considerará, do conjunto de enunciados extraídos entre 2018-2021, as dez postagens em perfis oficiais de políticos em mandatos eletivos no país entre as que obtiveram maior performance, o que compreende a soma do número total de interações, isto é, a soma do número de curtidas, comentários e compartilhamentos em cada postagem analisada. A seleção por critério de maior engajamento revela postagens de diversos agentes políticos, que versam sobre educação, infância, adolescência e orientação sexual, buscando apresentar um panorama da circulação recente da expressão em momentos marcantes da vida nacional, considerando que a grande maioria dos enunciadores de maior destaque são ultraconservadores, o que pode indicar maior atuação desse grupo na temática sobre gênero social nas redes sociais.

Apresentamos, na tabela abaixo, informações sobre as dez postagens de políticos no Facebook entre 2018-2021 que integram o *corpus* deste trabalho, numeradas de 1 a 10, em ordem decrescente de maior número de interações, assim como os dez enunciados reproduzidos ou transcritos, pela mesma ordem de numeração, indo de E1 a E10.

Tabela 1 – Postagens selecionadas

POLÍTICO	DATA DA POSTAGEM	NÚMERO DE INTERAÇÕES	CONTEXTO	OCORRÊNCIA
1 - Jair Messias Bolsonaro (Presidente da República)	12/01/2020	9.967.056 (Vídeo)	Presidente anuncia haver em seu governo livro didático mais barato e sem política ou <i>ideologia de gênero</i> .	(E1) “Livro didático no Governo Jair Bolsonaro: mais barato e sem política ou ideologia de gênero”.
2- Jair Messias Bolsonaro (Presidente)	03/09/2019	9.797.867 (Texto escrito – status)	Bolsonaro determina ao MEC preparar Projeto de Lei proibindo	(E2) “Determinei ao Ministério da Educação - MEC, tendo em vista o princípio da proteção

⁶ A extração foi feita no mês de outubro de 2021 com apoio de recursos do Labic – Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo.

da República)			<i>ideologia de gênero</i> no Ensino Fundamental	integral da criança e do adolescente, previsto na Constituição Federal, preparar Projeto de Lei que proíba <i>ideologia de gênero</i> no ensino fundamental.”
3 – Jair Messias Bolsonaro (Presidente da República)	16/08/2018	5.492.501 (Texto escrito – status)	Em campanha às eleições de 2018, o então candidato diz que o brasileiro tem a opção de escolher um Presidente contra a <i>ideologia de gênero</i> e doutrinação ideológica nas escolas.	(E3) “O brasileiro desta vez tem a opção de escolher um Presidente [...] Contra <i>ideologia de gênero</i> e doutrinação ideológica nas escolas [...] A favor da redução da maioria penal; Por fim, um presidente que seja honesto, patriota e tenha Deus no coração”.
4 – Eduardo Bolsonaro (Deputado Federal)	26/11/2020	2.561.815 (Foto e Texto escrito)	Caso Rhuan: deputado propõe Projeto de Lei que altera Código Penal e inclui motivação de <i>ideologia de gênero</i> como crime hediondo	(E4) “De autoria de Eduardo Bolsonaro, Carla Zambelli, Bia Kicis, PL 3492/19 inclui motivação de <i>ideologia de gênero</i> nos crimes hediondos e aumenta pena de crimes contra crianças e adolescentes”. “Degolado por um casal de lésbicas motivadas por <i>ideologia de gênero</i> , ele também teve olhos furados, pele arrancada e corpo queimado e jogado em um bueiro”
5 – Eduardo Bolsonaro (Deputado Federal)	07/07/2021	2.537.757 (Texto)	Deputado critica banimento de apresentador de TV da rede social por ser contrário à propaganda com temática da <i>ideologia de gênero</i>	(E5) “Após criticar campanha do Burger King com crianças defendendo <i>ideologia de gênero</i> , Sikêra Jr. é banido do Instagram”. “Como se não bastasse ser boicotado, agora banido de rede social.

				Essa agressão do politicamente correto contra nossa liberdade de expressão tem que acabar. Todo apoio ao Sikera Júnior”.
6 – Magno Malta (Ex-senador e atual Presidente do Partido Liberal no ES)	26/06/2021	1.760.566 (Vídeo)	Critica propaganda de rede de <i>fast food</i> sobre <i>ideologia de gênero</i>	(E6) “Diga não à ideologia de gênero! Vamos reagir!”
7 – Gabriel Monteiro (Vereador do Rio de Janeiro)	03/01/2021	1.526.192 (Texto escrito)	Após assumir liderança do partido na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, vereador afirma que pautas como <i>ideologia de gênero</i> , sexualização das crianças, bandidolatria, e as demais <i>sacanagens</i> da esquerda, serão derrotadas.	(E7) “no que depender de mim, pautas como ideologia de gênero, sexualização das crianças, bandidolatria, e as demais <i>sacanagens</i> da esquerda, serão derrotadas”
8 – Carla Zambelli (Deputada Federal)	09/07/2021	1.415.663 (Foto com Texto escrito)	Informa que prefeito de São Paulo promete veto a projeto do PT sobre <i>ideologia de gênero</i> nas escolas.	(E8) “Prefeito de SP promete veto a projeto do PT sobre ideologia de gênero nas escolas”
9 – Jean Wyllys (Ex-Deputado Federal)	15/09/2018	1.235.019 (Texto escrito)	Explica teor de Projeto de Lei sobre identidade de gênero e afirma não existir nada chamado <i>ideologia de gênero</i>	(E9) “O kit gay nunca existiu e o livro que o candidato fascista apresentou no Jornal Nacional é uma obra muito séria de um autor suíço e uma autora francesa, foi traduzido a várias línguas, vendeu milhões de exemplares no mundo, mas jamais

				foi distribuído nas escolas brasileiras. Também não existe nada chamado <i>ideologia de gênero</i> , um delírio semelhante à teoria da “Terra plana”. [...] Eu não sou “inimigo da família”, muito pelo contrário: sou autor de projetos de lei que incluem milhões de famílias na proteção do Estado e garantem seus direitos! [...]”
10 – Jean Wyllys (Ex-Deputado Federal)	04/01/2019	1.231.048 (Texto escrito)	Afirma que <i>Ideologia de gênero</i> é dizer que menino tem que usar azul, e menina, rosa	(E10) “Ideologia de gênero é dizer que menino tem que usar azul, e menina, rosa.”

Fonte: *Facebook*

A amostra contempla usos discursivos de ambos os lados do espectro político nacional, com uma representação maior do grupo ultraconservador (oito postagens), que parece ser dominante na utilização da fórmula, mas não deixou de captar o contradiscurso e a voz do campo progressista.

Quanto aos gêneros discursivos apresentados, consideramos a teorização de Marie-Anne Paveau (2015) sobre tecnogênero, conceito criado para explicitar a junção crucial nesses gêneros entre linguagens e novas tecnologias, dispondo de dimensão sociodiscursiva e coerções sociotécnicas. Plataformas como Tweeter, Facebook e Instagram resultam em tecnogêneros prescritivos que definem espaços e regras de uso, tamanho de texto, compartilhamento, interação etc. O Facebook permite postagens plurissemióticas, com número de caracteres ampliado em relação a outras redes sociais, com possibilidade de formato simples (apenas verbal) a formas complexas, com partilha de imagens e fotos, vídeos, notícias etc. O *corpus* apresenta três postagens verbais simples, em que o político faz comentário sobre assunto em pauta, sendo as restantes postagens plurissemióticas, em que são compartilhados vídeos, charges, *banners*, trechos de projetos de lei etc., a maioria dessas acompanhada de enunciados verbais, onde consta a expressão *ideologia de gênero*. Em virtude do recorte que se torna necessário neste trabalho, optamos na análise por considerar apenas os enunciados verbais, mas

lembramos que há um conjunto de imagens, fotos, ilustrações que corroboram para a construção dos posicionamentos e dos sentidos que neste espaço estarão minimizados.

A análise proposta a seguir se espelha nos quatro eixos de observação que caracterizam a teoria das fórmulas discursivas de Alice Krieg-Panque.

Ideologia de gênero como cristalização de discursos conservadores

A fórmula discursiva *ideologia de gênero* apresenta uma estrutura cristalizada, já que apresenta significante relativamente estável e repetido, ou seja, é possível seguir os rastros da expressão em distintos discursos, desde sua origem, conforme apresentaram os trabalhos de Butler (2019) e Silva *et al.* (2021). Isso ocorre pois é pela cristalização que a fórmula adquire seu caráter ativo e sua força. Para Krieg-Planque (2010, p.71), a cristalização envolve também concisão, o que favorece sua circulação.

A expressão *ideologia de gênero* é uma unidade lexical complexa, composta por substantivo mais preposição mais substantivo. Tratando-se de expressão relativamente nova, sua constituição e circulação permitem colocar sob a suspeição do termo *ideologia* os desdobramentos teóricos e políticos que se filiam à teoria de gêneros sociais. Trata-se, assim, de uma fórmula que critica em sua própria forma os discursos que lhe são oponentes no campo social.

Apesar de bem soldada em sua forma material, *ideologia de gênero* se abre à opacidade, ao equívoco, à dispersão dos sentidos: “a análise do discurso considera que o que é ‘vago’ e que contribui para dispersar a significação (como o ‘não dito’, a ‘polissemia’...) é relevante para os interpretantes” (Krieg-Planque, 2018, p.171). A opacidade não é um problema dos enunciados, mas um recurso que a língua oferece aos seus usuários. A fórmula, concisa em sua forma, dispersa os sentidos conforme os contextos, os enunciadores, as temáticas, os recursos tecnológicos que lhe dão vida e ancoragem.

Vejamos algumas ocorrências em que a fórmula se presta a denunciar ou perspectivar atividades na educação, cristalizando também em sua forma concisa um discurso que passa a ser reconhecido como um programa ultraconservador para a educação: (E3) “O brasileiro desta vez tem a opção de escolher um Presidente [...] Contra ideologia de gênero e doutrinação ideológica nas escolas (Jair Bolsonaro). Nesse discurso, “ideologia” seria uma “doutrinação”, algo que se ensinaria na escola para crianças, sobretudo no projeto de “educação do PT”, e “gênero” significaria toda e qualquer forma de expressão e identidade diversas, que se opõem ao binarismo cis-heteronormativo, o que revela o machismo de forma velada, atribuindo valor

negativo à diversidade de gênero social. A expressão “doutrinação ideológica” assume o lugar do termo “ideologia”, atuando como variante da fórmula.

Eventualmente subindo o tom, alguns enunciadores, em usos e paráfrases da fórmula, consideram que a mínima discussão sobre gênero significa impor uma cultura de sexualização precoce de crianças e adolescentes, como em (E7): “no que depender de mim, pautas como ideologia de gênero, sexualização das crianças, bandidolatria (Gabriel Monteiro), ou até mesmo ao cometimento de crimes hediondos, como no caso do homicídio do menino Rhuan (E4) “Degolado por um casal de lésbicas motivadas por ideologia de gênero, ele também teve olhos furados, pele arrancada e corpo queimado e jogado em um bueiro” (Eduardo Bolsonaro). A fórmula, sua opacidade e sua repetição facilitam a falácia, o engodo e as relações apressadas entre o discurso progressista e os crimes praticados.

Há também usos da fórmula a que se agregam recursos verbais e tecnológicos que a transformam em palavras de ordem, *slogans*, *hashtags*, que elevam a cristalização e a concisão a uma nova potência de circulação e engajamento: (E6) “Diga não à ideologia de gênero! Vamos reagir!” (Magno Malta).

Outrossim, pode-se perceber a retomada da expressão *ideologia de gênero* por meio de variantes que assumem formas baseadas em outros recursos formais da linguagem como a metonímia e a sinonímia. Na postagem (1) em que o presidente Jair Bolsonaro versa sobre a aquisição de livros didáticos, o ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, afirmou no vídeo divulgado por Bolsonaro que os novos exemplares “não terão ideologia, ponto”. Assim sendo, o vocábulo “ideologia” retoma “ideologia de gênero” pela parte do enunciado. Na mesma postagem, o presidente utiliza a expressão “política (de gênero)” como sinônimo de “ideologia de gênero”. No enunciado (E1), “Livro didático no Governo Jair Bolsonaro: mais barato e sem política ou ideologia de gênero”, em postagem de Jair Bolsonaro, depreende-se que a conjunção alternativa “ou” realiza processo de sinonímia com “ideologia de gênero”. No entanto, sabe-se que entre esta expressão e “política de gênero” pode haver distinção de sentidos.

Na coleta de dados, também foi encontrado o uso recorrente da sequência *ideologia de gênese*⁷, em parte da amostra com menor número de interações. Essa expressão pode ser considerada fruto de descricalização da fórmula analisada, no sentido de que apresenta valor semântico concorrente ao que os políticos conservadores consideram em *ideologia de gênero*,

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/413449662741546/posts/858433658243142>. Acesso em: 29 mar. 2022.

fazendo referência através de jogo de palavras ao texto bíblico que diz ter Deus criado o homem e a mulher.

Caráter discursivo: circulação e posicionamentos

A segunda propriedade da fórmula é o seu caráter discursivo. Apesar da materialidade linguística localizável na cadeia do enunciado, que tratamos como cristalização, para Krieg-Planque (2010, p.81), a noção de fórmula não é linguística, mas discursiva, ou seja, não existe sem os seus usos particulares e suscita posicionamentos e engajamentos. Para a autora, algumas expressões novas surgem e adquirem o estatuto de fórmula, enquanto a maioria preexiste formalmente à condição formulaica (2010, p.82). No entanto, para Silva *et al.* (2021, p.131), *ideologia de gênero* já nasce como fórmula, pois, desde sua origem, está “inscrita em relações discursivas bastante complexas, remetendo a diferentes posicionamentos”.

É possível atestar o caráter discursivo da fórmula *ideologia de gênero* que, desde o seu nascimento, mostra seu caráter problemático, seja por meio das enunciações, retomadas, reformulações, seja pela sua recusa. Uma expressão contundente que desperta comentários e questionamentos, gerando um debate público, como vemos nas postagens selecionadas.

O presidente Jair Bolsonaro, em 03/09/2019, demarcou seu posicionamento sobre a expressão em análise: (E2) “Determinei ao Ministério da Educação - MEC, tendo em vista o princípio da proteção integral da criança e do adolescente, previsto na Constituição Federal, preparar Projeto de Lei que proíba ideologia de gênero no ensino fundamental.” Nesse sentido, o presidente assume a *ideologia de gênero* como um mal a ser combatido, projeto que vai ser de fato levado adiante, merecendo inclusive recurso ao STF.

A deputada Carla Zambelli, na postagem 8, em seu perfil, parabenizou o prefeito de São Paulo por prometer vetar projeto de lei de autoria do PT que incluiria a *ideologia de gênero* no currículo escolar. O vereador Gabriel Monteiro, na postagem 7, reafirmou também a independência e a inviolabilidade de suas convicções e que o combate à *ideologia de gênero* seria uma de suas prioridades em seu mandato, o qual foi cassado por denúncias de assédio moral e sexual a adolescentes.

Nota-se, portanto, que esses enunciadores não só ratificam a existência de uma *ideologia de gênero*, assim como fazem com que a suposta prática de doutrinação pelas políticas educacionais seja a causa de malefícios com consequências jurídicas, como se os estudos de gênero e as propostas políticas que lhe tomam como alicerce fossem compreendidos nos seus próprios, tornando-se um simulacro. A fórmula é instaurada e alimentada pelo processo de interincompreensão que aqui transforma o discurso do outro inclusive em discurso criminoso.

Por outro lado, considerando-a um “delírio”, o deputado federal Jean Wyllys afirma em (E9) que “não existe nada chamado ‘ideologia de gênero’, um delírio semelhante à teoria da ‘Terra plana’”. Em 04/01/2019, publica em seu perfil no Facebook que (E10) “o real significado de ‘ideologia de gênero’ é dizer que menino tem que usar azul, e menina, rosa”. Parafrastricamente, essa afirmação faz alusão à conhecida declaração feita pela Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro, Damares Alves⁸, a qual disse, no dia anterior à postagem do deputado, que menino veste azul e menina veste rosa, pois não haveria *ideologia de gênero* no governo Bolsonaro. Logo, de forma irônica, o deputado ressignificou a expressão, no sentido de que impor o binarismo cis-heteronormativo à população e negar o direito à identidade de gênero é a verdadeira ideologia do atual governo.

Pode-se observar das sequências acima, portanto, que, pelo caráter discursivo da fórmula *ideologia de gênero*, posicionamentos são construídos e retomados em diversos contextos, gêneros e campos discursivos, não apenas nos perfis dos agentes políticos analisados, mas também nos comentários dos usuários em geral.

Caráter de referente social: frequência e relevância

A terceira propriedade da fórmula é o caráter de referente social, o que significa dizer que a fórmula é um signo que evoca alguma coisa para todos em um dado momento, sendo conhecido por todos, o que o faz adquirir notoriedade, o que pode ser indicado pela observação do aumento da frequência desse signo, ao longo do tempo, em um *corpus* estável (Krieg-Planque, 2010, p. 92). No caso da fórmula *ideologia de gênero*, é possível observar diacronicamente sua frequência para além dos recentes usos apresentados neste trabalho, pois circula desde os anos 90 nos textos canônicos religiosos, no campo jurídico, nas notícias, nos projetos de lei, e especialmente em discursos orais e escritos das disputas político-partidárias, incluindo as ocorridas nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, o que torna a fórmula em análise conhecida por um número cada vez maior de pessoas, obrigando-as a se situarem e a tomarem posição frente a ela.

Entre os enunciadores selecionados, há um grupo predominantemente formado por políticos que propagam valores morais ultraconservadores, como é possível observar nos perfis

⁸ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso: em 29 mar. 2022.

de Jair Bolsonaro, Carla Zambelli e Gabriel Monteiro. São integrantes da extrema-direita, geralmente representantes do chamado bolsonarismo, que defendem o modelo de família tradicional e heteronormativa. A maioria desses é ligada à bancada religiosa e fundamentalista, fazendo oposição às políticas que versam sobre identidade de gênero. São esses os que mais utilizam a expressão *ideologia de gênero* em seus perfis nas redes sociais, conforme indicou a coleta de dados, pois querem impor sua interpretação de que realmente existe um projeto nacional com o intuito de doutrinar a orientação sexual de crianças e adolescentes nas escolas.

A despeito desse posicionamento, políticos ligados a partidos progressistas, como Jean Wyllys, manifestam-se discursivamente por meio da refutação às opiniões do grupo adversário quanto à *ideologia de gênero*. Para o deputado Jean Wyllys, a *ideologia de gênero* “só existe como verdade na cabeça de alguns mal informados ou mal intencionados”. Para Krieg-Planque (2010, p. 96), a refutação é uma manifestação discursiva que testemunha o fato de que se é obrigado a assumir uma posição diante de uma fórmula, atestando seu caráter de referente social.

Caráter polêmico: o embate

A quarta propriedade da fórmula é seu caráter polêmico, sendo este indissociável do caráter de referente social, pois a polêmica se põe em um território partilhado, onde há um denominador comum de discursos (Krieg-Planque, 2010, p. 100). Na circulação do enunciado *ideologia de gênero*, os enunciadores mobilizam entre si opiniões contrárias a respeito do termo, gerando um embate discursivo em que os actantes concordam ou discordam entre si. Como a fórmula é portadora de questões sociopolíticas, põe em jogo a própria existência das pessoas, sobretudo no discurso político do qual os cidadãos dependem, que envolve seus direitos e deveres, relações de igualdade ou de desigualdade, solidariedade, ou não, e a ideia de nação que constroem.

Retomamos o caso do homicídio do menino Rhuan, apontado em (E4) por Eduardo Bolsonaro como resultado da suposta *doutrinação de gênero*: “Degolado por um casal de lésbicas motivadas por ideologia de gênero, ele também teve olhos furados, pele arrancada e corpo queimado e jogado em um bueiro”. Tal declaração propicia o pânico moral nos interlocutores, pois utiliza a união homoafetiva como mote para um suposto ódio ao menino, pelo simples fato de pertencer ao sexo masculino. Nesse caso, a intenção de proibir a discussão sobre gênero na educação formal ultrapassa os muros escolares com o intuito de desabonar todas as relações afetivas distintas da heteronormatividade. Nesse sentido, o parlamentar caminha em direção ao que se pode chamar de pós-verdade, em que tenta modelar a opinião

pública por meio de apelo ao emocional e às crenças pessoais de senso comum, ou seja, os fatos objetivos importam menos do que a polêmica presente na descrição desse triste infanticídio.

Para Krieg-Planque (2010, p. 102), “a polêmica pode recair sobre a realidade ou, ao contrário, sobre a inconsistência do referente que a fórmula designa”. No enunciado (E7) da postagem do vereador Gabriel Monteiro, o político afirmou que realizaria o combate à *ideologia de gênero*: “no que depender de mim, pautas como ideologia de gênero, sexualização das crianças, bandidolatria, e as demais *sacanagens* da esquerda, serão *derrotadas*.” Como se percebe neste caso, o vereador utiliza a fórmula *ideologia de gênero* para designar a adoração à ‘bandagem’ então atribuída ao espectro político da esquerda, como se tal ideologia visasse ao incentivo da prática sexual precoce em crianças. Logo, a utilização da fórmula tem viés político, com a intenção de desqualificar os partidos adversários.

Palavras Finais

A importância deste estudo pôde ser justificada pela recorrência de discursos intolerantes com relação à diversidade de gênero nas políticas educacionais, sobretudo a partir da ascensão de um governo com viés ultraconservador. A análise do *corpus* de dez postagens de autoria de políticos, que obtiveram maior performance na rede social Facebook, revelou que a fórmula *ideologia de gênero* cristaliza e impulsiona discursos machistas, misóginos, retrógrados e anticientíficos, silenciando o debate e os múltiplos sentidos conquistados na memória discursiva sobre gênero, inclusão, homoafetividade e direitos das minorias. O contradiscurso também pôde ser aferido nas duas postagens de Jean Wyllys, com menor número de interações, o que indica um maior engajamento quanto ao uso da expressão *ideologia de gênero* por políticos de extrema-direita e seus seguidores.

A partir da teoria das fórmulas discursivas e das quatro propriedades formulaicas estabelecidas por Alice Krieg-Planque (2010; 2011), os resultados da análise puderam mostrar: 1- a importância da fórmula *ideologia de gênero* como objeto polêmico, arena de disputas, em que se polemiza pela descrição do mundo, quando adversários confrontam visões de identidade, educação, sexualidade, formas de existir, família etc. Entendida por uns como capaz de motivar crimes hediondos e, por outros, como puro *delírio*, a expressão suscita um antagonismo de opiniões; 2 – a cristalização, soldadura ou amálgama da unidade lexical complexa *ideologia de gênero*, constituída por nome mais preposição mais nome, sendo uma expressão neológica que se torna um ideograma durável, capaz de cristalizar discursos e propostas conservadoras, também através de variantes e paráfrases que lhe garantem uma eficácia na circulação em vários contextos; 3- como referente social, a fórmula circula, como atestado em outros trabalhos, em

vários discursos e lugares de emergência, orais e escritos, especializados, leigos etc. Este trabalho atesta sua frequência no discurso político, divulgado em redes sociais. Embora não tenha motivado grande produtividade lexicológica, com variações morfológicas e produção de derivados e compostos, seu caráter notório se inscreve também em lexias simples, como *ideologia* e *doutrinação*, que lhe servem de variantes, aumentando sua frequência e notoriedade; 4- instada a confrontar a teoria de gênero como um mal a ser combatido, o caráter discursivo da fórmula *ideologia de gênero* é revelado pelos posicionamentos que seu uso reforça, produzindo efeitos de deslegitimação dos debates sobre gênero e contradiscursos militantes.

Em relação ao nosso ponto de partida, o trabalho de Silva *et al.* (2021), esta pesquisa permite verificar a escalada da expressão *ideologia de gênero* nos anos do governo Bolsonaro, tornando-se o mote fundamental de uma ação discursiva orquestrada e efetivada por atores do campo ultraconservador em busca de hegemonia entre os discursos políticos. Nossa metodologia, baseada na mineração de dados, explicita bem a estreita relacionalidade dessa massa de enunciados proferidos e compartilhados nessa ação discursiva da extrema-direita que pode ser entendida como uma verdadeira campanha de desinformação e intolerância. Como, cada vez mais, somos instados a responder à escala amplificada dos fenômenos discursivos nas redes sociais, a análise permitiu avaliar para onde essa ação discursiva orquestrada orienta os sentidos da expressão *ideologia de gênero* que escalam para a semântica da criminalização da discussão e das políticas de gênero no país. Também atesta as limitações de circulação do contradiscurso, ainda que este se faça presente e apresente uma argumentação de invalidação da fórmula, com base na também amplificada discussão em torno das *fake news* e da pós-verdade.

Também, ao se observar a circulação da expressão *ideologia de gênero* desde seu surgimento, percebeu-se que essa foi cunhada com o objetivo inicial de se contrapor aos valores defendidos pelo movimento feminista, mas ganhou escopo mais abrangente na última década, opondo-se às questões LGBTQIA+, que se tornaram o alvo dos posicionamentos conservadores que ascenderam a governos de vários países. No Brasil, esses valores se amplificaram na figura de Jair Bolsonaro, sua família e integrantes do seu governo, centrados na defesa de uma suposta virilidade, que discrimina como não masculinos os comportamentos, gestos e discursos apontados como próprios de *gays*. Conforme nota Cameron (2010, p.137), é a estilização repetida dos corpos que é traduzida como *masculinidade insuficiente*. A fórmula, portanto, vira uma marca de discursos homofóbicos e transfóbicos, a fim de silenciar a população LGBTQIA+.

Como afirma Bulgarelli (2018, p. 102), “a expressão ‘ideologia de gênero’ merece ser entendida a partir do deslocamento do próprio significado de gênero”. Isso consiste em reduzir a categoria a uma mera ideologia, parcializando sua legitimidade e neutralizando seus efeitos. Nesse sentido, é característica da disputa pela expressão a multiplicação de políticos que entendem a *ideologia de gênero* como um mal a ser combatido, tese que continuou sendo difundida por muitos candidatos a cargos eletivos no pleito eleitoral de 2022.

Apesar de a chamada *ideologia de gênero* ser um rótulo para a manutenção de valores ultraconservadores, nada pode mudar o que se constata nas ruas, na cultura e na sociedade como um todo, haja vista que são muitas as conquistas da população LGBTQIA+, fruto de resistência e resiliência, a despeito das tantas violências sofridas por essa comunidade.

Referências

BULGARELLI, L. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. In: SOLANO, E. G. (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, J. Ideologia anti-gênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. In: **Debates do NER**, ano 19, no. 36, p. 219-235. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8136.99586>. Acesso em: 4 nov. 2020.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMERON, D. Desempenhando identidade de gênero: Conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. **Linguagem, gênero, sexualidade**: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CROWDTANGLE. **CrowdTangle**. Disponível em: <https://apps.crowdtangle.com/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

GOOGLE. **Google Trends**. Disponível em: <https://trends.google.com/trends/?geo=BR>. Acesso em: 10 nov. 2021.

KRIEG-PLANQUE, A. 2010. **A noção de fórmula em Análise do Discurso**: quadro teórico e metodológico. São Paulo: Parábola, 2010.

KRIEG-PLANQUE, A. Fórmulas e lugares discursivos: propostas para a análise do discurso político. In: MOTTA, A.R.; SALGADO, L. (org). **Fórmulas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-40.

KRIEG-PLANQUE, A. **Analisar discursos institucionais**. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Helena Boschi. Uberlândia: Edufu, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

PAVEAU, M. A. **Análise do discurso digital**: Dicionário das formas e das práticas. Campinas: Pontes Editores, 2021.

SCALA, J. **Ideologia de gênero**: neototalitarismo e a morte da família. Trad.: Luège Carvalho. São José dos Campos: Kathechesis, 2011. Título original: SCALA, J. **La ideología de género** - el género como herramienta de poder. Rosario: Ediciones Logos, 2020.

SILVA, E. G., DOMINGUES, A. V. P., OLIVEIRA, B. R. "Ideologia de gênero" e caráter acontecimental da fórmula. *In*: OLIVEIRA, H., POSSENTI, S. (org.). **Rumor público**: polêmica e fórmula discursiva. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2021. p. 113-139.

Sobre os autores

Hélvio Pires Tolentino (Orcid iD: <https://orcid.org/0009-0008-9220-0275>)

Professor. Licenciado em Letras-Português pela UFES. Mestrando em Linguística pela UFES (PPGEL).

Júlia Maria Costa de Almeida (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2430-4116>)

Professora do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGEL/UFES).

Recebido em julho de 2023.

Aprovado em outubro de 2023.

Política Editorial

Diretrizes para autores

1. A **Revista (Con)Textos Linguísticos** publica artigos inéditos sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores brasileiros e estrangeiros. Graduandos, graduados, mestrandos e mestres podem submeter artigos para avaliação desde que em coautoria com doutores.
2. Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial e/ou avaliadores *ad hoc*. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão Editorial se baseará para decisão final sobre a publicação.
3. A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
4. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
5. Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
6. Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
7. Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à **Revista (Con)Textos Linguísticos**, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.
8. Os autores devem providenciar autorização para uso das imagens. Caso contrário, será necessário retirá-las e apenas descrevê-las.

Normas para publicação

1. Os arquivos submetidos devem estar formatados conforme o modelo disponível aqui.
2. O artigo deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas.

3. Os artigos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
4. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura e formatação:
 - **Título:** centralizado no alto da primeira página, em caixa baixa, contendo no máximo 240 caracteres com espaços, em fonte Times New Roman, tamanho 16, negrito.
 - **Título em inglês:** uma linha após o título na língua original do artigo, em caixa baixa, em fonte Times New Roman, tamanho 16. Se a língua original do artigo não for português, o título em português deve ser apresentado no lugar do título em inglês.
 - **Nome do(s) autor(es):** por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título em inglês, alinhado à direita, seguido de um número que remeterá ao pé da página para identificação de vínculo institucional.
 - **Vínculo institucional:** em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), o nome da universidade por extenso, a cidade, a sigla da UF, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
 - **Resumos:** em português e inglês para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no mínimo 100 e no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es). Cada um dos resumos deve ser seguido de no mínimo três e no máximo cinco palavras-chave na língua do resumo, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento.
 - **Texto do artigo:** iniciado na segunda página, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. O subtítulo para a lista de referências também se submete a essa formatação. Deverá haver uma linha com espaçamento 1,5 entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo seguinte. Todo destaque realizado no corpo do texto deve ser feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.

- **Referências:** precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.
 - Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.
 - Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ABNT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.
 - No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: silDoulosIPA, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente em: <http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download>.
- **Anexos**, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra Anexo, em negrito, sem adentramento e sem numeração.
 5. Os artigos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.
 6. O artigo (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado online em dois arquivos digitais, conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es). No texto do segundo arquivo, anexado como “Texto do artigo com identificação de autoria”, deverá constar, em uma folha que anteceda o artigo, os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone e endereço eletrônico; formação acadêmica e vínculo institucional atual; especificação da seção em que se insere o artigo (Estudos Analítico-descritivos; Texto e Discurso; Linguística Aplicada).

7. Serão devolvidos aos autores artigos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

Comissão Editorial

Janayna Bertollo Cozer Casotti
(Editora-gerente)

Flávia Medeiros Álvaro Machado
(Editora de Seção - Estudos Analítico-descritivos)

Janayna Bertollo Cozer Casotti
(Editora de Seção - Linguística Aplicada)

Micheline Mattedi Tomazi
(Editora de Seção - Texto e Discurso)

Mayara de Oliveira Nogueira
(Editora de Texto)

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN
Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGEL

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus Universitário - Goiabeiras
CEP 29075-910
Vitória - ES
Tel: +55 27 4009-2801